



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

BIANCA SALLES CONCEIÇÃO DE ANDRADE

**REGIMES DE VERDADE EM TERRITÓRIOS SURDOS: MÍDIAS
SOCIAIS COMO DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS NOS PROCESSOS
DE SUBJETIVAÇÃO DE VIDAS SURDAS**

São Carlos
2022

BIANCA SALLES CONCEIÇÃO DE ANDRADE

**REGIMES DE VERDADE EM TERRITÓRIOS SURDOS: MÍDIAS
SOCIAIS COMO DISPOSITIVOS BIOPOLÍTICOS NOS PROCESSOS
DE SUBJETIVAÇÃO DE VIDAS SURDAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial para qualificação como requisito parcial da obtenção do título de **Doutora em Educação Especial**, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Vanessa Regina de Oliveira Martins, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

São Carlos
2022

Andrade, Bianca Salles Conceição de

Regimes de verdade em territórios surdos : Mídias sociais como dispositivos biopolíticos nos processos de subjetivação de vidas surdas / Bianca Salles Conceição de Andrade -- 2022.
255f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Vanessa Regina de Oliveira Martins
Banca Examinadora: Cristina Broglia de Feitosa Lacerda, Janaina Cabello, Márcia Lise Lunardi-Lazzarin, Silvio Donizetti de Oliveira Gallo
Bibliografia

1. Educação bilíngue de surdos. 2. Surdez. 3. Libras. I. Andrade, Bianca Salles Conceição de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Bianca Salles Conceição de Andrade, realizada em 28/11/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins (UFSCar)

Profa. Dra. Cristina Broglia Feitosa de Lacerda (UFSCar)

Profa. Dra. Janaina Cabello (UFSCar)

Profa. Dra. Marcia Lise Lunardi Lazzarin (UFSM)

Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo (UNICAMP)

Dedico esta tese à todas as comunidades surdas brasileiras, que me possibilitaram, por meio de suas vivências, existências singulares e da Língua Brasileira de Sinais, o encontro profissional e pessoal que procurei em tantos outros territórios, mas que encontrei somente neste.

AGRADECIMENTOS

Ufa! Acabei! Será que é verdade? Três anos e oito meses depois, com uma pandemia, um isolamento social mundial, um casamento no civil, um casamento no religioso, uma perda inenarrável, uma doença de um ente querido, um novo emprego... Eu acabei a escrita desta tese! Foram tantos sentimentos que senti ao longo desse período: medo, insegurança, angústia e ansiedade... No entanto, não foram só estes que me subjetivaram ao longo dessa caminhada: a felicidade, o amor, o crescimento pessoal e o amadurecimento também foram tão existentes quanto. E é nestes que me apego agora para redigir os agradecimentos sobre ter chegado até aqui.

Há muito tempo não sou uma pessoa religiosa, que frequenta assiduamente alguma instituição – até porque tento ser livre para fazer a leitura sobre a religiosidade da minha maneira. Acredito que **Deus** está em todo lugar, não dita regras, não julga, não castiga. Por essa razão e por todos os conflitos que passei ao longo desse tempo, acredito que não há como não acreditar na força que Ele tem sobre a minha vida. Tenho fé de que Ele intercedeu em muitos momentos de angústia e caminhou junto comigo para finalizar mais uma etapa. Sendo assim, apesar de o meu primeiro agradecimento ser para Ele, outras pessoas também foram extremamente importantes para o fechamento deste estudo.

Primeiro, meu **pai Nilso** e minha **mãe Rita**. Em novembro de 2020 meu pai descobriu um câncer em plena pandemia. Foi extremamente difícil lidar com o medo da perda pela doença, e com a insegurança e angústia que se fizeram presentes neste momento. Mas hoje ele continua aqui, firme, forte e saudável para me ver virar Doutora em Educação Especial. Pai, obrigada por ter proporcionado todo o estudo que eu precisei e por não ter desistido da minha educação por nenhum momento.

Também gostaria de mencionar o papel que minha mãe teve durante este processo: ela aguentou essa barra junto ao meu pai sem nenhuma rede de apoio, em outra cidade, e enquanto eu estava em São Carlos trabalhando e fazendo o doutorado. Mulher forte, pedagoga assim como eu, dedicada, estudiosa, e que fez de tudo também pela minha educação: me ensinou a ler e escrever, fazia tarefas de casa comigo, me ajudava estudar para as provas, me levava na escola e me acompanhou até a aprovação na faculdade. Ela sempre acreditou que eu era capaz de chegar até aqui, apesar de sempre me permitir ser livre para tomar minhas decisões. Obrigada mãe!

Meu **marido, Henrique**. Nem sei como te agradecer. Mesmo! Ele está nessa trajetória comigo há cinco anos. Nos conhecemos no meu último ano de Mestrado,

namoramos e, ao longo do Doutorado, noivamos e nos casamos. Obrigada por ser meu parceiro de vida, por ter aguentado comigo todos os momentos aflitivos que vivi. Obrigada por segurar as pontas quando eu não conseguia mais e por ser, sem dúvida, a pessoa que mais acreditou em mim ao longo desse tempo; aquela que viu meu esforço diariamente, minhas dúvidas, minhas ansiedades e as conquistas que fui colhendo simultaneamente. Ser casada com você é ter (mais) certeza de que Deus está comigo. Obrigada por ser colo, por ser abrigo, por ser meu melhor amigo e maior incentivador. Essa vitória é nossa! Te amo!

Minha filha de quatro patas, **Amelie**, que me acompanha há 9 anos nessa jornada em São Carlos – desde o meu segundo ano de faculdade até agora no último ano de Doutorado. Ela prova ser forte todos os dias pelas diversas barreiras que já enfrentou ao meu lado (e eu ao lado dela), e é a minha maior companheira. Às vezes me pergunto se sou eu que cuido dela, ou se ela que, só por existir, já cuida de mim.

De modo geral, agradeço à toda a minha **família** por sempre me motivar e incentivar. Especialmente, deixo meus agradecimentos às minhas **primas Camila, Gabriela e Mariana** que se fizeram presentes mesmo com toda distância, e também às minhas avós: minha **avó Glória**, senhora de quase 98 anos que já foi professora e desenvolveu com maestria sua função na educação no período que estive em sala de aula; um exemplo de calma, paciência e sabedoria. Ela, que quase nos deixou em janeiro deste ano, positivou para COVID mesmo com as três doses da vacina. Depois de um mês de internação e sua total recuperação, acreditei ainda mais na ciência do nosso país. Não gosto nem de imaginar o que poderia ter acontecido se não fossem as vacinas e a pesquisa do Brasil. Além dela, minha **avó Nilva, in memoriam**, que nos deixou em maio após travar uma grande luta com o Alzheimer e as complicações derivadas da doença. Ela não teve muitas oportunidades de estudo, mas sabia da importância dessa instrução: todos os seus filhos e netos chegaram e concluíram o ensino superior. Obrigada vó! Onde quer que esteja, sempre soube da sua preocupação com meus estudos e trabalho.

Agradeço as minhas **amigas de infância** que são uma extensão da minha família: **Juliana, Nathália, Amanda, Ana Carolina, Renata e Isabella**. Que sorte eu tenho por todas elas me acompanharem a mais de 15 anos. Mesmo com a mudança de escola, de cidade ou país, elas sempre se fizeram e se fazem presentes nos momentos felizes e tristes! Elas são minhas madrinhas de casamento e as melhores amigas que poderiam me acompanhar. A **Re**, com a melhor risada e um astral que contagia, está sempre disposta a ouvir e ajudar. **Loli**, que toma as minhas dores, me apoia por meio de seus conselhos certos, práticos e efetivos. A **Isa**, que me faz acreditar em mim e me incentiva a repensar e problematizar minhas ações.

Também agradeço à **Nathi** que, mesmo com oceanos de distância, está presente com seus ideais tão parecidos com os meus. A **Man**, que foi a minha primeira amiga da vida e que me acompanha há 22 anos sem nunca se ausentar. A **Ju** que é aquela amiga para qualquer momento! Por pior que seja, ela sempre está comigo! Obrigada meninas, amo muito vocês!

Nesse percurso, São Carlos me proporcionou mais alguns encontros: **Amanda, Letícia, Rebeca e Mariana. Amandinha**, educadora especial, também do mundo da pesquisa e hoje uma das minhas melhores amigas, me proporciona uma amizade leve, sincera, sem cobrança, e daquelas que a gente não espera nada em troca. Tivemos a felicidade de morar juntas, acreditam? Que presente! A **Le**, que conheci na pedagogia e cuja amizade rendeu muitos frutos (dentre eles a minha afilhada Luíza, que é, sem dúvida, um dos maiores presentes que já recebi). **Rebeca**, que entende as dores e os prazeres da área em que trabalhamos, uma amizade que transcendeu o meio acadêmico e que levo para a vida. **Mamary**, companheira de festa, de risadas, de carnaval, de alto-astral. Eu digo sempre para ela que ela ilumina as pessoas e os caminhos onde passa, e é isso que ela fez na minha vida. Dividiu intensamente o mestrado e agora, o Doutorado comigo. Logo menos é você. Agradeço principalmente as três, que representam também outros encontros e amigos que eu tive em São Carlos ao longo da minha trajetória.

Agradeço a toda a comunidade surda, intérpretes, tradutores, pesquisadores, professores e, principalmente, aos surdos que possibilitaram o meu encontro profissional. Em especial, agradeço ao meu professor e amigo **Guilherme**, por sempre me ajudar, me aconselhar e acreditar em mim em tantos momentos. Você foi e é parte crucial da minha formação e do meu desenvolvimento na Língua de Sinais. Agradeço também a minha **Ingridy**, que é uma parceira de vida, de trabalho e de partilha; aquela que me ensina tanto com sua experiência de vida! Obrigada por todas as trocas, também não estaria aqui sem você.

Minha **orientadora, Vanessa**. Ela, que é 99% responsável por eu estar aqui hoje, me abriu caminhos e me despertou para a potência das pesquisas na transformação da educação. Educadora especial, mãe, filha, esposa, professora de uma das melhores universidades do país, orientadora, e a ela dedico o adjetivo que mais gosto de usar atualmente: minha amiga. A Vanessa sempre incentivou meu crescimento pessoal, acadêmico, teórico, e meu desenvolvimento enquanto pesquisadora ao longo desses anos em que me acompanha, afinal, me orientou durante o TCC, no Mestrado e agora no Doutorado! Ela também me fez acreditar que era possível e foi! E só não foi (tão) difícil porque ela se fez amiga: me aconselhou, puxou minha orelha quando foi possível, me deu carinho e me ouviu todas as vezes em que precisei. Ela é um dos grandes encontros que a vida me proporcionou e eu não teria chegado

até aqui sem a nossa parceria. Minha primeira e única orientadora, e eu, sua primeira doutoranda e doutora (de muitas que virão). Obrigada!

Além dela, outros professores marcaram essa trajetória: **Profa. Dra. Lara Santos, Profa. Dra. Cristina Lacerda, Profa. Dra. Márcia Lunardi, Prof. Dr. Sílvio Gallo e Profa. Dra. Janaína Cabello.**

Lara, obrigada por tantas oportunidades que me deu, por ter me ensinado sobre a profissão que hoje exerço, pelos nossos encontros sempre leves e divertidos. Agradeço ainda por sempre incentivar meu crescimento e amadurecimento, por ser minha amiga pessoal e profissionalmente. Sou muito grata mesmo por tudo, você nem imagina o quanto!

Cris, você acompanhou minha trajetória com maestria: participou da minha banca de mestrado e, agora, fiz questão de que também estivesse na de doutorado. Suas contribuições na qualificação me fizeram perceber o que eu precisava manter e o que eu precisava deixar ir. Referência na área dos estudos surdos, na educação bilíngue, e nos pensamentos fora das tais “caixinhas acadêmicas”. Sua frase virou quase um mantra para mim: ‘Bianca, menos é mais’. Confesso que às vezes não consigo seguir este conselho, mas sempre tento aplica-lo tanto na esfera pessoal quanto na pessoal. Obrigada!

Márcia, grande referência na área para mim.... Foram tantas as pesquisas desenvolvidas em prol dos movimentos surdos e da educação bilíngue! Sempre tão solícita na participação da construção dessa tese, me fez pensar em diversos pontos dessa pesquisa que eu jamais conseguiria sozinha. Suas considerações valeram muito! Obrigada!

Prof. **Sílvio**, você nos deu um dos maiores presentes nesta tese: nos permitiu pensar a partir dos regimes de verdade – conceito que a norteou por completo. Sem suas considerações sobre as filosofias da diferença e os limites que eu precisava estabelecer dentro das minhas problematizações não teria conseguido expressar em minha escrita o que eu gostaria. Você proporcionou o conceito chave que faltava para conseguirmos concluir e chegar na tese aqui proposta. Orientador da minha orientadora, e que marcou a vida dela de um jeito ímpar, não teria como ser diferente comigo: fiz questão da sua presença desde os primeiros pensamentos sobre a banca.

Por fim, **Jana**: agradeço a presença, as considerações e por ter desenvolvido um estudo tão completo, profundo, de qualidade e que conversasse tanto com o tema da minha pesquisa quanto o da sua tese. Li seu trabalho das primeiras às últimas linhas, e das primeiras às últimas imagens. Você caminhou comigo dos capítulos teóricos aos analíticos e me ajudou a compreender melhor os conceitos que eu precisava discutir! Me inspirei muito no seu trabalho, tanto que você é citada aqui por diversas vezes. Obrigada!

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - PPGEEES** por ser um programa de excelência no Brasil, à **CAPES** por todo o financiamento da pesquisa desde meu primeiro mês no doutorado até o último, aos meus colegas do **Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças – GPESDi** por todas as contribuições, pela escuta semanal e quinzenal e, por fim, ao **SENAC São Carlos**, uma nova casa que me acolheu, acreditou no meu trabalho e incentivou o término dessa pesquisa. Sem dúvidas, vocês são parte fundamental na minha constituição enquanto profissional da área.

Por fim, deixo meus agradecimentos a todos que não foram citados, mas que de alguma forma fizeram parte dessa história que está só começando! Vitória nossa!

Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa (FOUCAULT, 2004, p. 5).

RESUMO

A Língua Brasileira de Sinais – Libras tem ganhado cada vez mais notoriedade na sociedade por meio de diversos marcos históricos. Dentre eles, podemos ressaltar as Leis, Decretos, movimentos sociais e os direitos que foram concebidos para as comunidades surdas por meio de suas resistências. As mídias sociais também se colocam como dispositivos de visibilidade das pessoas surdas e da Libras, ao mesmo tempo que aceleram a disseminação de informações. No governo federal que ficou sob comando do país entre os anos de 2019-2022 as comunidades surdas vivenciaram certo protagonismo, usado como emblema para a campanha e os atos sociais do governo por meio da figura representativa da primeira-dama. A tese aqui empreendida é a de que o reconhecimento da Libras e sua presença nas mídias sociais potencializam o direito linguístico e a presença do surdo na sociedade, ao mesmo tempo em que por ela se produzem três regimes de verdade, (normativo-patológico, o militante e o de consumo) na constituição das subjetividades de vidas surdas em diálogo com a biopolítica. Assim, o objetivo da pesquisa foi o de problematizar a produção de regimes de verdade apontados na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas a partir dos efeitos dos dispositivos biopolíticos midiáticos sociais sobre a Libras e os sujeitos surdos no contexto neoliberal. Como referencial teórico, foi-se escolhido as filosofias da diferença a partir de dois conceitos-ferramenta, sendo eles: 1) os regimes de verdade, desenvolvidos por Michel Foucault e 2) os processos de subjetivação num movimento entre Félix Guattari e Michel Foucault. Essa pesquisa traz princípios da metodologia arqueológica de Michel Foucault e para seu desenvolvimento foram feitas duas coletas de dados: 1) a seleção dos vídeos nas mídias sociais e 2) entrevistas semiestruturadas com dez questões e quatro participantes, necessariamente surdos, sinalizantes e maiores de idade, sobre esses mesmos vídeos. Todas as entrevistas foram gravadas e realizadas em Libras de forma remota. Por fim, as respostas foram traduzidas da Libras para o português. As análises foram feitas com base em três eixos de construção, sendo eles: 1) regime de verdade normativo-patológico, 2) regime de verdade militante e 3) regime de verdade de consumo. A partir da triangulação entre esses eixos analíticos, defende-se que a Libras tem sido dispositivo de agenciamento desses três regimes de verdade. Mas, mesmo na captura do movimento surdo para a produção de linhas duras alinhadas ao neoliberalismo, há sempre espaços para fugas em formas outras de produção dos processos de subjetivação, numa força mais ativa. Espera-se que essa tese possa contribuir para avanços na área dos estudos surdos, bem como trazer ações ao campo da educação e às práticas reflexivo-ativas para formas mais plurais dos processos de subjetivação das vidas surdas.

Palavras-chave: Surdez. Libras. Mídias Sociais. Regimes de verdade. Processos de Subjetivação.

ABSTRACT

The Brazilian Sign Language - Libras has steadily gained notoriety in society, marking important milestones. Among them, we can highlight laws, decrees, social movements, and rights the deaf communities conquered by means of resistance. Social media has increased the visibility of deaf people and Libras, accelerating the dissemination of information. In the current federal government (2019-2022), the first lady's advocacy of the deaf communities remains as an emblem for the campaign and the social acts of the government. Therefore, the volume of publicity of materials available in the (digital and television) media in sign language has increased. However, crucial issues, such as bilingual education and professionalization of translators and interpreters, has not been looked at. On the other hand, they have been *labelled* as volunteer work. In this sense, we support this thesis as: *the social recognition of Libras and its presence in social media extended the linguistic right and the presence of the deaf in society. At the same time, it produced three regimes of truth (conservative, progressive and publicized). They are the founding basis for the processes of subjectivation of deaf lives and of their territories anchored by biopolitics.* Therefore, the objective of the research was to *problematize the production process of these three regimes of truth. These regimes are socially dispersed and potentiate the processes of subjectivation of deaf lives from the effects of biopolitical media devices, which engulf Libras and the deaf in the contemporary neoliberal context.* I adopt the philosophies of difference to support the research. The regimes of truth, developed by Michel Foucault, and the processes of subjectivation in an encounter between Félix Guattari and Michel Foucault were selected as tool concepts. Principles of Michel Foucault's anarcho-archaeological methodology underpins this research. Two data collections were conducted: 1) the selection of videos in social media that have the potential to function as biopolitical devices and 2) semi-structured interviews with ten questions and four participants, necessarily deaf, signers and of legal age, on these same videos. All interviews were recorded and conducted in Libras remotely. Finally, the answers were translated from Libras into Portuguese. The analyzes were based on three construction axes, namely: 1) conservative truth regimes, 2) progressive truth regimes and 3) publicized truth regimes. From the triangulation between these analytical axes, bringing points about the selected social media and the speeches of the participants, we argue that Libras has been an agency device of these three regimes of truth. However, we also affirm that, even in capturing the deaf movement for the production of conservative speeches aligned with neoliberalism, there are always spaces for resistance in other forms of production of subjectivation processes, in a more active force. Hopefully, this thesis can contribute to advances in the field of deaf studies, as well as bring actions to the field of education and reflective-active practices for more plural forms of the processes of subjectivation of deaf lives.

Keywords: Deafness. Libras. Social Media. Truth regimes. Subjectivation Processes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação de 2014	83
Figura 2 - Cerimônia de Posse do atual Presidente da República Federativa, Jair Messias Bolsonaro.....	96
Figura 3 - Cerimônia de lançamento do Decreto 10. 502 de 2020 que institui a nova Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida	108
Figura 4 - Bolsonaro retira intérprete de Libras para fazer seu discurso.....	120
Figura 5 - Troy Kotsur ganhador do prêmio de melhor ator coadjuvante do Oscar	126
Figura 6 - Protagonismo surdo nas mídias sociais no contexto acadêmico	128
Figura 7 - Histórias contadas por surdos no projeto #casalibras	129
Figura 8 - Vídeo 1: Propaganda (2018).....	141
Figura 9 - Vídeo 2: Influencer Digital (2019)	143
Figura 10 - Vídeo 3: Novela (2019)	144
Figura 11 - Vídeo 4: Ator	145
Figura 12 - Regimes de verdade, linhas de força numa construção arbórea e as linhas de desterritorialização rizomáticas	156
Figura 13 - Aluno surdo saindo da sala de aula.....	168
Figura 14 - Espaçamento entre as palavras em Libras	180
Figura 15 - Partitura da música da propaganda	187
Figura 16 - Recorte de cena da atriz ouvinte na interpretação de uma menina surda	189
Figura 17 - Recorte do vídeo “10 coisas que os surdos odeiam”	197
Figura 18 - Paródia elaborada por Rodrigo Custódio em seu Instagram em resposta ao vídeo “10 coisas que os surdos odeiam”	198
Figura 19 - Atuação de Léo Castilho como intérprete surdo no Rock in Rio	206
Figura 20 - Comentário surdo sobre o vídeo do ator.....	210
Figura 21 - Contra-condutas surdas nas mídias sociais.....	223
Figura 22 - Interpretação de surdos nas Lives musicais durante a pandemia	224
Figura 23 - Canais de Youtubers Surdos.....	225

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Discurso da Profa. Rosangela Machado a favor do oralismo na 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação	84
Quadro 2 - Discurso da Profª. Dra. Patrícia Rezende a favor do bilinguismo na 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação	85
Quadro 3 - Discurso da Primeira-dama do atual governo na cerimônia de posse de Jair Messias Bolsonaro.....	97
Quadro 4 - Discurso da primeira-dama do atual governo na cerimônia lançamento do Decreto 10.502 no qual institui a nova Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida	109
Quadro 5 - Discurso em Libras do vídeo sobre o negacionismo contra a vacina do novo COVID- 19	117
Quadro 6 - Descrição do vídeo 1.....	141
Quadro 7 - Descrição do vídeo 2.....	143
Quadro 8 - Descrição do vídeo 3.....	144
Quadro 9 - Descrição do vídeo 4.....	145
Quadro 10 - Dados dos participantes surdos que realizaram a entrevista.....	148

LISTA DE EXCERTOS

Excerto 1 - Normalização dos corpos surdos	163
Excerto 2 - Conservação de um modo único de práticas educativas.....	167
Excerto 3 - Discussão sobre o alfabeto manual e datilologia	179
Excerto 4 - Discussão acerca da educação bilíngue de surdos	186
Excerto 5 - Lugar de fala nas mídias sociais	190
Excerto 6 - Os privilégios ouvintes em contextos sociais	196
Excerto 7 - Comercialização da Libras.....	205
Excerto 8 - Assistencialismo e romantização da língua pelo olhar dos participantes	211
Excerto 9 - A falta de acessibilidades nos dispositivos midiáticos	215
Excerto 10 - A visibilidade invisível	221

SUMÁRIO

INQUIETAÇÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS SURDOS: POLÍTICAS DE VIDA OU DE MORTE?	19
Minha aproximação aos conteúdos midiáticos	26
CAPÍTULO I. REGIMES DE VERDADE, BIOPOLÍTICA E SUBJETIVIDADES: DAS CAPTURAS ÀS RESISTÊNCIAS	34
I.I) A ação da governamentalidade na construção dos regimes de verdade	36
I.II) A arte de governar neoliberal e a construção dos dispositivos biopolíticos	45
I.III) Os processos de subjetivação por duas lentes analíticas: Michel Foucault e Félix Guattari	55
CAPÍTULO II. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE VIDAS SURDAS: CAPTURAS E RESISTÊNCIAS A PARTIR DOS REGIMES DE VERDADES PELOS DISPOSITIVOS MIDIÁTICOS	73
II.I) Processos de singularização da comunidade surda: marcos históricos e as resistências forjadas no contexto neoliberal em manifestações normativas jurídicas	75
II.II) Do assistencialismo à folclorização dos processos de subjetivação de vidas surdas: as capturas e armadilhas advindas do Governo Bolsonaro	94
II.III) Mídias sociais como dispositivos biopolíticos na construção de regimes de verdades: processos de sujeição de vidas surdas	112
CAPÍTULO III. CAMINHOS TRILHADOS DURANTE A PESQUISA	132
III.I) Pesquisa <i>anarqueológica</i> em Foucault: as fugas dos regimes de verdade	133
III.II) Organização dos meus pensamentos para a construção da pesquisa: algumas questões caras à academia	138
III.III) Mídias sociais? Mas, o que das mídias sociais? O início da caminhada...	140
III.IV) As subjetivações surdas manifestadas: participantes da pesquisa	146
III.V) Caminhando mais um pouco para chegar ao (não) fim	148
III.VI) Situando as vozes surdas	149
III.VII) Caminhando para o fechamento analítico da tese: última e provisória parada	151
CAPÍTULO IV. PRODUÇÃO DE REGIMES DE VERDADES E A EMERGÊNCIA DE VIDAS SURDAS NA ATUALIDADE	153
IV.I) Regime de verdade normativo-patológico: linhas duras de consolidação de territórios surdos	159
IV.I.I) Linha de Força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade’	161
IV.I.II) Linha de força 2 – A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas	165
IV.I.II) Linhas de Força 3 – O assujeitamento à princípios conservadores e fundamentalistas que chegam à comunidade surda	170
IV. II) Regime de verdade militante: a constituição de outros territórios surdos	174
IV.II.I) Linha de força 1 - O assujeitamento pela identidade na Libras	176

IV.II.II) Linha de força 2 – As sujeições surdas por uma educação (maior) bilíngue	182
IV.II.III) Linha de Força 3 – A objetificação do sujeito no lugar de fala.....	188
IV.II.IV) Linha de Força 4 – A defesa da constituição de um privilégio ouvinte	194
IV.III) Regime de verdade de consumo: agenciamento entre as linhas duras dos territórios surdos, normativo-patológico e militante.....	200
IV.III.I) Linha de Força 1 - A captura neoliberal da comunidade surda: sujeitos que consomem, competem e produzem	202
IV.III.II) Linha de Força 2 – A folclorização e a romantização das subjetividades e das formas de vidas surdas	208
IV.III.III) Linha de Força 3 - Acessibilidade na constituição dos direitos sociais e afirmação das existências surdas	212
IV.III.IV) Linha de força 4 - Visibilidade social pela Libras	218
CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS – AS FUGAS! AH! ELAS EXISTEM – A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE SABERES SURDOS PELA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	227
REFERÊNCIAS	233
ANEXOS	248
APÊNDICES.....	251

INQUIETAÇÕES SOBRE OS TERRITÓRIOS SURDOS: POLÍTICAS DE VIDA OU DE MORTE?

Sangue não comove mais o povo brasileiro [...]
 Omissão, descaso, tudo por dinheiro [...]
 Então tá tudo bem, tudo normal
 Quando ninguém se importa mais
 Tudo ok, tudo legal
 (Chico Salém/Arnaldo Antunes)

Escolho iniciar este trabalho com a epígrafe acima para me auxiliar nos questionamentos sobre o cenário governamental atual e os embates entre as políticas para a vida e a negligência da gestão administrativa, as quais fizeram aumentar o número de mortes no Brasil provocado pelo surgimento do novo coronavírus (Sars-CoV-2). Desde o início da escrita da presente tese, disserto-a sobre um sentimento de medo, insegurança, ansiedade, e outras sensações que ainda não consigo nomear. Isso porque este processo teve início junto à pandemia iniciada no ano de 2020, a qual, até hoje, deixou grandes vestígios (psicológicos) e determinou a necessidade de distanciamento social no mundo todo. Neste mesmo período de isolamento, a sociedade viveu também sobre o pavor de discursos e políticas públicas negacionistas e segregacionistas que foram e continuam sendo implementadas pelo atual Governo Federal (GF), sob gestão do Presidente da república Jair Messias Bolsonaro.

Faço alusão à fala do Prof. Dr. Sílvio Gallo em um evento¹ proferido pelo Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferença (GPESDi) no dia 23 de junho de 2021, no qual sou integrante, quando este citou que estamos vivendo um hiato da democracia, marcado como uma espécie de parênteses entre uma governamentalidade democrática e uma gestão tirânica gestada por um governo baseado no emblema “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”. No entanto, na atual conjuntura política, é pertinente problematizarmos: será que esse discurso que coloca ‘Deus’ acima da democracia, o presidente não estaria se colocando “acima da democracia e da sociedade?” (Maranhão, Coelho e Dias (2018, p. 84). Nesse estado moderno democrático, garantidor de direitos e implementado desde a Constituição Federal de 1988, nenhum governo pode ou deve se colocar acima da lei. Consequentemente, não pode se colocar acima das pessoas por meio de práticas que tragam desfavorecimento às vidas dos sujeitos já que são parte ativa do regime democrático.

¹ A mesa na qual o Prof. Dr. Sílvio Gallo participou, pode ser acessada por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=83EqwVAGVPc>

Apesar da narrativa do GF “Deus acima de tudo”, pudemos ver a negligência quanto à vida do povo quando propostas de compra de vacinas para evitar a expansão da atual doença provocada pela Covid-19 que se espalhou sobre o mundo ficaram sem respostas diversas vezes por este governo (fato comprovadamente anunciado na CPI Covid²).

Gostaria de mencionar ainda que a construção da escrita desta pesquisa também foi permeada por outros sentimentos como gratidão e sensação de trabalho cumprido (não que eu não sinta isso também) mas, na realidade que vivi durante esses quase quatro anos de construção da tese, creio que seria impossível não começar situando onde estamos e aonde chegamos, descrevendo a nossa nação como um dos países que mais ‘fez morrer’ cidadãos por uma doença que já existia vacina. Um dos países que, além de ter demorado para investir na vacinação da população, negou a ciência, a academia, as pesquisas, e confrontou (e continua confrontando) diariamente o campo da educação. Desculpo-me com vocês leitores por abrir a minha fala dessa maneira, porém, por mais que eu possa buscar saídas como efeito de resistências, sou assujeitada dentro dessa realidade sendo eu brasileira e estando agenciada em um sistema neoliberal, capitalista e que na atualidade traz pautas extremistas e ultraconservadoras.

Vivemos em um momento em que há a promoção da morte de uns em prol de um governo voltado somente para algumas vidas, isto é, governa-se aquelas que são produtivas, que se colocam como lucrativas numa lógica de sujeição empresarial dotada do sentimento de competitividade... já outras, me parece que são governadas para a sua extinção pois, quanto vale a existência de um idoso ou de um sujeito com comorbidades em tempos de Covid-19? De uma pessoa com deficiência? De um sujeito das camadas mais pobres do país? Atualmente, no Brasil, essa vida vale a pena ser governada? Sobre isso, em outra fala³ proferida pelo Prof. Dr. Sílvio Gallo em março de 2021 durante um evento promovido pelo Coletivo Flor do Barranco, este ressaltou que vivemos atualmente em uma bio(necro)política: bio, no sentido do controle governamental sobre as vidas; e necro, na lógica das políticas orientadas para a morte.

Para afirmarmos as políticas sobre a vida, podemos nos utilizar da teoria construída por Foucault (2018) por volta do século XVIII. Instaurada no ocidente como uma tecnologia de poder nomeada como biopolítica, destaca-se que este foi um dos conceitos que nortearam

² A CPI (Comissão Palamentar de Inquérito) foi criada pelo Senado para investigar ações e omissões do Governo Federal frente à pandemia no novo Coronavírus. Para acessar a reportagem na íntegra, acesse: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/28/wajngarten-pfizer-e-butantan-confirmam-demora-do-governo-para-comprar-vacinasl> e ainda <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57018138>

³ A aula do Prof. Dr. Sílvio Gallo pode ser assistida por meio do link https://www.youtube.com/watch?v=_K1cFOr5FKs

as discussões aqui tecidas. Isso porque entendemos que a tecnologia tratada pelo autor age sobre as vidas e sobre a coletividade, ou seja, sobre a população, bem como pelo biopoder, que regulariza os corpos e os faz viver a partir da lógica normativa que os funda, culminando na garantia de sobrevivência dos cidadãos pelo estado. No entanto, esse governo opera as vidas pela lógica do racismo de estado, justificando as mortes por um bem maior da população e por uma purificação do coletivo, isto é, um racismo praticado pelo próprio estado que reverbera em ações sobre as vidas. Perante a isso, as mortes das quais Foucault (2018) retrata não são apenas físicas, pois evidencia aquelas que merecem ou não serem vividas e, ao mesmo tempo, trata da morte simbólica do sujeito operada pelos apagamentos, pelas segregações e negligências políticas. Aqui, faço uma análise pelo prisma da filosofia que a morte da diferença ocorre quando se legisla um modo único de se viver, assim como vem sendo feita a política do atual governo que justifica “a supressão de direitos de todos/as aqueles/as que não se enquadram nos padrões conservadores do credo político de Bolsonaro” (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018, p. 84). As pluralidades de diferenças podem se manifestar em múltiplas existências de mulheres, pretos, surdos, LGBTQIAP+ e todos aqueles que fogem das normas impostas etnocêntricas (e agora bolsonaristas) produzidas pela normativa compulsória sobre o modelo ideal de homem branco, cis gênero e heterossexual.

Para além de uma política de controle e segurança sobre a vida, também temos uma política que produz a morte. Mbembe (2018) desenvolve o conceito de necropolítica no contexto da sociedade colonial vivenciada principalmente nos Estados Unidos da América (EUA) durante o sistema de *plantation*⁴, o qual colocava as populações negras como inferiores e escravizadas. Sobre isso, cabe-nos um questionamento: apesar do *plantation* ter sido implantado no Brasil no século XVI, será que essa realidade mudou? Segundo o autor, essa escravidão culminava em uma tripla perda: a perda de um lar, de direitos sobre o corpo e sobre o estatuto político e, mesmo após o “fim” da escravidão mundial, essas vidas continuavam sendo desprezadas, esquecidas e exterminadas. Como exemplo disso, podemos citar o falecimento de milhares de pessoas pretas pelo país – e aqui incluímos a morte de George Floyd nos EUA no ano de 2020, no qual um policial, Derek Chauvin, atualmente julgado e condenado a 22 anos de prisão, pressionou seu pescoço até levar ao seu falecimento: morte por asfixia. A morte de George suscitou uma mobilização mundial com o movimento *Black Lives Matter* (Vidas negras importam).

⁴ Segundo Mbembe (2018) o *plantation* era um sistema de plantação, funcionando um Estado de exceção, com regras distintas da biopolítica, mas de uma necropolítica.

A respeito disso, é possível observar que este modo de matar é muito simbólico quando nos deparamos com as inúmeras vidas que foram perdidas pela asfixia de um vírus do qual já tínhamos vacina. Vidas asfixiadas no hospital pela falta de testes, equipamentos e medicamentos no combate ao Coronavírus; vidas asfixiadas na escola pela falta de política que incentive o aprender na diferença; vidas asfixiadas em qualquer contexto social em que a sua existência não seja majoritária. Em suma, a necropolítica pode ser compreendida como uma gestão pela condução de morte à população preta, mas que podemos trazer para diversas outras minorias, como descrevi acima.

Os dois conceitos (biopolítica e necropolítica) são tratados nesta tese como tentativa de introduzir possíveis movimentos que estão acontecendo atualmente durante sua escrita. Por mais que no ano de 2022 as curvas de contaminação do vírus abaixaram e grande parte da população brasileira tenha sido vacinada, não se tem como apagar o sofrimento decorrente da morte dos mais de 680 mil cidadãos que poderiam ter sido salvos pela vacina. Muitos destes que se foram certamente faziam parte de uma população minorizada e minoritária no Brasil, o que nos possibilita alargar o conceito da biopolítica para a integração da necropolítica, e visualizar, no presente, a ação da bio(necro)política (GALLO, 2021):

[...] assume-se como necessária e inevitável a morte de certas populações (em especial os idosos, os pobres, os pretos) em nome da liberdade de comércio e de circulação de outras populações (em especial a classe média, os jovens, os brancos), ‘A economia não pode parar’, ouve-se; não se pode ceder ao desemprego em massa; as mortes são inevitáveis, então aceitemos como o preço a ser pago pelo ‘bem estar’ dos que sobrevivem e pela manutenção do equilíbrio econômico do país (como se ele fosse possível, no contexto globalizado de uma crise sanitária). O que se desprende destes discursos é algo como: paguemos o preço da morte de alguns, por ser inevitável, em nome do bem-estar daqueles que sobrevivem (aspas do autor) (Gallo, 2021, p. 49-50).

Segundo o discurso de Gallo (2021), o que temos hoje no Brasil extrapola os níveis do racismo de estado que sempre esteve presente. No contexto pandêmico, ele vai além. Porém, também não podemos afirmar que vivemos apenas a lógica de uma necropolítica uma vez que não estamos inseridos em um contexto de ocupação colonial. Como consequência dessa relação, acabamos experimentando o amargor de um jogo que é bio(necro)político, ou seja, que se agencia um pouco à ambas as propostas apresentadas. Isto é, vemos as duas tecnologias de poder se manifestarem atualmente: “biopolítica para alguns sob o preço da morte de outras populações” (GALLO, 2021, Evento Coletivo Flor do Barranco).

A partir da discussão e reflexão acerca da bio(necro)política, reitero a realização deste processo como um ato de resistência pessoal justamente por ter conseguido manter o mínimo de sanidade para dissertar sobre tais temas que escolhi apresentar. Mas,

principalmente, abordo-a como marco político de luta (e luto) pelas mais de 680 mil vidas (no momento que escrevo essa introdução), de mães, filhos, pais, avós, tios, irmãos – sejam estes ouvintes ou surdos, que não estão mais presentes aqui. E o pior? Ninguém mais se importa, ninguém mais se choca, as existências foram reduzidas a números e estatísticas, apenas. Então, faço desta tese um ato de resistência à insensibilidade quanto às mortes e à redução do sentido das vidas. Resistir fazendo parte de uma população privilegiada como uma mulher, cis gênero, branca, heterossexual e ouvinte não está, digamos assim, sendo uma tarefa simples, quem dirá para aqueles que não tem os mesmos privilégios que eu. Esses sujeitos estão morrendo. Todos os dias. Todas as horas. Pela doença, pela marginalização dos corpos, pela xenofonia, pelo racismo, pelo capacitismo, pelo machismo, pela homofobia etc., etc., etc...

Fazendo parte dessa minoria (mulheres), no entanto, dentro de um recorte privilegiado, preciso contextualizar a tese sendo uma pessoa ouvinte discorrendo sobre fatos que vem acontecendo nas comunidades surdas (e fora delas, afinal, comunidades surdas e ouvintes estão para o jogo neoliberal e capitalista aflorado que vivemos atualmente). O estudo foi pensado e desenvolvido por uma pessoa ouvinte que tem a consciência da diferença – caso o mesmo material fosse analisado por um sujeito surdo, afinal, os processos de subjetivação que são caros nesta pesquisa, são singulares. Assim, tenho a responsabilidade de afirmar que as problematizações sobre a área

[...] quando produzidos por um surdo, torna[m]-se diferente[s] dos produzidos por pessoas ouvintes. Isso se dá porque o surdo é aquele que vivencia as experiências surdas, sua cultura e a Libras. Por mais que um ouvinte seja fluente na Libras e tenha conhecimento sobre a Cultura Surda [...] ele jamais vai experienciar da mesma maneira que o surdo (ROSA; KLEIN, 2012, p. 191).

Assim como um homem cis jamais vai experienciar ser uma mulher cis, ou um homem trans não terá as experiências e os acontecimentos que perpassam a vida de uma mulher trans etc. No entanto, por mais que as experiências sejam únicas e singulares, podemos ter aliados de luta que resistem junto e não por. Dessa forma, vou ao encontro de Cabello (2021, p. 31) quando afirma que “as existências surdas também me afetam – em minhas práticas e em minha própria existência subjetiva [...]”; porém, é necessário salientar que, apesar de visitar diariamente esse lugar de estudo, de amizade, e de línguas, eu não vivo ele todos os dias. A acessibilidade das pessoas ouvintes, o mercado de trabalho e as oportunidades nos fazem estar em um lugar privilegiado na sociedade em relação aos surdos e, apesar de ser tomada por esses afetos que a comunidade surda me proporciona, preciso reconhecer que, sendo aliada a essa luta, “[...] nenhum ato de resistência pode ocorrer em

nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (SPIVAK, 2014, p. 14).

Nessa condição delicada de ser ouvinte e tecer análises sobre uma língua, uma área, subjetividades, pautas políticas das quais visito, mas não vivo, recorro a Ribeiro (2017, p. 86) quando afirma que “o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados”. Assim, foi preciso cuidado para pensar a pluralização dos atuais acontecimentos dos movimentos e territórios surdos para que eu, como ouvinte, compreendesse como foram necessárias linhas duras de sobrevivência e resistência para que hoje fosse criado esse *regime de verdade* (FOUCAULT, 2014) socioantropológico da surdez, ou seja, os discursos, práticas discursivas, enunciados sobre as possibilidades do que é ser surdo, sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), sobre a cultura surda, ou ainda, nas palavras de Foucault (2014), sobre esses lugares de manifestação da verdade.

Tal como a biopolítica trazida anteriormente, os regimes de verdade se engendram como outra ferramenta teórica do presente trabalho, a qual será mais amplamente debatida nos capítulos a seguir uma vez que me apoio neste conceito ao afirmar a existência desse regime de verdade socioantropológico da surdez. Nas palavras de Foucault (2014, p. 85) o regime de verdade “é portanto o que constrange os indivíduos a esses atos de verdade [...] é o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro”. E para manifestar esses atos de verdade, foram necessárias, principalmente, a construção de pautas identitárias que fortalecessem a condição da identidade surda, da cultura surda, da Libras, da comunidade e da resistência surda, que também pode ser questionada caso seja levada como um fim em si mesma na defesa de uma “identidade cultural” (GUATTARI; RONILK, 1996). Nesse cenário, assim como Cabello (2021, p. 39) “não pretendo apresentar ou discutir a surdez apenas como uma identidade disciplinar [...], mas como resultado de um longo processo de negociações com outros (outros surdos e ouvintes)”. Dessa forma, para Foucault (1979, p. 70 – aspas do autor):

O papel do intelectual não é mais o de se colocar "um pouco na frente ou um pouco de lado" para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da "verdade", da "consciência", do discurso. [...]. Luta não para uma "tomada de consciência" [...], mas para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê-los.

Nesse sentido, é nesse meu local de pesquisadora ouvinte, intelectual e daquela que reconhece seus privilégios perante a sociedade, que comecei – nesse cenário pandêmico e negacionista, a problematizar sobre as vidas de pessoas surdas que não tem acesso às informações da forma como eu tenho, nos quais os esclarecimentos sobre saúde, COVID-19, condições de calamidade pública e riscos à própria forma como a educação está se estruturando, ou melhor, se desestruturando, entre diversas outras pautas atuais, encontram-se em uma escala infinitamente menor.

Temos pesquisas (viva a ciência!) e trabalhos que foram sendo desenvolvidos para que essa população tenha o mínimo de acesso, como, por exemplo, o projeto #CasaLibras, (MARTINS, *et. al*, 2020), que produz conteúdos infantis nas plataformas digitais do *Youtube* para crianças surdas que não tem o mínimo de acessibilidade em materiais destinados a suas faixas etárias na sociedade (este projeto será mais detalhado ao longo da tese como um movimento de contraconduta). Outro exemplo é o informaSUS, organizado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que se “constitui em uma rede de trabalho envolvendo diferentes profissionais, setores e unidades da universidade e da sociedade civil com o objetivo de promover e divulgar informações científicas e de qualidade para a população sobre a pandemia de COVID-19” (NASCIMENTO, *et. al*, 2020, p. 61). Para oportunizar a acessibilidade linguística desses conteúdos, tradutores e intérpretes como, por exemplo, o Prof. Dr. Vinícius Nascimento, a Profa. Dra. Lara Ferreira dos Santos, a Ma. Joyce Cristina Souza se mobilizaram para fazer a tradução desse material, colocando para as vidas surdas pontos de esperança pela informação recebida.

Dado esse contexto pandêmico, a falta de convívio com pares surdos no cotidiano educacional – tão importante no desenvolvimento linguístico das crianças surdas, e a limitação do próprio contato social em espaços de circulação da Libras, culminaram no fato de que não só as pessoas surdas ficaram limitadas em suas relações, como também todos nós, tendo em vista que fomos orientados a nos isolar para evitar a disseminação do novo Coronavírus. O isolamento durou praticamente dois anos, dois nos quais cheguei a ficar 14h sentada em frente ao computador. Mas, para a população surda, isso certamente gerou mais impactos. Foi no distanciamento social que passamos a ter como nossos principais companheiros as nossas famílias e, como lazer e trabalho, as interações somente com as telas, os celulares, as televisões e as mídias sociais. Foi nesse cenário que começaram as minhas angústias para escrita desta tese.

Minha aproximação aos conteúdos midiáticos

As mídias sociais são potências que podem ser vistas como espaços de captura e como mobilizadoras de ações de resistência. A força desse dispositivo é tão potente que este se tornou um grande aliado para a eleição do atual presidente do Brasil. O *WhatsApp* e o *Twitter*, por exemplo, foram cruciais para a disseminação de *Fake News*, (notícias falsas) que pulverizaram o discurso de uma ameaça (infundada) à ‘família tradicional’ brasileira – defendida por Bolsonaro, com enunciados conservadores e invenções como o ‘kit gay’ e a ‘ideologia de gênero’⁵. Segundo Maranhão, Coelho e Dias (2018, p. 77) “as Fake News coligadas às redes sociais [...] obscurecem a capacidade de raciocínio e de agência conduzindo as pessoas à condição [...] de subserviência ao poder delegado por essas próprias pessoas às mídias falaciosas”.

Para contextualizar o pano de fundo que foi se firmando para a atual presidência e a potência das mídias sociais nas eleições de 2018, precisamos retornar ao ano de 2011, o qual foi marcado pelo primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse período, começaram a surgir as invenções nomeadas ao longo dos debates sobre a construção do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, sendo uma delas denominada como ‘kit gay’. O atual presidente, na época candidato à presidência, apresentou um discurso falacioso com relação ao kit, dizendo que este teria sido criado em 2011 e o relacionando a um material que, na realidade,

[...] tinha o objetivo de combater a homofobia nas escolas brasileiras, visto que a orientação sexual é um dos grandes motivadores do *bullying* escolar. Composto por um caderno, boletins, audiovisuais, cartaz e carta de apresentação para os/as gestores/as em educação, este kit anti-homofobia era parte do Projeto Escola sem Homofobia, proposto pelo Ministério da Educação, à época encabeçado por Fernando Haddad e por ONGs nacionais e internacionais e avalizado pela UNESCO, que, por sua vez, estava vinculado ao Programa Brasil Sem Homofobia, programa interministerial que visava o combate à homofobia em diversos eixos, dentre estes as escolas públicas. Neste contexto, pressões realizadas por parlamentares evangélicos e seus apoiadores culminaram no veto da presidenta Dilma Rousseff ao material (MARANHÃO; COELHO; DIAS, 2018, p. 69).

Segundo o até então deputado Jean Willys do P-SOL - Rio de Janeiro, a invenção do ‘kit gay’ foi uma manobra da bancada evangélica política brasileira frente à primeira crise do governo de Dilma, fundado com base em discursos conservadores e reacionários. Essa bancada acabou publicando um outro material dizendo que aquele que estava sendo

⁵ Ambos os termos foram uma construção e produção intencional na tentativa de captura dos sujeitos ao discurso conservador.

disponibilizado nas escolas públicas do país era produtor de certa 'ideologia de gênero'. Diante disso, as mídias sociais e a imprensa agiram potentemente na divulgação da inverdade:

[...] setores da imprensa já tinham comprado essa versão, em especial, a Rede Record (...) então, a matéria da Record repercutiu muito nas redes e foi produzindo uma histeria de massa, em que as pessoas não paravam para saber ou pra ver se era aquilo mesmo. Eles [os deputados contrários] começaram simplesmente a dizer que o material ensinava as crianças de cinco, seis anos, a fazerem sexo anal, a escolherem um parceiro. E era um material que eles conseguiram de um Programa de Redução de Danos entre usuários de drogas injetáveis, voltados para travestis e transexuais. [...] E isso ganhou corpo na disputa de verdades, nos jogos de verdade, a verdade que se impôs foi essa, não adiantou (VITAL; LOPES, 2012, p. 146).

Perante os debates voltados para a construção do PNE de 2014 e a tentativa de implementação de uma educação para as pluralidades existentes, criou-se a *Fake News* do 'kit gay', a qual viria a se solidificar com a popularização da chamada ideologia de gênero – termo formulado inicialmente pela Igreja Católica latino-americana (MARANHÃO; SANTOS; COELHO, 2018). Porém, foi nas discussões do PNE que ele se popularizou e começou a ser reproduzido pela sociedade brasileira. Segundo Maranhão, Coelho e Dias (2018, p. 72 - aspas dos autores) a “‘ideologia de gênero’ foi apresentada pelo discurso político-religioso principalmente como tentativa de ‘sexualizar precocemente’ crianças e fazer do ‘homossexualismo’ uma prática ‘normal’”. Dessa forma, o que se via como uma nova “ameaça” à família tradicional brasileira, na verdade, se constituiu como sendo um ataque às discussões e o ocultamento de diretrizes que propunham a superação de formas de discriminação contra diversas minorias, baseados em uma concepção binária e heteronormativa.

Este cenário foi pano de fundo para as eleições de 2018 que fizeram com que Fernando Haddad, candidato vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), fosse visto como um vilão e promotor do abuso sexual infantil em escolas. Por meio de mentiras digitais, construiu-se a imagem deste político como inimigo das crianças por promover uma educação baseada em supostas 'ideologias de gênero'. Nas palavras de Maranhão, Coelho e Dias (2018, p. 73 – aspas dos autores)

[...] Jair Messias Bolsonaro (PSL), justamente por ter sido um dos protagonistas tanto nas discussões que envolveram a polêmica do kit anti-homofobia quanto na retomada das discussões sobre 'ideologia de gênero' durante sua campanha, gerando afirmações que foram reproduzidas em forma de *fake news* e que, mesmo tendo sido desmentidas antes do 2º turno, foram amplamente acolhidas pela população conservadora e contribuíram para sua vitória.

Nessa perspectiva, são nas falas infundadas daquele que na época era deputado e agora é presidente (Jair Messias Bolsonaro), que podemos ir ao encontro de Foucault (1979,

p. 172) quando este afirma que “o poder produz campos de objetos e rituais de verdade” com estratégias entre os campos de saber e poder para instaurar regimes de verdade, discursos e práticas discursivas – as quais pudemos ver claramente no processo de construção das (in)verdades sobre o kit gay e a ideologia de gênero. Além disso, para Foucault (1979), a verdade está “ligada a sistemas de poder que a produzem e a confirmam e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 1979, p. 14), somada ao fato de que “vivemos em uma sociedade que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por este motivo, poderes específicos” (FOUCAULT, 1979, p. 231).

Porém, para além das eleições presidenciais de 2018 e as (in)verdades que foram produzidas pelos dispositivos midiáticos, é de conhecimento comum que, mesmo com a potência das mídias na candidatura de Bolsonaro, ela já era usada e consumida para diversas finalidades na sociedade neoliberal, principalmente com propósitos econômicos. Nessa porta que se abriu, numerosos sites e mídias sociais começaram a se firmar no âmbito digital para a divulgação de pessoas, cursos, produtos, imagem, aulas, dentre milhares de outras possibilidades lucrativas existentes na internet. Nesse sentido, tal como estamos inseridos dentro de um jogo neoliberal em que todos devemos fazer parte, a comunidade surda também foi introduzida e, conseqüentemente, capturada por variados materiais produzidos e direcionados a ela.

No que se refere à esta comunidade em questão, múltiplos conteúdos foram sendo propagados nos meios midiáticos – sejam eles na internet ou na televisão aberta e fechada, que perpassavam as questões da surdez, dos surdos ou da Libras. Deparamo-nos cada vez mais com o movimento de pessoas ouvintes que, de certo modo, vinham disseminando conteúdos acerca da Libras sem o conhecimento sobre a trajetória de resistência desses sujeitos, sem terem contato com pessoas surdas, ausentes de uma lógica no discurso proferido em Libras, e carregados de um tom assistencial e de caridade. Coincidentemente ou não, a maioria dos vídeos que encontrei tinham sido após o dia 1º de janeiro de 2019, data da cerimônia de posse do Presidente da República Federativa Brasileira, na qual Michelle Bolsonaro, atual primeira-dama, faz a quebra de protocolo e discursa antes da fala de abertura do Presidente, e o faz em língua de sinais, ação essa que promoveu uma ‘visibilidade’ midiática da Libras e a popularização de pautas travadas pela comunidade surda.

Conforme entramos em contato com este tema com o objetivo de entender melhor o contexto atual em que vivemos, começamos a perceber que os materiais encontrados poderiam agir como dispositivos biopolíticos no controle sobre as vidas. Além disso, também

identificamos a potencialidade deles na criação de diferentes regimes de verdades derivados desses conteúdos: nem mais verdadeiros, nem verdades melhores, mas no agenciamento de poder justamente por se colocarem como dispositivos agenciadores de um emaranhado de discursos e práticas discursivas que agem de variados modos a partir da forma como os telespectadores são afetados por tais recursos midiáticos.

Nesse contexto de questionamentos, precisava me filiar a alguns teóricos que me possibilitassem e que me dessem ferramentas necessárias para problematizar sobre esse tema. Associei-me a filosofia da diferença abordada por diversos filósofos, porém, para este estudo, fui ao encontro de dois filósofos: Michel Foucault e Félix Guattari. Esses autores e estudiosos, cada um a seu modo, buscaram afirmar o caminho da resistência às produções normativas sociais impostas nas relações de saber-poder, afirmando a diferença como mobilizadora da resistência, e tomando “[...] como foco argumentativo a crítica à armadura do pensamento dogmático, da representação e do mesmo” (GALLO, 2016, p. 11). Esta diferença, portanto, seria nada mais do que um “campo de manobra que rejeita o todo sem antes problematizar os efeitos e campos que propiciaram sua aparição” (CONCEIÇÃO, 2019, p. 22).

É pertinente destacar que me filiei a esta corrente filosófica pois é a partir dela que um dado, uma historicidade, um discurso só “adquire sentido concebendo-se a multiplicidade como verdadeiro substantivo, situado aquém da oposição dialética entre o um e o múltiplo, que foi substituído pela diferença [...]” (ALLIEZ, 1996, p. 21).

Dentro da filosofia da diferença e com base nesses autores, escolhi algumas ferramentas analíticas principais para articular ao meu interesse de pesquisa, sendo elas os *regimes de verdade* (FOUCAULT, 2014), como já trouxe anteriormente, a *biopolítica* (FOUCAULT, 2018), e os *processos de subjetivação* (FOUCAULT, 2010; GUATTARI, RONILK, 1996). Com base nessas ferramentas analíticas, não tive a intenção de fazer juízo de valor sobre as práticas e sujeitos que pesquisei, de dizer se elas são boas ou ruins, nem ainda de trazer pensamentos polarizados, mas sim, de tentar responder à seguinte questão: como os dispositivos biopolíticos midiáticos sociais constroem *regimes de verdades* que culminam e agenciam a constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas no contexto neoliberal?

Nesse contexto, minha tese se apresenta com a seguinte asserção: *o reconhecimento da Libras e a presença dela nas mídias sociais potencializam o direito linguístico e a presença do surdo na sociedade. Ao mesmo tempo em que por ela se produziram três regimes de verdade (normativo-patológico, militante e de consumo) na constituição das subjetividades de vidas surdas em diálogo com a biopolítica.* Como objetivo geral buscou-se

problematizar a produção de regimes de verdade apontados na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas a partir dos efeitos dos dispositivos biopolíticos midiáticos sociais sobre a Libras e os sujeitos surdos no contexto neoliberal. Como objetivos específicos, elencaram-se três temas que foram respondidos ao longo dos capítulos teórico-analíticos, sendo eles: 1) traçar as ferramentas conceituais da tese que versam em torno dos regimes de verdade, processos de subjetivação e biopolítica como operadores nas formas de vida surdas; 2) descrever alguns acontecimentos históricos dos movimentos sociais surdos e como esses acontecimentos constituem regimes de verdade que implicam em processos de subjetivação de vidas surdos; 3) analisar a criação dos regimes de verdade a partir de dispositivos biopolíticos midiáticos e de discursos surdos que marcam efeito nos processos de subjetivação de vidas surda – tanto de capturas como de contra-condutas.

Para tecer algumas considerações e trazer possíveis respostas a estes objetivos, foi necessário organizar uma rota preliminar (mesmo que ela tenha sido modificada e invadida com novos agenciamentos ao longo da pesquisa pelos encontros e acontecimentos imprevistos). Afinal, elaborar percursos tendo como base a filosofia da diferença não significa começarmos e finalizarmos os estudos como imaginávamos, e sim, construí-los “no próprio ato de caminhar com desapego [...] calcando-se não somente na construção eventual do próprio caminho, mas [...] remontando no [...] ato de caminhar a estrutura do solo sobre o qual andará [...]” (JÚNIOR, 2016, p. 4). Permaneço sobre o fundamento desse pensamento desde a abertura até o final desta tese.

Assim, o primeiro capítulo foi intitulado como “*Regimes de verdade, biopolítica e subjetividades: das capturas as resistências*” e foi dividido em três subitens: 1) *A ação da governamentalidade na construção dos regimes de verdade*; 2) *A arte de governar neoliberal e a construção dos dispositivos biopolíticos* e, por fim, 3) *Os processos de subjetivação por duas lentes analíticas: Michel Foucault e Félix Guattari*. Foram discutidos, ao longo deste capítulo, como os regimes de verdade constituem a sujeição e a produção de subjetividades pelos dispositivos biopolíticos sociais no neoliberalismo.

No segundo capítulo, intitulado “*Processos de subjetivação de vidas surdas: capturas e resistências a partir dos regimes de verdade pelos dispositivos midiáticos*”, foram tratados alguns marcos históricos acerca dos movimentos surdos e como os acontecimentos atravessados nessa comunidade constituem suas singularidades ao mesmo tempo que as capturam, culminando em seus assujeitamentos. É, portanto, a partir dos regimes de verdades que se constroem possíveis *territórios surdos* na contemporaneidade. Além disso, abordou-se neste capítulo a pauta da biopolítica – já que os surdos também são atravessados pelo sistema

neoliberal, além de algumas práticas que objetificam ações de captura e resistência nessa arte de governar as vidas surdas. Esse também foi dividido em mais três subitens, sendo eles: 1) *Processos de singularização da comunidade surda: marcos históricos e as resistências forjadas no contexto neoliberal em manifestações normativas jurídicas*; 2) *Do assistencialismo à folclorização dos processos de subjetivação de vidas surdas: as capturas e armadilhas advindas do Governo Bolsonaro* e por último, 3) *Mídias sociais como dispositivos biopolíticos na construção de regimes de verdades: processos de sujeição surda*.

Já no terceiro capítulo, denominado “*Caminhos trilhados durante a pesquisa*”, procurou-se descrever o método *anarqueológico* de Foucault (2014), por o considerarmos como “uma junção da anarquia, a negação do poder com a arqueologia” (GALLO, 2019, p. 14), destinada a problematizar os processos de subjetivação dos sujeitos que eram caros para Michel Foucault e que também o são para esta tese. Foram apresentados o processo de construção da pesquisa, os instrumentos utilizados, os participantes do estudo e, por fim, como se deram as coletas de dados. Além disso, buscou-se mostrar ao leitor os incômodos identificados com relação às mídias selecionadas e, para isso, foram escolhidos quatro materiais que de certo modo difundiam a língua de sinais de maneira superficial, não levando em consideração, no entanto, questões gramaticais, lexicais e acessíveis, com o intuito de corroborar para a contínua visão da Libras como uma linguagem de fácil acesso e dependente da língua oral.

Além disso, em determinados conteúdos que tivemos acesso, observou-se que para além da forma superficial que a Libras era difundida, ela também estava sendo comercializada, romantizada, instrumentalizada, folclorizada e ainda ligada à uma língua de pessoas com deficiência. Esses dados serão mais bem apresentados no capítulo de análise. Para a seleção destas mídias os seguintes itens foram considerados: I) a falta de acessibilidade para que o surdo entendesse a informação que estava sendo divulgada; II) o uso da Libras; III) a representatividade (ou não) de pessoas e/ou comunidade surda, e IV) estar em alguma mídia social. Na segunda coleta, entrevistei quatro sujeitos surdos sobre o material que tinha encontrado, para dar espaço aos saberes locais de luta. Todo o contato foi realizado remotamente com os participantes, que tinham que: 1) ser necessariamente surdos; 2) falar língua de sinais; 3) ser maior de 18 anos; e 4) estar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Para a última etapa dessa pesquisa - *Produção de regimes de verdade e a emergência de vidas surdas na atualidade* - mas, não concretizando o fim desta tese (até porque o fim de um ciclo é sempre o início de outro), precisamos costurar os conceitos apresentados, com os

discursos dos participantes e os materiais midiáticos encontrados. Para organizarmos essas analíticas, demarcamos três eixos norteadores compostos por algumas linhas de força e que, a nosso ver, se convergem e se complementam entre si, sendo eles: 1) o *regime de verdade normativo-patológico*, 2) o *regime de verdade militante* e 3) o *regime de verdade de consumo* (todos advindos dos dispositivos biopolíticos sociais).

Essas nomenclaturas foram escolhidas pois, cada um desses regimes de verdade abordou aspectos que perpassam as mídias sociais escolhidas para serem abordadas nessa tese, e a ação da comunidade surda como agente produtora de saberes e práticas sociais. Assim, a nomenclatura *normativo-patológico* foi problematizada por nós, pois, durante as discussões que foram realizadas ao longo desse recorte percebemos o olhar conservador e fundamentalista que ainda perpassa a comunidade surda, com aspectos voltados e afirmados pelos dispositivos midiáticos como a presença de uma norma ouvinte, o olhar clínico da sociedade em relação as pessoas com deficiência, uma educação hegemônica, as problematizações de pensamentos conservadores sobre/da comunidade surda ainda nesse viés clínico da surdez que criam uma identidade normativa que a aprisiona.

Já quando desenvolvemos o regime de verdade *militante*, pensamos em um certo movimento de desterritorialização visto dentro e fora das mídias sociais, que partiu também dessa comunidade entre esse viés mais conservador e o deslocamento para uma vertente mais progressista, que milita e é ativa na luta e resistência em diversas pautas que englobam a comunidade surda, como por exemplo, a defesa da língua de sinais e de uma educação bilíngue, um lugar de fala dos surdos na sociedade e discussões sobre o privilégio ouvinte. No entanto, mesmo com pautas progressistas e de militância na sociedade, esse regime de verdade também se pauta em novas linhas duras e segue caminhos que os levam para a construção de novos aprisionamentos com base em uma identidade linguística.

Por fim, quando pensamos na terminologia do regime de verdade de *consumo* ele acaba se alinhando aos dois regimes de verdade descritos anteriormente. A identidade aqui se forja no consumo ou em uma comercialização, perpassando tanto as criações midiáticas de um cunho mais conservador, quanto de um cunho mais progressista. Assim, a partir de um regime de verdade e uma identidade de consumo, discutimos questões sobre a captura neoliberal da comunidade surda na sociedade que incide na folclorização e romantização da Libras e da pessoa surda, a visibilidade social que as mídias sociais oportunizam e ainda, como a acessibilidade tem sido pauta das mídias sociais, porém com um viés comercial sobre essa prática.

Nesse sentido, é a partir dessa (longa) trajetória que apresentamos a tese e damos início às nossas problematizações acerca dos regimes de verdade nos territórios surdos, da racionalidade neoliberal e dos dispositivos biopolíticos midiáticos nos processos de subjetivação de vidas surdas.

CAPÍTULO I. REGIMES DE VERDADE, BIOPOLÍTICA E SUBJETIVIDADES: DAS CAPTURAS ÀS RESISTÊNCIAS

Nesse capítulo, faço a apresentação da minha caixa de ferramentas⁶ no processo de elaboração da pesquisa, com o intuito de abordar os conceitos-chave que foram utilizados ao longo desse percurso. Em outros termos, apresento minhas ferramentas analíticas (VEIGA-NETO; LOPES, 2007) operadas para balizar o caminho teórico que subsidia a tese. Vejo esse processo de escolha como algo complexo e que deve ser feito de modo detalhado e minucioso, afinal, a escrita também pode ser um modo de conduzir saberes, vidas e, ainda, ser a inscrição de minha própria conduta. Paraíso (2012) afirma que “a demora é importante tanto para conhecermos bem nosso objeto, como para conhecermos nossas “filiações teóricas” e a potência dos conceitos e ferramentas com os quais vamos trabalhar” (p. 35 – aspas do autor).

Nessa parada, relembro-me de minha pesquisa de Mestrado, na qual fiz o uso de Michel Foucault como referencial teórico. No entanto, creio que para aprofundar esta proposta e problematizar sobre uma ação coletiva, é importante acionar outras potências para discutir esse novo tema que me inquieta pois, embora seja no campo da surdez, novos encontros de lá para cá me cruzaram. Então, neste momento, além dos estudos de cunho social na área da surdez⁷, continuarei utilizando Michel Foucault, mas também farei algumas paradas em conceitos de Félix Guattari. Gallo (2007) afirma que “se há pontos de contato, tangenciamentos, entre os pensamentos de Deleuze, Foucault, Derrida [...] e outros, há também muitas diferenças, e diferenças significativas [...]” (p.16). Dessa forma, apesar de ter conhecimento sobre as questões epistemológicas divergentes entre os estudiosos escolhidos, acredito nas tangências entre os pensamentos desses autores e na possibilidade ativa do pesquisador tramar possíveis costuras no uso interesseiro e interessado desses filósofos. Suas diferenças podem aglutinar conexões a partir do desejo e da percepção do autor e fazer com que, guardadas as distinções, estes conversem entre si (evidentemente, sempre respeitando suas construções singulares).

Trabalhando com esses autores, utilizei como chave de pesquisa três conceitos: *regimes de verdade*, *biopolítica* e *subjetividades*. Baseado primeiramente na teoria de Foucault, os *regimes de verdade* (FOUCAULT, 2014), são aqueles que constroem discursos

⁶ Segundo os autores Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 951), “ao nos valermos da metáfora da caixa de ferramentas, apontamos para o fato de que recorreremos à teorização foucaultiana e seus respectivos conceitos de um modo um tanto utilitarista: interessa-nos examinar e dissecar o mais microscopicamente possível o que é dito e o que é feito no plano das práticas sociais, sejam elas discursivas, sejam não-discursivas”.

⁷ Os conceitos e discussões a partir dos estudos surdos se darão de forma mais aprofundada a partir do segundo capítulo da presente tese.

ditos como verdadeiros, aos quais nos filiamos dentro das relações de saber-poder. Já a *biopolítica* (FOUCAULT, 2008a; 2018), se articula como ação de controle da conduta que impacta nas formas de vida da população. Por ela, existe a captura dos sujeitos que é efetivada por meio de dispositivos sociais e de controle.

Por fim, muitos são os estudiosos (FOUCAULT, 2010; GUATTARI, 2010; GUATTARI, 2011a) que teorizam sobre as *subjetividades* e cada qual a compreende a partir de um lugar singular. Sei que é (também) na nomenclatura que os autores que escolhi se divergem: Michel Foucault ao longo de suas pesquisas vai problematizar as sujeições e as subjetivações ativas; já Félix Guattari os processos de subjetivação e as singularidades. Porém, trabalhando com ambos e respeitando suas diferenças, posso construir o conceito de subjetivação que é caro em minha pesquisa e que só consegui fechar a partir da interlocução desses dois autores.

No contexto da presente tese, as subjetividades são concebidas como as construções e conexões de um corpo, efeito da exposição de um sujeito que se materializa nas inscrições sócio-históricas. No que se diz respeito a essa construção, elas podem estar ligadas, neste estudo, a duas vertentes: 1) na lógica dos regimes de verdade dominantes neoliberais, onde nossos corpos, pensamentos e desejos⁸ são capturados para estarmos sempre servindo a essa arte de governar; 2) nas lutas e resistências produzidas que vão de encontro, num movimento contrário, tentando firmar formas outras⁹ de existência. Em Guattari e Ronilk (1996), as *subjetividades capitalísticas* são alinhadas a essas primeiras formas que citei, e estão presas à

⁸ Os desejos, diferentemente da perspectiva teórica pontuada pela psicanálise ou pela perspectiva filosófica que pontua a presença de uma sociedade dominante (que os enxergam como falta), são encarados pelos autores aqui estudados, no contexto da filosofia da diferença, como potência produtiva ou, melhor, como potências que são efeitos de acontecimentos. Segundo Guattari e Ronilk (1996), as economias do desejo não são vinculadas a um sujeito nem a um objeto, e sim compostas pelos acontecimentos e agenciamentos. Novamente, os agenciamentos são cruciais no entendimento desse novo conceito pois é nas relações de saber e poder que os produzimos uma vez que eles são de primeira ordem: abarcam a potência inventiva/criativa que subjuga a uma verdade, confina e, ainda, forja espaços de lutas e de resistência. É no desejo que paira a força e o movimento de ação, a paralisia, a continuidade e a mudança. Nas palavras de Deleuze e Guattari (2010, p. 11) “ele é produzido por meio [...] de fluxos humanos e não humanos de uma multiplicidade de máquinas técnicas, sociais e abstratas. O desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamento maquínico [...] o desejo é transbordamento; é da ordem da produção e não da fala”.

⁹ Utilizo a nomenclatura “existências outras” e não “outras existências” com um propósito de adjetivação conceitual criado por Foucault (2013) a partir das heterotopias (que se opõe as utopias e se manifestam como “a contestação de todos os outros espaços” (p. 28)). Por mais que estejamos em um lugar imerso numa relação de poder específica, dentro de uma língua com seus saberes ou em uma lógica da comunidade, sempre podemos fazer um ato resistente e emergir contra espaços, poderes, línguas, saberes e comunidades, e criar outras formas de existir, ser e estar que fissuram de dentro da própria racionalidade. Por exemplo, em relação às comunidades, o filósofo afirma que os “movimentos feministas, movimentos gay, grupos étnicos, constituem a nova rede de inscrição e a nova avaliação das heterotopias” (p. 53-54). Assim, trazendo para o contexto dessa pesquisa, podemos citar a comunidade surda, a Libras e as políticas que se desenvolveram a partir dessas resistências como formas outras de existir e estar em visibilidade nos espaços sociais. Por tanto, sempre que trazer o substantivo outros como adjetivo nesta tese, me refiro a contextos de luta e emergências que estão em contramarcha às normativas estabelecidas.

lógica do capital. Na contra-conduta¹⁰, como ação de resistência dessas subjetivações, apresento a segunda possibilidade, ou seja, as subjetividades *ativas* desenvolvidas por Foucault (2010) ou, ainda, as *singularidades*, nomeadas por Guattari e Ronilk (1996).

Para finalizar essa introdução, faço a utilização desses conceitos, pois, a perspectiva é a de marcar como os regimes de verdade constituem a sujeição e a produção de subjetividades pelos dispositivos biopolíticos sociais no neoliberalismo.

I.I) A ação da governamentalidade na construção dos regimes de verdade

Ao longo de seus últimos 20 anos de pesquisa, Michel Foucault fez uma analítica histórica dos modos pelos quais “os seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 1), ou seja, suas práticas de sujeição. Esse é o ponto crucial das pesquisas do filósofo, e é a partir desse cerne que são construídas por ele diversas histórias sobre sujeitos e fatores que a sociedade julgava que até então não apresentavam uma origem ou uma produção emergente de certa historicidade.

Dessa forma, o autor nos banhou com a construção da história da loucura por meio da presença e construção da figura do louco e da loucura (FOUCAULT, 1972), do sexo e da sexualidade (FOUCAULT, 1988), das prisões e dos prisioneiros (FOUCAULT, 1987), das instituições médicas e dos doentes (FOUCAULT, 2002a) e de diversas outras formas de assujeitamentos que foram sendo construídas ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX. Essas produções são efeito de verdades sociais que constituem e são constituídas nas relações de saber-poder. O filósofo afirma que ser sujeito é ser efeito dessas relações, é estar sempre assujeitado a algo, estar inscrito em um campo de ação das verdades, normas/leis, saberes e relações éticas. Assim, me interessa todo o percurso que se constrói nas relações de saber-poder desenvolvido por Michel Foucault, pois, esses são elementos para estudar as formas de sujeição (que é exatamente o que me afeta, ou seja, as formas de sujeição e de vida das pessoas surdas). Para isso, preciso delinear esse conceito de modo que possa operar melhor a análise que pretendo fazer sobre os discursos atuais interligados em regimes de verdades e que são solo para a constituição do *ser* surdo assujeitado e de suas contra-condutas.

¹⁰ As contra-condutas dizem respeito às práticas de liberdade ou tentativas de resistência em relação aos dispositivos impostos pelo governo e de controle tanto dos corpos individuais quanto do coletivo, ou seja, são aquelas que possibilitam outras condutas e outras formas de condução. Foucault (1995) afirma que onde há poder há resistência, uma vez que o poder nos força e a resistência vem na contramão, não possibilitando a ação de um poder livre. Quando Foucault faz a transição de seu estudo do poder para o governo, na lógica de seu pensamento, a resistência continua a existir, porém, de outra forma: se os indivíduos são livres, eles podem querer se conduzir de outras maneiras e contra-conduzir a conduta imposta pelo governo.

Estamos sempre constituindo os outros e sendo constituídos nessa operação entre os efeitos das relações de saber-poder que produzem sujeitos temporais e verdades sociais. Por verdade, o filósofo as entende como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 2011, p. 14) ou, ainda, como “o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2011, p.11). Assim, para que as engrenagens do poder funcionem, é necessário que produzamos essas verdades

[...] em qualquer sociedade [...] elas não podem dissociar-se nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção [...] um funcionamento do discurso verdadeiro. Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade (FOUCAULT, 2018, p. 22).

Nos termos de Santana e Silva (2015, p. 221), o “poder, portanto, institucionaliza a verdade. Ou, ao menos, ele institucionaliza a busca da verdade”. Essa institucionalização foi sendo construída a partir de diversas instituições, as quais Foucault (1999) denomina como instituições de sequestro¹¹ ou que Guattari (2011a, 2011b) nomeia como equipamentos coletivos. Isto é, as instituições médicas, jurídicas, religiosas, prisionais, escolares, familiares, empresariais entre outras, que exerciam e exercem uma certa política geral da verdade. Ainda segundo as autoras, “as instituições se formam a partir da busca pela “verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” (SANTANA; SILVA, 2015, p. 211 – aspas das autoras). Em suma, podemos afirmar que somos forçados a produzi-las, tendo o Estado o papel de institucionalizá-las.

Foucault (2018, p. 22) afirma que “temos que produzir verdades assim como [...] temos que produzir riquezas e temos que produzir verdades para produzir riquezas”. Assim, é a partir desse papel político e econômico que as sociedades vão se modificando e se aperfeiçoando aos seus padrões de poder, controle e governo. Na obra *Segurança, Território e População*, Foucault (1979) introduz essa problemática do governo, destacando que este necessita da manutenção e manifestação da produção de verdades para se firmar e se constituir, além de precisar que sejam fabricadas pelos campos de saber (pela proliferação de discursos científicos, jurídicos, religiosos) para que suas engrenagens continuem funcionando,

¹¹Essas instituições vieram para ser também dispositivos de poder que disciplinaram e criam corpos dóceis (VEIGA-NETO, 2016). Além disso, Saraiva e Lopes (2011), complementam que essas instituições “apresentavam uma certa homogeneidade em seu modo de operar sobre os sujeitos. As escolas se pareciam com as fábricas, que se pareciam com as prisões, que se pareciam com os hospitais e assim por diante” (p. 26).

e para que tenham dispositivos que conduzam as condutas dos governados e sejam justificados por meio das regularidades discursivas que as verdades produzem nos e pelos sujeitos.

Nessa perspectiva, por conduzir as condutas dos governados, podemos acionar o que Foucault (1979) nomeou como *governamentalidade* uma vez que este faz uma transição do poder para o governo e, para isso, a arte de governar teria, concomitantemente, que se modificar e aperfeiçoar. O filósofo passa a se questionar “como se governar, como ser governado, como governar os outros, por quem devemos aceitar ser governados, como fazer para ser o melhor governador possível?” (p. 118).

A governamentalidade, entendida como um objeto de estudo das formas de se governar, começa a ser percebida como esse governo de si¹² e do outro¹³ e a partir de um ponto primordial: as relações de saber e poder que conduzem a conduta do outro “e que coloca em operação o poder normalizador” (WITCHES; LOPES, 2015, p. 37), de modo que governar, agora, significaria condução de condutas. Isto é, essa racionalidade previa uma maneira não somente de conduzir os corpos, mas de conduzir toda a população. Nas palavras de Foucault, a governamentalidade se inscreve como

- 1- O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica do poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.
- 2- A tendência que em todo o Ocidente conduziu incessantemente, durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc, - e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.
- 3- Resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalizado (FOUCAULT, 1979, p. 171).

Dentro dessa nova organização de governo, existe uma série de ações denominadas *governamentos*, que são “todo conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952). Segundo os autores, se o poder é visto como uma ação sobre as ações, o governo é visto como um resultado dessa ação, o que nos permite dizer que esse conceito é a manifestação visível do poder. Foucault (1995, p. 247) afirma ainda que viver em

¹² Segundo Castro (2016), a condução da conduta de si próprio, está na ordem dos sujeitos poderem dominar seus prazeres e desejos e na relação que estabelece com o outro e no governo que confere também a esse outro.

¹³ Já a conduta dos outros, ou o governo dos outros é “um conjunto de ações sobre ações possíveis. Ele trabalha sobre um campo de possibilidade aonde vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos que atam: incita, induz desvia, facilita ou dificulta, estende ou limita, torna mais ou menos provável, [...], mas ele é sempre uma maneira de atuar sobre um ou vários sujeitos atuantes [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 237).

sociedade é viver sob a ação da ação dos outros incessantemente; portanto, tem-se que as relações de poder foram “progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições de Estado” (p. 247).

Faz-se importante trazer também os aparatos teóricos que envolvem as noções de governamentalidade e governo para a discussão dessa pesquisa uma vez que elas me ajudarão a problematizar campos de poder importante que perpassam a área da surdez e as formas de vidas surdas, e por fazerem parte dessa arte de governar neoliberal em que vivemos. Eles são constituídos nela, ou seja, se subjetivam e constituem parte das instituições promotoras de verdades sociais; assim, o governo passa a ter controle dessa população por meio de práticas de governo que podem emergir das instituições escolares, clínicas ou, até mesmo, das próprias mídias sociais.

Enfatizo as mídias sociais pois vejo potência na nova constituição subjetiva em rede, agenciada por meio de equipamentos coletivos digitais, sendo eles: redes sociais, televisão e demais aparatos de ação da cibercultura. A mídia, a meu ver, também se coloca como agência ou mecanismo de sequestro que subjetiva e produz desejo no/para o outro. Nesse sentido, retomando aos sujeitos que me interessam analisar – as pessoas surdas, vejo a ação forte da mídia na proliferação de discursos sobre a surdez, a Libras e como eles participam desse jogo neoliberal que tem como consequência a implicação direta na condução de suas condutas¹⁴.

No que se refere ao objeto de estudo dessa tese – os processos de subjetivação de vidas surdas, podemos exemplificar a partir dos estudos de Witchs e Lopes (2015) a construção da governamentalidade ao tornar o indivíduo surdo um sujeito governável. Os autores tomam “a noção de governamentalidade como uma grade de inteligibilidade na qual se inscrevem práticas de constituição da surdez que colocam em operação a normalização, o governo e a subjetivação de surdos” (p. 33). Segundo a pesquisa desenvolvida, é possível compreender a ação da governamentalidade sobre esse sujeito quando, por exemplo, pensamos na educação vigente a esse público. A escola tem como objetivo produzir o sujeito escolarizado e o faz por meio de técnicas e tecnologias de controle dos corpos e comportamentos, sendo uma instituição de importância para a governamentalidade que põe em prática esse poder normalizador. Nesse contexto, quando se constatou a possibilidade de educabilidade dos surdos, era necessário também estabelecer uma norma: quem define quem é surdo e quem é ouvinte e qual a maneira de educá-los. Nessa lógica, tentava-se transformar os

¹⁴ Esse tema será mais adensado em capítulos posteriores. Mas, já deixo registrado o interesse nessa temática e a importância da análise atual da ação da mídia na vida surda, da captura da língua brasileira de sinais como instrumento de apoio e auxílio para a efetividade do sequestro do desejo na produção de formas de vidas que interessam à sociedade capitalística.

surdos em pessoas que, apesar de não ouvirem, fossem capazes de fazer a leitura labial ou, ainda, aprenderem a língua oral. Isto é, quanto mais dentro da norma, dos padrões e das verdades sociais impostas, mais os surdos seriam sujeitos governáveis e controláveis. Em suma, Witchs e Lopes (2015, p. 46) mostram que a surdez “foi inscrita na lógica da governamentalidade, de modo que a possibilidade de normalizar surdos tornasse eficiente o governo sobre esses sujeitos”.

Vai ser (também) na obra *O governo dos vivos* que Foucault (2014) retoma a noção de governamentalidade, porém “agora desdobrando-a no eixo verdade-subjetividade para estudar o governo dos homens pela verdade sob a forma da subjetividade” (AVELINO, 2010, p. 145). Neste momento, Foucault (2011, p. 944) passa a se questionar: “como formou-se um tipo de governo dos homens no qual não se é solicitado simplesmente a obedecer, mas a manifestar, enunciando-o, aquilo que se é?”. Para responder essa questão, o filósofo aciona o que chamou de *regimes de verdade*: “a verdade não existe fora do poder [...] Cada sociedade tem o seu regime de verdade, a sua política geral da verdade; isto é, os tipos de discurso que acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Podemos dizer que os regimes de verdade estão entrelaçados com a forma em que determinados discursos¹⁵ e práticas discursivas¹⁶ foram sendo construídos e legitimados como verdadeiros, a partir de uma série de fatores temporais e históricos que trazem a ideia de verdade à determinada situação, instituição, sujeito ou norma. As sociedades vão se construindo a partir das institucionalizações, discursos verdadeiros e dispositivos que distinguem o enunciado verdadeiro do falso. A respeito disso, Santana e Silva (2015, p. 210) complementam que os regimes de verdade trazem “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro [...] articulando a verdade nas instituições que

¹⁵ Os discursos, para Michel Foucault, não são somente um conjunto de signos, “mas [...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2002b, p. 56). São vistos por essa lente teórica como máquinas produtoras de subjetividade, como ação que vai reproduzindo ao longo da história os saberes que se manifestam de diversas formas: nas práticas discursivas e não discursivas, nos arquivos, documentos etc. Foucault (1987) afirma ainda que as discursividades são tudo aquilo que o sujeito fala e se produz como política, sendo tanto o discurso prático como o oral aqueles que acontecem somente na interação e não existindo fora de uma relação. Para mais saberes sobre os discursos, verificar *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1996).

¹⁶ As práticas discursivas, segundo Foucault (1987, p. 164) são “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, numa época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística [...]”. Os discursos na sociedade se dão como práticas que seguem determinadas regras e constituem regimes de verdades. Segundo Fischer (2013), transformar o discurso em uma prática significa seguir essas normativas em relação aos jogos de poder existentes e criar possibilidades de viver com tais perspectivas de saber. Assim, diversos pontos estudados pelo filósofo podem ser vistos como práticas discursivas: a loucura, a criminalidade, o normal, o doente. Ou seja, Michel Foucault buscou saber quais enunciados estavam atrelados aos sujeitos, em quais tempos e instituições foram sendo construídos e quais suas possibilidades de significados, dependendo da realidade na qual a prática discursiva estava inserida.

produzem os discursos”, sendo essenciais para o funcionamento da sociedade. Foucault (2011, p. 114) começa a desenvolver esse estudo para compreender a forma pela qual “a verdade está ligada a sistemas de poder que a produzem e a sustentam, e a efeitos de poder que ela induz e a reconduzem”. Assim, nos termos do filósofo, o regime de verdade é aquele que

[...] força os indivíduos a um certo número de atos de verdade [...] é, portanto, o que constringe esses indivíduos a esses atos de verdade, o que define, determina a forma desses atos e estabelece para esses atos condições de efetivação e efeitos específicos. Em linhas gerais, podemos dizer, um regime de verdade é o que determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro (FOUCAULT, 2014, p. 85)

Dessa forma, podemos dizer que somos governados, aderimos e criamos elos com determinados regimes de verdade e, conseqüentemente, resistimos a outros. É nessa adesão ou recusa que nos constituímos como sujeitos, pois ela se dá na dimensão do governo dos homens pela verdade. Por ter o foco de seus estudos sempre associados às práticas de sujeições, Foucault (2014) também desenvolve essa análise. Sendo assim, nas palavras de Almeida (2019, p. 191)

[...] a sociedade mesma irá, por meio de determinado domínio do saber, de determinada prática, em dado momento histórico e segundo regras das práticas discursivas e estratégias de poder específicas, distinguir qual discurso pode ser verdadeiro e qual será falso, produzindo um regime de verdade dentro de um sistema de poder.

Nos termos de Avelino (2010), em qualquer sociedade em que vivamos, as políticas de verdade irão existir, pois, “nas sociedades ocidentais, ela constituiu uma das condições para a formação do capitalismo: a verdade é necessária para a produção de riquezas e de poder político” (p. 146). Foucault (2014) vê esse conceito na mesma proporção de, por exemplo, um regime político, jurídico, penal ou manicomial, tendo em vista que “um regime penal é também um regime de verdades sobre o preso; um regime manicomial [...] sobre o louco; enfim, um regime governamental estabelece necessariamente um regime de verdades sobre [...] os sujeitos do governo” (AVELINO, 2010, p. 146). Em suma,

por regime de verdade devemos entender os discursos que funcionam como verdade, regras de enunciação da verdade, técnicas de obtenção da verdade, definição de um estatuto próprio daqueles que geram e definem a verdade; portanto, ligação circular entre verdade e poder: poder que produz verdade e a sustenta, verdade que produz efeitos de poder (SANTANA; SILVA, 2015, p. 218).

Para estreitar laços com o objeto dessa pesquisa e afirmar a importância de trazer esse conceito para nosso campo de problematização, podemos questionar introdutoriamente

quais regimes de verdade funcionam em nossa sociedade e se eles constituem determinados campos de saber. No que se tange a área desse estudo, sendo a surdez um campo de saber que pode ser visto por diferentes regimes de verdade¹⁷, temos: aquele que compõe um campo de saber clínico, e o que constitui um campo de saber socioantropológico.

No primeiro, podemos dizer que o regime de verdade que circunscreve a formação do campo de saber médico pode estar associado à discursividades da surdez como uma patologia, ou seja, pelo viés negativo da falta da audição, pela deficiência ou, ainda, com os sujeitos atrelados a somente o número de decibéis que não ouvem. Em outras palavras, esse regime de verdade que compõe o campo clínico da surdez narra a constituição subjetiva dos surdos como deficientes, doentes ou, nos termos de Foucault (2002a), anormais. Porém, como citei acima, da mesma forma que as instituições vão transformando esses discursos como verdadeiros no governo dos homens, a *contra-conduta* a essas verdades também é possível, construindo um campo de saber outro. Assim, com base no regime de verdade que compõe um campo de saber cultural, temos discursos atrelados à positividade da surdez e, conseqüentemente, à possibilidade de formas outras de existência com base nas verdades sociais de um sujeito que se narra por sua diferença linguística e que usa a língua de sinais para se comunicar e para a sua inscrição subjetiva. Portanto, no que se tange às subjetividades surdas e os regimes de verdade, Morgenstern e Witches (2015, p. 1 – grifos do autor) perceberam-nas

(...) sendo constituídas por regimes de verdade em que os surdos são posicionados e levados a se posicionarem ora como sujeitos em falta, ora como sujeitos da diversidade cultural. Especificamente, identificou-se que uma forte ênfase em *subjetividades deficientes* pauta as formas de ser surdo na metade do século, enquanto que, na outra metade, a ênfase se desloca para a produção de *subjetividades plurais*, marcadas por uma forma culturalista de ser surdo.

Em suma, faço o uso e apresentação dos regimes de verdade para, posteriormente, entender os processos de proliferação de discursos que salientam determinadas formas de vida surda. Podemos dizer que os regimes de verdade produzem normas e direcionam o certo e o errado sobre os corpos individuais e coletivos sobre esse governo dos homens. Nas palavras de Santana e Silva (2015, p. 221) “(a verdade) por sua vez, é a norma: nesse sentido, e antes de tudo, são os discursos verdadeiros que julgam, condenam, classificam, obrigam, coagem, e que trazem sempre consigo efeitos específicos de poder”. É o discurso verdadeiro que culmina exatamente nas normas, ou seja, “somos julgados, condenados, classificados,

¹⁷ A partir do capítulo 2, esses regimes de verdade serão mais bem detalhados pois olharemos como essas verdades produzem esse campo/território da surdez.

obrigados a tarefas, destinados a certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função dos discursos verdadeiros” (FOUCAULT, 2018, p. 22), e das normas estabelecidas a um só tempo.

É também a partir das normas que emergem as polarizações e dicotomizações (CANGUILHEM, 1978): só existem os loucos porque há a norma de quem são os sãos; só encontramos os doentes pois a norma estabelece quem são os saudáveis; só existem as pessoas com deficiência porque assim define a norma das pessoas ditas como ‘normais’; as surdas porque há a norma ouvinte etc. Aliás, Avelino (2010) afirma que a loucura foi uma das maiores exclusões existentes a partir da organização dos regimes de verdade e das normas no ocidente. Nas palavras de Foucault (2014, p. 74) “tampouco deve haver visões da loucura na filosofia ou em qualquer outro sistema racional: não é preciso existir loucos, quer dizer, não é preciso existir pessoas que não aceitem o regime de verdade”. Em outros termos, não deve existir dentro da governamentalidade homens que não aceitem e não estejam dentro dos regimes de verdade que ditam as normas sociais. Em outras palavras, os loucos afrontam a racionalidade vigente e, portanto, devem ser extintos.

Veiga-Neto (2016) reitera que embora a norma polarize, ela também engloba o sujeito “[...] normal ou anormal. O anormal, portanto, está na norma, ainda que seja tomado como um oposto ao anormal” (p. 75). Com essa afirmação, podemos dizer que os surdos também estão dentro de uma norma, e os regimes de verdade que estão circunscritos nesse campo também ditam os comportamentos que devem (ou não) seguir. Assim, mais uma vez trazendo para a área de pesquisa dessa tese, podemos nos indagar: quais são as normas que estão vinculadas ao campo da surdez num viés clínico? Quais são aquelas atreladas aos regimes de verdade que compõem o campo da surdez numa vertente social? Quais circunscrevem o ser surdo? O ser ouvinte? A língua oral e a língua de sinais?

Inicialmente, podemos – baseados em fins pedagógicos, dizer que as normas atreladas a um campo de saber clínico estão vinculadas a comportamentos como o não uso da língua de sinais e dos intérpretes de Libras; a utilização de implantes cocleares e próteses auditivas; as sessões de fonoaudiologia com fins na oralização; a maior identificação com sujeitos ouvintes, dentre diversos outros comportamentos oriundos de uma norma estabelecida para quem ouve. Em contrapartida, por fazermos parte do governo dos vivos, ou melhor, do governo dos homens e estarmos sempre marcados por normas, a outra polarização que surge, ou seja, a norma surda, também traz consigo determinados comportamentos. Como exemplo disso, podemos citar o aprendizado da língua de sinais, o uso de intérpretes de Libras, a negação que ocorre, muitas vezes, na utilização de aparelhos auditivos e implantes

cocleares, a participação da comunidade surda ou, ainda, o engajamento nas associações de surdos. Independente das normas colocadas, Martins (2008a, p.23) afirma que os sujeitos sempre se veem submetidos “nas variadas fabricações de normas e nas classificações impostas [...] aos padrões normativos de um saber que se impõe como verdade”.

Podemos dizer, a partir de todas essas colaborações que, para que a governamentalidade funcione, ela precisa basicamente das construções, sejam elas por meio de enunciados, dos regimes de verdades que legitimam os discursos verdadeiros, e das normas – as quais são fabricadas nos campos de saber e aplicadas às variadas instituições para que sejamos governados. Porém, mesmo que as instituições façam funcionar as normas sociais, Foucault (1995) aponta que em toda relação de poder há liberdade de ação, bem como a resistência às normas de condução de corpos está sempre presente.

A resistência e as contra-condutas marcam suas ações contra as imposições dos regimes de verdade, das normas, das instituições, dos assujeitamentos e das capturas das subjetivações. Em outras palavras, não há poder sem resistência. Podemos ver novamente os sujeitos no interior dessas relações, que ora são capturados pelos regimes de verdade e normas estabelecidas socialmente, e ora resistem à ação desse poder. Porém, sempre se agenciando a outros, assim como nas polarizações criadas no campo de saber da surdez. Foucault (1995) apresenta a ação da resistência sobre si mesmo, na procura de caminhos outros, e na lógica da ética da existência e do cuidado de si. Pode-se dizer, então, que a tríade das relações de poder para constituição dos sujeitos emerge de três dispositivos¹⁸ principais: os regimes de verdades, as normas e as resistências, as quais podem culminar em possibilidades de práticas de liberdade.

Nesse contexto, destaca-se que este tópico foi construído de forma a ilustrar o percurso das relações de saber/poder, a mudança do pensamento de Foucault (2018) dos poderes para o governo, e, principalmente, a partir de todo o caminho desenvolvido, como os regimes de verdade vão sendo construídos. Foucault (2018) direciona a atenção em grande parte do seu trabalho a essas relações de poder, aos dispositivos que delas fazem parte e como elas podem constituir os sujeitos para além de uma relação apenas marcada pela pauta econômica, isto é, entre aqueles que detém o capital e aqueles que são subordinados e vendem

¹⁸ Os dispositivos no qual faço menção por diversas vezes nesse trabalho, se constituem como um conjunto de discursos, técnicas, ferramentas e concepções que produzem as práticas e a sujeição do outro. Segundo Martins (2008a), os dispositivos de poder são “mecanismos, engrenagens que operam na linha da disciplina e da correção e que legitimam saberes; mas também são as resistências contra a legitimação da dominação centralizadora, ou seja, os dispositivos de poder podem assumir novos papéis [...]” (p. 23) e se manifestar tanto nas capturas, quanto nas resistências das relações de poder. Esse conceito será mais bem detalhado a partir do segundo capítulo desta tese.

seus corpos por meio de sua mão de obra. Para o autor, essa subordinação não existe, sendo o poder bem mais perigoso e entranhado do que a relação de um sob o outro, em que um manda e o outro obedece, ou ainda, dos donos dos meios de produção e o proletariado (FOUCAULT, 2008a). Essa ideia pode se associar à lógica marxista, mas não à perspectiva foucaultiana, que entende não como ação e reação de apenas dois agentes. Isso porque há uma microfísica mais perversa e potente e por isso é tão difícil desalinhá-la, tendo em vista que forja sujeitos de desejo a continuidade desse funcionamento. E é essa questão que será abordada no subitem a seguir.

I.II) A arte de governar neoliberal e a construção dos dispositivos biopolíticos

Para Foucault (2008a), o poder está para além do vínculo econômico pois está presente e interiorizado o tempo todo nas instituições, nas relações e, principalmente nos sujeitos. As relações de poder definem nossos gostos, desejos¹⁹, a relação que temos conosco, com o outro etc., além de ser um ciclo constante imbricado nas malhas sociais, balizadas nas micro-instâncias e pensadas por modelos legais e institucionais que Foucault intitula como Estado (FOUCAULT, 1987).

Para pesquisar os poderes que iam para além das relações econômicas e os modos de produção dos sujeitos, Michel Foucault analisou o corpo social. Para organizar meu pensamento, ousou dizer que o filósofo estudou quatro manifestações²⁰ de poder nas sociedades, sendo a primeira regida por um poder pastoral²¹; a segunda administrada e

¹⁹ Deleuze e Guattari (2010) afirmam que o capitalismo incita o desejo. Segundo os autores, “o desejo não é estritamente humano, ele é produzido por meio de agenciamentos de fluxos humanos e não humanos de uma multiplicidade de máquinas, técnicas, sociais e abstratas. O desejo é máquina, síntese de máquinas, agenciamentos maquínicos [...] o desejo é transbordamento; é da ordem da produção e não da falta” (p. 390). O desejo, nesse sentido filosófico, é visto como uma potência que muitas vezes é capturada pelo sistema neoliberal capitalista em que vivemos.

²⁰ Essa tecnologia de poder atravessa os muros da igreja católica e se espalha por toda a sociedade, exercendo um poder individualizante sobre o rebanho. A confissão, cerne desse controle da instituição religiosa perante seus seguidores, vira um modo de relação com o outro e consigo mesmo. Sobre esse poder, Foucault (2002b) apresenta quatro engrenagens de funcionamento, que são: 1) assegurar a salvação dos sujeitos pós-morte em um outro mundo; 2) estar preparado não somente para seguir os princípios do cristianismo nessa forma de poder, mas também sacrificar-se pelo seu rebanho; 3) cuidar da comunidade e da particularidade dos seres durante toda a vida e por fim; 4) o ato confessional (CASTRO, 2016).

²¹ Simplificadamente, o direito de vida e de morte era uma das engrenagens fundamentais para o funcionamento do poder soberano, ou seja, essa tecnologia de poder podia fazer viver e deixar morrer. Além disso, era devido ao poder régio que os súditos tinham o direito de estarem vivos ou mortos. Essas vidas se localizavam dentro do poder político e se manifestavam sempre para o lado da morte, ou seja, “o efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o soberano pode matar” (FOUCAULT, 2018, p. 218). Em outras palavras, aquele que tinha o direito de matar era quem exercia o poder sobre a vida. Nessa lógica, poderíamos definir que seu lema principal de funcionamento era “fazer morrer ou deixar viver”. Para saber mais sobre as

centralizada como efeito de um poder soberano²²; a terceira disciplinar com foco no indivíduo; e a quarta como uma ação de segurança e seus efeitos de poder que agem sobre o corpo individual e a massa populacional. É esse ponto que faz com que o estado seja tão forte, “com uma combinação tão astuciosa de [...] técnicas, de individualização e dos procedimentos de totalização” (FOUCAULT, 1995, p. 7).

Com as mudanças a partir da idade Clássica, o surgimento do capitalismo e das formas de poder que foram se configurando juntamente à sociedade, alguns dispositivos e mecanismos presentes no poder pastoral e soberano foram entrando em declínio – ponto crucial para uma nova era de constituição de sujeições, regimes de verdade, normas e resistências em um Estado moderno²³. Segundo Matos (2019), “as formas de poder acometido pelo controle máximo e organização das forças “desaparecem”, surgindo mecanismos de poder destinados a produzir forças, a ordená-las mais do que as tentativas de impedi-las” (p. 16 - grifo da autora).

Foucault (2008a) afirma que essa nova era de poder “é a razão do governo mínimo como princípio de organização da própria razão do estado” (p. 40). Ele denomina essa nova organização como um “governo frugal” ao fazer referência a um sistema liberal baseado na propriedade privada, no capital e no trabalho, que foi implantado no século XVIII mas que até hoje deixa seus vestígios. Além disso, destaca-se ainda que o filósofo faz alusão ao liberalismo²⁴, que se manifestava como uma nova arte²⁵ de governar onde a liberdade era

problematizações desenvolvidas em torno do Poder Soberano, consultar *Em Defesa da Sociedade* (FOUCAULT, 2018).

²² Vale salientar que essas manifestações de poder não se dão sozinhas e não cessam ao longo do tempo pois, por mais que as relações se modifiquem ao longo dos séculos, elas também ficam imbricadas microfisicamente nas verdades, normas e nos comportamentos produzidos. Então, por mais que se alterem, ainda achamos atualmente vestígios de poderes que, com o passar do tempo, foram sendo aprimorados e reorganizados e perderam a força de funcionamento de um jeito e se atualizaram em outro. Como exemplo, podemos citar o poder pastoral, que foi incorporado pela biopolítica. Ou seja, ela só é possível a partir da base do poder pastoral, perdendo o caráter religioso e se disseminando pela sociedade como um todo.

²³ Segundo Veiga-Neto (2016, p. 68-69), o Estado moderno nasce de uma relação entre a “invasão do poder pastoral e/sobre o poder de soberania”.

²⁴ O liberalismo é muito além do que somente uma forma de se enxergar a economia, mas sim uma economia política, uma filosofia criada e aperfeiçoada a partir do século XVIII na Inglaterra. Sob as lentes teóricas de Foucault (2008a, p. 87) “esse liberalismo que podemos caracterizar a nova arte de governar [...], implica em seu cerne uma relação de produção/destruição [com] a liberdade [...] é necessário, de um lado produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles [...]”. Saraiva e Lopes (2011, p. 23) afirmam que “o Estado liberal [...] é um estado com funções policiais e militares. Suas funções policiais visam garantir a segurança dos bons jogadores”, para que continuem consumindo e competindo entre si. Por fim, além da liberdade e segurança, outro ponto fundamental no liberalismo era o mercado. As verdades estabelecidas não iam ao encontro somente dos corpos governados por essa racionalidade, mas sim as formas de vida que o mercado e o comércio proporcionavam. O mercado operava sobre a criação de um preço “verdadeiro” a partir da lógica operante das verdades produzidas pelo próprio liberalismo, ou seja, de uma suposta ordem natural, independentemente se eram realmente justos ao valor dos bens ou não, atendendo a demanda de uns a partir da exploração de outros. Para saber mais sobre as problematizações desenvolvidas pelo filósofo acerca do Liberalismo, consultar *O Nascimento da Biopolítica* (FOUCAULT, 2008a).

ponto central e considerada um regime de verdade estabelecido nas relações de poder que culminava não somente no campo das ideias, mas também nos corpos, nos desejos, nas subjetivações dos sujeitos e nas instituições que afirmavam os discursos verdadeiros.

Segundo Matos (2019), o liberalismo foi o primeiro passo para a manifestação de uma sociedade disciplinar, de vigilância e de correção. Portanto, para que a liberdade econômica, a segurança dos indivíduos, a nova lógica de mercado e as verdades estabelecidas no seio social ganhassem força, era necessária então uma nova tecnologia de poder. Essa tecnologia, mesmo com toda essa tal “liberdade”, advinda da revolução francesa e industrial no século XVIII, deveria disciplinar, controlar e fabricar individualmente corpos úteis e dóceis²⁶ que servissem como engrenagens dessa nova estruturação de poder (FOUCAULT, 1987). A norma condutora dessa nova tecnologia seria, por conseguinte, a disciplina de dominação regulada pelas instituições que “permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1987, p. 164). O filósofo nomeia essa nova tecnologia de poder que surge no século XVII e início do século XVIII como *Poder Disciplinar*.

Essa nova tecnologia de poder é capaz de fabricar, hierarquizar, sedentarizar, organizar, normalizar e, principalmente disciplinar os corpos. Assim, Dreyfus e Rabinow (1995) afirmam que os corpos eram objetificados nessa rede quase invisível para aqueles que dela faziam parte, promovendo a impressão de que esse disciplinamento fosse natural, e para que essa nova lógica de funcionamento passasse a ser necessária na vida e nos processos de produção de subjetividades dos variados sujeitos. Mesmo que não sejamos todos igualmente disciplinados, sabemos o que a norma permeada pelas disciplinas impõe. Por exemplo, caso vejamos alguém que não esteja seguindo essa série de disciplinamentos dos corpos, esse indivíduo poderá ser denunciado ou acusado, o que geraria certa “vigilância constante de uns sobre os outros, [...] encabeçadas pelas instituições [...]” (MATOS, 2019, p. 27). No que tange ao disciplinamento, faço o movimento de retomada ao meu interesse particular, trazendo certa analítica aos corpos surdos quando Lunardi (2003, p. 186) afirma que

²⁵ Segundo Castro (2016, p. 191), essas artes de governar na qual Foucault faz menção seriam “o estudo do governo de si (ética) e o governo dos outros (as formas políticas de governamentalidade) e as relações entre o governo de si e o governo dos outros. Nesse campo estariam incluídos: o cuidado de si, as diferentes formas da ascese (antiga, cristã), o poder pastoral (a confissão, a direção espiritual), as disciplinas, a biopolítica, a polícia, a razão de estado, o liberalismo”.

²⁶ Quando Foucault (1987) se refere aos corpos dóceis, faz referência a um corpo que possa ser manipulado, utilizado, submetido, transformado e aperfeiçoado. Em outras palavras, corpos que podem ser economicamente produtivos e politicamente submissos. Porém, isso não quer dizer que esses mesmos corpos não possam manifestar suas vontades de resistência e liberdade contra essa nova tecnologia de poder.

Na instância do poder disciplinar, a diversidade acaba instituindo mecanismos que permitem definir aqueles que se encontram na norma e os que estão fora dela, para assim normalizá-los e fazer possível a convivência com o diferente. É nesse sentido que o surdo é, [...] classificado como diferente, como aquele que se desvia da norma, pois é aquele que não escuta, que usa outros elementos linguísticos para se comunicar; e por isso a necessidade de enquadrá-lo num desvio-padrão aceitável para que essa convivência seja, no mínimo, apaziguada pela ideia da igualdade (p. 186).

Caso os surdos não estejam dentro desse regime disciplinar, eles acabam conferindo um certo risco para a funcionalidade dessa sociedade liberal que tem como pauta a disciplinarização, além da periculosidade do não governo desses corpos que, enquadrados na norma, também podem ser úteis e dóceis para a afirmação dessa arte de governar e para a produção de utilidades lucrativas. Porém, essa sociedade disciplinar que foi sendo constituída com base em um regime de verdade liberal, aos poucos foi sendo mais elaborada²⁷: agora era necessário, para além de uma disciplina do corpo, uma economia que permitisse “racionalizar a conduta sobre a vida” (MATOS, 2019, p. 17),

Com base nessa complexidade cada vez maior da arte de governar, dos indivíduos e da sociedade, o liberalismo começa a ser visto e praticado em uma nova estrutura e na perspectiva de “uma economia a nível do Estado inteiro, isto é, com relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um” (FOUCAULT, 1979, p. 642). Matos (2019, p. 28) afirma que essa alteração significava “uma maior individualização das práticas de si e das formas de governo da população. O Estado participa como regulador, se utilizando das técnicas disciplinares e dos dispositivos de segurança, mas, menos expansivo como no liberalismo [...]”. Em outras palavras, essa arte de governar era ainda mais individualizadora, porém, se alastrava coletivamente na população. É válido mencionar que esse aprimoramento das artes de se governar liberais deveriam se adequar agora não somente aos corpos, mas a um nível populacional de controle fundado no capitalismo, sendo ele um processo de produção e aumento na distribuição das riquezas chamado de *neoliberalismo*, o qual agencia nossos desejos e nos coloca na esteira da extrema utilidade de nossos corpos.

A analítica do neoliberalismo criada por Foucault (2008a) surge de uma forma mais perversa e velada a partir do século XIX. Era necessário agora não somente um homem dócil e útil, mas um homem flexível que pudesse se adequar às diferentes ações das

²⁷ Apesar das artes de governo serem cada vez mais aprimoradas desde o poder confessional até o régio, “o que aconteceu foi uma tríplice aliança entre soberania, disciplina, e gestão governamental, entendida essa última como uma nova arte de governo exercida minuciosamente, ao nível do detalhe individual e, ao mesmo tempo, sobre todo o tecido social” (VEIGA-NETO, 2016, p. 71). Não aconteceu uma “substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta por uma sociedade de governo” (FOUCAULT, 2011, p. 291), o que ocorreu foi um aprimoramento e entrelaçamento de umas com as outras.

governamentalidades, economias, condutas/apropriação do desejo pelo trabalho e em ser fonte do produtivismo social. Foucault (2008a) enxerga o neoliberalismo como uma nova arte de governo que vai governar pela verdade e agir sobre as subjetividades dos indivíduos. O filósofo desenvolve essa análise para, justamente, perceber os efeitos dessa forma de governo nos processos de subjetivação e reduzir as formas de pensar, problematizar ou refletir sobre o cálculo econômico.

Assim, podemos dizer que o neoliberalismo afeta a produção dos sujeitos e as criações de regimes de verdades. O filósofo afirma ainda que o neoliberalismo enxerga essa nova economia como empresas que competem entre si e que se manifestam nos próprios indivíduos – que serão conduzidos em suas condutas sociais a partir das leis da própria concorrência. É necessário agora passar a ver o sujeito como um indivíduo de interesse, competitivo, que possa ser empresário de si e concorra no mercado com outros empresários que governem a si mesmo: a individuação ganha no neoliberalismo sua máxima potência.

Pagni (2017) complementa que nesse trabalho de si, nessa composição do corpo como uma empresa, é possível fazer uma análise detalhada do que determinados corpos são capazes, ou seja, se tem a competência de implementarem tal atividade ou não. Essa avaliação permite “o reconhecimento dos elementos inatos e o que pode ser adquirido pelos indivíduos, exigindo o máximo de produtividade e eficiência [...] ao saber até onde sua máquina-competência pode chegar [...]” (p. 263).

Além disso, Matos (2019) pontua que esse trabalho de si sobre si, desse investimento pessoal que resulta nessas competências e produções de subjetividades, se direciona a um ponto crucial que os neoliberais fizeram em relação aos liberais: a questão da liberdade. Saraiva e Lopes (2011, p. 18) afirmam que “a liberdade que é produzida pelo neoliberalismo é uma liberdade regulada e normalizada. O sujeito do neoliberalismo deve ser governável por meio de sua liberdade”. Essa liberdade não era vinculada somente ao que os sujeitos gostariam de trabalhar ou de receber, mas também do que eles gostariam de consumir e ter. Ou seja, um homem livre para escolher seus consumos e desejos, sendo estes dirigidos, de certo modo, e conduzidos a certo interesse: a fabricação do desejo e como consequência do sujeito. Assim, o consumo passa a ser então “a principal finalidade da atividade empresarial de si” (MATOS, 2019, p. 31).

Trago uma breve discussão sobre o neoliberalismo e o regime de verdades apresentado por Foucault (2008a) para marcar a inclusão e participação do sujeito surdo nessa ação da governamentalidade na captura de seus corpos como componentes para o ‘mercado’. Os corpos surdos não são excluídos desses dispositivos neoliberais e isso implica diretamente

na constituição de vidas e das subjetividades surdas – ponto crucial desta pesquisa. Kraemer e Thoma (2011) entendem, por exemplo, a inclusão escolar dos alunos surdos como uma estratégia de governo que contribui para a manutenção de uma racionalidade neoliberal e que, conseqüentemente coloca os surdos também nessa lógica do mercado de trabalho e de desenvolvimento de sujeitos economicamente ativos, participativos e produtivos. Segundo as autoras, “conduzir a conduta dos sujeitos, dentre eles os surdos, [...] perpassa pela necessidade de se entender a inclusão escolar [...] para que todos se tornem sujeitos cientes e comprometidos com suas responsabilidades e atribuições perante uma política econômica produtiva” (p. 89).

Além disso, a questão do neoliberalismo também se faz crucial a partir do momento que somos, a todo instante, capturados por ele, ou, em sua contra-conduta, tentamos resisti-lo (esse é um movimento que pode ser feito por ouvintes ou por surdos). Kraemer e Thoma (2011, p. 89) reiteram que “em nossos dias somos todos incitados, seduzidos, convocados a entrar e participar do jogo econômico que nos transforma em indivíduos microempresas”. Ou seja, estamos e fazemos parte desse jogo neoliberal que se faz ainda mais aflorado na atualidade governamental em que vivemos. Outro ponto de interesse da discussão sobre o neoliberalismo e que será apresentado nos capítulos à frente, é a questão das mídias sociais e como elas se colocam como dispositivos potentes de disseminação de informação e como agentes que afloram a competitividade e o desejo pelo consumo dos indivíduos – elemento essencial para a manutenção e regulamentação do neoliberalismo.

Ademais, é importante frisar que o neoliberalismo se compõe como uma governamentalidade, afinal, as práticas de governo que o constitui guiam as condutas de vidas: fazem-nos consumir, competir, produzir, dentre diversos outros pontos que controlam nossos comportamentos. Nas palavras de Kraemer e Thoma (2011, p. 95-96) sobre os corpos surdos, tem-se que “no processo de inclusão escolar [...] são colocadas em funcionamento as proposições da lógica econômica (neo)liberal, qual seja: a participação de todos na rede de consumo instituída pelo mercado. As autoras ainda afirmam que nesses corpos “almeja-se construir [...] uma conduta potencialmente produtiva e participativa [...] dentro de um princípio de mercado onde são organizadas, produzidas e difundidas formas de vida autogestoras das habilidades e competências” (p. 90-91).

Em suma, o neoliberalismo traz essa ideia de liberdade máxima e absoluta, porém, é nessa armadilha que os sujeitos se veem cada vez mais capturados e presos numa governamentalidade, como se ela não existisse sem os indivíduos e os indivíduos não existissem sem ela. Se a vida, os regimes de verdade, os comportamentos e as subjetividades

são capturados, construídos e manipulados pelo e no neoliberalismo, os sujeitos acabam se tornando, concomitantemente, altamente governáveis – corpos dóceis à disciplina. São nessas capturas mais sutis que a *biopolítica*, “se torna esse campo de regulamentação entre Estado e a população” (MATOS, 2019, p. 17). Ressalta-se que esse aspecto é iniciado na segunda metade do século XVIII e início século XIX na sociedade moderna.

Nessa perspectiva, tem-se então a passagem de uma sociedade disciplinar, de temporalidade, distribuição e disciplinarização dos corpos, para a quarta forma de desenvolvimento do corpo social que citamos anteriormente: a *sociedade de segurança* com outras formas de manifestação de poder. Começa a surgir uma tecnologia de poder distinta e complementar ao poder disciplinar, que o integra e implanta um determinado modo de vida na multiplicidade dos homens: agora, o governo se aplica para além dos corpos individuais, mas também nas vidas coletivas e na população. Dessa maneira, Foucault (2018) apresenta duas séries ou tecnologias de poder distintas, porém complementares: “a série corpo – organismo – disciplina – instituições; e a série população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores” (p. 210), tendo mais uma vez a norma como elemento agenciador entre essas duas tecnologias de poder.

Apesar da biopolítica já existir anteriormente à governamentalidade neoliberal, ela se consolida ainda mais nessa arte de governar pelas capturas que são feitas às vidas e, principalmente, pelos processos de subjetivações produzidos nos sujeitos. Nas palavras do filósofo,

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida [...] Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante [...] que se faz direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie [...] algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2018, p. 204 – grifo do autor).

A biopolítica é a manifestação do biopoder, sendo este um poder não centralizado e governamental que controla o biológico, mas que se atualiza por meio de dispositivos disciplinares e de segurança. Ele se dissemina de forma a regularizar toda a população, de forma que a vida passa a fazer parte dos cálculos de poder e se torna alvo de um objeto político, afirmando as que merecem ou não viver nas malhas e relações disseminadas socialmente na racionalidade neoliberal. Além disso, é pertinente destacar que o biopoder foi um dispositivo crucial para o desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido

graças ao agenciamento ao poder disciplinar e individual. Foucault (1988) afirma que para a evolução do capitalismo, diversos fatores promovidos pelo biopoder foram importantes, tais como a

[...] segregação e [...] hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do bio-poder com suas formas e procedimentos múltiplos (p. 131).

Ou seja, esses fatores se constituem em ações e ferramentas regulamentadoras do funcionamento do biopoder, controlando a sociedade pela demanda do Estado, produzindo determinadas formas de vida e, conseqüentemente, apagando outras pela manifestação da biopolítica. Segundo Matos (2019, p. 18), ela se revela como “um conjunto de técnicas capazes de esmiuçar os fenômenos da realidade, [...] os saberes produzidos em vários campos se entrecruzam formando uma rede de informações”, que são controladas pelas instituições. E esses saberes permitem que o poder adentre cada vez mais nos processos de subjetivação e se tornem o alvo principal dessa nova tecnologia.

Nesse contexto, a vida e a morte aparecem como o ponto crucial das relações, ou seja, se no poder soberano tinha-se como mote deixar viver e fazer morrer, “o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (FOUCAULT, 1988, p. 126), na biopolítica (com o biopoder), o lema se manifestava opostamente: *fazer viver e deixar morrer*. O Estado moderno não quer mais ter o poder sobre a morte e sim sobre a vida para que ela possa ser governável, pois “um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 1988, p. 129). O signo da morte foi sendo aos poucos desqualificado para dar importância à nova questão central do governo: a vida.

Além disso, essa nova tecnologia de poder atua sobre as características vitais das coletividades, abarcando “um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população (FOUCAULT, 2018, p. 204)”, juntamente com uma série de questões econômicas advindas do neoliberalismo que constituíram, segundo o filósofo, “os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica” (p. 204). Essas diversas intervenções realizadas a partir da lógica biopolítica do estado “são muito mais econômicas do que a transformação dos sujeitos por meio de processos de normalização. A normalização biopolítica passa apenas indiretamente pelos sujeitos, pois seu alvo são as transformações introduzidas no tecido social” (SARAIVA; LOPES, 2011, p. 22).

É nesse contexto de controle de uma sociedade de normalização ou normalizadora que a instituição da medicina aparece ainda mais forte para controlar as doenças e alongar a vida, promover a higiene, as vacinações²⁸, e as medicalizações. Os indivíduos que vão perdendo sua produtividade para uma finalidade lucrativa ou, ainda, coletivos de sujeitos com potenciais de serem, de certa forma, ingovernáveis, vão de igual modo sendo capturados por essa tecnologia para que haja o controle também desses corpos insurgentes, tornando-os administrados de forma pública. Saraiva e Lopes (2011, p. 19) afirmam que “para aqueles que não têm condições nem mesmo de iniciar o jogo, deve-se prover recursos mínimos que garantam pelo menos a sua entrada”. Como exemplo, podemos ressaltar todas as existências que de certa forma fogem do padrão normativo, ou seja, as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência, e as surdas.

Nesse contexto, Lockmann (2013) desenvolve uma pesquisa acerca dos discursos sobre a inclusão escolar dos alunos surdos, mostrando as estratégias biopolíticas de normalização que a escola coloca sobre essa população e entendendo essa inclusão como “uma ação biopolítica de gerenciamento do risco social” (p. 1). Acerca dessa ação da medicina sobre as populações que apresentam riscos para a funcionalidade da sociedade, a autora afirma que “a patologização [...] reúne um conjunto de discursos que entendem a surdez [...] pelo seu traço biológico, destacando-a como uma doença, [...] esse entendimento vem acompanhado por procedimentos de medicalização da surdez [...] que utilizam diferentes estratégias para normalizar [...] o surdo” (p. 7). A inclusão, nesse sentido, se apresenta como um conjunto tático alinhado à biopolítica e que fagocita corpos para o processo de normalização (LOPES; DAL’IGNA, 2012).

Nesse contexto, Lopes e Morgenstern (2014, p. 184) afirmam que, “ao tomarmos as lentes Foucaultianas, podemos perceber que partimos da exclusão daqueles que eram ignorados pelo Estado para a busca estatística de todos [...] vemos uma inclusão por exclusão dos marginais”. Ainda reiteram que “a inclusão aparece como uma forma de alcançar [...] o coletivo da população por meio de biopolíticas” (p. 185). Na lógica neoliberal, seria muito melhor investir na “inclusão” de corpos até então “ingovernáveis”, do que futuramente ter que investir em questões assistenciais por meio de recursos públicos dispensados para aqueles que necessitam dessas medidas de apoio. Nas palavras de Saraiva e Lopes (2011, p. 19) “as políticas de inclusão, a partir dessa perspectiva, podem ser entendidas como produtoras da

²⁸ Sobre a vacinação, temos visto o movimento do atual governo – que é contrário à ciência e à disseminação da vacina produzida para o combate ao novo corona vírus, afirmar esse deixar morrer instaurado na biopolítica, desqualificando a ciência e, conseqüentemente, produzindo o racismo de Estado.

liberdade de mercado, se constituindo, desse modo, num elemento importante na governamentalidade neoliberal”.

Sobre a ação da biopolítica nessa racionalidade, as autoras complementam ainda que o ponto do neoliberalismo não é somente a produção de desigualdade social, mas sim, a produção de regimes de verdade que culminam na falsa inclusão daqueles que não estão (ou não conseguem estar) inseridos nesse sistema. É esse o ponto mais perverso da biopolítica, ou seja, esses corpos, ou ainda, essas existências que são excluídas, são “adicionadas” apenas pelo fato de que, sendo perversamente incluídas, também podem ser perversamente governadas; e isso traz um falso sentimento de pertencimento e representatividade. Por essa razão, é nesse sentido que as mortes e apagamentos acontecem.

Por mortes, Foucault (2018, p. 216) não entende que isso seja “[...] simplesmente o assassino direto, mas também tudo o que pode ser assassinato de forma indireta: [...] a morte política, a expulsão, a rejeição, etc”. A ação da biopolítica determina a vida que pode ser vivida nesse sistema neoliberal; aquela que obedece, interioriza e produz, como resultado, a marginalização de subjetividades resistentes à tais normas. A biopolítica nesse sentido mata desejos, vontades, afetos, lutas, liberdades e subjetividades. Ela inibe as resistências, as contra-condutas, as formas de existências outras na racionalidade neoliberal. Com isso, para a concretização dessa morte e desse apagamento, Foucault (2018) nos leva a pensar em uma lógica operatória, um dispositivo essencial para o funcionamento da biopolítica nomeado como racismo de estado²⁹ - entendido como sendo o mecanismo fundamental para o controle da sociedade e das relações de poder. Ele é a prática política de manutenção de certas vidas, ou seja, a justificativa das mortes e da purificação da raça.

O estado só funciona e propaga saberes e verdades a partir do controle que advém do racismo, do medo e da insegurança da morte. Foucault (2018, p. 217) afirma que o racismo age “na morte de um criminoso ou em seu isolamento. A mesma coisa ocorre na análise feita pelo autor sobre a “loucura, com as anomalias diversas”, com o deficiente ou com o sujeito surdo (que será analisado nos capítulos mais a frente, à luz do neoliberalismo e das formas de condução em nossa sociedade atual).

Para finalizar, muitos são os “porquês” justificados nesse texto para o alongamento analítico e à menção aos aspectos de construção do conceito da biopolítica. Dentre eles,

²⁹ Segundo Foucault (2018, p. 215), ele é “a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”, em outras palavras, é aceitável a morte dos indivíduos que constituem algum tipo de perigo biológico e subjetivo a outros. O filósofo desenvolve esse conceito com a função de problematizar e constatar o seguinte: se um determinado tipo de vida vive, o outro, aquele distinto de nós, deve morrer.

podemos citar a compreensão da biopolítica que se forja dentro dos regimes de verdade na constituição dos processos de subjetivação dos sujeitos, visto que é constituída pelos regimes de verdade por conta dos saberes que, concomitantes a ela, são edificados. Nesse sentido, essa tecnologia tem, a partir dos regimes de verdade que por ela são manifestados, o poder de capturar as subjetividades surdas que estão imersas nessa biopolítica. Digo, é a partir da biopolítica, assim como dos regimes de verdade, que construo o conceito de subjetivação que é caro em minha tese. Outro ponto essencial para a leitura da biopolítica é a governamentalidade que se manifesta como uma forma de biopoder na condução das condutas dos indivíduos, e a forma como as mídias sociais podem agir como dispositivos biopolíticos na captura da população surda.

Em suma, nesse subitem tentei traçar como foi sendo construída a governamentalidade neoliberal nos termos de Foucault (2008a), e como a biopolítica foi constituída como uma tecnologia de poder essencial para a manifestação dessa racionalidade. Escrevo esse caminho pois o foco de pesquisa nas sujeições surdas é desenvolvido nessa racionalidade e inscrito nas lógicas de captura da biopolítica e seus dispositivos de ação. O âmago do estudo é que os modos de existência que vão se assujeitando nas ações governamentais na sociedade não são processos exteriores, mas sim, fabricações sociais com desejos históricos da produção de controle e da normalização de corpos para o consumo. É nesta conjuntura que o perigo se encontra, ou seja, os regimes de verdade e as capturas biopolíticas presentes no neoliberalismo vão além do que é visível uma vez que agem na esfera interior, do invisível ou, em outros termos, nas produções subjetivas. É essa questão que abordaremos no subitem a seguir.

I.III) Os processos de subjetivação por duas lentes analíticas: Michel Foucault e Félix Guattari

Em continuidade ao percurso apresentado anteriormente sobre as relações de saber-poder e os regimes de verdades, construídos a partir dos comportamentos produzidos nos sujeitos e nas normas que se manifestam em práticas sociais, abordamos agora um conceito central articulador a esses temas: os processos de subjetivação e as formas de sujeições. O objetivo deste subitem é marcar as formas pelas quais os sujeitos vão se constituindo – tanto nos mecanismos de capturas como nas práticas sobre si que se caracterizam como formas de resistências subjetivas em relação à ação da governamentalidade e aos seus dispositivos sociais.

Para problematizar o tema faço a escolha de um caminho teórico a partir de ferramentas filosóficas de dois autores principais: Félix Guattari e Michel Foucault. Procurei ao longo deste subitem manter, como já disse anteriormente, o diálogo entre esses estudiosos para posteriormente analisá-los na relação entre as formas de vidas surdas e as mídias sociais. Apesar das diferenças entre eles, alguns conceitos selecionados conseguem dialogar e possibilitar o adensamento da discussão. Essa articulação entre ambos nos proporciona a ampliação e aprofundamento da problematização acerca dos modos de existência nos quais somos assujeitados (ou as formas como somos capturados pela arte de governar neoliberal e as ações do capitalismo). Em contrapartida, nos possibilita investigar quais os caminhos possíveis para a ação da resistência e fuga dessas capturas, marcando as forças que impulsionam as subjetividades ativas – os chamados processos de singularização, nas palavras de Félix Guattari.

Tanto Michel Foucault como Félix Guattari seguem a perspectiva Nietzscheana, a qual propõe a constituição do sujeito por meio da experimentação e seu encontro com o mundo constituído pelos interesses sociais em processos históricos. Portanto, falam do encontro com o outro, com os saberes, com as relações de poder e seus efeitos, com os afetos, os desejos etc. Nessa linha teórica, o sujeito se forja nas práticas cotidianas por múltiplas conexões, ao contrário da constituição arbórea³⁰ dos seres. Assim, o ser não é algo já dado de antemão, como acreditam Kant, Descartes, Comenius e outros filósofos, pois o sujeito não esteve sempre ali. Pelo contrário, a partir da modernidade as problematizações vão sendo construídas acerca de como cada um se torna aquilo que se é, por quais experiências ou, nas palavras de Foucault (2010), por quais matrizes de experiências o ser humano perpassa para se tornar um sujeito.

Para Foucault (2010), o sujeito se deriva de uma relação histórica resultante da articulação entre os saberes e as relações de poder. Nas palavras de Carvalho (2007, p. 151), as subjetivações são “da ordem direta e incontornável com as implicâncias dos processos históricos de subjetividade”. Lopes e Morgenstern (2014, p. 180) afirmam que os processos de sujeição são uma das “formas pelas quais os indivíduos se tornam sujeitos a partir de tecnologias de dominação de si e sobre as formas de obtenção de subjetividade”. Assim, o

³⁰ Deleuze e Guattari (1997) problematizaram a ideia de construção subjetiva arbórea, ou seja, de um sujeito que se constitui de cima para baixo, de uma representação prévia, de algo metafísico que tem as raízes como seus fundamentos. Segundo Herner (2009, p. 161) “o modelo arbóreo é aquele que opera por hierarquização e pela centralidade, estruturas e relações binárias [...] ou seja, [...] o arbóreo sempre tem algo genealógico”, ou em outras palavras, uma origem. As instituições disciplinares ou de sequestro, para Foucault (1999), são, no caso, o Estado, as famílias, as escolas, as fábricas, entre outras. Segundo Herner (2009), elas operam por essa lógica arborescente.

sujeito se estabelece em possíveis *matrizes de experiência* ou, ainda, em focos de experiência, - que seria uma espécie de umbral de constituição subjetiva e cuja formação se dá em três eixos: (1) uma relação díade entre o *campo de saber* como pilar na construção de *verdades* estabelecidas historicamente; (2) *poder*, que resultam em *normas* e *comportamentos*. Dessa associação, tem-se como produção a (3) *ética* ou a *subjetivação*, ou seja, uma ação produzida no/pelo sujeito na medida em que se relaciona com os dois primeiros eixos (que pretendem produzir linhas de condutas). Dessa tríade é concebido, então, o *eu-sujeito*. Nas palavras de Foucault (2010, p. 4-5):

[...] queria dizer uma análise do que se poderia chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. Esses três elementos - formas de um saber possível, matrizes normativas de comportamento, modos de existência virtuais para sujeitos possíveis -, são essas três coisas, ou antes, é a articulação dessas três coisas que podemos chamar, creio, de "foco de experiência" (aspas do autor).

Quando olhamos o conceito de matriz de experiência pelas lentes deleuze-guattarianas, podemos abordar o que os autores chamaram de *territórios*. Para criarmos um *território* ou uma territorialização, é necessário que primeiro estejamos agenciados³¹ a ele. Podendo ser compreendido tanto como um local físico, como um lugar subjetivo que construímos baseado em agenciamentos sociais e corpóreos (ou a partir de nossas relações com determinados saberes e regimes de verdade produzidos socialmente), os territórios são

³¹ Ronilk e Guattari (1996, p. 317) afirmam que o agenciamento se insere em uma “noção mais ampla que a de estrutura, sistema, forma etc. Um agenciamento inclui componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica como de ordem social, [...] imaginário” e ocorrem apenas na relação entre máquinas. É só pelos processos de agenciamentos que se constroem as subjetividades e se conectam as dimensões visíveis e invisíveis de vários níveis e ordens de jogos de poderes. Segundo Deleuze e Guattari (1997, p. 218), todo agenciamento é do mesmo modo territorial e é conectado em um campo histórico-social de produção, na qual “a primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma [...]”. O território cria o agenciamento. Ainda segundo os autores, os agenciamentos podem se manifestar de duas maneiras complementares, sendo: (1) os agenciamentos coletivos de enunciação e (2) os agenciamentos maquínicos de corpos. Os *agenciamentos coletivos de enunciação*, também chamadas de *máquinas abstratas*, não correspondem nem a uma entidade de essência individuada e interiorizada, nem a uma entidade social pré-determinada. Eles remetem “a uma máquina de expressão cujas variáveis determinam o uso dos elementos da língua” (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 32). Guattari e Ronilk (1996, p. 31) complementam que “a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação [...] Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extra pessoal, extra individual”. Nesse sentido, os agenciamentos coletivos de enunciação vão se conectando com coisas de diferentes dimensões e, a partir desses vínculos, produzem subjetividades ou modos de existência que se manifestam sempre em níveis distintos. Já os agenciamentos maquínicos de corpos, segundo Haesbaert e Bruce (2009, p. 7), são “[...] as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos. Os agenciamentos maquínicos de corpos dizem respeito um estado de mistura e relações entre os corpos em uma sociedade”. Essas *máquinas sociais* que constroem os agenciamentos maquínicos de corpos são, segundo Carvalho e Camargo (2015), as redes de instituições e dispositivos institucionais como as escolas, as igrejas, as fábricas, as famílias etc. Por fim, é necessário frisar que não podemos reduzir seus produtos, mas, sim, entender seus efeitos tendo em vista que cada um tem uma forma e função; os dois são necessários na constituição dos territórios subjetivos.

vistos como um espaço conhecido e confortável (ou não) para se viver, e para conseguirmos problematizar e enxergar possíveis produções de nossas versões e sermos o que somos. Podemos interpretá-los como um espaço que está em um constante processo: um ininterrupto tornar-se ou tornar a ser, assim como as possíveis matrizes de experiência que vão se constituindo a partir da relação tríade descrita acima. Segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 323) ele “é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma [...] é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar [...] toda uma série de comportamentos, de investimentos, [...] nos espaços sociais, culturais, estéticos”. A construção desse território se dá por meio de diversas linhas subjetivas e do agenciamento entre elas. Desse modo, é a partir do encontro³² com signos variados produzidos nos agenciamentos coletivos de enunciação e no agenciamento maquínico de corpos que os territórios (ou os processos de subjetivação) vão se construindo. Em outras palavras, “podemos nos territorializar em qualquer coisa, desde que façamos agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (HAESBAERT; BRUCE, 2009, p. 8).

Trago a aproximação teórica entrelaçada dos conceitos de matriz de experiência em Foucault (2010) e de território em Deleuze e Guattari (1997) porque penso serem eles potentes e tangíveis quando afirmamos os modos de constituição subjetiva que não podem ser forçados fora de um espaço social, a partir de uma malha enunciativa e por meio de verdades construídas historicamente. Para exemplificar a matriz de experiência, assim como os territórios possíveis dentro dos estudos surdos acerca do movimento territorial, é pertinente mencionar que na década de 80 foi iniciada a composição de um território onde abarcavam práticas discursivas das pessoas com deficiência (PCDs) juntamente com os discursos sobre e das pessoas surdas. Eles lutavam pela garantia de direitos baseados em políticas públicas para sua inclusão efetiva nas diversas esferas sociais pela lógica da acessibilidade.

No entanto, a partir do momento em que houve uma contraposição ao modo como os surdos eram narrados, na lógica dos territórios PCD, aliado aos diversos estudos e pesquisas marcando a diferença linguística dos surdos para além da necessária adequação de seus corpos pelo reparo do uso da língua oral (FELIPE, 1993; FERNANDES, 1994a), ampliaram-se as vozes, narrando outra concepção uma vez que tais lutas acenavam para a diferença surda com bases no modo de comunicação que estes sujeitos faziam em uma língua gestovisual. Nessa perspectiva, com o reconhecimento da língua de sinais os surdos sentiram a necessidade de

³² Na perspectiva deleuziana, os encontros podem ser vistos como espaços de relação por serem exatamente a conexão e o ato do encontro entre corpos que produzem e permitem os estranhamentos e as reconfigurações subjetivas dos agenciamentos coletivos de enunciação. Eles têm como efeitos os desejos.

um deslocamento desse território PCD e dos enunciados que dele faziam parte (pois eram, até então, mais vinculados a uma vertente médica), para numa pauta voltada à normalização desses corpos a partir da adequação corporal por meio de aparelhos auditivos, implantes cocleares, leitura labial etc. Fizeram esse movimento objetivando um território distinto que reconhecesse essa forma de outra comunicação (forjada em suas diferenças), e a criação dessa comunidade surda, a qual se comunica com o mundo a partir da língua de sinais e luta, principalmente, por pautas inclusivas pela via da defesa de suas diferenças, assim como no território PCD. A diferença dessa luta seria o foco na inclusão linguística em todos os contextos sociais, ganhando destaque especialmente na área educacional. Segundo Cabello (2021, p. 55) “na defesa, portanto, da diferença surda, percebemos que foi se constituindo um campo de afirmação surdo ou, em outras palavras, um *território surdo*”. A pesquisadora complementa ainda que

[...] para a defesa de um território surdo específico [...] marca, inicialmente, a reivindicação pela sobrevivência, com a criação de fronteiras subjetivas estabelecidas como estratégias de resistência às formas dominantes de saber e poder e que até então eram majoritariamente ouvintes.

Dialogando com o tema da surdez, retomo os estudos filosóficos que sustentam a problematização trazida nesta tese. Pela lente Foucaultiana, a surdez pode ser concebida como produto de uma fabricação social. Witches e Lopes (2015) afirmam que, assim como a loucura em seu campo de saber produz o sujeito louco e o crime produz o criminoso, é possível dizer que a surdez produz o sujeito surdo. Os autores fazem uma análise a partir da escola sobre a relação entre os três eixos (saber, poder e ética) que constituem a surdez como matriz de experiência possível. A surdez, para os pesquisadores, se apresenta como forma de se constituir os sujeitos surdos e é construída historicamente por um conjunto de regimes de verdades que produzem práticas discursivas e não discursivas e que atuam diretamente no modo como aqueles sujeitos se reconhecem, se identificam e se enxergam. Podemos dizer então que, se para Deleuze e Guattari (1997) os territórios são construídos a partir dos agenciamentos entre múltiplas linhas, ou seja, molares³³, moleculares³⁴, de fuga³⁵ etc, para

³³As linhas molares se relacionam com uma determinada economia de afetos: são linhas de conservação. Podemos citar, por exemplo, as instituições religiosas que têm um modo de subjetivação dos sujeitos prioritariamente molar, ou seja, aquele que privilegia a conservação dos valores e afetos determinados como normativos nessas formas de vida ou nestas práticas de sujeição. Em outras palavras, são assujeitamentos que se fecham em si mesmos e que não dão oportunidade para possibilidades e afetos outros que não sejam aqueles considerados religiosos. O contato com as diferenças pode ocasionar, dessa forma, o deslocamento das linhas molares, e esses novos encontros para as instituições religiosas não são interessantes, pois, a partir de novos encontros também são produzidos novos afetos e desejos. O intuito, então, é minar a política de afeto de seus seguidores e fiéis para que estes não mudem suas concepções e continuem em seus mesmos modos de assujeitamento. Quando tratamos da surdez, podemos dizer que em diversos momentos a comunidade surda teve

Foucault (2010), o sujeito se deriva de uma relação histórica que é resultante da articulação entre os saberes e as relações de poder em que se forjam matrizes de experiência.

Destrinchando um pouco mais a respeito das matrizes de experiência, podemos abordar o primeiro eixo matricial: o *campo de saber*. Foucault (2010, p. 5) parte da arqueologia para analisar a história da loucura e estudá-la “como experiência no interior de nossa cultura” partindo da busca das origens sociais em que se formavam diversos heterogêneos e hegemônicos. Esse objeto estudado se firma como campo de constituição de vidas e produz regimes de verdades dentro de saberes nos quais se consolidaram os discursos médicos, psiquiátricos, psicológicos, sociológicos e até mesmo os midiáticos – sendo estes últimos vistos como espaços de enunciação e matrizes possíveis de um conhecimento forjado. Em outras palavras, podemos enxergar a loucura por diversas lentes, ou melhor, diferentes feixes de saberes produtores de regimes de verdades nos quais nos agenciamos em uma ou outra forma. Podemos dizer ainda que são a partir dos campos de saber que os regimes de verdades vão sendo construídos, normalizados e dissipados uma vez que o sujeito não é criador dos saberes, mas sim um produto deles; aquele que emerge dessas discursividades. Assim, ao longo de seus estudos sobre os campos de saber, Foucault (2010, p. 6) identificou que, “não se devia procurar analisar o desenvolvimento ou progresso dos conhecimentos, mas sim identificar quais eram as práticas discursivas que podiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis”.

Sobre os campos de saber destacados até o momento, Foucault (1987) fez seu estudo para analisar os conhecimentos não na tentativa de categorizá-los em uma perspectiva arbórea ou em um campo de verdade absoluta, mas sim para compreendê-los na constituição dos seres, ou ainda, em quais feixes de saber os regimes de verdade e as práticas discursivas iam sendo construídos de forma ramificada e em teias de saberes que se espraiam e conectam-se por meio das máquinas institucionais. Além disso, procurou assimilar sob quais lentes sociais e científicas estavam sendo atrelados e por quais motivos os sujeitos iam se associando com

que se manter firme nessas linhas de conservação para não serem novamente capturados pelas linhas molares de cunho ouvinte, e conseguirem construir, a partir da língua de sinais, outros modos de expressão e de vida. No entanto, é necessário que a comunidade surda não se feche nela mesma e não perca seu caráter molecular de existências resistentes. Concordamos que, em determinados momentos, as linhas duras têm sua importância, porém, também é necessário saber o tempo e a importância de se resistir a elas.

³⁴ As linhas moleculares estão relacionadas aos processos de subjetivação ativa e resistência contra as linhas molares descritas acima, e vão na direção contrária aos assujeitamentos. Esse conceito será mais bem abordado a partir dos processos de singularização trazidos em momento posterior neste capítulo.

³⁵ As linhas de fuga serão mais bem detalhadas ao longo desse subitem quando abordarmos o conceito de contra-conduta.

tais regimes de verdades produzidos em discursos e enunciados advindos principalmente das instituições de sequestro.

Podemos dizer que a surdez faz parte de um campo de saber pois está atrelada a uma matriz de experiência, formada por um conjunto de verdades que moldam comportamentos e formas de vida surdas e que age sobre o campo da ética. Em outras palavras, as constituições possíveis de um sujeito são construídas dentro de um campo de saber que tem ações normativas e regimes de verdade que produzem essa sujeição. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que ela não está desarticulada de uma condução de vida pois temos estâncias que conduzem as nossas formas de ser. Witchs e Lopes (2015, p. 45) afirmam que os saberes “sobre a surdez relacionados com a normatividade dos comportamentos [...] subsidiam a possibilidade de a surdez, como matriz de experiência, produzir subjetividades pautadas tanto por uma noção de diferença cultural quanto pela de deficiência auditiva”.

Apesar do filósofo não ter estudado especificamente a surdez, e sim focado em outras construções sociais e campos de saberes que fazem emergir o sujeito, como por exemplo, o estudo sobre e com a loucura, a criminalidade e a sexualidade, podemos encontrar em Michel Foucault a possibilidade de possíveis análises do campo da surdez tal como temos feito nas costuras acima. Porém, por mais que ela se perpetue em campos de saberes possíveis, outro ponto também é essencial no desenvolvimento dessa construção social: *as relações de poder*. O filósofo enxergou que apenas os campos de saber, os discursos e os regimes de verdades que dele eram pré-estabelecidos não eram suficientes para entender as sujeições e, por isso, buscou para além do estudo desse primeiro eixo analisar esse outro pilar essencial na formação da matriz de experiência e das sujeições. Assim, pode-se dizer que os indivíduos também se tornam sujeitos dentro dessas relações e, nesse caso, os surdos também, tendo em vista que são perpassados por determinadas relações de poder que os subjetivam. O saber é um campo importante na constituição de verdades e nas produções de formas de vida, mas o poder funda as normatizações e as ações de normalização sobre os corpos, produzindo os comportamentos.

Nessa etapa, o filósofo buscou entender as relações entre instituições de controle e os corpos (individuais e populacionais). Segundo Veiga-Neto (2016, p. 56) o estudo foucaultiano olha “o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos”, e pode identificar a interdependência entre esses campos. Em outros termos, Foucault (2010) atentou-se de modo aprofundado às normas e aos comportamentos nos quais nos agenciamos a partir de regimes de verdade construídos no seio social, para compreender as formas de vida e as práticas de condução que nos fazem agir de

determinadas maneiras. Além disso, o filósofo procurou colocar em questão “a norma de comportamento primeiramente em termos de poder, e de poder que se exerce, e analisar esse poder [...] como um campo de procedimentos de governo” (FOUCAULT, 2010, p. 6), a qual se efetiva sobre a vida e interpela os modos de existência e de condução de si mesmo.

No que se trata dos estudos surdos, podemos reafirmar, segundo Wicths e Lopes (2015, p. 40) que a partir “da necessidade de normalizar comportamentos dos surdos produzem-se saberes sobre estes; saberes que se direcionam para o desenvolvimento de outras normativas de comportamentos dos surdos. Evidencia-se, então, a mútua relação entre saber e poder”.

Essas relações – sendo dentro da esfera da surdez ou não, que forjam determinadas normas e comportamentos estabelecidos em cada época, além dos campos de saber que produzem os regimes de verdade na relação com as tecnologias de poder, (pastoral, soberano, disciplinar, biopoder), vão nos constituindo cada vez mais fadados às práticas de governmentação, e ligados aos interesses alicerçados em práticas culturais de cada tempo. Assim, se em determinado momento de sua obra Foucault (2008) discute os processos de sujeição pela biopolítica, e os assujeitamentos relacionados principalmente à arte de governar neoliberal com modos de vida capturados, Guattari e Ronilk (1996) nos fazem pensar na constituição dos grupos sujeitados³⁶ pelo capitalismo ao nomearam-nos como *subjetividades capitalísticas*.

As subjetividades capitalísticas³⁷ consistem nos modos de construções maquínicos dos indivíduos a partir de dispositivos sociais de captura e inclusão. Nessa perspectiva, tanto os grupos majoritários (os ouvintes), quanto os minoritários (os surdos), fazem parte desse jogo, afinal, o capitalismo necessita de assujeitamentos para ter o controle de todas as

³⁶ Os grupos sujeitados se mobilizam em torno de uma hierarquia, de alguém ou sociedade dotada de poder. Constituem-se como corpos e subjetivações “fáceis de serem lidas, adotadas, diagramadas, distribuídas” (CARVALHO; CAMARGO, 2015, p. 122), além de serem capitalizadas, padronizadas, homogeneizadas e acomodadas nas relações de poder advindas desse regime de governo. Nas palavras de Guattari (1985, p. 268), esse coletivo se “predispõe a aceitar sem maior reflexão sistemas de coerção de todo gênero, a par de um assujeitamento quase absoluto às engrenagens econômicas”. Muitas vezes, fazemos parte desse grupo sujeitado pelas máquinas capitalísticas, por estarmos tão imersos a certo modo de existência no capitalismo, que não nos damos conta de lutar, de resistir ou contra-conduzir. Não percebemos esse movimento não por não quereremos, e sim pelo capitalismo tomar conta de nossos corpos como se fossem máquinas e de nossas esferas psíquicas e subjetivas controlando nossos pensamentos, desejos, criações etc.

³⁷ Guattari e Ronilk (1996) nomeiam essa máquina como *capitalística* para além do senso comum. Carvalho e Camargo (2015, p. 112) apontam que “a sociedade cedeu lugar à outra dimensão de relações com o próprio capitalismo, pois as máquinas capitalistas passaram a se difundir de modo preponderante em toda a capilaridade social”. Assim, essa racionalidade vai além de ser somente uma estrutura econômica, ela está intrínseca aos modos de viver e culmina em uma modelização dos comportamentos, das sensibilidades, das percepções, memórias, dentre outros aspectos da vida. Em outras palavras, essa maquinaria social não vai produzir somente um bem material, mas sim, informações e conhecimentos que consolidam os regimes de verdade a serem afirmados socialmente e forjam assujeitamentos na sensação perversa da constituição de sujeitos livres.

produções – sejam elas interiores ou exteriores. A investida nesses processos de subjetivação é a de fazer a tomada dos corpos individuais e da população para que se esvaziem das singularidades e estejam sempre dispostos a produzir, concorrer, consumir e não problematizar o sistema capitalístico neoliberal em que vivemos, mas fazê-lo funcionar e servir de engrenagem desta máquina social.

Para Guattari e Ronilk (1996), ao invés de um domínio da natureza humana, a subjetividade capitalística se constitui a partir de uma estrutura industrial, fabricada, modelada e atrelada às relações de consumo, ou seja, uma matéria prima de todas e quaisquer produções. Para os filósofos, ela está imbricada no tecido urbano, nos processos de trabalho e de ordem social, de forma que tudo que nos chega, seja pela escola ou até mesmo pelas mídias sociais, é fruto de uma subjetivação capitalística, isto é, não somente por uma transmissão de significações por meio de enunciantes e enunciados, mas sim, por um sistema de agenciamentos entre máquinas produtivas de controle social e instâncias psíquicas que definem uma determinada maneira de se perceber e de existir no mundo.

Podemos dizer então, que estamos em uma sociedade que se constitui dentro dessa produção constante de processos de subjetivação capitalísticos uma vez que somos efeitos dessa construção maquinal que perpassa todas as instituições em que somos submetidos: da família ao mundo do trabalho. Esse movimento marca os sujeitos que merecem viver pela ação da biopolítica, ou seja, quais corpos e formas de vida são mais produtivos e quais não são. Segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 51), o modo capitalístico de produção “fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo”, e o faz se constituir como “espécies de robôs, solitários e angustiados, absorvendo cada vez mais as drogas que o poder [...] proporciona [...]” (GUTTARI; RONILK, 1996, p. 48). Dessa forma, o sistema capitalístico não existe sem os corpos, assim como não existimos sem ele (mesmo que seja para resistir às normas impostas, aos assujeitamentos e aos desejos que emergem a partir desse regime de governo pela verdade).

Como exemplos de capturas da população surda, temos as formas de existência que perpassam a sociedade neoliberal capitalística. A língua, por ser um dispositivo que opera nossas subjetivações e estabelece em quais discursos nos forjaremos (regimes de verdade), é um importante veículo pelo qual as informações chegam. Por essa razão, tendo em vista que a governamentalidade neoliberal se dá por meio de práticas que são discursivas – os discursos produzidos na língua também permeiam a forma como nos assujeitamos. Vale destacarmos que é pela língua que diversos acontecimentos têm se engendrado. Podemos citar como alegoria dessa argumentação o discurso em Libras da atual primeira-dama Michelle

Bolsonaro³⁸ no momento de posse do Presidente da República Federativa Brasileira em 2019. Essa exposição ganhou o apoio de diversos sujeitos surdos em todo país devido ao sentimento de representatividade dessa comunidade – que viu a língua de sinais sendo valorizada em um pronunciamento oficial. As informações, promessas e direitos que foram apresentados pela primeira-dama chegam aos olhos da comunidade surda e os assujeita, afetando-os de maneiras distintas. Podemos compreender, portanto, que esta pode ser uma forma de captura feita em primeira instância pela língua, a qual tem o poder de assujeitar os surdos para que sejam também governados: governados pela sua língua, a Libras.

Outro ponto que podemos abordar foi o movimento da comunidade surda a favor do conteúdo expresso no Decreto 10.502 de 2020, que instituiu a nova “Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” (BRASIL, 2020). Esta política foi atualmente suspensa por ter sido julgada como um documento inconstitucional por uma série de fatores, como por exemplo, pelo incentivo à volta das escolas e salas especiais e por ir na direção contrária à luta do movimento educacional para a inclusão de crianças e jovens com deficiência dentro das instituições comuns de ensino (direito garantido também pela Constituição Brasileira de 1988). O apoio dos surdos em relação ao Decreto 10.502 – mesmo este tendo sido julgado inconstitucional, mostra uma não equidade de concepções em relação ao público-alvo da educação especial (PAEE) onde, ao longo do texto da nova política, têm-se os surdos sendo privilegiados em relação às suas necessidades educacionais em comparação a outros grupos da educação especial (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021).

Sendo essa captura uma forma de defesa expressa por uma política que incentiva a volta das classes especiais e coloca uma população em detrimento da outra, é necessário pontuar que esta ação também é feita pela língua. Isso porque o destaque concebido à Libras, à educação bilíngue de surdos e a outros pontos abarcados na presente proposta (que serão discutidos no segundo capítulo), captura os surdos e marca o desejo de inserção desse grupo na esteira política atual, na rede neoliberal e, por consequência, capitalística (uma vez que todos nós somos governados também pela língua). Além disso, temos nesse evento de lançamento da proposta do Decreto 10.502 tanto a presença da primeira-dama como de diversos gestores políticos para a realização do pronunciamento em Libras – ação essa vista com bons olhos pelo *território surdo*, o qual foi sendo construído a partir de uma diferença

³⁸ Essas discussões serão mais aprofundadas a partir do segundo capítulo da presente tese, onde as problematizações se afunilam ainda mais em se tratando dos processos de subjetivação de vidas surdas – suas capturas ou resistências ao sistema neoliberal capitalístico.

linguística e comunicativa. Penso que esses acontecimentos podem ser lidos como potencialidade de captura das diferenças surdas pela ação da biopolítica, e como auxiliares nos processos de subjetivações capitalísticas advindas de um sistema neoliberal, autoritário e ultraconservador no qual vivemos atualmente nesta gestão federal de extrema direita.

Nesse sentido, destaca-se que a captura feita pela língua faz com que todos sejam governados e façam parte desse jogo neoliberal e capitalista que vivemos atualmente. Porém, da mesma forma que a língua tem a potencialidade de capturar tanto os surdos como os ouvintes, ela também tem o poder de nos desviar e nos colocar em caminhos rumo à outros discursos para que nos desloquemos desse lugar e consigamos perfurar ou destruir essas paredes construídas pela lógica do capitalismo e do neoliberalismo³⁹. Em outras palavras, para que possamos nos constituir pelos modos de captura ou pela resistência, Foucault (2010) analisou o terceiro e último eixo matricial - a *ética*.

A ética só pode ser pensada na medida em que remete indiretamente a outros dois feixes matriciais: o campo do saber e o do poder, culminando em um espaço projetado pelos três eixos que atuam simultaneamente. Nesse processo, o sujeito pode se reinventar a partir da ação de resistência ou pela contra-conduta frente às imposições dos eixos normativos de verdades e de ação sobre os nossos comportamentos. Nas palavras de Veiga-Neto (2016, p. 82):

[...] o sujeito é um produto, ao mesmo tempo, dos saberes, dos poderes, e da ética. Mas como essa produção do sujeito não é mecânica, causal, não se pode pensar nos elementos que constituem os três eixos operando independentemente entre si. Ao contrário, não só sempre atuam ao mesmo tempo como, ainda e principalmente, os constituintes de cada eixo se deslocam para os eixos vizinhos por meio do sujeito em constituição, o qual flutua no espaço definido pelo feixe de coordenadas que o projetam sobre os eixos.

Foucault (2010) enxerga esse feixe ético com foco nos processos de sujeição dos sujeitos, ou seja, tanto a partir da percepção de que estamos presos em determinadas práticas discursivas, regimes de verdade e normas estabelecidas advindas das relações entre os campos de saber e poder (os assujeitamentos), quanto do campo no qual o indivíduo constitui-se a si mesmo como sujeito moral de suas ações na tentativa de controle de suas próprias condutas mesmo inserido em uma arte de governo que tenta de todas as maneiras inibir essa ação

³⁹ Vale a pena frisarmos que o capitalismo é um regime de governo focado em possibilidades de concentração de riquezas individuais e anseia gerar cada vez mais capital para fortalecer um sistema de produção e consumo em massa. Já o neoliberalismo se afirma como uma arte de governar e está vinculado não somente ao consumo e a produção, mas também ao domínio do Estado e o quanto ele tem o poder de interferir – principalmente na economia. Como dito no subitem anterior, o neoliberalismo necessita das desigualdades sociais para se manter e o capitalismo o segue nessa mesma linha, ou seja, se conserva exatamente por esse acúmulo de bens desigual. Em outras palavras, não existe capitalismo que não seja liberal ou neoliberal.

interiorizada e crítica. Aliado a isso, Foucault (2010) apresenta também uma forma de subjetivação ativa, como ação ética de resistência sobre si mesmo, entendendo ser ela incumbida “[...] de realizar um deslocamento, indo da questão do sujeito à análise das formas de subjetivação, e de analisar essas formas de subjetivação através das técnicas/tecnologias da relação consigo ou, [...], através do que se pode chamar de pragmática de si” (FOUCAULT, 2010, p. 6). Em outras palavras, podemos considerar como o cuidado de si ou da refacção de si mesmo.

Nas palavras de Veiga-Neto (2016, p. 82) a ética é um “processo pelo qual cada um aprende e passa a ver a si próprio”, advindo de uma prática de subjetivação que, neste caso, pode ser de uma *subjetivação ativa*. Segundo o autor, para que os sujeitos se constituam nos processos de subjetivação e não sejam facilmente capturados e manipulados, é necessário um trabalho sobre si para que possam construir sua autoconsciência (pensando nas práticas de autogoverno, por exemplo), suas refacções de si e seus processos de construções e desconstruções. Dessa forma, estaremos sempre na tentativa de alterar o que é imposto pela sociedade neoliberal que age de forma normalizadora diante do desejo de produção de consumidores. Nessa direção, podemos criar modos de vidas outros, em uma estética criativa criadora de si, nos quais os nossos desejos possam ser ativados e não apenas produtos da imposição social derivados das artes de governo nos quais somos obrigados a nos constituir.

No entanto, é necessário salientar que, mesmo que caminhemos em uma direção contrária aos regimes de verdade, práticas discursivas e não discursivas, relações de poder e normas estabelecidas perante uma sociedade majoritária, essas outras formas de vida que vão surgindo a partir dessa outra posição também criarão regimes de verdade, práticas discursivas e relações de poder, seja assujeitando à governamentalidade imposta, seja lutando contra (ainda que estejamos todos nós inseridos nela). Podemos criar normas e regimes de verdade para que nos constituamos nessas outras formas de ser.

Nos olhares deleuze-guattarianos, ao invés de falarmos sobre a subjetivação ativa, podemos falar dos processos de *desterritorialização*, *reterritorialização* e, por fim, na constituição das *singularidades*. E isso pode ser observado a partir dos desejos que vão se moldando com as modificações sociais, os territórios que vão sendo construídos com base nos agenciamentos e nas múltiplas linhas possíveis podem se *desterritorializar*⁴⁰. Sobre essa ação, Guattari e Ronilk (1996, p. 320 – aspas do autor) afirmam que

⁴⁰ Segundo Deleuze e Guattari (1996), a desterritorialização pode ser relativa ou absoluta: relativa na medida em que não se descola completamente de seu território de origem, colocando-o para movimentar-se em si mesmo; e absoluta quando a subjetividade é produzida por ela mesma ou quando se cria algo novo. No entanto, ambos os

[...] o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente [...] com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

O conceito de desterritorialização, independente do movimento que faça, sempre produz uma ação: a de se descolar ou desfazer de um território original para outro plano desconhecido. Essa dinâmica de se refazer em um outro lugar é chamada por Deleuze e Guattari (1996) de *reterritorialização*⁴¹; é o ato de se constituir novamente em um diferente espaço, desejo, pensamento, construção social ou posição subjetiva, já que se está sempre em busca de um território novo. Porém, é necessário pontuar que “não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga: ela implica necessariamente a um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, [...] mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 41).

Quando voltamos nossos olhares ao objeto de pesquisa dessa tese, podemos enxergar os processos de desterritorialização e reterritorialização nos jogos de forças que o movimento surdo marca. Nessa ação, percebemos o deslocamento dos surdos uma vez que antes estavam associados a um território das pessoas com deficiência e a um assujeitamento de regimes de verdades e normas voltadas para uma vertente clínica de normalização dos corpos. Os surdos se desterritorializaram desse território PCD a partir de diversos movimentos, reivindicações, políticas públicas, os estudos que reconheciam a Libras como uma língua efetiva e marcada pela modalidade gesto visual, e se reterritorializando em um *território surdo* afirmando suas diferenças que são também linguísticas. Vale salientar que todo esse processo de contraconduta por parte da comunidade surda às normas sociais impostas sobre esses corpos e como deveriam ser, agir e se comunicar, foi um processo lento, complexo e cheio de marcas⁴². Aos poucos, os surdos passaram a ter essa consciência de si, de seus corpos, suas línguas, e de seus direitos linguísticos e sociais tanto para a primeira filiação no território PCD quanto para essa desterritorialização e reterritorialização em *territórios surdos*. Nas palavras de Cabello

processos são imbricados e complementares pois, de acordo com Deleuze e Guattari (1997, 225-226), “o absoluto nada exprime de transcendente ou indiferenciado, nem mesmo exprime uma quantidade que ultrapassaria qualquer quantidade dada (relativa). Exprime apenas um tipo de movimento que se distingue qualitativamente do movimento relativo”. Haestern e Bruce (2009, p. 9), afirmam, portanto, que o termo absoluto “é um atributo que vai diferenciar a natureza deste tipo de desterritorialização; ele não marca uma superioridade ou uma dependência da desterritorialização relativa em relação à absoluta”.

⁴¹ É necessário frisarmos que os movimentos de desterritorialização e reterritorialização são processos indissociáveis. Igualmente, por existir uma desterritorialização absoluta e relativa, há também uma reterritorialização relativa e absoluta.

⁴² Estes pontos serão mais aprofundados a partir do segundo capítulo.

(2021), há uma reterritorialização de saberes que os filiam em *territórios surdos* reivindicando formas de vidas. Nesse sentido, a Libras foi ponto crucial para esse deslocamento discursivo.

Nessa perspectiva, destaca-se que essas possibilidades de deslocamentos discursivos, as novas formas pelas quais os sujeitos se enxergam, e as subjetividades ativas que vão sendo construídas são nomeadas por Guattari e Ronilk (1996) como *processos de singularização* ou *linhas moleculares* de existência. Elas emergem na ação de grupos minoritários (os surdos), contrapondo a força das linhas molares em movimentos majoritários – no caso, o produto da política pensada para corpos ouvintes. Essas articulações entre linhas molares e moleculares são feixes fundantes para os processos de sujeição capitalístico e de singularizações. Fundamentado em micro revoluções interiores e exteriores, experimentamos um território outro, uma forma outra de existir e nos desprendemos – mesmo que relativamente, dos sistemas de dominação majoritários neoliberais e capitalísticos. Assim, temos a possibilidade de criar novos agenciamentos e buscar modos singulares de nos constituir, ser, estar e enxergar o mundo. A partir do momento em que somos capazes de produzir vias de singularização ou linhas moleculares de existência, conseguimos começar a fugir do encarceramento da subjetividade capitalística ou do assujeitamento produzido pela governamentalidade neoliberal. A respeito disso, os autores afirmam ser necessário

[...] colocar em prática um tipo de processo de subjetivação diferente do capitalístico, com seu duplo registro de produção de valores universais por um lado, e, de reterritorialização em pequenos guetos subjetivos, por outro [...]. Colocar em prática a produção de uma subjetividade que vai ser capaz de gerir as realidades sociais “desenvolvidas” e ao mesmo tempo, gerir processos de singularização subjetiva [...] no esquadramento dominante de poder (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 29 – aspas do autor).

Em outras palavras, as linhas moleculares e os processos de singularização acabam agindo na frustração da economia capitalística e recusando os assujeitamentos que dela são gerados. Esse movimento ocorre, segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 56), “por determinada maneira de desejar, por uma afirmação positiva da criatividade [...] por uma vontade de simplesmente viver ou sobreviver [...] é preciso abrir espaço para que isso aconteça. O desejo só pode ser vivido em vetores de singularidade”. Essas singularidades que vão sendo criadas pelas *linhas de fuga* do capitalismo são extremamente fundamentais para que sejam construídos pequenos pontos de resistência nas malhas sociais, motivando os grupos

sujeitados a saírem de suas zonas de conforto e compor os grupos sujeitos⁴³, ou seja, aqueles que tentam ter o controle de suas condutas.

Nos olhares de Gilles Deleuze e Félix Guattari, os autores afirmam que sempre há possibilidades de *linhas de fuga* para pensarmos formas de vida outras que não sejam as capitalísticas e neoliberais. Compreendemos as linhas de fuga como sendo manifestações de resistência que se opõem à essa máquina capitalística que nos assujeita. Nessa perspectiva, trata-se de abandonar um território hegemônico, enrijecido e apropriado pelas formas de controle e disciplinaridade das maquinarias tendo em vista que ela rompe raízes com o intuito de nos fazer pensar sobre os modos de existência por uma perspectiva outra que pelos efeitos de minimização do capitalismo e neoliberalismo não eram possíveis de serem enxergadas. Sobre isso, Guattari e Ronilk (1996, p.53) afirmam que o processo de subjetivação capitalístico “traz imensas possibilidades de desvio e de reapropriação”. Assim, para criar uma nova óptica das vivências, é necessário que os indivíduos produzam essas linhas de fuga numa incessante busca por outras maneiras de se existir que não sejam baseadas no capital humano, na produtividade e no consumo, pois a resistência agora não é somente contra uma economia política e sim contrária uma economia subjetiva.

No que se trata das linhas de fuga ou ainda das contra-condutas, segundo Michel Foucault e também baseado nos temas de estudos desta tese, tomando-se como exemplo a educação de surdos e as práticas de subjetivação por meio de dispositivos midiáticos, temos diversas propostas na produção midiática que estão sendo construídas pelos surdos e a comunidade que os engloba em narrativas de campos de sujeição a partir da lógica neoliberal. Para contextualizar isso, é necessário frisar que vivemos em uma sociedade onde a maioria das produções midiáticas nos diferentes canais de comunicação são feitas e pensadas em língua portuguesa e dirigidas ao público ouvinte. Nessas produções, não vemos, em sua grande maioria, o atendimento à acessibilidade linguística por meio de janela de Libras, a legendagem em português ou, então, a Libras em uso direto no discurso primário. Estes fatos impactam diretamente no entendimento e na disseminação de informações para a população surda em todos os níveis populacionais para crianças, jovens, adultos ou idosos.

Sendo assim, pensando em práticas que englobam essa comunidade por meio de informações a partir do discurso em Libras que podem ser feitos nos movimentos pulsantes de

⁴³ Esse coletivo se opõe aos grupos sujeitos, ou seja, aqueles que se acomodam diante das normas estabelecidas na sociedade neoliberal capitalística. Nesse novo território, não existe líder e hierarquia, e não há a preocupação com a formação de identidades ou de novos rótulos. Esforçam-se para ter o controle de suas condutas e estão mergulhados em um eterno estranhamento e em uma nova economia de afetos imbricados em potenciais de outros desejos (GUATTARI, 1985).

linhas de fuga, podemos citar, por exemplo, o trabalho que vem sendo desenvolvido por professores, pesquisadores, tradutores e intérpretes de língua de sinais, e pelas pessoas surdas, nomeado como #CasaLibras⁴⁴. Esse projeto foi iniciado durante a pandemia do Covid-19 e traz vídeos de histórias infantis produzidas e pensadas em Libras. Segundo a idealizadora do projeto, a proposta ganhou forma como ação de “contra-conduta produzida com e pelo povo na resistência à manutenção discursiva apenas na língua oral, ou seja, na língua portuguesa” (MARTINS, 2021, p. 20). Guattari e Ronilk (1996, p. 35) afirmam que essas possibilidades “correspondem a outros modos de representação do mundo, [...] importante para as pessoas que deles se servem para poder viver [...]”. Nesse sentido, alinho esta perspectiva como ação de resistência por linhas de fuga por trazer informações e entretenimento fora da língua majoritária, além de se caracterizar como ação popular de enfrentamento à desinformação da comunidade surda diante de tantas novidades que deveriam ser trazidas a eles (até para evitar a proliferação e mortes no combate ao Novo Coronavírus, por exemplo).

Os processos de singularização que vão sendo advindos dessas linhas de fuga – em específico para a população surda, nunca são neutros e estáveis e estão em constante problematização dos sistemas de produção de subjetividade, podendo ser iniciados como movimento de singularização e avançar para processos de subjetivação em massa. Guattari e Ronilk (1996, p. 59) reiteram que “é preciso que cada um se afirme na posição singular que ocupa, que a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelação da subjetividade”. Caso não estejamos extremamente agenciados a essas novas possibilidades de existência, corremos o risco de, novamente, sermos capturados, disciplinados e assujeitados.

Por fim, podemos fazer uma analogia das práticas de sujeição ou, ainda, das subjetividades capitalísticas para as singularidades como se fossem uma parede que não nos permite enxergar o que está para além dela. Para termos a visão do que é capaz de ocorrer por trás desse obstáculo, isto é, nos desterritorializarmos dele, contamos com a possibilidade de utilizar vários instrumentos de perfuração e quebra: as resistências, as contra-condutas, e as linhas de fuga. No entanto, temos o potencial de conseguir demoli-la ou apenas abrir um pequeno espaço para atravessarmos; em ambos os casos, o que estará ao nosso redor será uma enorme ‘bagunça’ de poeira e escombros. Teremos que fazer o movimento de organizá-los, ou melhor, reterritorializá-los para que consigamos viver de uma forma diferente (ética) da qual vivíamos anteriormente. Os processos de subjetivação ativa ou de singularização podem ser

⁴⁴ As ações de contra-conduta desenvolvidas pelo projeto #CasaLibras serão melhor desenvolvidas e aprofundadas no segundo capítulo.

vistos como um acontecimento de chegada ao outro lado dessa parede, com uma nova visão do mundo e tentativa de controle de nossas condutas. Ou, também, construídos em uma nova matriz de experiência ou um vigente território. Isso porque, como esses processos são um constante vir a ser, ao longo do caminho encontraremos outros empecilhos e teremos que fazer ações renovadas de demolição e reconstrução.

Em suma, ao construir o conceito de sujeição, busquei nesta parte do texto mostrar os processos de capturas sobre as nossas subjetivações (capitalísticas e biopolíticas), assim como apresentar as tentativas de contra-conduta por meio da ação das resistências (processos de singularização, linhas moleculares e subjetivação ativa) aos regimes de verdades, normas e aos controles a que somos submetidos pela ação da governamentalidade. Assim, podemos salientar a importância de abordar nessa discussão ambos os autores pois, de um lado, na perspectiva foucaultiana, os sujeitos estão imersos à ação da biopolítica que se firma na arte de governar neoliberal e, conseqüentemente a ação do racismo de estado, com imposições reforçadas sobre as formas de vidas que merecem (ou não) serem vividas. De outro lado, Guattari e Ronilk (1996) afirmam que essa construção é fruto de uma produção do capitalismo e, de forma, os surdos são conseqüentemente convidados a participar desse jogo que é da ordem subjetiva e estarem competindo, produzindo e consumindo na lógica do capital. Assim, ousou dizer que, neoliberalismo, biopolítica e assujeitamentos, capitalismo e subjetividades capitalísticas andam juntos em uma sociedade que nos enxerga como empresas e nos impõe das formas mais hostis a produção, participação, comercialização de nossos corpos e, principalmente, a captura e o assujeitamento de quem somos. E os sujeitos surdos não estão fora dessa rede.

No entanto, por mais que os surdos estejam incluídos nesse sistema que os assujeitam, há também a possibilidade de firmarem modos outros de existência de uma forma ética, (também) com base na afirmação de uma língua outra que fuja dos regimes de verdades impostos por uma sociedade que é majoritariamente ouvinte, e criando matrizes de experiência e *territórios surdos* que se agenciam a lógicas distintas das normatizações e normalizações pré-determinadas no seio social. Essas novas formas de vida podem ser trilhadas por meio das contra-condutas e das linhas de fuga que proporcionam a abertura de novos campos, de desterritorializações e reterritorializações, e que firmam as subjetivações ativas e os processos de singularização que permitem a condução de suas condutas e as construções e desconstruções éticas que podem realizar consigo mesmo. Para que isso ocorra, é necessário a não paralisia e que estejamos em constante transformação de nossas existências – por mais que esse movimento possa de alguma maneira nos colocar em um aparente caos

interno. Essas moções nos fazem olhar cada vez mais para dentro de nós e para nossas ações, fazendo emergir outros modos de existirmos nesse mundo; mundo esse que tenta de todas as maneiras produzir desejos que não são ligados aos nossos e minar as potencias de quem poderíamos e gostaríamos de ser, a partir de uma ética das diferenças.

CAPÍTULO II. PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE VIDAS SURDAS: CAPTURAS E RESISTÊNCIAS A PARTIR DOS REGIMES DE VERDADES PELOS DISPOSITIVOS MIDIÁTICOS

Após a apresentação das ferramentas conceituais e filosóficas, são abordados neste capítulo os dispositivos midiáticos sociais, os discursos que deles emergem e que criam determinados regimes de verdade. Portanto, antes de trazer a discussão sobre mídias e produções de verdades, descrevo algumas marcas históricas e registros dos movimentos surdos, entendendo-os como acontecimentos importantes na constituição desses sujeitos e das comunidades surdas, pois, é a partir de regimes de verdades que se constroem possíveis *territórios surdos* na contemporaneidade. Além disso, são abordados também neste capítulo aspectos sobre a pauta da biopolítica (já que os surdos também são atravessados pelo sistema neoliberal). Diante disso, pretendo apresentar algumas práticas que objetificam ações de captura e resistência nessa arte de governar as vidas surdas.

Sabemos que a história tem avanços e retrocessos permeados por jogos de forças que são instituídos por diferentes campos de saber. A história, numa perspectiva foucaultiana, não pode ser lida por caminhos lineares, mas sim, como resultado de diversos atravessamentos de mudanças sociais que vão nos impactando (incluindo as alterações da realidade política, subjetiva, educacional, cultural, midiática etc.). Assim, da mesma maneira que Foucault (2018) não aposta nesse percurso linear da história, tampouco defende uma essência do sujeito, pois não apresenta um indivíduo que sempre esteve ali (VEIGA-NETO, 2016). O filósofo entende a criação dessas sujeições partindo de um emaranhado de verdades e relações de poder imbricados pelas linhas que tecem o seio social em que vivemos, tendo em vista que nos constituímos a partir de uma construção histórica, institucional e normativa. Por este motivo, não posso deixar de apresentar algumas perspectivas históricas que, a meu ver, se colocam como alicerce para a composição das formas de vidas surdas.

Reitero que o modo como organizei e analisei esse cenário histórico se deram a partir de minhas escolhas na leitura de alguns acontecimentos selecionados (alguns numa lógica de um assujeitamento ao regime de governo neoliberal; já outros, a meu ver, num movimento de contra-conduta a ele) e que considero como marcas importantes para a constituição de saberes que perpassam a comunidade surda e que reforçam, alimentam e sustentam os movimentos sociais⁴⁵ surdos.

⁴⁵ Compreendo o movimento social surdo, indo ao encontro de Gohn (2017, p.23), quando este afirma que estes são caracterizados como “[...] algo mais estruturado, tem opositores, identidades mais coesas, determinados projetos de sociedade ou de resolução aos problemas sociais”. Além disso, também me apoio na mesma lógica

Para contextualizar alguns pontos dos processos de singularização surda, ou seja, os movimentos que foram se dando em contra-conduta a um regime de verdade ouvintista⁴⁶, faço, em um primeiro momento, uma pequena apresentação histórica de lutas, resistências e conquistas sociais, jurídicas e educacionais advindas dessa comunidade. Esses acontecimentos foram sendo legitimados em um regime de verdade socioantropológico da surdez, isto é, aquele que valoriza a diferença linguística do sujeito, assim como marca desterritorializações e reterritorializações que potencializaram os processos de singularidades e subjetivações ativas surdas.

Em contrapartida, apesar desses movimentos singulares que foram sendo construídos e reivindicados a partir da luta da comunidade surda pelo reconhecimento de sua diferença, de sua língua e por seus direitos educacionais, em um segundo momento, apresento outros aspectos atuais que podem nos levar para uma direção de certo assujeitamento e captura biopolítica manifestadas em práticas neoliberais referentes a essa população. Por um lado, enquanto vemos ações de avanços no âmbito de resistências; por outro, percebemos alguns movimentos assumindo novas pautas conservadoras e autoritárias. Assim, por conta da gestão atual do Governo Federal e de todo o cenário que o engloba, trago alguns acontecimentos associados a regimes de verdade que retomam os discursos da presença da Libras como ação solidária e feita por voluntários, contribuindo para essa captura ao sistema neoliberal feito agora pela língua de sinais. A meu ver, essas ações podem ser encaradas como dispositivos biopolíticos de captura, que culminam em subjetivações capitalísticas de vidas surdas.

Por fim, no terceiro e último tópico abordei as mídias sociais como dispositivos midiáticos biopolíticos, e como vão se dando as produções no tocante aos regimes de verdade que perpassam a comunidade surda, os sujeitos surdos e, principalmente, a língua de sinais. Da mesma forma que enxergamos diversas produções em que se usa a Libras de uma forma comercial, romantizada e folclórica, capturando as singularidades surdas, também pudemos enxergar ações de resistências dos próprios surdos cravadas em oposição a esses tipos de composições.

de Foucault (2000), quando este afirma que os sujeitos não são constituídos por uma essência, “um movimento social [...] não algo é dado a priori, fruto apenas de contradições [...]” (GOHN, 2017, p. 24)”, mas, também, de resistências e contra-condutas. Prossigo com Gohn (2017, p. 23-24) quando este pontua que “os membros participantes [...] são algo mais que ativistas casuais [...] Eles têm laços de pertencimento e identidade com um grupo, repertórios de demandas e práticas de organização”. Brito (2016b, p.2) ainda complementa que estes são, de uma forma geral, “sistemas de relações sociais que incluem, na sua composição, diferentes atores [...] – desde organizações formais a redes de relacionamentos informais – visando à produção de ações coletivas em um dado cenário e recorte temporal. [...] Trata-se, [...] de um sistema de vínculos e conexões que liga atores plurais e que se estrutura, de forma interativa e compartilhada [...]”.

⁴⁶ O ouvintismo, segundo Skliar (1998, p. 15), se caracteriza por “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”.

II.I) Processos de singularização da comunidade surda: marcos históricos e as resistências forjadas no contexto neoliberal em manifestações normativas jurídicas

Para ilustrar um recorte desse longo caminho, utilizo a história para olhar a atualidade como produtora de mudanças sobre os regimes de verdade no campo da surdez, principalmente no que diz respeito aos eventos do século XX e XXI. Primeiro, abordamos os aspectos sobre os embates das pessoas com deficiência (PCDs) e como os sujeitos surdos faziam parte desse território. Depois, apresentamos a desterritorialização posta pelas pessoas surdas e por essa comunidade numa narrativa que reivindica a retirada do território das PCDs e que se afirma pela diferença linguística (CAMPELLO; REZENDE, 2014). Nesse momento, há uma nova constituição do campo dos estudos surdos numa reterritorialização de saberes que os filiam em territórios surdos (CABELLO, 2021) reivindicando formas de vidas. Nesse sentido, a Libras foi ponto crucial para esse deslocamento discursivo. Em um segundo momento, atendo-me especialmente aos percursos que levaram a cinco documentos que subsidiam políticas públicas⁴⁷ em relação à educação e aos surdos no país: a Lei 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002), o Decreto 5.626 de 2005 (BRASIL, 2005), a Meta 4.7 do PNE (2014), a Lei 13.146 (BRASIL, 2015) e a configuração da educação bilíngue como modalidade educacional de ensino na LDB (BRASIL, 1996). Essas normativas que foram sendo produzidas pelo desejo do reconhecimento da língua de sinais se deram em processos de grupos sujeitos, num movimento de linhas de fuga emergentes por parte dessa comunidade contra as verdades normalizadoras sociais do uso de uma língua oficial do país.

É necessário salientar que, apesar de trazer esses acontecimentos históricos, assim como a autora Cabello (2021, p. 23) “não pretendi traçar um movimento histórico do movimento social surdo brasileiro” e sim, tentar compreender a partir desses acontecimentos as construções de singularidades que foram sendo abertas nas contra-condutas das comunidades surdas e, ao mesmo tempo, as ações de capturas que retomam territórios fechados ao longo do tempo (isso a partir dos regimes de verdade que emergiram nas plurais possibilidades de enxergar a surdez como campo de saber).

Para compreender essas construções que levaram e levam aos processos de subjetivação de vidas surdas, faço um recorte histórico no período pós Ditadura no Brasil (1964-1985), onde diversas lutas locais foram sendo levantadas pelos cidadãos de grupos

⁴⁷ É relevante salientar que as políticas públicas que vão sendo produzidas pelo governo podem ter um duplo sentido: por um lado garantem os direitos da população, principalmente no que se refere aos grupos minoritários; por outro, fazem com que todos estejam dentro de uma lógica governamental neoliberal e sejam, conseqüentemente, governados e tendo suas vidas controladas e conduzidas.

minoritários e minorizados⁴⁸ em prol de seus direitos a partir de um cenário de edificação de um espaço para a estruturação ética e singular da democracia (BRITO, 2013; GALLO, 2017). Segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 34) “essas questões que pareciam marginais, [...] tornam-se fundamentais com o nascimento de imensas minorias que, juntas, constituem a maioria da população do planeta”. Nesses fluxos que foram sendo construídos pela inclusão de uma população minorizada, os surdos acabaram se filiando aos movimentos promovidos pelas pessoas com deficiência nas décadas de 70 e 80.

Nesse contexto, salienta-se que esse território passou a ter cada vez mais força a partir de 1981 com o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU) que promoveu o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”⁴⁹ (AIPD). Nessa conjuntura, a deficiência começou a ser vista não mais apenas por um regime de verdade clínico-médico, de falta e reparo de corpos ou daquilo que os sujeitos não têm ou não são, visando suas normalizações (JUNG, 2011). Agora, ela começa a ser percebida num contexto social, olhar para as barreiras e ausências de acessibilidade e reivindicar políticas públicas que garantissem a inclusão desse público (GIDDENS, 2012). No que tange às pessoas surdas, nesse período a ‘Libras’⁵⁰ ainda era vista como um *tabu* e não tinha caráter linguístico, ou seja, a própria comunidade surda brasileira ainda não havia se organizado para refletir sobre o reconhecimento legal de sua língua. Como consequência disso, uma vez que as PCDs se encontravam divididas em classes, os surdos acabaram fazendo parte do grupo das pessoas com deficiência auditiva que reivindicavam garantias ligadas à integração social, comunicação e acessibilidade, ainda fortemente relacionadas às pautas comuns dos demais componentes deste grupo maior (BRITO, 2013; 2016a; 2016b). Essa mobilização, cravada pelas iniciativas do AIPD, acabou proporcionando a movimentação de novos pensamentos, ideias, lutas e pautas, culminando em encontros locais, regionais e nacionais de PCDs (LANNA JÚNIOR, 2010). No primeiro Encontro Nacional de organizações de pessoas com deficiência em Brasília, foi criada

a Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes [...]. Desse encontro, participaram 39 entidades, dentre as quais apenas uma de surdos [...] sendo que a barreira da comunicação é apontada, [...] como a principal causa da menor participação de militantes surdos nesse e em outros eventos, na comparação com militantes de outros grupos de deficiência (BRITO, 2016a, p.7).

⁴⁸ Entende-se por grupos minorizados uma ação social de invisibilização política de certas pessoas, sendo “uma particularização de um grupo, já que a maioria se define por um agrupamento generalizado, ou seja, por um processo de generalização baseado na indeterminação de traços, os quais indicam um padrão de suposta normalidade, considerada majoritária em relação ao outro que destoar dele” (CARMO, 2016, p. 205).

⁴⁹ Vale salientar que essa nomenclatura foi utilizada na época. Atualmente, a partir da Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), o novo termo correto é pessoa com deficiência.

⁵⁰ Escolhi colocar Libras entre aspas pois, nesse momento histórico no qual discorro, a língua ainda não tinha sido reconhecida, pensada e organizada em sua estrutura linguística.

Ao final desse encontro, no que se refere ao grupo de pessoas com deficiência auditiva, foi aprovada uma pauta com reivindicações sobre a aparição de uma “linguagem mímica” (BRITO, 2013; 2016a; 2016b; MONTEIRO, 2006). Dentro dela, alguns pontos eram reivindicados como, por exemplo, o direito de professores especializados; acessibilidade à informação na “linguagem mímica” ou escrita na televisão; direito de conseguir um intérprete para julgamentos nos tribunais, entre outras requisições (I ENCONTRO DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES, 1980, p. 4). Essa publicação foi o primeiro marco documental “de uma luta política protagonizada pelos surdos pelo direito ao uso da língua de sinais” (BRITO, 2016a, p.8). Além disso, destaca-se que essa demarcação inicial de contra-conduta aos discursos que compõe um regime de verdade pautado em uma lógica ouvinte foi essencial, tendo em vista que esse público ainda sofria diversos preconceitos por terem suas maneiras de se expressar distintas dos ouvintes e vistas pela sociedade normalizadora como “algo exótico, obscuro e extremamente agressivo, já que o surdo expunha demais o corpo para sinalizar” (GESSER, 2009, p. 56).

Com base nesse processo de conscientização dos surdos sobre suas formas de comunicação e o desejo de garantia por direitos sociais, incentivado pelo começo de uma visão de si como parte de um coletivo minorizado pela sua diferença linguística (SOUZA, 1998; MYRNA, 2006; JUNG, 2011), em 1983 “foi se firmando entre eles uma posição comum a respeito da necessidade de conduzir uma luta em separado dos militantes dos outros grupos” (BRITO, 2016a, p. 9). Segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 34), ao analisar as ações de lutas produzidas em grupos marginalizados, os autores apontam que esse descolamento “é algo que se busca no próprio movimento, incluindo-se aí os recursos, as reapreciações, e as reorganizações das referências que forem necessárias”. Em outras palavras, podemos dizer que num primeiro momento, para a organização das ideias, junção de forças e conquistas de pequenos espaços, foi preciso que os surdos se articulassem unificando as pautas aos territórios PCD. Todavia, ao crescer as demandas sociais por suas singularidades e diferenças, posteriormente necessitaram deslocar-se desse comum e abrir novas organizações em campos distintos.

Esse espaço aberto marca a desterritorialização dos surdos em relação ao grupo PCD rumo a um espaço outro, produzindo, conseqüentemente, novas narrativas. O que ocorre nesse momento é o movimento filosófico apontado por Deleuze e Guattari (1996) de reterritorialização em um território surdo (CABELLO, 2021), cercado por pontos comuns que se organizam por especificidades coletivas já apresentadas no capítulo I. Tais pontos se alinhavam pela reivindicação da língua de sinais, que se torna agenciamento coletivo de

enunciação e questão crucial para a comunicação e reconhecimento dessa comunidade que começava a se narrar na perspectiva linguística-social.

Segundo Brito (2013; 2016a; 2016b;), após essas des/reterritorializações por parte da comunidade surda ao longo dos anos 1990 e 2000, os estudos linguísticos, ou seja, a organização de narrativas acadêmico-científicas, passaram a compor as linhas de enunciação e regularidades sobre a Libras e a ganhar cada vez mais força com a participação de alguns linguistas brasileiros como Eulalia Fernandes e Tanya Amara Felipe. Em 1993, dois grandes registros foram escritos por elas, sendo um parecer linguístico elaborado por Fernandes (1994a) a pedido da Feneis (para que as discussões sobre a oficialização da Libras tivessem mais credibilidade e legitimidade em suas pautas reivindicatórias) e, posteriormente, o primeiro documento oficial publicado pela Feneis e dissertado por Felipe (1993) intitulado *as comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos*, afirmando

[...] a tese de que as línguas de sinais são línguas naturais, completas e equivalentes do ponto de vista gramatical as línguas orais. Assim sendo os surdos brasileiros, por serem usuários de uma língua de sinais, são membros de uma minoria linguística e cultural e, portanto, devem ser reconhecidos pela sociedade e pelo Estado. Ficava também demarcada nesse documento a opção do movimento surdo pelo uso do termo língua brasileira de sinais (Libras) [...] (BRITO, 2016b, p. 787).

Dando um pequeno salto, em 1996 o parecer escrito por Fernandes (1994a) acabou servindo de base para a elaboração do Projeto de Lei nº 131/96, “visando a aprovação de uma lei que reconhecesse legalmente a Libras como língua em nível nacional” (BRITO, 2016b, p.768) num processo de tramitação que perdurou por quase seis anos. Além disso, os estudos desenvolvidos pelos linguistas (FERREIRA, 1986; FELIPE, 1990; FERNANDES, 1994b), possibilitaram que algumas verdades, como por exemplo, a da pessoa surda não ser narrada pela deficiência, mas sim pela sua diferença linguística e da Libras como língua natural, *começassem* a ser legitimadas não apenas nos discursos científicos, mas também na esfera jurídica. Consequentemente, houve uma organização de linhas de força entre os discursos acadêmicos e jurídicos direcionados ao campo educacional.

Na esfera acadêmica, segundo Cabello (2021), em 1996 “um grupo de alunos e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) decidiu formar o Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos (NUPPES)”. Como líder e coordenador desse grupo, salientamos o Prof. Dr. Carlos Skliar que fomentou “a criação de um novo espaço acadêmico e de uma nova territorialidade educacional à qual denominamos: Estudos Surdos em Educação” (SKLIAR, 1998, p. 2).

Segundo Skliar (1998), essas perspectivas foram sendo construídas também pelos Estudos Surdos, que se configuraram em um programa de pesquisa em educação que estudava diversos segmentos⁵¹ da área da surdez no âmbito da educação, das culturas, das identidades, das artes surdas, e compreendidos pela e na *diferença surda*⁵². O NUPPES, posteriormente reformulado em 1999 como Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (Gipes)⁵³, veio como uma forma de articular toda essa movimentação da comunidade por meio de um exercício intelectual permeado de discussões envolvendo desde sua fundação até sobre um novo regime de verdade que compunha um campo vigente de saber epistemológico (SKLIAR, 1998, p. 2). O autor também afirma que os novos discursos que vão se constituindo a partir dos movimentos de linhas de fuga são efeitos de um poder que busca um novo tipo de saber, isto é, os novos regimes de verdade que “propõem [...] movimentações que giram em torno da questão: por que o poder ouvinte faz, determina e impõe tal coisa presente? [...] com o movimento surdo, a comunidade surda se transforma” (SKLIAR, 1998, p.2). Aos poucos, eles constituem suas linhas moleculares, que nada mais são do que as forças resistentes às linhas molares de normalizações sociais.

Nesse novo campo de saber, os regimes de verdade que o compunham eram construídos a partir de discursos dos sujeitos surdos narrados contrários às noções de patologia e deficiência, uma vez que constroem suas subjetividades e singularidades por uma diferença linguística e vivências visuais outras que essa forma de comunicação os possibilita (SKLIAR, 1998). Em outras palavras, no lugar de se assujeitarem a usar uma língua oficial, os sujeitos se distanciaram das normas que englobam o uso obrigatório da língua portuguesa em sua modalidade oral em outro caminho de uma língua que naquele momento era vista como exótica. Tais ações se colocam como fruto de afetos de um viés da não docilidade dos corpos e que permitem a experiência ética sobre si mesmos. Existir na língua de um grupo sujeito, ou

⁵¹ Segundo dados disponíveis no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o GIPES aborda diversas linhas de pesquisa como currículo, profissionalização e trabalho docente, educação especial, ensino e aprendizagem de línguas, estudos culturais em educação dentre outros. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7026622368618023>. Acesso em: 24 de junho de 2021.

⁵² Marco aqui a palavra diferença e não diversidade surda pois, segundo Skliar (1998, p. 6) esse termo pode mascarar e neutralizar “as possíveis consequências políticas, colocam sob um olhar paternalista e se revelam como estratégias conservadoras para ocultar uma intenção de normalização”. O autor afirma ainda que a diferença surda é construída a partir de “um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistências às assimetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante” (p. 6).

⁵³ O Nuppes e, posteriormente, o Gipes, tem como seus componentes diversos professores referência na área como, por exemplo, a Prof^ª. Dra. Márcia Lunardi, Prof^ª. Dra. Maura Lopes, Prof^ª. Dra. Glades Perlin, entre outros. Esse grupo foi vinculado ao diretório do CNPq em 2006 tendo como liderança atual a Prof^ª. Dra. Lodenir Karnopp da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRG) e na vice-liderança a Prof^ª. Dra. Madalena Klein da Universidade Federal de Pelotas (UFP).

seja, que resiste às diversas normas sociais, é produzir interações de linguagem semióticas e simbólicas para o fortalecimento dos vínculos de desejo de subjetivações livres. Skliar (2003, p. 70) afirma que a luta contra essas normalizações médicas advindas de um poder disciplinar culminou em uma “quebra de estereótipos para a legitimidade da experiência surda, na luta contra teorias que operam como forma de controle social”. Essa vertente é fundamentada em um território surdo e em verdades construídas pela própria comunidade, sob a emergência da Libras como parte fundamental na constituição das linhas moleculares surdas para aquele momento.

Mesmo com todas as suas discussões e possibilidades de existências surdas narradas por esse viés socioantropológico, o NUPPES e, posteriormente, o GIPES, acabaram tendo para além da esfera acadêmica grande influência também no âmbito educacional. Aliás, a criação desse grupo de pesquisa teve como seus principais incentivos a educação – que não era somente uma preocupação intelectual, e sim, uma das principais inquietações dos profissionais que atuavam nas instituições escolares, dos apoiadores da causa e dos próprios surdos. Foi necessário, portanto, pensar na educação de surdos como um movimento de pesquisa, e sobre quais regimes de verdade, práticas discursivas e não discursivas iriam compor esse novo campo de saber, assim como os territórios possíveis para o recebimento desses alunos. Segundo Skliar (1998), foram necessárias mudanças nas concepções sobre os surdos e suas discussões em torno da língua para que ocorressem, igualmente, alterações nas metodologias educacionais que dessem entrada a essas diferenças e singularidades – que até então percorriam um caminho de fracasso escolar. As demandas dessa comunidade reivindicavam a garantia da língua de sinais como língua de instrução dos conteúdos que seriam abordados nas salas de aula e escolas especiais do país, plantando a semente – naquela época, do que seria hoje a proposta de educação bilíngue para surdos: a Libras como primeira Língua (L1) e português na modalidade escrita como segunda (L2) (LACERDA; SANTOS; MARTINS, 2015).

Com base nessa contextualização educacional, em 1999 os surdos se mobilizaram no V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos. Os participantes “tomaram as ruas centrais da cidade de Porto Alegre/RS para uma passeata, que deu visibilidade ao movimento surdo” (THOMA; KLEIN, 2010, p. 112). Nos bastidores de uma organização pré-congresso, a comunidade surda desenvolveu um documento nomeado por ‘*a educação que nós surdos queremos*’. Segundo Lopes (2011, p. 33) as pautas reivindicadas abordavam “a forma como os surdos gostariam de ser narrados; diretrizes surdas para

educação, [bem como] discussões acerca da Língua Brasileira de Sinais; o direito a intérpretes e a necessidade do reconhecimento, pelo Estado, da Libras como uma língua oficial”.

Todos esses movimentos marcados como ações de linhas de fuga ou como possibilidades de escapes frente a regimes de verdades (impostos socialmente percorridos pelos surdos em prol de seus territórios e construção de suas singularidades), foram cruciais para que no início dos anos 2000 o PL nº131/96 fosse aceito pelo senado e, posteriormente, sancionado no dia 24 de abril de 2002 pelo então Presidente da República Federativa Brasileira, Fernando Henrique Cardoso (BRITO, 2013; 2016a; 2016b; LOPES, 2017). Essa Lei foi legitimada com o número 10.436, onde a Libras foi reconhecida como “meio de comunicação e expressão legal de natureza visual-motora de seus falantes pelo país” (BRASIL, 2002). Essa foi a primeira normativa legal da mudança de um regime de verdade baseado em práticas discursivas clínicas de ausência de sentido da audição pelas pessoas surdas, para o território socioantropológico e com a presença fundamental do conceito de sujeito visual, ou seja, des/reterritorializações que impactaram na construção dos processos de subjetividade das pessoas surdas.

Essa normativa ficou popularmente conhecida como a “Lei Libras”. Além de reconhecê-la legalmente, também apresentou outras direções como a obrigatoriedade de empresas públicas e concessionárias disseminarem a língua de sinais pelo país, a inclusão da disciplina nos cursos de Licenciatura e de Fonoaudiologia no Ensino Superior, o atendimento na área da saúde com acessibilidade comunicativa, e a não substituição da Libras pelo Português⁵⁴ (BRASIL, 2002).

Após essa promulgação e três anos depois da sanção da Lei 10.436/02, o Decreto 5.626 em 2005 foi aprovado com a função de regulamentá-la. Seu conteúdo garante diversos direitos como a disposição da Libras como disciplina curricular no Ensino Superior, a formação dos profissionais atuantes na área (tradutores, intérpretes, professores bilíngues, instrutores surdos), a garantia a saúde desse público em questão, assim como a educação bilíngue (BRASIL, 2005). Todos esses temas transversalizam os apontamentos dessa comunidade e têm como ponto central a acessibilidade comunicativa por meio da Libras e o direito de uso dessa língua em diversos contextos sociais. Ambas as normativas ofereceram à população surda o início de suas garantias de cidadania por meio dessa língua e abriram

⁵⁴ Vale salientar que, a Língua Brasileira de Sinais não é a segunda língua oficial do país. Segundo a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 13, a língua portuguesa é a única citada como língua oficial do Brasil.

portas para que outras contra-condutas – agora em um campo jurídico já melhor consolidado, pudessem surgir.

Porém, apesar desses ganhos e vitórias, as resistências surdas não cessaram. Uma onda radical e inclusivista, ou seja, “que advoga a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum” (MENDES, 2006, p. 394) começou a se preocupar de que forma se daria a inclusão das crianças, adolescentes e adultos surdos, a partir das propostas vigentes de educação lançadas pelo Decreto 5.626. Esses infantes, que muitas vezes estavam inseridos em salas de aula “inclusivas”, não tinham instrução em língua de sinais, acesso a intérpretes de Libras, pares surdos para troca linguística, e muito menos professores bilíngües e instrutores surdos, estando fora dos propostos pelo Decreto 5.626. Nesta normativa, mais especificamente em seu art. 22, é garantido que

I - Escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - Escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005-grifos meus)

Ainda sob essa onda inclusivista, podemos citar como exemplo um discurso proferido no ano de 2011 baseado no fechamento das escolas bilíngües trazidas no Decreto 5.626. Essa manobra foi feita para que esses sujeitos, segundo essa concepção radical, não estivessem em ambientes escolares especiais marcados pela representação segregacionista a eles direcionados. Essas contestações se embasam em discursos normativos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (PNEEPEI), tendo em vista que o que ocorre nesses espaços é uma exclusão dos alunos surdos por estarem em classes com particularidades linguísticas específicas que acabam concentrando somente aqueles com determinada característica. Assim, enquanto as outras deficiências passaram a sair do âmbito educacional especial e entrarem na perspectiva inclusiva, a comunidade surda acabou fazendo (também) o movimento contrário de resistência ao não fechamento desses locais, afirmando seus territórios com a justificativa da necessidade da Libras como língua de instrução para o desenvolvimento dos alunos surdos (LODI, 2013; CONCEIÇÃO, 2019).

Segundo Lodi (2013, p. 58) em seu artigo desenvolvido em relação aos pontos abordados pelo PNEEPEI em contrapartida ao Decreto 5.626/05 no que se refere à educação dos alunos surdos, verifica-se que os documentos

[...] apontam para a existência de uma diferença significativa nos sentidos de educação bilíngue para surdos na constituição dos textos da *Política Nacional de Educação Especial* e do Decreto nº 5.626/05. Enquanto neste último documento a Libras adquire papel central em toda a educação das pessoas surdas e o português, em sua modalidade escrita, é tratado como segunda língua, a *Política* desloca a Libras de seu *status* de primeira língua para as pessoas surdas, marcando a hegemonia da língua portuguesa durante todo o processo educacional.

Como exemplo de não aceitação e compreensão sobre as escolas e propostas bilíngues garantidas pelo Decreto 5.626/05, podemos citar as audiências públicas no Senado Federal para instruir o Projeto de Lei nº103/2012 realizadas na Câmara no ano de 2012. Esses debates tinham como objetivo a aprovação de pautas a serem incluídas no Plano Nacional de Educação (PNE) instituído em 2014. A partir de uma das assembleias, foi possível perceber a fala potente da Profa. Dra. Patrícia Luiza Rezende (surda e defensora da educação bilíngue), contra os dizeres ditos inclusivistas, porém, com cunho oralista⁵⁵; e as considerações da Profa. Rosângela Machado, que observou os discursos distintos que constroem os regimes de verdade antagônicos. Esse movimento vai sendo construído a partir de relações de forças entre os discursos inclusivistas radicais e os da comunidade surda, cujos objetivos são a busca pela construção de um ambiente escolar heterotópico (em espaços criativos e de produção de conhecimento para as singularidades surdas) para que as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e em Libras.

Figura 1 - 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação de 2014



Fonte: Canal da Feneis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ds4MsrLKM1w>

⁵⁵ O oralismo é visto como uma filosofia, nas quais nas palavras de Martins e Diniz (2017, p.11) “o sujeito surdo é visto como deficiente e a falta de audição pode ser reparada se o mesmo aprender a falar oralmente. No campo educacional as práticas voltavam-se para estratégias de ensino da oralidade o que deixava de lado outros conhecimentos que deveriam ser adquiridos na escola, como visto anteriormente. O principal elemento para sucesso do surdo nesta abordagem era a conquista da fala, isso elevado a todo custo”.

O recorte encontrado tem aproximadamente 10 minutos de fala. Ele inicia com a Profa. Rosângela Machado, ouvinte e até então coordenadora da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, fazendo um discurso incisivo sobre a importância da inclusão de crianças surdas em espaços comuns de ensino às crianças ouvintes e afirma:

Quadro 1 - Discurso da Profa. Rosângela Machado a favor do oralismo na 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação

Me desculpe a professora Patrícia, o ensino de Libras é fundamental para quem opta por esse meio de comunicação, os surdos que estão aqui não representam os surdos de todo o Brasil [...] eu tenho pais, eu tenho alunos que optam pela oralização! E na educação inclusiva a oralização também é um meio de comunicação [...] nós vamos chegar num Brasil, onde a escola vai ser de todos, a escolarização vai ser feita nos espaços comuns, mesmo os casos mais comprometidos! Essa é a minha luta! [...] A escola regular está aberta independente do grau de comprometimento! [...] (Sessão Solene sobre as audiências públicas no Senado Federal para instruir o Projeto de Lei nº103/2012, realizadas na Câmara no ano de 2012. Esses debates tinham como objetivo a aprovação de pautas para serem incluídas no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014).

Fonte: Transcrição de fala feita pela pesquisadora a partir de vídeo público da fala da Profa. Rosângela Machado. Canal da Feneis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ds4MsrLKM1w>

Está claro na fala da Profa. Rosângela as posições distintas acerca do que se trata a luta pela inserção do outro, sendo que uma defende o direito da presença do diferente e a outra postula o direito da especificidade de uso de uma língua. Observa-se, portanto, a existência de uma defesa voltada à inclusão radical e que prioriza discursos de um regime de verdade que se pauta na oralidade, mas não com a intenção deliberada da ‘opressão’ (uma luta que para a professora ouvinte se pauta da inserção de ‘todos’ nos espaços coletivos escolares). Todavia, para a pesquisadora surda que viveu na pele a exclusão de vida coletiva marcada pela diferença linguística, esse discurso não leva em consideração as singularidades das crianças surdas sinalizadoras, assim como a diferença linguística existente entre os surdos e os outros públicos-alvo da educação especial. Essa fala segundo Skliar (1998, p. 7).

[...] corresponde, se encaixa e se adapta com naturalidade a um modelo de medicalização da surdez, numa versão que amplifica e exagera os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada nos princípios do século XX e vigente até os nossos dias. Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização, e de violência institucional [...] que requeria a capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais [...]

Esse recorte apresentado evidencia o regime de verdade permeado por discursos pautados na valorização do comum dos espaços e do uso de uma língua majoritária na

tentativa de legitimar a ideia da inclusão realizada pela inserção de corpos diferentes. Isso acaba por gerar novos percalços pois, ‘levantar essa bandeira’ gera certo apagamento das práticas discursivas dos saberes surdos sinalizadores. Nessa perspectiva, marca também uma maneira de repressão às diferenças surdas e às singularidades desse público, além de salientar a falta de conhecimento científico na área sob as pesquisas exitosas que estavam sendo desenvolvidas na época com alunos surdos em propostas bilíngues de ensino, sob a emergência da Libras como meio de instrução para o desenvolvimento dos educandos que representam esse público específico (NASCIMENTO, 2011; MARTINS; LACERDA, 2011; SOUZA, 2011; VILHALVA, 2011).

Em resposta a esse discurso apresentado acima, a Profa. Dra. Patrícia Rezende declarou em Libras:

Quadro 2 - Discurso da Profª. Dra. Patrícia Rezende a favor do bilinguismo na 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do Plano Nacional de Educação

Quando a senhora fala sobre os surdos, que a Feneis não representa os surdos, que eu como surda, doutora... (nesse momento a Profa. Rosângela pega o microfone para cortar a fala de Patrícia, que instantaneamente reage e pega o microfone de volta) Eu estou falando! A senhora já falou e eu respeitei o momento da sua fala, agora por gentileza, respeite o momento da minha. Eu estou muito triste com essa fala, porque é uma gestora pública que despreza os surdos! Eu sou doutora em educação, sou professora universitária surda, [...]. A convenção da ONU fala sobre discriminação, a gente poderia entrar agora com um processo de discriminação! Não existe um espaço para você falar que eu não represento os surdos! Você não pode falar que [...] as crianças precisam aprender língua de sinais com intérpretes em sala de aula ou no Atendimento Educacional Especializado (AEE) reduzido [...]. Eu vi uma creche municipal dentro dessa rede de ensino (de Florianópolis) que ganhou o prêmio por ter uma educação inclusiva de excelência, que incluía crianças surdas [...] foi premiada pelo MEC, ganhou um prêmio por ser uma referência na área da inclusão. Eu fiquei com vontade de visitar essa creche, e quando eu cheguei lá eu vi a criança de dois anos, perdida, todos em sua volta conversando, olhando para aquelas bocas se mexendo e eu procurei onde estava o professor surdo que estaria ensinando Libras para essa criança. Porém existia um professor que não sabia Libras, ensinava somente alguns sinais. [...] não tinha um ambiente com outros surdos para que essa criança sinalizasse [...] e essa escola tinha ganhado um prêmio do MEC por ser uma referência de inclusão! Essa criança estava aprendendo alguma coisa? Não! Ela estava nesse ambiente perdida, seguindo uma filosofia inclusivista [...] Só quero dizer para senhora que faltou respeito com os surdos [...]. Não cabe um tipo de instrução no Brasil que a língua de sinais fique secundarizada, [...] nós queremos também o direito de ter uma educação bilíngue, numa escola pública, regular e bilíngue! (Fala da Profa. Dra. Patrícia Rezende em Sessão Solene sobre as audiências públicas no Senado Federal para instruir o Projeto de Lei nº103/2012, realizadas na Câmara no ano de 2012. Esses debates tinham como objetivo a aprovação de pautas para serem incluídas no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014).

Fonte: Transcrição em língua portuguesa da fala sinalizada de Patrícia a partir da interpretação feita pelo profissional no evento e registrada pelo vídeo que tive acesso. Canal da Feneis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ds4MsrLKM1w>

A fala da Profa. Patrícia e a forma de afirmação e luta na prática de vida da pesquisadora, influenciaram diretamente no movimento surdo e na construção desse outro regime de verdade baseado em discursos e práticas discursivas construtores das subjetividades ativas nesse novo território surdo. Quando temos uma voz militante como na aparição dessa representante surda que trouxe essa pauta e apresentou uma posição sobre um tipo de escola requerida, certamente formas vigentes de ativismos se colocam a partir desse evento. Em outras palavras, novos regimes de verdades emergem agenciados a uma postura de conduta na reivindicação das existências nesse campo de saber e, na procura por esse ambiente escolar que englobe as singularidades surdas em Libras, afirmar que a colocação de alunos surdos e ouvintes numa mesma sala de aula sendo que a maioria desses sujeitos não têm sua educação realizada por meio da língua de sinais, nem a instrução dada por um professor bilíngue e um instrutor surdo como propõe o Decreto 5.626/05, não é adequada – tal como reforçado em gestos marcantes pela pesquisadora surda em questão.

Entende-se nesta tese que todos os alunos (os surdos, os ouvintes e outros educandos com deficiência), ao conviverem juntos passam a fazer parte da proposta e da perspectiva ideológica das práticas discursivas inclusivas; mas, quando se trata de uma diferença linguística – como acontece entre a Libras e a Língua Portuguesa, esse “estar junto” não agrega muito porque os alunos surdos ficam excluídos por não terem acesso à língua de instrução ofertada e aos conhecimentos compartilhados na e pela escola (LODI, 2013; LACERDA; SANTOS; MARTINS, 2015; CONCEIÇÃO, 2017). Nesse sentido, tais pesquisadores reiteram que, “frequentemente as escolas regulares colocam como requisito de escolarização dos alunos surdos o enquadramento aos padrões ditos ‘normais’, desrespeitando o desenvolvimento das singularidades destes” (NUNES *et al.*, 2015, p. 3 - grifo do autor), valorizando a oralização e a leitura labial em detrimento da comunicação pela Libras.

O primeiro movimento que as escolas inclusivas fizeram em relação à acessibilidade desse público foi à inserção de intérpretes para esses sujeitos. No entanto, apenas essa medida não pode ser entendida como uma inclusão funcional. Segundo Lodi (2013, p. 60) “essa transferência de responsabilidade [...] aos tradutores e intérpretes de Libras [...] como serviço paralelo ao da escolarização regular acaba por reforçar a ideia de que incluir significa apenas propiciar convívio social/escolar, retomando-se os princípios da integração escolar”. Dessa forma, defende-se que as crianças surdas precisam primeiramente aprender a língua de sinais

(dado que 95% delas são filhas de pais ouvintes) em escolas ou classes com propostas bilíngues, com professores bilíngues e instrutores surdos, principalmente nas etapas educacionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental I para que, posteriormente, estejam em contato com o intérprete educacional nos demais anos. Só assim tal profissional poderá atuar na mediação entre as duas línguas (LACERDA, SANTOS, MARTINS, 2015; CONCEIÇÃO, 2019). Entretanto, continuamos vendo nas salas de aulas um contínuo apagamento de verdades e saberes construídos pela comunidade surda, e que tem enraizado a desvalorização da língua de sinais ao narrar os surdos pela deficiência. Faz-se necessário, assim, uma “mudança escolar para a entrada da diferença [...] para que a criança surda possa fazer parte, na escola, de um espaço de trocas” (MARTINS; LACERDA, 2016, p. 173) com qualidade de interação e apropriação linguística. Torna-se emergente nesse contexto, um território escolar surdo.

Nesse sentido, apesar dos esforços contrários feitos pelos inclusivistas radicais a essa proposta de educação bilíngue, ficou-se instituído na Meta 4.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a

[...] a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência [...] (BRASIL, 2014, s/p – grifos meus).

Além do reconhecimento da língua de sinais pela Lei 10. 436 de 2002, de sua regulamentação promovida pelo Decreto 5.626 de 2005 e, ainda, a promulgação da educação bilíngue de surdos no PNE de 2014 em sua meta 4.7, podemos citar também a Lei 13.146 de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão. Em seu capítulo IV ‘do direito a educação’ - art. 28, confere aos estudantes surdos brasileiros a “oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas” (BRASIL, 2015, s/p).

Nessa luta pelo reconhecimento da língua de sinais que sempre permeou questões voltadas à educação, é importante ressaltar outro ponto que está sendo discutido atualmente no campo de saber jurídico educacional com o PL 4.909/2020⁵⁶ - hoje já sancionado pelo atual presidente da república, Jair Messias Bolsonaro. Discorro sobre alguns dos

⁵⁶ O documento do PL 4.909/2020 pode ser acessado na íntegra no link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145112>

acontecimentos que levaram, desde a construção desse PL, até a sua promulgação no dia 03 de agosto de 2021 como se fosse uma proposta inédita e criada a partir das forças únicas da atual gestão pública. Esse Projeto de Lei foi construído pela FENEIS e cunhado pelo Senador Flavio Arns do partido PODEMOS e discorreu sobre a inserção da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino independente na Lei 9.394 de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A referente normativa se manifesta como um dos principais documentos sobre o regimento da educação no país, tendo como modalidades de ensino a educação profissional e tecnológica, de jovens e adultos, à distância, quilombola, indígena⁵⁷ e especial.

As discussões sobre esse PL permearam a educação bilíngue de surdos pela vinculação à modalidade de educação especial, embora historicamente haja um movimento surdo de retirada dessa territorialidade no âmbito da educação. Segundo a fala⁵⁸ da Profa. Dra. Patrícia Rezende, a desterritorialização da educação especial para a reterritorialização na educação bilíngue de surdos é de extrema relevância por se tratar de uma educação que tem como pauta a diferença linguística em relação aos outros grupos que compõe o PAEE. Além disso, ela também afirma que esse deslocamento é essencial para a visibilidade dessa modalidade, para criação de materiais referentes a esses educandos e para uma educação que coloque como uma de suas centralidades a instrução em Libras, de forma que não seja somente adaptada e sim pensada na referida língua.

A sessão plenária sobre a proposta foi realizada pela primeira vez em maio de 2021 e teve seu debate feito à distância e transmitido pela TV Senado no *Youtube*. Como aspecto diferencial, apresentou o uso de diferentes dispositivos inclusivos como a áudio descrição, os intérpretes de língua de sinais, guias intérpretes, legendas em momento real dentre outros. Para esse debate, diversos surdos foram convidados a fazerem seus discursos, como, por exemplo, a Profa. Dra. Flaviane Reis, Diretora de Políticas Educacionais e Linguísticas dos Surdos da FENEIS, a Profa. Dra. Marisa Dias Lima, da Universidade Federal de Uberlândia, e Crisiane Nunes Bez Batti, da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos da Secretaria de Modalidades Especializadas (SEMESP) do Ministério da Educação (MEC), dentre outros sujeitos que compõem as diferenças da comunidade surda. O PL foi aprovado

⁵⁷ A colocação da educação indígena como modalidade de ensino na LDB pode ser conferida no documento do ministério da educação sobre educação e escola indígena no link:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/Ind%C3%82%C2%A1gena.pdf>

⁵⁸ O discurso da Prof^a. Dra. Patrícia Rezende foi realizado em um Evento promovido pelo Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças, sob liderança da Prof^a. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins. Sua fala aconteceu no dia 25 de junho de 2021 e o link de acesso para visualização do discurso na íntegra é: <https://www.youtube.com/watch?v=qgykYrRV1eI>

pelo Senado Federal quatro dias depois dessa sessão e posteriormente designado para a Câmara dos Deputados – também tendo sua aprovação e, por fim, sancionado pelo Presidente da República.

A sanção deste documento foi realizada no dia 21 de agosto de 2021 em cerimônia junto ao Presidente e a primeira-dama Michele Bolsonaro, além de representantes federativos como o até então Ministro da Educação Milton Ribeiro (atualmente já exonerado do cargo), a Ministra da Mulher, família e direitos humanos, Damares Alves, a Diretora de Políticas de Educação Bilíngue de surdos, Crisiane Nunes Bez Batti, entre outros presentes. A cerimônia começou com a fala de Crisiane ressaltando o momento histórico de grande relevância para a comunidade surda com a consolidação de uma luta de anos pela garantia de escolha das crianças por uma educação bilíngue de surdos enquanto direito. A atual diretora também destacou a importância da língua de sinais no desenvolvimento dos infantes surdos e agradeceu especialmente o Presidente da República e a primeira-dama por apoiar esse movimento da comunidade surda (vale a pena salientar que essa luta pelo reconhecimento da educação bilíngue de surdos como modalidade independente já é muito anterior ao atual governo). No final de seu discurso, salientou oralmente marcando sua constituição como ‘surda oralizada, implantada e bilíngue’ – fala essa caracterizada por aspectos identitários.

Dentre os discursos proferidos por outros representantes federativos, podemos destacar a fala de Michele Bolsonaro, embora não seja representante de nenhuma pasta no atual governo, também ressaltou a importância dessa conquista para a comunidade surda e expressou sua felicidade em fazer parte desse momento, assim como Milton Ribeiro, que também agradeceu ao casal pela oportunidade e ressaltou que a primeira-dama ‘colocou no Brasil a história dos surdos’, além de fazer um discurso com viés religioso com uma citação da bíblia. Após sua fala, o Presidente sanciona o PL 4.909/2020 e encerrou a cerimônia.

Podemos ressaltar que todas estas normativas, assim como os movimentos menores surdos (as pequenas lutas cravadas nesse pano de fundo), como momentos em que é necessário marcar a construção em paralelo de suas linhas moleculares de existência contra regimes de verdades impostos por uma sociedade de maioria ouvinte na imposição da língua portuguesa na modalidade oral – principalmente no que se trata da educação. Isso se deve pela participação ativa dos sujeitos e de apoiadores dessa pauta nesses processos, os quais colaboram para a construção de regimes de verdade outros produzidos juridicamente com implicações diretas em seus próprios corpos, fazendo dela “um ato político e voz de resistência” (MARTINS, 2008b, p. 202). Essa atenção deve ser voltada às práticas discursivas governamentais para que as ações “não fiquem apenas no plano do ‘ritual e do folclórico’”

(MARTINS, 2008b. p. 201 - grifo do autor), mas sim, para que esse território e essas singularizações surdas que vem se constituindo sejam efetivadas. Monteiro (2006, p. 295) afirma que esses pequenos ganhos são essenciais para a “garantia da autoestima e para manutenção da energia pela luta por direitos em uma sociedade preconceituosa e excludente”.

No entanto, é necessário estarmos atentos pois, será que a partir das políticas públicas estamos afirmando de fato a diferença, sobretudo para as singularidades de vidas surdas? Será que a sanção dessa nova Lei 14.191/21 (BRASIL, 2021) garante, de fato, mudanças na educação bilíngue de surdos, mesmo que agora ela seja uma modalidade de educação independente? Destaca-se que essa pauta educacional já tinha sido implementada em diversos outros documentos já salientados anteriormente, como o próprio Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), a Meta 4.7 do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), a Lei 13.146/15 (BRASIL, 2015), entre outras normativas que foram se forjando nesse cenário relativamente atual de luta por acessibilidade linguística (principalmente no que se refere à educação).

É pertinente mencionar que essas políticas públicas acabam tendo um duplo funcionamento pois, ao mesmo tempo que cedem direitos para os cidadãos, não garantem a execução do que é previsto por Lei na prática, ou seja, na vida cotidiana. Além disso, também os integram em uma mesma lógica ao empreender certo tipo de aprisionamento das diferenças, incluindo-as e separando-as em categorias e identidades, de forma a mantê-las próximas para que possam ser governadas. Nessa governamentalidade regida por essas políticas públicas, os estados governam os cidadãos no sentido de conduzir as condutas desses sujeitos de uma forma sutil para que, ao se sentirem livres, façam seu autogoverno. Todavia, essa suposta liberdade os faz ser assujeitados à racionalidade atual e na arte de governar na qual estão (estamos) incluídos. Os sujeitos que lutaram (e lutam) por sua cidadania, principalmente aqueles que fazem parte de um grupo minoritário e minorizado no país, acabam oferecendo nessa troca a transformação de suas existências em sujeitos econômicos. Nas palavras de Lockmann (2013, p. 38), o necessário seria

[...] assegurar a participação de todos. Garantir o acesso de todos. Não permitir que ninguém seja excluído ou se mantenha fora do jogo. Esses princípios são os mobilizadores das políticas sociais contemporâneas [...] que constituem-se como práticas inclusivas operacionalizadas no interior de uma racionalidade neoliberal.

O desafio, quando pensamos sobre essas políticas públicas, ainda é o de como afirmar as diferenças e escapar do regime identitário que constitui essa racionalidade neoliberal. Ou melhor dizendo, é necessário sustentarmos as diferenças mesmo que estejamos

todos dentro de uma mesma malha social, tomando sempre cuidado com as lutas políticas que vão sendo construídas a partir das identidades, uma vez que podem ser um meio para o ganho de determinados direitos (mas que não devem nunca se engendrar como um fim em si mesmas). As contra-condutas marcadas apenas pelas pautas identitárias reforçam uma integração a governamentalidade das diferenças que as individualiza. Em outras palavras, a partir do momento que essas diferenças são incluídas, elas são necessariamente governadas. Sendo assim, ao lutarmos com as armas da identidade, estamos nos submetendo a ela e, ao assumi-la, perdemos o contorno da diferença. Dessa forma, é indispensável descobrirmos sempre o desconforto pois, quando este é gerado, quer dizer que a diferença está sendo afirmada.

No que se trata dos movimentos surdos, podemos nos questionar: como constituir uma ação comum sem apelar à lógica da identidade? Talvez o exercício conceitual de grupos sujeitos seja um caminho potente para isso. E é exatamente aí que a diferença se afirma como um espaço múltiplo não reduzido apenas a uma representação. Se essa diferença os habita, podem ser criadas inúmeras possibilidades não necessariamente só em lutas surdas, mas também em resistências que dizem respeito a outros âmbitos sociais como, por exemplo, suas posições a favor ou contra o governo federal atual. Os componentes da comunidade surda necessitam dessa forma para entrar nesse jogo neoliberal; mas, pensando nas afirmações de suas existências e diferenças, tentam resistir às armadilhas das constituições identitárias. Assim, podemos ter uma vasta possibilidade de existências dentro desse mesmo movimento: um surdo que foi oralizado⁵⁹ em sua infância; um surdo que foi oralizado em fase adulta; uma mulher surda; um homem surdo; um homem surdo negro; um homem branco surdo; uma criança que teve acesso à educação bilíngue precocemente e outra tardiamente; uma mulher ou um homem que façam parte da comunidade LGBTQIA+, dentre outras singularidades.

Nesse sentido, vou ao encontro de Cabello (2021, p. 29) quando afirma que “não há um único modo de existência para todos os seres que povoam o mundo, como também não existe um único mundo para todos os seres”. Guattari e Ronilk (1996, p. 36) complementam que as formas de existir vão “incidir nos pontos de singularidade, em processos de singularização que são as próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade”. Dessa forma, por mais que tentemos – sejam os próprios surdos ou os ouvintes, aprisionar e significar a experiência da surdez ou, ainda, forjar uma moldura discursiva que constrói

⁵⁹ A oralização é constituída por técnicas de treino da fala para que os surdos aprendam a falar. No caso do Brasil, temos o Português na modalidade oral. Essa é uma prática interventiva, de normalização dos corpos que devem estar disciplinados na norma ouvinte e falante social, e feita por profissionais fonoaudiólogos que implementam diversas técnicas para fins de fala oral e leitura labial.

determinado regime de verdade sobre o território surdo, ela vai ser algo que sempre tentará escapar pois não há como aprisionar os seus múltiplos sentidos na ideia da identidade.

Em suma, apesar da luta por pautas em comum, é necessário pensarmos em subjetividades e singularidades no plural para marcarmos a diferença. Mesmo que os sujeitos sejam falantes da Libras, as experiências nas quais perpassam e se constituem sempre são únicas uma vez que as subjetividades são assumidas e vividas “por indivíduos em suas existências particulares” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 42). Os surdos foram se constituindo a partir de diferentes verdades que vinham de diversas instituições, sofreram ações de governamentalidades que conduziam as condutas de seus corpos de maneiras distintas, resistiram e foram capturados por díspares dispositivos. Essas constituições promovem, segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 45), as “resistências frente à produção de subjetividade em escala planetária, um movimento de diferenciação permanente”, visando modos outros de vida mesmo que dentro de uma mesma comunidade. Os autores ainda afirmam que esses processos são formas resistentes de “recusar [...] esses modos de manipulação [...] recusá-los para construir [...] modos de sensibilidades, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade que produzam uma subjetividade singular” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 17). Afinal, como sustenta Lapoujade (2017, p. 89), “existir é sempre existir de alguma maneira. Ter descoberto uma maneira de existir, uma maneira especial, singular, nova e original de existir, é existir à sua maneira”.

Podemos dizer que essa nova maneira de existir é advinda de “uma singularização existencial que coincida com o desejo, com um gosto de viver, comum a vontade de constituir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 17). Em outras palavras, esse viés parte do desejo da comunidade surda em resistir e em contra-conduzir os direcionamentos impostos por uma sociedade normalizadora. Inaugura-se, desse modo, uma potência relacionada ao ‘poder existir’ de uma forma outra, e estabelece em função disso novas tecnologias sociais que culminaram nas diversas linhas de fuga e resistências traçadas pelos surdos.

Todavia, é necessário ficarmos atentos em como têm sido produzidas essas subjetividades para que não caiam na direção oposta de suas resistências e acabem resultando novamente em ações que marcam os microfascismos. Guattari e Ronilk (1996, p. 12) afirmam que “se é verdade que o desejo pode se reorientar para a construção de outros territórios, de outras maneiras de sentir as coisas, é igualmente verdade que ele pode, ao contrário, se orientar em cada um de nós numa direção microfascista”. Nas palavras de Guattari (1996, p. 84),

o fascismo implica um regime molecular que não se confunde nem com os segmentos molares nem com sua centralização [...] é inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação [...] cada fascismo se define por um microburaco negro, que vale por si mesmo e comunica com os outros, antes de ressoar num grande buraco negro central generalizado.

Ainda segundo o autor, o fascismo ou microfascismo, é visto como uma máquina de guerra e se torna ainda mais perigoso por ser um movimento que se dá em massa. Essas constituições que vão compondo os grupos sujeitos, isto é, aqueles que procuram estar no controle de suas próprias condutas, devem manter certo equilíbrio para que não caiam em uma “subjetividade alienada a perder de vista a alteridade social” (GUATTARI, 1987, p. 92). Guattari e Ronilk (1996, p. 53) afirmam que “eles estão sempre correndo o risco de serem recuperados, tanto por uma institucionalização, quanto por um devir grupelho. Pode acontecer, [...] de um processo de singularização ter uma perspectiva ativa a nível do agenciamento e, simultaneamente, [...], fechar-se em gueto”.

Os autores reiteram que o endurecimento das formas de existência e as possíveis linhas molares podem acabar culminando em uma ação normalizadora, ou seja, em “uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 42). Sobre essa afirmação, salientamos os discursos cerrados pela comunidade surda que se manifestam como “focos moleculares, fascismo de bando, de gangue, de seita, de família, da aldeia, [...] que não poupa ninguém” (GUATTARI, 1996, p. 85). Como exemplo, podemos mencionar os enunciados da própria comunidade surda sobre a identidade discutida acima, o binarismo entre ouvintes e surdos, a afirmação que a Libras é a língua dos surdos ou a segunda língua oficial do Brasil e, ainda, sobre o negacionismo de um olhar outro para tais alegações.

Nessa conjuntura, diante das posições em que os diversos membros da comunidade surda têm hoje em relação a esses discursos e sobre as ações desenvolvidas pelo atual governo federal, podemos ver emergir focos de microfascismos se desenvolvendo em seu seio, afinal “é muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas” (GUATTARI, 1996, p. 85). Quando pensamos nesse movimento de contra-conduta aos regimes de verdade impostos por uma sociedade normalizadora, temos a tendência de analisar essa comunidade sempre ao lado da resistência. No entanto, essas ações microfascistas que vão se forjando dentro desses territórios surdos se constroem “sobre uma linha de fuga intensa, que ele transforma em linha de destruição e abolição puras” (GUATTARI, 1996, 104). Assim, podemos afirmar que dentro dos processos de singularização que vimos como movimentos

potentes de mudança e de diferença há sempre linhas mais frágeis, isto é, territórios não tão bem consolidados. E é sobre essas linhas molares ou, tal como denominado por Foucault (2018), “nas capturas biopolíticas das singularidades surdas” que tecerei comentários analíticos a partir de agora.

II.II) Do assistencialismo à folclorização dos processos de subjetivação de vidas surdas: as capturas e armadilhas advindas do Governo Bolsonaro

Após o percurso realizado anteriormente no qual discorri sobre momentos de resistência e singularidade da comunidade surda pautados em linhas moleculares, que culminaram em diversas políticas públicas e direitos garantidos no seio social, trago mais dois episódios que penso serem alegorias atuais potentes para problematizar os regimes de verdade díspares em que as comunidades surdas emergem e as capturas dessas subjetividades. Em outras palavras, busquei discorrer sobre os assujeitamentos desses sujeitos para tensionar a dupla ação destas forças que, por vezes, parecem alçar a representatividade surda na exibição de seus corpos, quando, na verdade, fragilizam ações efetivas de avanço para as diferenças.

Começo pelo discurso em Libras da atual primeira-dama, Michelle Bolsonaro, no momento de posse do Presidente da República Federativa Brasileira, Jair Messias Bolsonaro, no ano de 2019. Logo após, continuo a problematizar sobre a análise do movimento da comunidade surda a favor do conteúdo expresso no Decreto 10.502/2020 que instituiu a nova *Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida* (BRASIL, 2020 – atualmente suspensa. Por fim, trago novamente a fala da primeira-dama nesse lançamento, que também foi realizado em língua de sinais. Penso que esses eventos podem ser lidos como potencialidade de captura das singularidades surdas pela ação da biopolítica no auxílio aos processos de subjetivações capitalísticas surdas. Essas alegorias podem indicar uma necessária releitura dos movimentos surdos, não mais pautados em linhas moleculares de força, mas sim, em linhas molares de existência baseados em um regime de verdade neoliberal, autoritário e ultraconservador no qual vivemos atualmente na gestão federal, e que salientam novas organizações nos territórios surdos.

Hoje, vemos em nosso país uma crise catastrófica quanto ao enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus e uma onda negacionista que produz uma forma de conduta negligente à população diante das normatizações sanitárias. Por mais que atualmente a maioria da população já esteja vacinada, um grande movimento contra essa ação foi

desenvolvido por parte da gestão federal. E esse contexto de discurso anti-ciência e anti-ações sociais teve seu ápice na entrada do atual Governo Federal.

Anterior à presente gestão, o país vinha sendo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que tinha seus ideais voltados para normativas de esquerda, ou seja, pautado em práticas discursivas inclinadas ao proletariado, às desigualdades e às pessoas de baixa renda, e visando equidade de vida, saúde, educação, investimento em ciência e uma série de ações inclusivas durante sua permanência. Nesse contexto, pudemos ver diferentes regimes de verdade incorporados nas duas gestões: um que apoiava a ciência e que, inclusive, estimulou programas educacionais como o Ciências Sem Fronteiras⁶⁰; e o outro, que deixou de investir tanto na educação como nas pesquisas e ainda fez um discurso contrário aos estudos que estavam sendo desenvolvidos em relação a vacinação contra o Novo Coronavírus. O atual governo está no comando do país desde o dia 1º de janeiro de 2019 e o PT ficou no poder durante os 14 anos anteriores: oito sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e, posteriormente, por mais seis, com Dilma Rousseff (2011-2016).

A primeira e única Presidenta do Brasil sofreu um impeachment⁶¹ (golpe) no ano de 2016 (SADER, 2017; CABELLO, 2021), decorrente de uma série de imposições sobre crises, leis orçamentárias e economia do país. Esse momento marcou uma “imensa manobra nacional de origem conservadora e neoliberal para que a então presidenta [...] fosse deposta do governo (para o qual foi democraticamente eleita)” (CABELLO, 2021, p. 22). Como consequência dessa estratégia, após a queda de Dilma, Michel Temer – vice-presidente e pertencente ao Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu seu cargo por mais dois anos, fechando esse ciclo de mandatos.

Com toda a polêmica desenvolvida sobre o impeachment de Dilma e um golpe político, as eleições de 2018 foram extremamente tensas, acirradas, e contaram com uma onda conservadora que se baseava em um regime de verdade “antipetista⁶²” que invadiu as urnas dos estados brasileiros. É nesse contexto que a figura de Jair Messias Bolsonaro e sua esposa, Michelle Bolsonaro entram em cena.

⁶⁰ Segundo o site oficial do Ciências sem Fronteiras que ficou em vigência entre os anos 2011 e 2014, esse programa buscou “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional” (BRASIL, 2011, s/p). Para mais informações acessar: www.cienciasemfronteiras.gov.br

⁶¹ Importante salientar que o atual presidente (antigo deputado federal do Rio de Janeiro), vota a favor do impeachment de Dilma em 2016 e ainda faz alusão ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos torturadores da ex-presidenta no período ditatorial, na qual acabou sendo presa.

⁶² Para Couto (2014), o antipetismo estaria associado a um fluxo de uma direita conservadora, extremista e autoritária, que foca principalmente em uma doutrina neoliberal, visando a diminuição da participação do Estado nas decisões econômicas, o lucro e a privatizações de empresas estatais.

Figura 2 - Cerimônia de Posse do atual Presidente da República Federativa, Jair Messias Bolsonaro



Fonte: Instagram de Mariana Torquatto, mulher com deficiência, em uma publicação onde tecia uma crítica sobre o Projeto de Lei 6159-2019 do atual governo – que desobrigava empresas a contratarem pessoas com deficiência. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B5kYd6coSXZ/>

A cerimônia de posse⁶³ do atual presidente teve como abertura o Hino Nacional Brasileiro, interpretado em Libras por um profissional negro, Sandro dos Santos. Durante a transmissão, as imagens e os cortes realizados pela equipe de filmagem captaram diversas cenas: a banda do Primeiro Regimento de Cavalaria de Guarda, o maestro, a bandeira do Brasil, Jair Bolsonaro e em alguns momentos todo o palanque com a presença do intérprete. Posteriormente, focou-se na Primeira-Dama, o até então Presidente Michel Temer e sua esposa. Por fim, Michelle Bolsonaro faz a quebra de protocolos e promove sua mensagem de agradecimento antes de seu marido, em Libras, com o seguinte discurso interpretado pela fala embargada de Adriana Ramos:

⁶³ A cerimônia de posse foi transmitida pela TV Senado e pode ser assistida na íntegra no link https://www.youtube.com/watch?v=_cGaJJwJ6is

Quadro 3 - Discurso da Primeira-dama do atual governo na cerimônia de posse de Jair Messias Bolsonaro

Boa tarde a todos! É uma grande honra e uma grande alegria em um momento tão especial e importante para o nosso país. Momento de agradecer a todos vocês, brasileiros e brasileiras, crianças, jovens e idosos por todo o apoio e pelo carinho desde o início da nossa campanha. [...] Muita gratidão a Deus, a minha família e aos meus amigos. [...] Agradeço ainda, a população brasileira, pelas orações, que nos deram tanta coragem para seguir adiante. Agradeço à Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam. Trabalho de ajuda ao próximo que sempre fez parte da minha vida, e que a partir de agora como primeira-dama, posso ampliar de maneira ainda mais significativa. É uma grande satisfação, um privilégio, contribuir e trabalhar para toda sociedade brasileira. As eleições deram voz a quem não é ouvido, e a voz das urnas foi clara: o cidadão brasileiro quer segurança, paz e prosperidade. Um país em que sejamos todos respeitados. Gostaria de modo muito especial de dirigir-me a comunidade surda, as pessoas com deficiência e todos aqueles que se sentem esquecidos: vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados. Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. Agradeço aos intérpretes de Libras do Brasil que tem feito um trabalho de inclusão tão importante. [...] Estamos todos, juntos, de um lado só e alcançaremos um Brasil próspero com amor, ordem, progresso, paz, educação e liberdade para todos. Brasil acima de tudo e Deus acima de todos. [...] Deus abençoe! Amém. (Grifos meus) (Fala transcrita da primeira-dama Michele Bolsonaro a partir de vídeo no Youtube, 01/01/2019).

Fonte: Transcrição de fala de Michele Bolsonaro na cerimônia de posse do Presidente da República.
Link de acesso: https://www.youtube.com/watch?v=_cGaJJwJ6is

Os discursos veiculados nas sentenças: *muita gratidão a Deus, agradeço a população brasileira pelas orações, Deus abençoe e Deus acima de todos*, são estratégias discursivas que refletem um governo conservador e autoritário que utiliza, a partir das representações religiosas, a justificativa da salvação e purificação dos sujeitos. Em outras palavras, podemos afirmar a ação da governamentalidade destas práticas discursivas na condução de corpos dóceis, normalizados, fiéis e religiosos, que se sintam representados por esse discurso (quase) acalentador. É interferindo no desejo dos fiéis (e nesse caso dos eleitores) que o governo é capaz de controlar cada vez mais os corpos, manejando “tanto a vida biológica como a subjetividade de seus comandados” (biopolítica), interferindo “na conduta da população ou do indivíduo” (poder disciplinar) (BARROS, 2020, p. 19) por meio de uma adesão que articula a fé e a religiosidade.

A partir do momento em que a língua de sinais e esse tipo de discurso com viés religioso aparece no âmbito governamental (mesmo que nosso país seja laico), se torna mais simples governar corpos e vidas que estejam circunscritos nesse regime de verdade. No uso da Libras, vemos a captura de um condizente da comunidade surda que passa a apoiá-los e a

legitimar as práticas discursivas e não discursivas produzidas pelo atual governo em uma narrativa oficial surda colonizadora, conservadora e dominante. Nessa direção, Cabello (2021, p. 126 – aspas da autora) aponta que

[...] o fato de a primeira-dama ter dado destaque à Libras na cerimônia de posse de Bolsonaro e fazer parte do “Ministério de Surdos e Mudos da Igreja Batista Atitude”, [...] foi muito alardeado e, embora tenha gerado certa polêmica, foi bastante comemorado e elogiado amplamente pela comunidade surda e pelas lideranças então nomeadas aos cargos.

A fala da primeira-dama também é marcada por uma perspectiva assistencialista. Recortes como *“agradeço a Deus essa grande oportunidade de poder ajudar as pessoas que mais precisam, trabalho de ajuda ao próximo, gostaria de modo muito especial de dirigir-me a comunidade surda, as pessoas com deficiência e todos aqueles que se sentem esquecidos, tenho esse chamado no meu coração, e ainda, alcançaremos um Brasil próspero com amor”*, são exemplos desse discurso que evidencia a perspectiva onde os surdos são colocados. Esse assujeitamento à construção do regime de verdade produzido pelo atual governo encontra nessa trama discursiva ecos de uma forma de existência surda que é da ordem da caridade, do assistencialismo e do folclorismo⁶⁴, e que usa a inclusão como dispositivo de captura das diferenças, fazendo do ‘estranho’ e do ‘incomum’ mais um corpo normalizado.

Segundo Cabello (2021), a presença da primeira-dama em eventos de cunho religioso, vinculada à preocupação com a língua de sinais, marca ainda mais as práticas assistencialistas do presente governo. Serpa, Virgínia e Cavalcante (2015, p. 431) afirmam que podemos ter dois vieses em relação à lógica da assistência social. O primeiro, anterior às Leis e políticas públicas que são garantidas à população, dispõe de um cunho de “caridade, [...] consistindo, [...] em ações pontuais, fundadas no espírito cristão de amor ao próximo e na benemerência dos indivíduos. A ajuda é direcionada aos pobres, [...] idosos, doentes, pessoas com deficiência, [...] enfim, a todos aqueles que suscitam misericórdia”. O outro olhar é dirigido para uma política de Estado, permitindo-nos ressaltar a Constituição de 1988 como um divisor de águas dos discursos assistencialistas, uma vez que prega “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os

⁶⁴ A folclorização pode ser vista como um dispositivo biopolítico de invisibilidade dos corpos, conceito esse definido por De Certau (1995), como um percurso que inviabiliza as culturas e identidades dos outros. O autor ainda aponta as relações entre minorias, grupos majoritários e os movimentos políticos empreendidos nestes jogos de forças. Nas palavras do filósofo “[...] a minoria não possui força política efetiva, pelo menos enquanto se mantêm as estruturas centralizadoras que eliminam a possibilidade social de que uma minoria se manifeste por sua própria conta: cai se, então, na ideologia, no discurso [...] A manifestação cultural, desejando prestar testemunho de uma certa autonomia, é traída pelo próprio campo no qual se situa quando pretende definir-se culturalmente” (DE CERTEAU, 1995, p. 147).

direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Além disso, segundo Gallo (2017, p.87) ela também marca

[...] o desejo de fundamentar um processo de governo democrático no país. [...] Como no registro da biopolítica, o que se governa são populações, tivemos após a promulgação deste marco legal [...] uma intensa produção de políticas públicas nos mais variados campos, como forma de constituir tal processo de governo populacional.

A partir desse marco, a assistência é vista não mais como um ato de amor, caridade ou fé como afirma a primeira-dama em seu discurso, e sim, como um direito público dos cidadãos: os regimes de verdade se deslocam. Nas palavras de Serpa, Virgínia e Cavalcante (2015, p. 431) “trata-se da mudança do estatuto ético e político do indivíduo necessitado, na medida em que este é deslocado de um lugar de exclusão social, como [...] objeto da compaixão alheia, para o de cidadania, como sujeito de direito”. Para além da constituição, também podemos fazer um recorte mais recente, especificamente na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), a qual instituiu, a partir de seu Art. 8º que é “[...] dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, [...] a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, [...], entre outros”. Esse tipo de enunciado realizado pela primeira-dama reforça determinados regimes de verdade sobre as pessoas com deficiência e sobre a comunidade surda, além de desviar o olhar desses sujeitos acerca dos próprios direitos que lhes são garantidos por Lei para um viés de bondade, de ajuda, e de amor para com *as pessoas que foram esquecidas*, segundo as palavras de Michelle.

As formas como as condutas vão sendo conduzidas, ou seja, a maneira como a governamentalidade age nos corpos surdos varia a partir dos diferentes regimes de verdade aos quais esses sujeitos irão se apegar. Observa-se, neste cenário, não a diminuição das lutas surdas, mas sim, sua pluralização, que assume novas linhas molares, duras e reacionárias. Tenho a sensação de que, anteriormente, por tratarmos de um grupo minoritário que resiste para poder existir, não víamos a possibilidade da criação de pautas conservadoras no movimento, mesmo que essas se contradissem e se contrapusessem dentro do próprio território surdo. No entanto, reitera-se que esse conservadorismo está ainda mais presente desde as eleições de 2019 na captura dos movimentos sociais – vistos até então como ações de contra-conduta.

Entendemos que todo este cenário pode gerar um discurso folclorizado de que as demandas da comunidade surda estão sendo atendidas e que esse público está sendo enaltecido. No entanto, essa folclorização no campo da surdez pode se constituir em um

“processo perverso que potencializa a doce ilusão no sujeito do reconhecimento de sua língua e cultura, - tomado pelo autor como ilusão da minoria – ilusão de estar avançando em sua luta, quando na verdade suas petições estão tornando-se folclorizadas no cotidiano da sociedade” (MARTINS, 2008b, p. 34).

Podemos recorrer a De Certeau (1995, p. 147) quando pensamos nessas existências surdas que estão sendo capturadas e nos assujeitamentos que estão sendo construídos no cenário desse governo, enquanto ferramentas que fazem os sujeitos entrarem em um “jogo de uma sociedade que constitui o cultural como espetáculo e que instaura por toda parte os elementos culturais como objetos folclóricos de uma comercialização econômico-política [...]”. Nesse contexto, a língua de sinais e a comunidade surda parece ser prestigiada pelo governo federal e pela sociedade majoritariamente ouvinte diante das malhas de poder que esse grupo exerce frente às minorias. Isso nos possibilita ver, claramente, o funcionamento das relações de forças.

Coincidentemente (ou não), apesar desse exemplo de um discurso em Libras que contém a pauta da inclusão, observamos no dia seguinte à cerimônia o desmonte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) vinculada ao MEC. Segundo Cabello (2021), o até então nomeado Ministro da Educação, Ricardo Vélez (já exonerado do cargo), afirmou que a mudança era apenas de nomenclatura, passando a nova organização a chamar-se Secretaria de Modalidades Especializadas em Educação (SEMESP). No entanto, essa instituição sofreu para além da alteração da terminologia, apresentando

mudanças importantes, como a desvinculação da discussão sobre alfabetização [...] e a eliminação das temáticas de Direitos Humanos, inclusão e a diversidade, revelando [...] um projeto político de educação de base ultraconservadora que já começava a dar os primeiros passos no país, na direção da perda de direitos coletivos sociais outrora já conquistados (CABELLO, 2021, p. 14).

A retirada da pauta da alfabetização se fortalece com a tentativa de não mais discutir a pluralidade de formas de ensino, nem as tensões sociais que impactam a alfabetização dos mais pobres no país. Elas caminham na direção da defesa de que um método único é o caminho de mudanças: a ortodoxia no ensino. Como exemplo, podemos citar a tentativa do atual governo em implementar, no ano de 2019, o método fônico visual para a alfabetização do público surdo sobre a Política Nacional de Alfabetização (PNA), constituída em 11 de abril de 2019 pelo Decreto 9.765 (BRASIL, 2019). Essa normativa tem como base as relações entre grafema e fonema que sustentam o método fônico. Lage, Begrow e Oliveira (2020, p. 79) salientam que

a defesa da PNA de que a abordagem metodológica pautada na instrução fônica e na consciência fonológica é superior a qualquer outra e deve ser tomada como princípio na fase inicial da alfabetização é medicalizante porque reduz a complexidade do processo de alfabetização e desconsidera a heterogeneidade que marca as diferentes formas de aprender tanto da criança ouvinte quanto da criança surda.

Essa metodologia de alfabetização consiste em um “retrocesso na educação de surdos, em que a criança através dos sons de cada letra, será exposta a repetições sonoras, leituras labiais e orofaciais” (ALMEIDA, SILVA, TEOTÔNIO, 2021, p. 203). A respeito disso, Lage, Begrow e Oliveira (2020, p. 90) explicam que,

no caso dos alunos surdos, é solicitado que consigam acompanhar esse processo pela leitura labial como se fosse possível compreender a língua que é oral por sua visualização. Além disso, pressupõe-se a possibilidade de assunção fonológica desta língua pela visualidade apoiada ou por meio de movimentos manuais que significam sons, os quais sublinhamos, não podem ser auditivamente percebidos pela criança surda. Entendemos que isso implica em desrespeito, imposição arbitrária de um sistema linguístico que apaga diferenças e medicaliza.

Devemos ressaltar que, segundo Skliar (1997), foram mais de cem anos com práticas quase em sua totalidade oralistas (que ainda estão longe de acabar) para que a população surda conseguisse o início de seus direitos baseados na língua de sinais. Almeida, Silva e Teotônio (2021, p. 209) enfatizam que “a metodologia fônica na educação de surdos pode trazer uma nova versão camuflada do oralismo e suas estratégias”, além de contribuir para que a visão desse alunado seja novamente ligada a um regime de verdade que tem como base os discursos clínicos, que determinam onde os alunos devem se normalizar e aprender assim como os alunos ouvintes aprendem (fazendo-os caminhar novamente para um fracasso escolar). Além disso, não é salientada a diferença linguística desse alunado – o que vai contra todas as garantias das políticas públicas sobre uma Educação Bilíngue de surdos apresentadas no subitem anterior. Sobre a questão dessa volta do método fônico, problematizo: qual a veracidade do discurso da primeira-dama em Libras (que enaltece a comunidade surda), sendo que, no mesmo ano da posse do atual presidente e do governo que se diz inclusivo, temos a proposta de retrocesso na educação de surdos com ideais de cunho oralista?

Essa proposta da volta do método fônico é amplamente debatida em diversas pesquisas (FERREIRA, SÁ SILVA, LIMA, 2021; ROSS, 2021; ALMEIDA, SILVA, TEOTÔNIO, 2021), que o trazem como um modo ineficaz diante da comprovação do sucesso do desenvolvimento de crianças surdas a partir da educação bilíngue (LACERDA; SANTOS; MARTINS, 2015). Além disso, ele passa a ser apoiado pelos surdos na medida em que ‘ganham’ espaço de aparição no governo federal, o que nos permite constatar que há um preço a se pagar para estar alinhado a uma gestão conservadora do país.

Assim, algumas alterações nas pastas do atual governo que indicam certa busca por essa “representatividade” trouxeram pela primeira vez lideranças surdas em cargos políticos de tamanha evidência. Como exemplo, podemos citar a criação da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue (DPEBi), com a Profa. Dra. Karin Strobel, já atualmente exonerada e substituída por Crisiane Nunes Bez Batti. No que se refere à Coordenação Geral de Políticas Pedagógicas de Educação Bilíngue, inicialmente, a Profa. Dra. Flaviane Reis tinha sido colocada no cargo; porém, posteriormente, Elizângela Castelo Branco, tradutora e intérprete de Libras ouvinte passou a ocupá-lo. Outro exemplo (fora no Ministério da Educação, mas que também apresenta uma liderança surda), é no Ministério da Mulher, que teve como representante da Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência, Priscilla Gaspar, que no ano de 2022 se afastou da pasta para tentar se eleger como deputada federal, porém não foi eleita. Diante desse cenário, parece-me que, na atualidade, os surdos não somente resistem, mas também ocupam espaços normativos.

Nesse contexto, a ação da biopolítica faz viver a Libras pela colocação de representantes surdos nas pastas do governo e pelos discursos da primeira-dama; porém, deixa morrer a diferença quando incentivam a volta do método fônico para a alfabetização de crianças surdas, por exemplo. É o racismo de estado infiltrado na comunidade pela captura dos sujeitos em sua própria língua, afinal, para se controlar, gerenciar e criar discípulos, o primeiro movimento é o de trazer para dentro, produzir uma semiose que capture o outro e determine suas formas de condução de vida. Para isso, basta um código linguístico comum e pronto! Em outras palavras, se por um lado, a “gestão federal traz à tona as discussões da comunidade surda [...] dando inclusive mais visibilidade à Libras” (CABELLO, 2021, p.15) e nomeia sujeitos surdos para os cargos apresentados anteriormente, por outro, se embasa em táticas governamentais de captura de singularidades em uma racionalidade neoliberal, que usa a acessibilidade linguística como pauta assistencial.

No entanto, devemos salientar que a população surda não se resume a apenas direitos linguísticos. Porém, essa é uma pauta ainda fundamental pelos recentes acontecimentos no presente governo. Na atual conjuntura política e os regimes de verdade que dela emergem, a diferença surda encontra momentos de morte – os quais ocorrem igualmente com o resto da população: morremos quando o Ministro da Educação distingue aqueles que podem ou não serem incluídos na escola; quando estamos sujeitos à defesa da cloroquina e do kit covid; quando percebemos o negacionismo contra a vacina; e quando a Universidade pública é para poucos. Morremos todos juntos, surdos e ouvintes nessa gestão que desvaloriza a vida e a educação.

No que se trata da área da educação especial nesse contexto educativo sucateado, “o debate educacional também acabou sendo capturado por essa polarização entre direita e esquerda” (ROCHA, MENDES, LACERDA, 2021, p. 4). Em um cenário de revisão da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 (BRASIL, 2008), é pertinente fazer a apresentação de mais dois acontecimentos que geraram problematizações no atual governo, sendo eles o Decreto 10.502⁶⁵ de 2020 (BRASIL, 2020) - que instituiu a nova *Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da vida* (atualmente suspensa) e, novamente, o discurso também promovido pela primeira-dama em Libras em sua cerimônia de lançamento.

O Decreto 10.502 de 2020 foi instituído e assinado pelo Presidente da República, pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro (já exonerado do cargo) e pela Ministra da Mulher, da família e dos direitos humanos, Damares Alves. Essa nova normativa se concretizou no momento pandêmico e de isolamento social em que vivíamos e contou com uma série de mudanças resultadas de processos que se iniciaram com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, e sobre uma política de revisão no que se referia à Educação Especial no país (CABELLO, 2021). Essa retificação proposta se deu sobre o vencimento da PNEEPEI⁶⁶ (BRASIL, 2008), que deveria estar em vigência por 10 anos, ou seja, de 2008 a 2018. Essa atualização foi sendo construída dentro de um contexto de políticas sociais produzidas no atual governo e que, segundo a Profa. Dra. Cristina Broglia de Lacerda em *Live*⁶⁷ proferida pelo Programa de Pós-Graduação Especial (PPGEES) da UFSCar, tem se distanciado dos direitos dos grupos minoritários com políticas segregacionistas em relação às mulheres, negros, comunidade LGBTQIA+, dentre outros. Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p. 3) apresentam que

⁶⁵ O Decreto 10. 502 de 2020 está disponível no site <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso em 10.05.2022.

⁶⁶ Segundo Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p. 3) em artigo que discute as questões acirradas sobre o Decreto 10.502 (BRASIL, 2020), a anterior política, no caso, a PNEEPEI (BRASIL, 2008), “apresentou-se como orientação a estados e municípios, de modo a assegurar o direito de todos à educação regular; ou melhor, na organização de sistemas educativos inclusivos, tendo como foco o público-alvo constituído por sujeitos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). A Educação Especial ficou definida como modalidade de ensino não substitutiva à escolarização, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades. Adicionalmente, garantiu o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), com professores especializados, tempos, espaços e recursos adequados às necessidades específicas de cada sujeito que demandasse tal atendimento [...]”.

⁶⁷ Essa *Live* foi produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial no dia 20 de outubro de 2020, na qual participaram três professoras da área da Educação Especial: a Profa. Dra. Mônica Kassar, docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); a Profa. Dra. Enicéia Mendes; e a Profa. Dra. Cristina Lacerda – ambas docentes da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O conteúdo pode ser acessado no link https://www.youtube.com/watch?v=-wD3GHs_OjI&t=1052s

[...] em 2017, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)/MEC sob a nova gestão, abriu diversos editais para seleção de consultores especialistas, [...] com o intuito de subsidiar estudos para a atualização de políticas públicas de Educação Básica e Ensino Superior, mais especificamente das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial no Brasil.

Segundo Kassar, Rebelo e Oliveira (2019, p. 11), “a abertura de tais editais e a posterior contratação dos consultores indicaram a intenção clara de revisão da política de formação do sistema educacional inclusivo”. Além disso, Cabello (2021, p. 153) afirma que esses editais foram abertos “com a intenção de que a proposta fosse analisada e efetivada nos mesmos moldes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, na qual a Língua Portuguesa é priorizada e não tem discussões voltadas para a língua de sinais; ao contrário, dá centralidade ao Português na modalidade oral e, conseqüentemente, deixa de fora dessa lógica a educação bilíngue de surdos.

Além desses pontos apresentados sobre a reformulação da PNEEPEI, algumas questões ao longo do texto do novo documento também devem ser salientadas no que se refere à educação inclusiva. Como exemplo, podemos citar a desresponsabilização do Governo sobre a educação; o incentivo à volta da integração; a indução de salas especiais nas escolas inclusivas; o encorajamento de ambientes segregadores de ensino e outros contextos que não o próprio escolar; ausência de definição sobre as escolas especializadas; não valorização dos alunos em classes escolares regulares e também dos professores de educação especial; além do não esclarecimento acerca dos profissionais que trabalharão com os alunos PAEE (ALMEIDA, *et al.*, 2020; VENQUIARUTI, *et al.*, 2020; CABELLO, 2021; ROCHA, MENDES; LACERDA, 2021). Sobre esse panorama, Almeida *et al.* (2020, p. 130 – grifo dos autores) consideram como sendo

[...] um retrocesso [...] com novos atores, novas estratégias mais neoliberalmente cruéis, de uma exclusão não mais branda, mas explícita e com tendência a ser muito mais rápida. Toda a lógica da exclusão justificada pela própria deficiência, da separação pelos tipos de limitação, do afastamento dos alunos “normais” está autorizada e ratificada por esta política. A clássica frase “não estou preparado para isso” é fortalecida diante dos critérios que são estabelecidos (por quem e com que interesse?) para determinar quais alunos não se adaptaram à escola regular e prontamente encaminhá-los para lugares mais “adequados”.

Quantas vezes o termo retrocesso terá que ser salientado nesta tese, com ações proferidas pelo atual governo federal em relação à educação bilíngue de surdos e à inclusão das pessoas com deficiência a partir de seus direitos sociais garantidos por políticas públicas? Os discursos foram e continuam sendo feitos em língua de sinais, os intérpretes estão presentes e, no final das contas, é essa captura que importa. Na presente gestão, é mais

relevante o discurso bonito (e vazio) do que a implementação – e isso fica nítido com todos os acontecimentos que foram atravessando tanto a população surda quanto a ouvinte, e a população com deficiência e a sem deficiência. Fomos atravessados, minimizados, folclorizados, capturados. Vou ao encontro de Cabello (2018, p. 102 - grifos da autora), quando esta afirma que esses atos acabam sendo “camuflados em uma hospitalidade hostil em que direitos, (inclusive os de existir), são concedidos, mas acabam sendo negados, desprezados e “esquecidos” quando é preciso que se façam valer na prática”.

Nesse contexto, faz-se necessário retomarmos o conteúdo do documento que discute sobre a população surda. Mas antes, é pertinente destacar a *Live* citada anteriormente, na qual a Profa. Dra. Cristina Lacerda pontua algumas questões sobre a educação que atinge diretamente esse público. Apesar da nova proposta trazer a defesa das escolas bilíngues e escolas regulares com propostas bilíngues, podemos afirmar que esse tipo de instrução já era garantido pelo Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), assim como pelo PNE, (BRASIL, 2014) em sua Meta 4.7. Porém, mesmo com esse “apoio” do governo a essa demanda educacional vinda por parte da comunidade surda, a normativa também não esclarece sobre como será feita a distribuição de recursos financeiros do estado para isso (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021).

Ademais, a nova normativa também não traz discussões linguísticas (que seriam inovadoras) no âmbito da educação bilíngue de surdos. Nas palavras de Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p. 14) essa educação “precisaria ser tratada de forma plural, contemplada antes de tudo por políticas linguísticas nacionais”. No entanto, as questões acerca das línguas que são faladas no Brasil não são pontos de debate no contexto governamental tendo em vista que essa problematização não é levantada. Consequentemente, não ocorrem avanços nessa esfera.

Ainda na perspectiva da pesquisadora, o que se faz de diferente da política anterior é a educação bilíngue de surdos como uma modalidade de ensino e a inclusão do público surdo-cego, surdos com outras deficiências, surdos com altas habilidades e superdotação nas perspectivas de ensino bilíngue. Sobre esse aumento, apesar de ser positivo, podemos enxergar a inclusão de “todos nos jogos do mercado, diminuindo assim o risco social produzido por essas camadas da população e constituindo sujeitos produtivos e responsáveis por sua autogestão” (LOCKMANN, 2013, p. 38). Vemos nessa normativa, portanto, “estratégias biopolíticas de uma racionalidade neoliberal que opera com o intuito de governar a todos e a cada um” (LOCKMANN, 2013, p. 34).

A análise da professora reitera ainda que a proposta do Decreto 10.502, foi vista como um grande ganho pela comunidade surda. Porém, na opinião da pesquisadora – que condiz com a minha, esse documento pode ter servido apenas para dar uma “visibilidade” para questões que já eram garantidas. Nas palavras de Castelano (2018, p. 34) “a mera existência dessas políticas não garante que esses direitos sejam respeitados no confronto com o real”. Cabello (2021, p. 56) afirma que

[...] em muitos aspectos as pautas há bastante tempo reivindicadas pelos surdos continuaram sendo discutidas, ignoradas, ridicularizadas, diminuídas, negligenciadas ou mesmo apagadas em diferentes esferas, por grupos de profissionais que, até então, eram majoritariamente ouvintes e atuantes em contextos privados ou mesmo em projetos que discutiam e implementavam políticas públicas.

Outro ponto que podemos destacar é a nítida presença dos sujeitos surdos e a educação bilíngue, que se sobressaem aos outros PAEE da educação especial. Rocha, Mendes e Lacerda (2021) constataram que a palavra surdo é a sexta mais usada do documento, e citada 21 vezes ao longo deste. Além disso, os autores complementam que essa nova normativa acabou sendo bipartida e teve, de um lado, os surdos e, de outro, as outras especificidades. Nas palavras dos pesquisadores “as pessoas surdas parecem compor um grupo separado dos estudantes PAEE e, aparentemente, a PNEE-2020 configurar-se-ia como duas políticas em uma, com ações diferenciadas para dois grupos distintos” (p.14). Diante disso, apesar da luta da comunidade surda pela desvinculação da educação especial e a garantia da educação bilíngue como modalidade de ensino independente desde a alteração realizada na LDB em 2021, na prática educacional os alunos ainda compõem esse público, assim a população surda no ambiente escolar deveria – como o nome da própria política diz, estar em equidade nesse novo Decreto.

O que se faz necessário nesse contexto é enxergar os avanços que foram feitos da última política para essa, bem como o que foi realmente colocado em prática e o que ainda precisa ser progredido. Segundo Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p. 14) “ainda que a PNEEPEI mereça ser revista, a solução definitivamente não passa pela perspectiva de abandonar o princípio da inclusão, instituído por meio de Emenda Constitucional no Brasil”. De fato, poucas mudanças foram implementadas e, por essa e diversas outras questões, esse novo Decreto que instituiu a PNEE-2020 teve a existência mais curta da história: 60 dias para que o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgasse como inconstitucional – resultando em sua suspensão em dezembro de 2020. Segundo Rocha, Mendes e Lacerda (2021, p. 2)

[...] ao contrário das leis, esse tipo de instrumento jurídico não tem poder de criar, extinguir ou modificar direitos e obrigações. Nesse sentido, o Decreto Nº 10.502/2020 foi considerado inconstitucional, por infringir leis vigentes, tais como a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 [...], com *status* de Emenda Constitucional no Brasil.

Em suma, essas diversas controvérsias que foram se firmando tanto na elaboração do documento como após sua promulgação, acabaram provocando “uma divisão dos movimentos sociais históricos que lutam pelos direitos dos estudantes PAEE, confrontando a comunidade surda, os movimentos dos familiares, os setores públicos e privados da Educação e Educação Especial” (ROCHA; MENDES; LACERDA, 2021, p. 15). Como prova disso, podemos citar a publicação da Feneis (BRASIL, 2020) com a *Nota de Apoio e Esclarecimento*⁶⁸ à referente normativa⁶⁹, que marcou, ao meu ver, uma espécie de captura biopolítica das vidas surdas. Essa captura é fruto de uma “instabilidade democrática e [...] heranças conservadoras e colonialistas, fortemente arraigadas no imaginário social brasileiro” o que acaba dificultando “a garantia real da pauta dos movimentos progressistas” (VIANA; NORONHA, 2018, p. 46). A partir do momento que os surdos se sentem representados e vistos na constituição da futura política, conseqüentemente são conduzidos por ela (condução essa que já se inicia com a nota de apoio em questão).

Nesse sentido, embora o documento também teça críticas à escrita do novo Decreto, uma das primeiras frases do referido texto é: “para alegria das comunidades surdas brasileiras”, dando seqüência às vantagens de se ter esse documento aprovado. No entanto, nas palavras de De Certau (2001, p. 214) “a política não garante felicidade”. E é justamente nessa captura que a governamentalidade neoliberal age: “busca investir nos sujeitos, intervir nas formas de ser, de agir, de pensar, e de se relacionar, com o intuito de aumentar não só a qualidade [de vida] da população, mas também contribuir para o funcionamento do jogo econômico” (LOCKMANN, 2013, p. 46). Este movimento é “a objetivação, o sujeito tomado como alvo – e efeito – das relações de poder que fazem com que ele seja” (GALLO, 2017, p. 82) capturado, culminando em subjetividades capitalísticas e assujeitamentos (ações estas que vão ao encontro das estratégias de controle das vidas do presente governo). A comunidade, ao olhar apenas para sua necessidade, deixa à margem outros grupos que operam pela mesma lógica que lhes foi imputada: a normalização de seus corpos pelo princípio inclusivo.

⁶⁸ A nota de apoio e esclarecimento sobre o Decreto 10. 502 de 2020 pode ser acessada na íntegra pelo link: <https://www.idea.ufscar.br/arquivos/politicas-eesp/feneis.pdf>

⁶⁹ Apesar do apoio ao Decreto 10.502, o documento produzido pela Feneis reitera ainda a importância da desvinculação da Educação Bilíngue de surdos da Educação Especial.

É nesse local onde os microfascismos podem surgir pois, se um movimento político de contraconduta – nesse caso, aquele constituinte de um território surdo que se filia à pautas fascistas ou à movimentos de opressão contra qualquer outra existência, toda sua potência de fratura com as políticas majorantes perdem o sentido. Assim, “o sujeito da minoria passa a não se reconhecer mais dentro do grupo e busca na mesmidade da maioria fazer-se corpo” (MARTINS, 2008b, p. 200).

Todo movimento trazido acima da visível disparidade entre os surdos e o PAEE da Educação Especial reforça “a tentativa de usar as necessidades educacionais específicas do alunado surdo para justificar uma mudança nos princípios da Educação Especial brasileira” (ROCHA, MENDES, LACERDA, 2021, p. 15). Essa ação fica evidenciada “na forma de condução do cerimonial de lançamento da PNEE-2020” (ROCHA, MENDES, LACERDA, 2021, p. 15). O discurso também foi feito em língua de sinais pela primeira-dama, mostrando a identificação com a população surda e sua fala destinada para esse público em específico.

Figura 3 - Cerimônia de lançamento do Decreto 10. 502 de 2020 que institui a nova Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida



Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-09/governo-lanca-politica-de-educacao-para-estudantes-com-deficiencia>

Trago abaixo o discurso⁷⁰ apresentado em Libras pela primeira-dama com interpretação em língua portuguesa de Elisângela Castelo Branco. Destaca-se que foram

⁷⁰ A cerimônia de lançamento do Decreto 10.502 pode ser assistida na íntegra através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=1-hUJP3CICQ>

marcadas as partes que mais me inquietaram e me causaram caos interno. Diante desses afetos, caminho com mais essa problematização.

Quadro 4 - Discurso da primeira-dama do atual governo na cerimônia lançamento do Decreto 10.502 no qual institui a nova Política de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida

Boa tarde a todos! O mês de setembro é marcado por muitas lutas e conquistas das pessoas surdas. Hoje é comemorado o dia mundial do tradutor intérprete. Quero enaltecer a luta da comunidade surda e celebrar o setembro surdo. Esse governo, valoriza e reafirma o respeito aos profissionais surdos que atuam no governo e em outras esferas da sociedade. Temos a secretaria nacional das políticas das pessoas com deficiência, Priscila Gaspar, e, Crisiane Nunes, que chefia a primeira diretoria de Educação Bilíngue de Surdos no MEC. Cumprimento os demais surdos que trabalham no governo [...] gostaria ainda de parabenizar os intérpretes de Libras, pelo reconhecimento de seu ofício e do esforço para acessibilidade nacional. O exemplo de acessibilidade deve partir de onde? De vocês autoridades e eu agradeço o engajamento. Por esse motivo, o presidente da república sempre tem ao seu lado um intérprete de Libras para acessibilidade em seus pronunciamentos. (Nesse momento a sala toda bate palma em Libras, o presidente faz alguma piada inaudível e todos riem). Quero compartilhar com vocês, minha participação na ALMA, Aliança de Cônjuges de Chefes de Estado, onde pude demonstrar meu amor pela comunidade surda, e motivar as primeiras-damas da América Latina, a tornarem seus discursos acessíveis com a presença de um intérprete. [...] Hoje celebramos mais uma vitória, o lançamento (voz embarga da intérprete) da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. A PNEE representa um passo significativo desse governo, rumo a um país mais justo e com igualdade de oportunidade. A PNEE fortalece o direito de escolha da família. Temos o dever de oferecer aos cidadãos opção de escolarização, em escolas regulares, escolas especializadas ou escolas bilíngues de surdos. Nesta, a língua brasileira de sinais é a primeira língua, a sua língua de instrução e comunicação e o português na modalidade escrita, a segunda língua. Sonho, trabalho e luta por um Brasil sem barreiras comunicativas. Agora, em homenagem ao setembro surdo, quero apresentar para vocês um vídeo, em que pessoas importantes do governo gravaram com muito carinho para vocês [...] Que Deus os abençoe. Amo vocês! (Novamente o presidente faz os membros da sala rirem). (Fala da primeira-dama, Michele Bolsonaro, em Libras em cerimônia de lançamento da Nova Política de Educação Especial: Equitativa Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida no ano de 2020).

Fonte: Transcrição de fala de Michele Bolsonaro na cerimônia de lançamento do Decreto 10.502 de 2020. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=RCtazVYVFFg&t=815s>

O vídeo que toma cena após o pronunciamento da primeira-dama começa por ela, também em língua de sinais, parabenizando os surdos do Brasil e salientando o trabalho e luta junto à comunidade em diversos segmentos sociais. Sua fala se finaliza com a frase ‘*contem sempre com meu apoio, amor e respeito*’. Posteriormente a essa introdução, aparecem

diversos componentes do atual governo como: Damares Alves, Eduardo Pazuello (até então nomeado Ministro da Saúde), entre vários outros, finalizando com o Presidente Bolsonaro. Todas as falas permeiam o discurso em Libras: “Parabéns pelo dia dos surdos. Deus abençoe vocês”.

Outro aspecto a ser salientado é o fato da cerimônia de lançamento ter sido realizada no dia 30 de setembro (dia internacional do profissional tradutor e intérprete). Além disso, o mês de setembro também é bastante significativo para a comunidade pois envolve o dia nacional do surdo. Martins (2008b, p.195 – aspas da autora) aponta que

[...] estes fatores também nos levam a refletir se por trás de ações politicamente corretas não estamos transformando as políticas públicas na área da surdez, o reconhecimento da Libras e da cultura surda em um “ritual folclórico” na sociedade majoritária ouvinte. Se não estamos apagando, silenciando as mudanças necessárias e colocando as diferenças num plano de vislumbre – como peça ou relíquia de museu.

Em suma, acredito que é esse movimento que a atual gestão brasileira tem feito com a comunidade surda a partir dos pronunciamentos, discursos e políticas públicas que têm sido promovidos em língua de sinais. Faz-se o discurso em Libras; garante-se o apoio a essa população; capturam-se as singularidades surdas por meio de dispositivos biopolíticos; assujeitam-se regimes de verdade autoritários e neoliberais; colocam sujeitos surdos em cargos de destaque, nas pastas do governo e aproveitam de uma luta de séculos para promulgar novas políticas públicas que já estavam sendo travadas por essa população muito anterior à atual gestão. Nas palavras de Martins (2008b, p. 199-200) “[...] joga-se através do discurso, com o reconhecimento circulante de diferentes culturas e línguas” e assim, “ao invés destes movimentos ganharem força política, esse poder é enfraquecido ao circular numa cultura fechada, apenas ritualizada por uma minoria e contemplada pela maioria social”. Essa folclorização que emerge no atual governo pode ser também efeito de uma biopolítica das vidas surdas, que ocasiona ao invés de uma valorização dessa população, a finalidade contrária: a morte das diferenças e dos assujeitamentos. Em outros termos, podemos dizer que o Estado produz formas de inclusão dessas existências por meio de normativas, mas também por regimes de verdades que vão conduzindo suas condutas e produzindo maneiras de ser que visam à construção dos grupos assujeitados por meio de práticas discursivas nas propostas governamentais.

No entanto, no momento de colocar o discurso e as normativas em prática, vemos o apagamento: a morte. A realidade das escolas inclusivas com propostas bilíngues não foi alterada; a verba para que esses projetos se tornem corriqueiros nas escolas públicas dos

estados brasileiros não foi destinada; a abertura de concursos públicos para profissionais capacitados trabalharem com esse alunado não foi realizada; dentre diversos outros pontos que foram prometidos e não foram cumpridos. Mesmo com o discurso em Libras, a maré contrária continua acontecendo: o incentivo pelo desmonte da inclusão em outras áreas e grupos da educação especial – já sólidas e com resultados interessantes; a tentativa da volta do método fônico de alfabetização sendo incentivada por surdos; as políticas públicas vazias; o sentimento de caridade e assistencialismo do governo perante a essa população; a disseminação do negacionismo da vacina também em língua de sinais; dentre diversos outros pontos que poderíamos citar aqui. Não sei se nesse momento consigo definir em uma palavra o que a gestão federativa tem feito com a população surda, mas, espero que estejamos no fim desse cenário até o dia 31 de dezembro de 2022.

Assim, afirmo que esse tipo de discurso tem sim vantagens para a população brasileira que começa a ter conhecimento de quem faz parte dessa comunidade e quem fala essa língua. Porém, na mesma proporção, ele pode emergir uma “comercialização da Libras como instrumento com fins políticos centralizadores [...] a possível e sutil paralisação das resistências surdas pela ilusão de ‘trabalho cumprido’, [...] podendo lentamente provocar o enfraquecimento [...]” (MARTINS, 2008b, p. 202-203 – grifo da autora) dessas vidas que resistem às normalizações impostas pela sociedade majoritariamente ouvinte.

É exatamente nessa corrente de captura e comercialização das culturas que as subjetividades surdas precisam cravar resistência e se refazer para manter seus pontos de lutas pelas singularidades. Essa contra-conduta deve se firmar para que as vidas e diferenças não sejam categorizadas⁷¹ e igualmente capturadas pela arte de governar, uma vez que o neoliberalismo atua “como uma máquina de moer coletividades, desdemocratizar, desagregar e individualizar” (COSTA; AMORIM, 2019, p. 921), e como instrumento de produção de sujeitos em série.

Em suma, podemos dizer que toda a costura desenvolvida nesse recorte temporal tem pontos positivos e negativos, ou seja, momentos de captura e resistência. Em certas ocasiões, os processos de subjetivações surdas se constroem a partir de linhas moleculares na lógica da resistência e da contra-conduta, e pegam carona nos regimes de verdade mais libertários, baseados em discursos de luta pela constituição de um espaço social e um território surdo que se alinha, por vezes, aos movimentos macros (na medida em que surgem as narrativas de

⁷¹ A palavra ‘categorizados’ foi empregada no sentido do que é esperado pela sociedade do sujeito surdo: “o surdo é isso”; “o surdo precisa fazer aquilo”; “o surdo não pode usar aparelho”; quem sabe mais ou menos Libras; quem é mais surdo que quem; quem é surdo puro e quem não é; entre vários outros microfascismos que podem ir se constituindo dentro dessa comunidade.

direitos por reconhecimento). Em outros, os regimes de verdade se pautam em linhas molares, duras e conservadoras, e são capturados por dispositivos biopolíticos forjados nessa racionalidade neoliberal, ocasionando assujeitamentos e a construção de subjetividades em massa e subjetividades capitalísticas surdas. A questão que nos leva a concluir esse pequeno percurso é, nas palavras de Gallo (2017, p. 90),

[...] que a abrangência deste assujeitamento nos deixa cada vez menos brechas para interferirmos naquilo que somos; a maquinaria de poder nos enreda em teias cada vez mais complexas, de modo a praticamente não enxergar saídas. Ser sujeito na forma do cidadão configura, inclusive, como devemos agir sobre nós mesmos. Em outras palavras: mesmo naquilo que somos ativos, isso é produzido por um assujeitamento.

Queremos reforçar o necessário exercício ético de refacção sobre nós mesmos para resistir ao máximo à essas formas de assujeitamentos. Afinal, resistir à racionalidade neoliberal em que nos constituímos é resistir sobre o que fazem e o que fazemos de nós mesmos; sobre os desejos microfascistas que nos compõem e não cessam de nos capturar; e sobre os afetos que nos mobilizam cada vez menos em relação ao outro e suas diferenças. É necessário estarmos sempre em fuga, ou melhor, sempre em linhas de fuga que nos levem à um movimento outro e que não nos faça sobrepor a outros grupos minorizados, potencializando a onda conservadora na qual vivemos. É fundamental resistir! Temos ciência de que os dispositivos sociais nos capturam a todo o momento e, por isso, o processo de subjetivação é tão intenso e caro às problematizações para essa tese. Aliás, é sobre os novos dispositivos sociais e a tecnologia virtual que trataremos a partir de agora, com o intuito de pensar sobre de que modo as mídias sociais se colocam como potências afetivas sobre os sujeitos, os politizam e criam espaços de constituição subjetiva.

II.III) Mídias sociais como dispositivos biopolíticos na construção de regimes de verdades: processos de sujeição de vidas surdas

Apresentado os processos de lutas e conquistas legais da comunidade surda favoráveis às petições acerca da legitimação de seus direitos linguísticos em diversos contextos sociais e, ainda, a forma como vimos aparecer, pelos regimes de verdade, os processos de sujeição das pessoas surdas, caminhamos para novas análises acerca das mídias sociais como dispositivos biopolíticos. Os discursos feitos por meio da língua de sinais têm tomado cada vez mais espaço e visibilidade em diferentes contextos sociais (e o midiático não ficaria fora dessa conjuntura). No entanto, ao mesmo tempo em que temos a língua de sinais sendo usada para manifestações de resistência e contra-conduta surda na atualidade, como já

apresentado anteriormente, também encontramos dispositivos midiáticos em Libras que têm sido disseminados como meio de comunicação e produção de discursos, e veiculando saberes de uma racionalidade ‘negacionista e autoritária advindas de discursos do atual governo federal. Nesse sentido, a Libras passa a ser dispositivo de linguagem em que se possibilita a produção de verdades alinhada às pautas atuais de condução das vidas.

Esse *lócus* onde ora os territórios surdos são capturados e assujeitados pelas mídias produzindo e sendo a favor de determinados tipos de conteúdo mais alinhados à biopolítica; ora age na contramão ao tentar elaborar formas outras de disseminação de conhecimento em relação a essa população. A respeito disso, podemos nos questionar: qual a força das mídias sociais como dispositivos biopolíticos na formação de regimes de verdade e produção dos processos de subjetivação no campo e nos territórios surdos contemporâneos? Ciribeli e Paiva (2011) afirmam que as mídias sociais se colocam como sendo o meio em que as redes sociais usam para se comunicar. Porém, é necessário não confundir ambos os termos, tal como alertado por Castells (2017, p. 17): “as redes sociais da internet são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder”. Santarosa (2010) reitera que “em nenhum outro momento da história [...] o homem disponibilizou de ferramentas tão poderosas para a informação e para o desenvolvimento da linguagem nas suas mais diversificadas formas”.

Existem diversos tipos de mídias sociais produzidas em variadas ferramentas técnicas como, por exemplo, as próprias redes sociais – as quais possuem inúmeras finalidades como o agenciamento de novos relacionamentos; espaço de trabalho; local virtual em que se tem o lazer; além de serem voltadas à públicos-alvo distintos como as crianças (surdas, ouvintes, brancas, indígenas...), jovens, adultos e idosos. Essas plataformas têm como objetivo a interação entre os sujeitos de formas simples, práticas e rápidas no que compete à disseminação de conteúdo e informação. Apesar do Brasil não ser o país com o maior número de internautas, ele ocupa o *ranking* dos que passam a maior parte do tempo navegando pelas mídias sociais: cerca de 70 horas por semana (CIRIBELI; PAIVA, 2011).

Tomando as mídias sociais a partir da lente filosófica aqui assumida, destaca-se que ela pode ser considerada uma produtora de agenciamentos e novas formas de existências. Isso porque pode é uma tecnologia que produz desejo, subjetiva e cria novos modos de relações entre os sujeitos sociais. Nesse sentido, as mídias podem se configurar por elementos

discursivos e não discursivos e se manifestarem como dispositivos⁷² biopolíticos capazes de criar regimes de verdade e influenciar diretamente a vida dos indivíduos em direção à modos de sujeição ligados aos interesses neoliberais e capitalísticos. Em outras palavras, podem ser vistas como uma espécie de “máquina industrial” de fabricações de assujeitamentos, e como um instrumento de mediação e modelização dos processos de subjetivação. A potência dessa tecnologia, segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 116), “ultrapassa muito a das velhas instituições, como os partidos políticos, as escolas, a máquina governamental, e às vezes até mesmo as instituições religiosas”; ou seja, esse território virtual com alta potência de agenciamento tem expandido e capturado cada vez mais pessoas. Além disso, esses espaços se constituem como um “lugar de disseminação de posicionamentos dos sujeitos, que buscam defender suas verdades a todo custo, com base em suas relações de poder” (SOUZA; LIRA; SILVA, 2020, p. 305).

As mídias sociais também podem se materializar em máquinas que nos capturam, nos afetam e nos forjam, produzindo relações entre o sujeito e esse objeto. Os modelos mais novos (os mais tecnológicos), produzem o desejo por aquela relação que não é somente com o objeto físico em si (os aparelhos tecnológicos), mas sim pelos efeitos sobre os modos de existência que o agenciamento com tais objetos nos possibilita – a necessidade subjetiva de estar com esse corpo/celular na mão e a falta que a sua distância pode nos promover. Conseguimos ficar por horas rolando as telas de nossos aparelhos em mídias sociais – o que ocasiona uma relação com esse equipamento. E é nessa conexão entre os corpos e o instrumento que vão se construindo formas de existência em tríades possíveis como sujeito-celular-mídias sociais ou sujeito-celular-mensagens de texto, elaborando uma forma específica de se pensar e de se atuar no e sobre o mundo.

Nas palavras de Hansen e Ferreira (2018, p. 6) “o surgimento das tecnologias de informação e comunicação e a ampliação dos usos da internet nos últimos anos, trouxe novas modificações à vida social e política das sociedades contemporâneas”. No entanto, é

⁷² Nesta tese, os dispositivos são tomados aqui como objetos “*políticos e tecnológicos* de produção de autonomia do indivíduo” (SERPA; VIRGÍNIA; CAVALCANTE, 2015 - grifos meus). Nas palavras de Foucault (2008b, p. 299), os dispositivos se definem como um “conjunto decididamente heterogêneo comportando os discursos, instituições, construções arquitetônicas, decisões regimentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas, logo: o dito, bem como o não-dito, eis os elementos do dispositivo. O dispositivo é propriamente a rede que se estabelece entre esses elementos”. Agambem (2009, p. 11) complementa que são o “conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder”, e ainda se constituem como “uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e obter um feito” (p. 25). Esses diversos componentes que vão o construindo e que tem o potencial de capturar as singularidades fazem parte de “um certo jeito de utilizar a linguagem, de se articular ao modo de semiotização coletiva (sobretudo da mídia)” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 43).

necessário estarmos atentos às formas de utilização e de modificação das perspectivas que essas tecnologias propõem. Nesse sentido, Cabello (2015, p.129 - aspas da autora) afirma que “para grande parte da população urbana, aparentemente, é preciso estar online, ocupando diferentes espaços simultaneamente, sendo que essas possibilidades abertas pela ‘virtualidade’ permitem novas experiências subjetivas [...]”. Contudo, se por um lado esse espaço tem a potência de manifestar as singularidades e agir na direção das contra-condutas pela abertura de fluxos e de novas redes, tem, na mesma intensidade, a capacidade de agir na captura dos sujeitos e, até mesmo, produzir a marginalização, a exclusão e a folclorização pela modificação das formas de afetos que essas máquinas nos proporcionam.

É nesse contexto que podemos trazer o conceito foucaultiano de biopolítica nas trocas sociais online onde os sujeitos buscam nos dispositivos midiáticos o poder de definir e produzir suas verdades. As existências são avaliadas e julgadas a partir de fotos, vídeos e relatos que constroem a ilusão de uma ‘vida perfeita’, e ocasionam um eterno movimento da busca pela padronização e normalização de existências e corpos (que na realidade fora das mídias, não existe). Está aí a marca do movimento de retirada e proibição da não menção do uso de ‘filtros’ no ‘Instagram’: o efeito opressor ao gerar certa obsessão humana à perfeição, na busca da aparência ideal na virtualidade em desacordo com sua imagem real. O capitalismo ganhou força e ampliou suas redes de conexões e produção do desejo ao consumo por meio das mídias e das redes sociais, agenciando formas de vida e incluindo o desejo de uma correção de nossa imagem que impõe o padrão de maneira sutil e intensa ao nos mostrar o belo e nos induzir às intervenções corporais para enquadramento no modelo atual. Pichler e Fossá (2015, p.106) afirmam que

[...] os espaços oportunizados pelas tecnologias digitais na internet atuam permeando na tensão entre os dispositivos de biopoder e a práxis da biopolítica. Constituem-se como espaços de expressão livre e de criação [...] ao passo que apresentam regras de participação e estão ancorados, por vezes, a instituições que condicionam sua atuação e manutenção.

Para adentrar a essas regras citadas acima, os desejos acabam se transformando, o consumo é incentivado por diferentes formas de agenciamento midiático, e novas profissões surgem como, por exemplo, os *influencers* digitais, os quais acabam reafirmando a busca pela idealização de uma vida sublime: ‘eu preciso de tal produto divulgado para ser feliz’; ‘eu quero a vida que tal digital *influencer* tem’; ‘eu gostaria de ter o corpo, o cabelo e os bens que tal pessoa tem’... Nesse contexto, a felicidade é posta em jogo, ou melhor, está vinculada à quantidade de *likes* recebidos; a experiência se valida diante da quantidade de visualizações

virtuais que exprimem falsamente quem é mais feliz; quem tem mais interações em suas redes; quem tem a melhor vida, a melhor casa, e os melhores amigos dentro da era digital.

Sobre esse contexto de competição, criação de regimes de verdade e assujeitamentos, podemos citar também a disseminação das notícias falsas, as famigeradas *Fake News* que ocorreram durante todo o processo das eleições no ano de 2018 desde a campanha eleitoral elaborada pelo presidente Jair Bolsonaro e sua equipe (quase exclusivamente desenvolvida pelas mídias sociais já discutidas na introdução dessa pesquisa):

[...] as campanhas giraram muito mais ao redor do que era propagado e noticiado pelas redes sociais (Facebook e Whatsapp, principalmente) do que por outros meios de comunicação fundamentais para as campanhas políticas há algumas décadas, como o rádio ou a televisão. Como um exemplo de novos modos de fazer político, as vésperas do segundo turno da eleição [...] uma grande operação orquestrada via Whatsapp foi noticiada, apontando que a campanha do candidato Jair Bolsonaro estava sendo impulsionada de maneira ilegal, por um serviço oferecido pelo aplicativo chamado de “disparo em massa” (CABELLO, 2021, p. 82-83 – grifo do autor).

No contexto das eleições do atual presidente, as mídias sociais atuaram como dispositivos biopolíticos de captura e disseminação de informações pois propagaram não somente mensagens inverídicas para a população por meio do *Whatsapp*, *Facebook* e *Twitter*, mas também criaram, a partir do circulação robótica em massa dessas notícias, a representação idealizada pela defesa “da família tradicional brasileira”, “dos cidadãos do bem” e do “Brasil acima de todos e Deus acima de tudo”, constituindo um regime de verdade bolsonarista⁷³ nas quais outras existências, nesse caso as minorias, aparentemente não faziam parte (haja vista os discursos racistas, de ódio e a ridicularização das ações e lutas das minorias). Segundo Maranhão, Coelho e Dias (2018), há décadas as *Fake News* já existem, porém, elas foram sendo cada vez mais aperfeiçoadas com a chegada da internet e com a velocidade que os conteúdos podem ser transmitidos. Souza, Lira e Silva (2020, p. 308 - grifos do autor) afirmam que nesses territórios vão se construindo “verdades como sendo absolutas e onde se criam ‘doutores’ nos mais variados temas”.

Nesse contexto, Barbosa (2019, p. 7) afirma que a “era das redes sociais começou com a promessa de libertação e empoderamento [...], mas parece estar nos levando para as trevas da desinformação”. No que se trata da comunidade surda, podemos ver a disseminação de alguns vídeos nas mídias sociais proferidas pelos próprios surdos contra a vacinação

⁷³ Segundo Pinheiro-Machado e Freixo (2019, p. 19) o bolsonarismo consiste em “[...] uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo”. Além disso, quando nos voltamos para a atual realidade pandêmica mundial, também podemos afirmar que essa subjetividade construída tem um “caráter antintelectual e anticientificista que atravessa todos os setores da política nacional” (SENA JÚNIOR, 2019, p. 31).

realizada no combate ao Novo Coronavírus. Dentre os diversos adeptos à onda negacionista e aos conteúdos propagados nessa direção, podemos destacar um deles gerou diversos debates, oposições e aprovações. O conteúdo que apresento foi sinalizado em Libras por Karin Strobel, professora surda de uma Universidade pública do país, e que foi compartilhado diversas vezes em vários grupos abertos no aplicativo do *Whatsapp*. O vídeo tem cerca de 4 minutos e permeia o seguinte discurso realizado em Libras, traduzido e transcrito por mim para a língua portuguesa no quadro a seguir.

Quadro 5 - Discurso em Libras do vídeo sobre o negacionismo contra a vacina do novo COVID- 19

Olá, comunidade adoradora do Presidente Bolsonaro. Vocês estão me perguntando por que eu avisei para vocês evitarem de tomar as doses da vacina contra o COVID-19. Antes da vacina alguns grupos de direita já haviam avisado para vocês evitarem de tomar. Mas, temos um problema nesse caminho: tem vários locais de trabalho que estão obrigando as doses da vacina. A maioria de vocês se silenciou e tomou. Eu não! Até agora eu não tomei, meus filhos não tomaram. Vemos atualmente no mundo, um movimento muito forte de pessoas contra a disseminação da vacina [...], o presidente Bolsonaro já avisou que as doses das vacinas não são obrigatórias. Na verdade, ele também não é a favor da vacina, mas ele não pode falar claramente isso porque ele é o Presidente do Brasil. Então vocês não são obrigados a tomá-la. Mas, a informação que tem sido divulgada pelo STF é que é sim, obrigatório.

Fonte: *Whatsapp*: Acesso do conteúdo pelo Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferença. 18 de janeiro de 2022.

Posteriormente à disseminação em massa do referido vídeo, a Universidade Pública na qual a docente trabalha soltou uma nota de repúdio⁷⁴ para os membros da comunidade acadêmica quanto à produção de tais vídeos sobre as manifestações antivacina que estavam sendo divulgadas nos aplicativos e redes sociais, o que reafirmou a posição da instituição em respeito à ciência e a defesa da vida. A nota foi tecida pela reitora da Universidade, que orientou a comunidade acadêmica, assim como a sociedade em geral, sobre “o risco de conferir seriedade a mensagens sem qualquer fundamento”, afirmando o desrespeito contra os profissionais que trabalharam exaustivamente pelo desenvolvimento de antídotos que avançassem a imunização em nosso país. A reitora também afirmou ao longo do documento a importância da liberdade de manifestação, porém, defendeu que a informação divulgada no vídeo se tratava de uma posição individual, sendo necessário descartar esse conteúdo como um posicionamento científico já que a unidade de ensino acredita na vacina como uma das

⁷⁴ A nota de repúdio pode ser acessada através do site <https://noticias.ufsc.br/2022/01/administracao-central-da-ufsc-alerta-para-manifestacoes-antivacina-e-reefirma-posicao-de-respeito-a-ciencia-e-defesa-da-vida/>

medidas mais importantes de combate à pandemia (a qual já havia tirado a vida de mais de 600 mil pessoas). Além disso, salientou a obrigatoriedade do comprovante de vacinação para aqueles que fossem voltar às aulas presenciais nos *campi* da instituição e, por fim, encerrou o texto afirmando que “o negacionismo não pode prosperar, em nenhuma de suas faces. E, menos ainda, numa instituição pública voltada à pesquisa e à difusão de conhecimento” (UFSC, 2022, s/p).

Diante disso, o que nos parece é que cada dia mais a internet, as mídias e as redes sociais têm se consolidado em um ‘território de ninguém’, onde as pessoas propagam e dividem informações sem levar em consideração suas fontes. Isto é, “na vontade de dizer esse discurso ‘verdadeiro’ entra em jogo o desejo e o poder” (SARGENTINI, 2014, p. 171 – aspas do autor), de forma que qualquer coisa pode ser falada, tudo pode ser visto e, sobremaneira, tudo aquilo que é vivido deve ser postado e exposto. Também podemos considerá-la como um ‘território de guerra’, no qual as pessoas ofendem, machucam, disparam ameaças contra as outras e fazem disseminação de conteúdos que vão à direção contrária à vida, à imunização, à vacina e ao salvamento de milhares de pessoas que ficaram e que estão tendo a possibilidade de serem imunizadas. As outras mais de 600 mil pessoas não tiveram essa oportunidade uma vez que não houve tempo. Acerca deste cenário, Souza, Lira e Silva (2020, p. 305) pontuam que

É nesse lócus tecnológico, [...] que vemos a possibilidade de discutir sobre a postura ideológica que, de certa forma, secundariza a biopolítica, pois há a produção de verdades distintas, que partem de instancias diferentes do poder estatal e que tornam conflituosas as ações relacionadas à biopolítica, algo que reflete por exemplo, naquilo que se publica em redes sociais.

Ou seja, ao invés desse contexto midiático se constituir como um território que pode ser libertador, ele acaba assumindo o efeito contrário e repete “o que a mídia massiva dissemina, indo contra a criação e a liberdade preconizadas na internet” (PICHLER; FOSSÁ, 2015, p. 107). Ainda segundo os autores, esses territórios “acabam por congregar uma mistura de liberdade sujeita a condições; um imbricado de biopoder e biopolítica” (p. 110). Souza, Lira e Silva (2020) afirmam que as formas com que as mídias sociais vêm sendo trabalhadas manifestam regimes de verdades no que se tange à biopolítica e às estratégias de saber e poder na arte do governo neoliberal.

Nesse contexto de captura, as mídias visam para além dos grupos majoritários pois agem também nos minoritários. Guattari e Ronilk (1996, p. 120) afirmam que “são precisamente nesses níveis de subjetivação, [...] os visados pelos processos de produção de

subjetividade capitalística [...]. A modelização desses grupos [...] é esse o objetivo das mídias”. Assim, podemos dizer que todos nós somos capturados, seja por meio de enunciações produzidas por grupos dominantes (ou não), seja pela resistência e convicções presentes nela – demonstrando que “o problema da escalada do poder com o auxílio da mídia não é um fenômeno linear” (GUATTARI; RONILK, 1996, p.104). Sendo assim, verifica-se que cada um é afetado de uma maneira. E com a comunidade surda esse processo não seria diferente.

No entanto, tal como salienta Freire (1996, p. 72), na época da escrita de sua obra os aparelhos televisivos eram um dos principais meios de disseminação de informação e, “quanto mais nos sentamos diante da televisão [...] mais risco corremos de tropeçar na compreensão de fatos e de acontecimentos. A postura crítica e desperta nos momentos necessários não pode faltar”. Nesse sentido, a base científica é fundamental para constatar as notícias que circulam fácil e rapidamente nas mídias sociais (cada vez mais afloradas pela rapidez de disseminação de informação), seja nos discursos promovidos em Libras ou em português.

Todos nós estamos incluídos na arte neoliberal de governar e, por conseguinte, somos vítimas de uma construção de um sistema perverso, que se baseia em produções disseminadas pelo dispositivo midiático e que culminou, por exemplo, na posse da atual presidência do Brasil e na disseminação de conteúdos de cunho reacionário que ganharam materialidade também na língua de sinais. Assim, questiono-me: quantas vidas surdas será que perdemos nesse caminho? Nessa lógica biopolítica de purificação da vida, seria, na visão do atual governo, vidas importantes de serem governadas? Vidas que produzem, consomem e competem? Faz-se viver o discurso negacionista em Libras e deixa-se morrer algumas formas de vida surdas.

Novamente, fica evidente no discurso sinalizado pela docente e disseminado nas mídias sociais, as ações de microfascismos dentro da comunidade surda que surfa em linhas molares e reacionárias que vão contra o discurso científico (ainda que aquele que a produz seja alguém da comunidade acadêmica e trabalhe com o desenvolvimento de pesquisas). Esses microfascismos podem ocorrer exatamente dentro do âmbito acadêmico e, mais que isso, podem ser produzidos dentro de grupos minoritários e minorizados, permitindo-nos tecer o seguinte questionamento: quais são os surdos que tem voz e alcance em nível nacional? Por terem uma instrução educacional normalmente acima de outros sujeitos surdos, fazem com que seus discursos sejam tomados como verdadeiros mesmo que essa parcela seja a menor parte do território surdo. Essa posição de poder em que se coloca o sujeito que sinaliza abre a possibilidade para que esse discurso se torne um regime de verdade ou, ainda, uma prática

discursiva que influencia, de fato, outros surdos – especialmente àqueles com menos acesso à informação a não se vacinarem.

No entanto, apesar de todas essas verdades que têm sido construídas e os lados reacionários em que alguns surdos têm se filiado atualmente pela promoção dos discursos em língua de sinais do atual governo, em um movimento de corpo e numa lógica que vaza pela linguagem, o próprio presidente Bolsonaro marca a pouca preocupação com pautas da comunidade surda.

Uma ótima alegoria nessa direção pode ser trazida quando ele se coloca na frente do intérprete de língua de sinais durante um evento de lançamento de sua pré-candidatura para 2023. Na ocasião, com o palanque visivelmente cheio, o profissional Fabiano Guimarães da Rocha viu a oportunidade de conseguir um espaço para que sua sinalização ficasse em evidência para a população surda. Porém, no movimento de se colocar em destaque, acabou ficando na frente do Presidente, que se irrita e o coloca para trás. A meu ver, tal reação indica a concepção de que sua imagem é mais importante do que a acessibilidade linguística, ficando expressa a forma como o governo tem usado a língua de sinais e a população surda: como palanque eleitoral. Esse vídeo também teve ampla circulação nas mídias sociais, sendo criticado por uns e, em alguns momentos, até defendido principalmente por parte da comunidade que faz adesão ao regime de verdade ‘bolsonarista’.

Figura 4 - Bolsonaro retira intérprete de Libras para fazer seu discurso



Fonte: acesso pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=V896gqD5NLQ>

Quando a sociedade percebe o movimento do atual governo em trazer a língua de sinais em seu discurso, pode acabar provocando o pensamento de “um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos, e omissões em relação a determinados grupos [...] e suas vivências” (GOMES, 2010, p. 495). Porém, podemos questionar essa ação vinda pela gestão atual do país quando o presidente da república, Jair Bolsonaro, se coloca na frente do intérprete de Libras para fazer seu discurso; quando faz piadas em cerimônias de lançamento de políticas públicas referentes a eles; e quando diversos componentes das pastas do governo fazem suas falas sinalizadas a essa população, menos o presidente. Assim, indago: o que tais práticas marcam? A meu ver, a fagocitação de um grupo que na realidade é tomado como emblema político. Com essas produções de desejo, a ação de captura e engessamento das formas de existência também se dá em pessoas surdas por meio de espaços normativos de gestão do governo federal, disseminados nos dispositivos midiáticos.

Somos assujeitados a partir das mídias o tempo todo. Como a tecnologia em favor da biopolítica age principalmente nos estados neoliberais com a intenção de trazer todos para dentro dessa massa de produção e competição, as mídias sociais também podem agir como dispositivos de captura das populações surdas à racionalidade neoliberal. No que se trata do âmbito governamental, o interesse sim é trazê-los para dentro dessa lógica; no entanto, alguns vídeos como o apresentado acima têm usado a comunidade surda com o objetivo de promoção política e de uma imagem ‘inclusiva’ do governo perante a sociedade. Contudo, quando vemos cenas como a trazida no recorte analisado anteriormente (que aparecem formas de produção de acessibilidades vazias), isso também pode acabar impulsionando outros meios – que não o político, a usarem a língua de sinais e os surdos para impulsionar suas imagens, marcas e produtos.

Podemos parafrasear Paulo Freire (1996, p. 71) quando este afirma que “pensar [...] na mídia em geral nos põe o problema da comunicação, processo impossível de ser neutro”, e ainda tecer o seguinte questionamento: qual a comunicação (não somente verbal) que o governo tem usado com seus eleitores, surdos e ouvintes? No que me parece, é uma comunicação onde se é privilegiado de fato somente um dos lados: o majoritário, o mais forte. O autor ainda complementa que

[...] toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de algum ideal contra algo e contra alguém, nem sempre é claramente referido. Daí também o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo. Seria uma santa ingenuidade esperar de uma emissora de televisão do

grupo do poder dominante que, noticiando uma greve de metalúrgicos, dissesse que seu comentário se funda nos interesses patronais (FREIRE, 1996, p. 71).

No recorte do vídeo trazido acima essa comunicação não é feita exatamente contra alguém, mas priva de certa maneira a compreensão da população surda sobre as questões que estavam sendo discutidas. Nesse sentido, este movimento acaba, portanto, marcando certo racismo de estado, que é um mecanismo fundamental para o funcionamento da biopolítica que visa a seguridade de certas vidas e o apagamento de outras. Nesse contexto, fica determinado qual é a raça que precisa realmente compreender o pronunciamento que estava sendo realizado. O intérprete de Libras está presente, mas não é valorizado, e a acessibilidade linguística fica prejudicada, assim como a compreensão dos telespectadores surdos que estavam acompanhando a cerimônia de recandidatura do atual Presidente. Em síntese, na perspectiva do presente governo, os eleitores surdos podem ajudar a eleger novamente o Bolsonaro, mas no final das contas é para a população majoritária que o presidente se dirige e, portanto, governa. Assim, Freire (1996, p. 72) afirma que

O poder dominante, [...] leva mais uma vantagem sobre nós. E que, para enfrentar o ardil ideológico de que se acha envolvida a sua mensagem na mídia, seja nos noticiários, nos comentários aos acontecimentos ou na linha de certos programas, para não falar na propaganda comercial, nossa mente ou nossa curiosidade teria de funcionar epistemologicamente todo o tempo. E isso não é fácil. Mas, se não é fácil estar permanentemente em estado de alerta é possível saber que não sendo um demônio que nos espreita para nos esmagar, o televisor diante do qual nos achamos não é tampouco um instrumento que nos salva.

Além do vídeo em questão, essa pesquisa problematiza outros quatro como alegorias (as quais serão posteriormente analisadas). Assim, tanto no recorte trazido acima, quanto nos demais que virão, há certo uso da língua de sinais como fonte de comercialização de vidas, ocasionando o apagamento da singularidade surda pela forma como esse conteúdo tem sido disseminado: sem tratar das lutas; sem tratar da língua; sem oportunizar um protagonismo surdo; sem valorizar os profissionais que trabalham com essa comunidade; ou ainda sem oferecer informações com acessibilidade linguística.

Quando salientamos essa questão comercial, principalmente no que se trata da Libras e de determinados materiais disponibilizados na internet, podemos ir ao encontro de Guattari e Ronilk (1996) quando estes analisam as rádios francesas na década de 1982. O filósofo afirma que os conteúdos produzidos naquela época – não pelas mídias sociais, mas sim pelas rádios, tinham o objetivo de expor “produtos, como numa espécie de supermercados, é algo que determina não só as formas de consumo da literatura, da arte, [...], mas também modeliza as formas de produção artística e literária” (p. 113). No que se refere a essa pesquisa,

podemos dizer que “com todas as ‘tecnologias de poder’ de que fala Michel Foucault, as mídias participam diretamente da imposição de normas” (COUMLOMB-GULLY, 2014, p. 149- aspas do autor). Assim, concordando com o pesquisador, esses vídeos encontrados, no que diz respeito às existências surdas, têm o objetivo de comercializar, romantizar e modelizar as subjetivações, influenciar culturas, línguas e desejos surdos e, ainda, capturar mais públicos para crescerem em suas próprias redes.

Esse tipo de discurso disponibilizado nas mídias sociais captura vidas surdas e, de acordo com Foucault (1996), os sujeitos produzem certo mecanismo de controle do discurso para defender certos regimes de verdade mesmo que essas pautas mascarem, apaguem ou excluam outras. Cabello (2021) afirma que nesse contexto que permeia a língua, as identidades, as culturas e o povo, ficam apagadas e desacreditadas no movimento surdo. Consequentemente, se torna necessária essa discussão para problematizar quais os regimes de verdade os dispositivos midiáticos biopolíticos tem promovido: o ‘fazer viver’ das diferenças, o ‘fazer viver’ das subjetivações capitalísticas ou, ainda, se tem ‘deixado morrer’ as singularidades surdas.

Sobre o contexto de captura dessas singularidades, podemos salientar a fala do professor Valdo Nóbrega (2020), militante e ativista surdo, durante uma *Live*⁷⁵ proferida no dia 17 de dezembro de 2020 pelo curso de Bacharelado de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa da UFSCar. Durante seu discurso sinalizado, ele afirma que, após toda a encenação realizada pelas mídias, como por exemplo, o discurso da primeira-dama em língua de sinais na cerimônia de posse do atual presidente, alguns movimentos sociais surdos acabaram se pluralizando. Cabello (2021, p. 88) reitera que essas formas de relação que vão se dando a partir de tais dispositivos podem agir como “possibilidades de desvio e reapropriação de subjetividades capitalísticas” – nesse caso, surdas. O docente se questiona se a comunidade surda está olhando para a figura do presidente e a aplaudindo pela primeira-dama saber Libras e fazer seus discursos nessa língua; além disso, acredita que esse cenário político nas mídias sociais foi significativo para a diminuição de algumas lutas surdas, como se esses acontecimentos tivessem confortado tais sujeitos e suas petições.

Ainda sobre a fala do professor, ele relata que quanto mais via essa paralisação, mais se movimentava para fazer uma contra-ação em pontos de linhas de fuga na construção de uma micro-revolução combativa à essa realidade. Valdo conta que usou das próprias mídias sociais para criar um espaço outro de diálogo de questões políticas, tentando impedir de certa

⁷⁵ A fala do professor Valdo Nóbrega pode ser assistida na íntegra pelo link https://www.youtube.com/watch?v=heCp2GdvA_M&t=8204s

forma que esses discursos capturassem ainda mais o território surdo. Guattari e Ronilk (1996, p. 121) afirmam que essa des/reterritorialização das mídias sociais e o desmantelamento das produções de subjetividades capitalísticas só são possíveis a partir da “reapropriação dos meios de comunicação de massa que se integre em agenciamentos de enunciação que tenham toda uma micropolítica e uma política do campo social”. Nesse sentido, Valdo Nóbrega resolveu criar, em maio de 2020, o Instagram nomeado como “Café com Política”⁷⁶, para instigar a população surda do ponto de vista político e combater as *Fake News* que estavam sendo disseminadas.

A partir desse exemplo, podemos ver o embate criado entre as formas de vida que vão sendo construídas e baseadas em determinados regimes de verdade que se constituem em discursos divergentes. De um lado, temos parte da comunidade surda que apoia e é assujeitada pelas declarações (nem sempre) acessíveis do atual governo que se embasa em um regime de verdade neoliberal, conservador e autoritário; e, de outro, uma parcela que tenta agir na desterritorialização dessas linhas de força, afirmando suas singularidades em processos de subjetivações mais ativos, e tentando construir um regime de verdade fundamentado na contra-conduta de um movimento maior de identidade que se materializa em pautas moleculares – tanto de lutas associadas ao campo de saber da surdez, quanto de outras existências minoritárias.

Indo ao encontro da entrevista concedida por Guattari (1996) em um debate promovido por um diretório do PT em 1982, podemos comparar essa ação promovida pelo professor ao que o filósofo estava chamando na época como ‘rádios livres’ – ocorridas na França. Essas rádios eram espaços de disseminação de informações que, naquela época, iam na contra-conduta das normas impostas pelo Estado francês. O filósofo afirma que esse tipo de deslocamento só foi possível a partir de um grupo de pessoas que tinham o interesse de mudar a relação com a vida cotidiana dominante, e que visavam o desenvolvimento de sensibilidades e afetos “que tem uma perspectiva ativa a nível desses agenciamentos e, ao mesmo tempo, não se fechem em guetos a esse nível” (p. 121). O autor ainda afirma que o ideal não é esperar algum líder – nesse caso, a comunidade surda, tomar uma iniciativa, e sim, que cada um, em suas micro-revoluções, crie suas próprias rádios livres ou suas mídias livres, de forma a marcar seus pontos de resistências (assim como Valdo Nóbrega o fez).

Essa possibilidade de reapropriação das mídias sociais por meio de micro-revoluções podem “subverter a modelização da subjetividade” (GUATTARI; RONILK, 1996, p.47). Os

⁷⁶ Link para acesso ao Instagram ‘Café com Política’ criado por Valdo Nóbrega <https://www.instagram.com/cafe.compolitica/>

movimentos de contra-conduta nos dispositivos midiáticos desenvolvidos pelos próprios surdos tiveram um impacto significativo ao longo dos anos de 2020 e 2021 durante a pandemia devido ao distanciamento social e a nova realidade dos encontros não mais presenciais e sim virtuais. Nas palavras de Cabello (2021, p. 49), “a partir do início do ano de 2020, com a chegada do novo coronavírus ao Brasil, as redes sociais acabaram se tornando o *locus* para onde a vida foi sendo deslocada quase que absolutamente”. Muito precisou ser revisto e ressignificado em relação aos dispositivos midiáticos nessa nova configuração de sociedade que precisávamos viver (ou sobreviver). E foi nesse contexto que, segundo a fala de Nóbrega, certos aspectos de visibilidade e aparição⁷⁷ das singularidades surdas puderam existir.

O *Instagram*, o *Facebook*, o *Youtube*, o *TikTok* e o *Twitter* começaram a se tornar cada vez mais constituintes dos afetos surdos e, por meio deles, estes puderam manifestar (ainda mais) suas artes, a língua de sinais, as produções culturais, as lutas, as vitórias e as perdas. Essas reterritorializações dos territórios surdos no âmbito virtual podem ser pensadas como ações da mídia menor⁷⁸ de aparição e visibilidade dessas existências. Em outras palavras, podemos dizer que, dentro dos possíveis aprisionamentos das mídias sociais, os surdos se movimentaram na impossibilidade de total captura. Há a viabilidade de fuga e há a potência para a produção de outras formas de vida (menores) que escapam dessa existência maior (perfil identitário). Essas ações são, segundo Pichler e Fossá (2015, p. 107) “possibilidades de participação livre e de elaboração de conteúdos a partir dos usuários em rede, [...] espaços alternativos que contam o dia a dia através de um discurso próprio”. Nas palavras de Guattari e Ronilk (1996, p. 106) “trata-se de encontrar um outro uso, uma outra relação de escuta, uma forma de *feedback* e de fazer falar línguas menores”. Os autores afirmam ainda que esses processos podem se manifestar como “revoluções moleculares e criar mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais” (p. 46) (nesse caso, no âmbito virtual).

⁷⁷ O conceito de aparição surda foi cunhado por Luz (2013, p. 33-34) quando este afirma que “aparição é, no seu grau máximo, assumir-se entre Outros alguém que é singularização de toda a humanidade, a realização plena e criativa de si no mundo comum a partir da experiência sensorial, afetiva, linguística e cultural pela presença de um Outro responsável por mim enquanto rosto. Por existir a partir de laços éticos e comunicar um alguém e um mundo, é uma experiência de realização de si que revela algo dos aspectos ontológicos, psicológicos e sociológicos essenciais do humano”.

⁷⁸ Quando nos referimos às mídias menores, pensamos na aparição de grupos minoritários nesse âmbito de contra-ação dos movimentos majoritários e dominantes dos dispositivos midiáticos. Nas palavras de Guattari e Ronilk (1996, p. 114) “é nesse tipo de obra fragmentária [...] que eu e Deleuze chamamos de “menor”. É exatamente esse tipo de obra que rompe com as grandes identidades literárias, que teve uma grande expansão na mídia, talvez muito maior do que todas as grandes obras construídas, fechadas e amarradas em torno de si mesmas”.

Para além da fala do professor Valdo Nóbrega sobre essas aparições no âmbito midiático de contra-conduta que emergem pelas singularidades surdas, podemos citar também outros acontecimentos como, por exemplo, a premiação do Oscar, que teve pela primeira vez um ator surdo sendo premiado. Troy Kotsur ganhou o prêmio de melhor ator coadjuvante pelo filme americano CODA (*Children of Deaf Adult – Crianças filhas de pais surdos*), escrito e dirigido por Sian Heder e traduzido para o português como “No Ritmo do Coração”. O enredo foi lançado no dia 23 de setembro de 2021 e concorreu a uma série de indicações como o Prêmio do Sindicato dos atores com o melhor elenco; *Critics’ Choice Award*, com o melhor jovem ator ou atriz; Prêmio BAFTA de cinema com a melhor atriz, dentre outros.

Figura 5 - Troy Kotsur ganhador do prêmio de melhor ator coadjuvante do Oscar



Fonte: Instagram público de Troy Kotsur (2022)

Porém, não foi somente o ator que recebeu a premiação: o enredo também conseguiu o prêmio de melhor filme do Oscar de 2022 e ganhou a estatueta de melhor roteiro adaptado (tendo em vista que é uma releitura da trama ‘Família Bélier’, uma comédia dramática francesa estreada no ano de 2014). Ambas as histórias retratam uma família de mãe, pai e filho surdos com apenas uma filha ouvinte. Ao longo do filme, são retratadas diversas dificuldades em diferentes contextos sociais que os surdos enfrentam no dia a dia: ambiente de trabalho, saúde, acompanhamento escolar dos filhos, dentre outros. O enredo também apresenta um pouco da realidade dos filhos ouvintes de pais surdos. No que se trata de CODA, a atriz Emilia Jones que interpreta Ruby Rose, a filha ouvinte do casal, passa por diversos desafios quando precisa ser a intérprete da família. Isso porque, apesar de estar à frente dos negócios familiares pelas barreiras linguísticas enfrentadas por seus entes, ao encontrar sua paixão pelo canto, eles não a apoiam e não compreendem sua vontade de cantar.

Nisso, a história vai sendo construída entre os desafios de ambos os mundos, chamando a atenção dos telespectadores e, conseqüentemente, ganhando o Oscar de melhor filme.

Apesar de ser uma releitura de ‘Família Bélier’, como já salientado acima, dentre as diversas diferenças que são encontradas ao longo do enredo uma delas é bastante significativa: em sua primeira versão, apesar da história também retratar a vida de uma família de surdos com apenas uma filha ouvinte, o filme não conta com a participação de atores surdos, o que causou certa controvérsia dentro da comunidade. Para a versão de CODA, foram contratados os próprios atores surdos para ocuparem seus respectivos papéis: Troy Kotsur para fazer o papel do pai (Frank Rossi); Marlee Matlin⁷⁹ como a mãe (Jackie Rossi) e, por fim, o filho Leo Rossi, protagonizado por Daniel Durant.

Esse movimento de reestruturação do filme (porém agora com atores surdos representando suas respectivas vivências), mostra um movimento de contra-conduta e respeito às diferenças quando se trata das existências surdas e de seus processos de subjetivação ativos. Segundo Resende e Reis (2020, p. 84) que abordam a importância da presença surda nas peças teatrais, “os atores devem trabalhar o papel dos personagens surdos, com suas técnicas, seus sentimentos, suas ações; pode-se a partir daí identificar o conceito de dramaturgia sinalizada [...]”. Esse tipo de movimento vai ao encontro da valorização e reconhecimento das produções artísticas dos surdos, manifestadas entre distintas culturas surdas existentes ao redor do mundo, e que marcam suas singularidades também em contextos midiáticos, sejam eles televisivos, cinematográficos, teatrais ou virtuais.

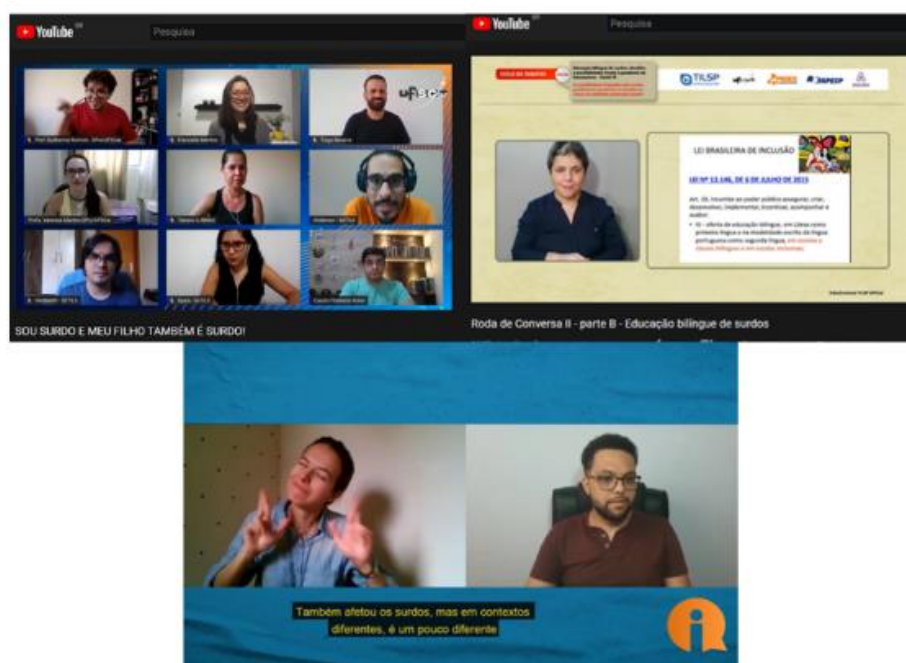
Ademais, no que se refere ao âmbito cinematográfico ou teatral, “o teatro e o ator surdo, unidos, constroem a experiência visual [...] e conquistam os protagonismos surdos dentro de cada um desses contextos de atuação. Assim, [...] contribui para o desenvolvimento cultural de uma comunidade surda que tem entrado no novo mundo de arte (RESENDE, 2019, p. 31)”. Além disso, o protagonismo que o filme possibilitou aos surdos, assim como o destaque que conseguiram devido às premiações que receberam, também tiveram a “capacidade de produzir histórias que serão mais facilmente absorvidas e compreendidas por outros surdos por se tratarem de experiências com as quais outros surdos facilmente vão se identificar (ROSA; KLEIN, 2011, p. 95)”.

Assim, percebemos que os surdos estão cada vez mais ocupando espaços que anteriormente não ocupavam: sejam nomeados como membros das pastas do atual governo ou resistindo contra ele por meio de movimentos menores dentro das mídias sociais ou em filmes

⁷⁹ Marlee Matlyn foi a única mulher surda vencedora do Oscar no ano de 1987 pelo filme “Filhos do Silêncio”.

de destaque com inúmeras premiações. No que se refere ao contexto acadêmico, podemos citar algumas *Lives* em formato de palestras e rodas de conversas que foram desenvolvidas com o protagonismo surdo, como as proferidas pelo curso de Bacharelado de Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, as quais convidaram a Prof^a. Dra Patrícia Rezende e o Prof. Wilson Santos Silva para discorrer sobre a educação bilíngue de surdos. Também podemos salientar o diálogo realizado por Francielle Martins e Tiago Bezerra, que contaram suas experiências como surdos e o fato de terem filhos surdos. Além dessas, podemos mencionar a palestra sinalizada desenvolvida pela Mestre e psicóloga Raíssa Tostes a convite do projeto desenvolvido pela UFSCar nomeado como informaSUS, que desenvolveu materiais acessíveis em Libras sobre a pandemia decorrente do Novo Coronavírus e de temas relacionados à saúde.

Figura 6 - Protagonismo surdo nas mídias sociais no contexto acadêmico



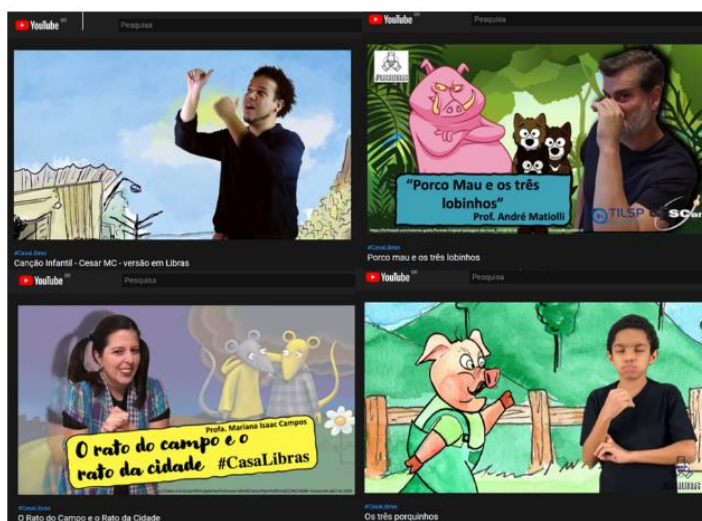
Fonte: Canal do Youtube audiovisual do curso de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (2020)

Essa criação virtual possibilitada pela pandemia também proporcionou uma maior difusão e alcance dos conhecimentos vividos e experienciados pelos próprios surdos – tanto de questões positivas, como de situações negativas advindas do distanciamento social mundial. Anteriormente à pandemia, os encontros *on-line* já ocorriam, mas nada se compara com o alcance que tiveram atualmente. A respeito disso, Cabello (2021, p. 49- aspas da autora) afirma que

[...] o encontro entre as pessoas de modo a respeitar o distanciamento físico [...] passou a ser feito através desses encontros virtuais, gerando também conversas com os participantes e a circulação de posicionamentos pessoais (considerações, pensamentos, narrativas, sentimentos, ações, desejos e sensibilidades) que até então só seriam possíveis a partir de encontros presenciais e conversas ‘mais próximas’, dificilmente circulando da forma como vem sendo pela Internet, desde o início da pandemia no país.

Podemos também apresentar outro projeto desenvolvido em meio à pandemia (já citado no capítulo I dessa tese), mas salientado nesse contexto como forma de contra-ação às capturas biopolíticas midiáticas: o projeto #CasaLibras. Ele atua na produção de materiais infantis em língua de sinais, produzidos por surdos e ouvintes, com temas de saúde pública que não foram pensados a esse público. Essa proposta faz parte de um projeto de extensão da UFSCar, que acontece sob coordenação da Prof^a. Dra. Vanessa Regina de Oliveira Martins. Esse programa teve como objetivo a “produção de materiais em Libras para as crianças surdas em suas casas, que pudessem ser usados [...] como materiais pedagógicos de apoio às escolas bilíngues, para ser enviados para [...] plataformas digitais institucionais públicas, com orientações sobre a Covid-19 e com as contações literárias [...]” (MARTINS; TORRES, 2021, p. 180).

Figura 7 - Histórias contadas por surdos no projeto #casalibras



Fonte: Canal do #casalibras no Youtube (2020-2021)

O projeto abordou a construção de materiais infantis sobre contações de histórias para crianças surdas para que não fossem ainda mais prejudicadas no que se trata da acessibilidade linguística na pandemia (ou até mesmo fora dela), principalmente no que diz respeito às questões voltadas à educação bilíngue. Essa organização conta com a participação de docentes, técnicos administrativos e estudantes do curso de tradução e interpretação de Libras/ Língua Portuguesa da UFSCar, que participam das produções assim como realizam o

convite para contadores de histórias, surdos, intérpretes e tradutores de Libras e para toda a comunidade que queira colaborar com a ação. Nas palavras das pesquisadoras,

O projeto nasce em meio à pandemia da Covid-19, momento em que as crianças ficaram impedidas de estar fisicamente na escola, dando início a um período de isolamento social com a finalidade de paralisar o avanço do coronavírus em nosso país. A urgência do projeto, que pretendeu levar entretenimento, informações e cultura em Libras, visou a ofertar espaço de interação, em língua de sinais, nas diversas casas em que se tem crianças surdas (MARTIN; TORRES, 2021, p. 181).

Essa proposta iniciou com a chamada da colaboração de voluntários que dominassem a língua de sinais e tivessem dispostos a gravar, em suas casas, histórias infantis para compartilhar com o público surdo infantil – o que foi sendo cada vez mais aprimorado dado o sucesso do projeto, de forma que alguns passos como edição, roteiro e padronização dos vídeos do canal começaram a ser implementados. Assim, começou a ganhar cada vez mais espaço no território midiático pela utilização do canal no *Youtube* e pela conta no *Instagram*, alcançando seu objetivo de proporcionar com que mais pessoas conseguissem ter acesso e informação sobre esse conteúdo. Podemos dizer que esse tipo de produção “singular e menor, esse ponto singular de criatividade – [...] terá um alcance máximo na produção de mutação da sensibilidade em todos esses diferentes campos” (GUATTARI, RONILK, 1996, p. 114). O projeto teve sua origem em uma pesquisa desenvolvida entre os anos de 2018 e 2020, onde a coordenadora da proposta, em seus estudos realizados em escolas municipais do interior do estado e São Paulo, constatou a falta de materiais pedagógicos referentes a esse grupo no ambiente escolar, assim como a forte presença da instrumentalização da língua de sinais e a superficialidade de uso dela no ensino de surdos.

Nesse contexto, observa-se que essas diversas reorganizações midiáticas que citamos acima e que se deram devido ao isolamento social marcaram tanto a inserção das vidas surdas às normas neoliberais e ao mercado capitalista, como evidenciaram os movimentos de grupos que atuam na contraconduta com foco nas microrevoluções e nas aparições menores da comunidade surda. Mesmo que no mundo as pessoas estivessem distantes fisicamente umas das outras, essas ações de resistência permitiram que a educação e a pesquisa não parassem e que as informações e um novo tipo de contato fossem possíveis. No que se trata da comunidade surda, ela foi pouco a pouco dominando cada vez mais esse território, mesmo que não presencialmente.

Em suma, nesse cenário midiático apresentado, podemos afirmar que “[...] a atmosfera de construção biopolítica é bastante conflituosa e é plano de embates de narrativas que fermentam as relações de poder, com base na subjetividade e percepção ideológica”

(SOUZA; LIRA; SILVA, 2020, p. 316) ou, em outras palavras, as colisões entre regimes de verdade distintos. Em determinados momentos, verifica-se que a população, de uma forma geral e, principalmente, os grupos minoritários, podem ser capturados por dispositivos midiáticos biopolíticos em sua língua – a mesma que muitos sujeitos usam para ações de contraconduta. Essa mesma língua pode possibilitar assujeitamentos por parte desse público e engessamento sobre seus modos de ser no mundo. Mas, em outras ocasiões, a comunidade surda se movimenta em microrevoluções moleculares para que conteúdos midiáticos outros estejam presentes nas redes, fora dos moldes dominantes majoritários, marcando suas diferenças e na direção da aparição de suas singularidades em meio às aparições sociais que fazem.

CAPÍTULO III. CAMINHOS TRILHADOS DURANTE A PESQUISA

Promover um texto analítico que fala do percurso da pesquisa e, ao fazê-lo, o teoriza, ou melhor, o teoriza analisando-o, é um caminho complexo para mim devido à formação que adquiri ao longo dos anos. Vejo-me em determinados momentos capturada pelas tecnologias sociais com normas acadêmicas que normalizam meu corpo e me assujeitam refletindo, por exemplo, em uma escrita mais segmentada na separação entre conceitos, dados, procedimentos e análises. Em outras ocasiões, consigo resistir pegando carona nas linhas de fuga que me constituem para tentar construir minha pesquisa fora destas tais “caixinhas” segmentadas, ou seja, sem (tantas) fragmentações e fora da tão marcada neutralidade do pesquisador, de forma que eu consiga me posicionar dentro do texto, colocando-o na primeira pessoa do singular.

Sinto necessidade de afirmar que tentar resistir a algumas normas comumente acordadas na academia para fazer emergir formas outras de se fazer pesquisa não significa não ter rigorosidade e comprometimento por parte do pesquisador ou não seguir os princípios fundantes das perspectivas teóricas adotadas ou, então, ter um trajeto metodológico e produzir com isso, uma análise científica. De certa forma, teci minha analítica desde o início da escrita por meio das escolhas dos conceitos que utilizei, do entrelaçamento dessas ferramentas aos meus interesses de pesquisa, e na utilização de recortes de acontecimentos da atualidade ao longo de todo o percurso. Mesmo diante de análises mais teóricas, fui constituindo-as para que, posteriormente, conseguisse tratar dos dados coletados ao longo desta tese (afinal, fazer esse apanhado de conceitos faz parte das escolhas e é em si um processo de coleta de dados).

Nessa mesma direção que apresento, Camillo (2020, p. 26) afirma que esse percurso metodológico é necessário e, assim como em seu estudo, a pesquisadora não delimita a marcação metodológica a apenas um capítulo pois acredita “que a metodologia de um trabalho não se desvincula do seu aporte teórico, nem sequer do caráter analítico que abriga em si mesmo” e “que o tom de escrita do trabalho e das problematizações nele articuladas ressoa para além de uma simples definição do termo”. Essa forma outra de se fazer pesquisa e desenvolver métodos científicos vão ao encontro dos estudos desenvolvidos por Michel Foucault ao longo de sua trajetória acadêmica, filosófica e de vida – a qual me inspiro.

Assim, embora selecionada essa parte do texto para apresentar os caminhos pelos quais perpasssei ao longo da construção de toda a pesquisa, é possível também ao longo da leitura levantar estes dados de forma mais fluida. Por hora, apresento de onde parti, o que me inquietou, quais as minhas problematizações e perguntas que tentei responder e,

consequentemente, quais objetivos foram fundamentais para o desenvolvimento desse estudo. Destarte, para costurar essa malha que elaborei ao longo dos capítulos, também apresento os instrumentos utilizados para alcançar tais objetivos, os participantes do estudo e como se deram as coletas de dados. Em suma, trago aqui retratos de minhas andanças pela e na pesquisa.

III.I) Pesquisa *anarqueológica* em Foucault: as fugas dos regimes de verdade

Michel Foucault ao longo de seus estudos, apresentou alguns procedimentos metodológicos como a *arqueologia*, *genealogia* e a *arqueogenealogia*. No entanto, Veiga-Neto (2016) propõe que os chamemos de domínios Foucaultianos ou, ainda, de ser-saber, ser-poder e ser-consigo, pois, segundo o autor, a palavra *fases* dá a ideia de continuidade; de uma linha retilínea e temporal – o que não encontramos nos percursos metodológicos desenvolvidos por Michel Foucault. Nessas abordagens, o que se observa nos domínios propostos de pesquisas “é uma sucessiva incorporação de uma pela outra, num alargamento de problematizações” (VEIGA-NETO, 2016, p. 38). Ou seja, não existem procedimentos metodológicos melhores que os outros, mas sim, uma modificação, imbricação ou interdependência dessas formas de se pesquisar.

Veiga-Neto (2016) afirma que é difícil marcar um método foucaultiano, uma vez que isso só é possível se olharmos para ele de uma forma mais livre, como “um conjunto de procedimentos de investigação e análise quase prazerosos sem maiores preocupações com regras práticas, aplicáveis a problemas técnicos, concretos” (LARROSA, 1994, p. 37). Além disso, precisamos entendê-lo sem apreensão quanto aos procedimentos reapplicáveis, afinal, se, ao longo desta tese problematizei as singularidades dos/nos sujeitos e os mecanismos de contra-conduta a uma governamentalidade neoliberal de formas de vida, também as defendemos nas pesquisas. Nas palavras de Batista (2018, p. 158) a pesquisa deve ser pensada como uma produção artística “cuja qualidade advém do potencial de criação singular que transmite”.

Ao longo de sua carreira, Michel Foucault desenvolveu diversas pesquisas e conceitos. Contudo, a forma que os saberes científicos eram legitimados e propagados para a criação de verdades e práticas discursivas no seio social incomodavam o filósofo. Isso porque ele não tinha a pretensão de chegar a lugares estabelecidos, verdades absolutas ou saberes que sujeitam outros por essas relações de forças dos sujeitos detentores do saber. Dessa forma, os percursos que foi desenvolvendo ao longo de sua carreira “se trata [...] de uma crítica que é

arqueológica e genealógica” (VEIGA-NETO, 2016, p. 23) com foco nos estudos sobre a constituição do sujeito.

Fazendo uma breve contextualização sobre os procedimentos metodológicos cunhados pelo filósofo ao longo de suas obras, ele começa a se interessar pela *arqueologia*⁸⁰, sendo ela um estudo de levantamentos históricos que compõe uma discursividade, ou seja, como os saberes são emergidos e como nos constituímos como sujeitos modernos a partir e sendo produto deles. Segundo Veiga-Neto (2016, p. 15) “o uso da palavra arqueologia indica que se trata de um procedimento de escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados [...] a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos”. Esses discursos, entendidos aqui como máquinas de produção de subjetividade, vão sendo produzidos e constroem ao longo da história saberes que se manifestam de diversas formas: nas práticas discursivas, nas não discursivas, nos arquivos, nos documentos etc.

No entanto, se para Foucault o sujeito moderno se subjetiva numa relação entre o saber e o poder, precisamos também apresentar a *genealogia*⁸¹, ou seja, espaço no qual Foucault (2018) destina a discutir esse outro âmbito: o poder. Gallo (2019, p. 8) afirma que nesse procedimento metodológico, o “foco passa a ser posto nas relações de poder, essas que permanecem escondidas na cultura ocidental. Trata-se, pois, de dar visibilidade a elas, tendo em vista que as relações de poder estão intrinsecamente relacionadas com a produção da verdade [...]”. A partir desse momento, o filósofo começa a olhar suas pesquisas e levar em consideração a importância da historicidade dos saberes sujeitos. Em outras palavras, os discursos continuam sendo analisados assim como na arqueologia, mas agora sob uma ótica das tensões que se manifestam em verdades imbricadas nas práticas de poder (VEIGA-NETO, 2016). Nas palavras de Foucault (2018, p. 9), a genealogia é o “[...] saber histórico das lutas [...] memória dos combates, aquela, precisamente que até então tinha sido mantida sob tutela. [...] Redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates [...]”. Procura-se emergir os saberes sujeitos pelas normas sociais estabelecidas para que, de alguma forma, tenham a possibilidade de serem livres deles ou produzir novas práticas de condução de si.

Em relação aos dois domínios apresentados, podemos dizer que, segundo Foucault, (2018, p. 11) “[...] a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais,

⁸⁰ Para saber mais sobre a arqueologia (um dos principais métodos desenvolvidos por Michel Foucault), consultar ‘A arqueologia do saber’ (FOUCAULT, 2008).

⁸¹ Para saber mais sobre a genealogia, consultar ‘Em defesa da sociedade’ (FOUCAULT, 2018).

e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (p. 11). Todavia é necessário frisar que,

Seja nos estudos arqueológicos em torno da constituição dos saberes, seja nos estudos genealógicos em torno da formação e funcionamento das maquinarias de poder, o foco das investigações trata sempre do sujeito (sujeito de saber no primeiro caso, sujeito de poder no segundo caso). [...] o sujeito é pensado em duplo aspecto: como sujeito da ação (de conhecer, de exercer poder), mas também como objeto da ação (sujeito humano que é conhecido como objeto de um saber científico, sujeito submisso a um poder); [...]. O sujeito não pode ser pensado, tematizado, abordado, senão como resultante deste feixe de processos, às vezes, contraditórios entre si (GALLO, 2017, p. 79).

Por fim, no que se trata dos domínios de Foucault propostos por Veiga-Neto (2016), também podemos falar sobre a *arqueogenealogia* como um agenciamento entre os dois processos metodológicos descritos anteriormente. Nas palavras de Moraes (2018, p. 68), essa ferramenta metodológica “relaciona os dois movimentos: da genealogia e da arqueologia na relação das rebeldias frente às verdades, [...] A pesquisa, portanto, desse ponto de vista é uma ação política que enfrenta forças fixadas na qualidade de pensar na luta de determinado grupo”. Gallo (2019, p. 11) afirma também que podemos tratar a arqueogenealogia “(...) como uma genealogia, que abarca e recobre a arqueologia, sem deixar de lado seus procedimentos, mas adaptando-os e transformando-os”.

Faço essa breve contextualização pois, indo ao encontro de alguns autores (AVELINO, 2011; GALLO, 2017; LARRAURI, 2018; GALLO, 2019), Foucault (2014) também desenvolveu indícios (devido sua precoce morte) de um novo operador metodológico nomeado por ele como *anarqueologia*, que significa “uma junção da anarquia, a negação do poder com a arqueologia” (GALLO, 2019, p. 14), e que é destinada a problematizar os processos de subjetivação dos sujeitos que eram caros para Michel Foucault e que também o são para esta tese. Foucault (2014) introduz essa problemática a partir de sua obra ‘O governo dos vivos’, no qual analisou as formas pelas quais os seres humanos são subjetivados a partir de um governo pela verdade.

Destarte, alguns deslocamentos metodológicos foram necessários e ocorreram ao longo de seus estudos: “um indo da noção de ideologia dominante à de saber-poder, e depois, [...] um segundo deslocamento, da noção de saber-poder à noção de governo pela verdade (FOUCAULT, 2014, p. 12)”. Assim, a anarqueologia toma uma certa distância do poder para compreender os possíveis movimentos do sujeito em relação à verdade. Como o jogo de palavras que Foucault (2014) instituiu, a anarqueologia vai possibilitar a recusa, o confronto

de determinadas verdades e poderes que nos constituem para que possamos criar formas outras de existir e resistir.

Parafraseando Avelino (2011), as tecnologias de poder têm a capacidade de nos assujeitar; o governo dos homens pela verdade o poder de conduzir nossas condutas; e a anarqueologia nos possibilita desobedecer e não nos curvamos aos assujeitamentos impostos por esses movimentos. Larrauri (2018, p. 17) afirma que “a anarqueologia é uma descrição de algumas práticas de subjetividade de recusa ao consentimento”. Faz-se necessário, portanto, compreender as formas pelas quais somos capturados pelos díspares dispositivos instituídos na sociedade, na relação entre o poder e a verdade, “para que possamos perceber como um polo apoia o outro, como eles estão intrinsecamente emaranhados. É esse conhecimento que permite escolher a desobediência” (GALLO, 2019, p. 15). Nas palavras de Gallo (2019, p. 15) “trata-se de uma desobediência ao poder, mas também de uma desobediência à verdade”.

Essas verdades estão sempre sendo produzidas pelos discursos no interior das instituições de sequestro, de forma que sempre precisamos acreditar nelas, nos curvar a elas, e sermos assujeitados por elas. Assim, entendemos que somos resultados desses jogos de poder e nos constituímos como sujeitos dentro de um determinado regime de verdade. No entanto, nos sujeitarmos a algum regime de verdade também nos dá a possibilidade de atuar sobre nós mesmos numa perspectiva de um movimento de subjetivação, de uma ética de si ou, em outras palavras, de desobediência em relação à determinadas verdades institucionalizadas. Assim, as problematizações de Foucault (2014, p. 91-92) acerca da anarqueologia perpassam

[...] os regimes de verdade, isto é, os tipos de relações que vinculam as manifestações de verdade, com seus procedimentos, aos sujeitos que são seus operadores, testemunhas ou, eventualmente, objetos. [...] Ela implica, [...] que se leve em consideração a multiplicidade dos regimes de verdade [e] o fato de que todo regime de verdade, seja ele científico ou não, comporta formas específicas de vincular, de [maneira] mais ou menos constrangente, a manifestação do verdadeiro e o sujeito que a opera.

Assim, com essa breve contextualização dos procedimentos metodológicos que Michel Foucault foi desenvolvendo ao longo de seus estudos e a partir dos diferentes objetos que estavam sendo estudados por ele (saber-poder, sujeições, processos de subjetivação, regimes de verdade...) vamos ao encontro de Gallo (2019, p. 18) quando este afirma que “a escolha do operador metodológico depende do objeto a ser estudado”. Dessa forma, escolhi a anarqueologia como operador metodológico desta tese pois, dentro do objeto anteposto para ser analisado, ao mesmo tempo em que temos um regime de verdade clínico no campo de saber da surdez e de normalizações de corpos que vão ao encontro de uma norma ouvinte

instituída socialmente, há movimentos de linhas de fuga e de contra-conduta e de desobediência, que se reterritorializam em territórios surdos, com um regime de verdade outro, em que se tenta fazer viver as diferenças surdas. Além disso, interessa nesta tese olhar as sujeições surdas na atualidade quanto à aparição de novos regimes de verdade em que a pessoa surda também o produz influenciada e mediada pela potência das mídias e o poder de produção subjetiva que por elas são endossados.

Vemos, dessa forma, a atualização subjetivo-discursiva de pessoas surdas que, pela disseminação da Libras e o apoio midiático visual, aproximam-se de regimes de verdades proferidos pelo atual governo federal. Aos que se aliam, o caminho a ser trilhado envolve obedecer e ir ao encontro de tais verdades instituídas e baseadas em discursos, práticas discursivas e não discursivas (o negacionismo da vacinação; os cortes de verba pública para a educação, os preconceitos manifestados de diversas formas); que se forjam a partir do discurso sobre o surdo e a língua de sinais, e passam a ir na direção da construção de microfascismos dentro da comunidade (fundamentados na concepção de uma identidade surda única e fechada em si mesma).

Mas esse não é o único movimento em territórios surdos atuais. Vemos contraposições importantes aos teatros promovidos pelo atual governo e, nesse movimento, novas potências de vida surgem na recusa ao poder federal e na desobediência às verdades instituídas, nas quais procura-se pluralizar o movimento em outras pautas minoritárias e, conseqüentemente, criar outros discursos e produzir novas verdades. Em ambos os casos, temos distintas conduções de conduta (ou de contra-conduta) a partir dos diferentes regimes de verdade. A respeito disso, é importante reforçar que a língua de sinais passa a ser dispositivo de dispersão de verdades e, ao se fazer presente em espaços e eventos institucionais de teor nacional, bem como circular entre as produções oficiais do estado, passa a produzir de um modo mais tênue a ação da governamentalidade entre seus falantes.

Assim, trago a concepção anarqueológica para dentro desse contexto dos territórios surdos, fazendo um recorte das infinitas possibilidades que poderia pesquisar. No entanto, a partir do que me incomodava, resolvi construir uma possível pirâmide de investigação: surdos – mídias sociais – processos de subjetivação. Assim, a partir desses objetos, formulei a seguinte questão-problema: como os dispositivos biopolíticos midiáticos sociais constroem regimes de verdade que culminam na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas no contexto neoliberal contemporâneo? Mediante a ela, abordo a seguir um esboço esboçar das formas pelas quais tentei responder essa minha indagação. Para isso, foi

necessário a luta para o reconhecimento legal da Libras e com ela a ampliação de espaços institucionais de uso desse idioma.

Há uma abertura nas manobras de controle das formas de vida e, com o aumento da presença da Libras, será que os ‘temas’ das comunidades surdas mudaram e aproximaram-se à temas mais gerais da comunidade brasileira? Será que os surdos estão, de certo modo, imersos nas redes de capturas pelos dispositivos das mídias sociais? E se sim, será que estão também agenciando movimentos contrários aos temas comuns na criação de outras formas de existência a partir de uma desobediência às verdades instituídas pelas mídias sociais?

III.II) Organização dos meus pensamentos para a construção da pesquisa: algumas questões caras à academia

Acredito que os pesquisadores, de modo geral, sempre buscam ao longo de seus estudos questões que os afligem. Logicamente, para quem é da área da pesquisa, inúmeros questionamentos podem vir à tona ao longo da organização dos pensamentos. No entanto, é necessário fazer um recorte, como já trouxe acima, pois não conseguiríamos, a partir de uma temática, resolver todos os problemas como, por exemplo, os da área da educação. Seria prepotência do próprio pesquisador achar que conseguiria. Portanto, precisamos escolher contornos que mais nos afetam.

Dessa forma, como um costume meu (e de grande parte do nosso país), rolando as telas dos nossos celulares e os agenciamentos que criamos entre o nosso corpo e esses dispositivos tecnológicos, comecei a me deparar (principalmente durante a candidatura do atual presidente e após a sua vitória) com alguns materiais divulgados nas mídias sociais que difundiam a língua de sinais de maneira superficial, não levando em consideração questões gramaticais, lexicais e acessíveis, corroborando para a contínua visão da Libras como uma linguagem de fácil acesso e dependente da língua oral. Além disso, comecei também a perceber em determinados conteúdos que tive acesso na internet que, para além da forma superficial que a Libras era difundida, ela também estava sendo (mais) comercializada, romantizada, instrumentalizada e folclorizada, e ainda ligada a uma língua de pessoas com deficiência.

Por diversas vezes, os materiais que encontrei me capturaram: achei interessante e pensei que poderiam estar dando visibilidade para a língua de sinais e para os sujeitos surdos. Porém, após problematizar as formas como estavam sendo concebidos, percebi que eu também estava inserida nesse jogo e compreendi meus próprios assujeitamentos diante das

massivas criações de conteúdo (sendo eles, em sua maioria, de cunho neoliberal). Diante disso, me vi imersa em um regime de verdade midiático que tem o potencial de capturar e, com isso, me questioneei: se eu ouvinte estava sendo assujeitada por determinados materiais, os surdos também poderiam estar caso entrassem em contato com esses tipos de conteúdo capazes de produzir sujeições em constante busca pela normalidade ouvinte ou, ainda, uma conformação de resquícios de visibilidades produzidas por uma sociedade majoritária que não estuda, não faz parte e não propaga a Libras e a comunidade surda de fato. Mais uma vez, constato: surdos e ouvintes estão sendo capturados por discursos que emergem regimes de verdade.

Esses conteúdos midiáticos nos quais entrei em contato e que me incomodaram, decidi apresentá-los aqui pois, a meu ver, eles se manifestam como dispositivos biopolíticos em um movimento de folclorização da língua e da comunidade surda pela forma como são difundidos. Ainda podemos adicionar que, os responsáveis pela criação de determinados conteúdos não fazem parte da luta da comunidade surda, não procuraram adequada informação para propagação de tais materiais, e não oportunizaram acessibilidade para que o surdo pudesse entender em sua completude a mensagem que desejariam passar. No entanto, esta tese não tem o objetivo de fazer um juízo de valor sobre estas práticas e sujeitos, de dizer se isso é bom ou ruim. Também não se tem como propósito apresentar pensamentos polarizados, mas sim, tentar responder à questão: como os dispositivos biopolíticos midiáticos sociais constroem regimes de verdades que podem culminar na constituição dos processos de subjetivação de vidas surda no contexto neoliberal contemporâneo?

Para respondê-la, precisei demarcar meu objetivo de pesquisa: *problematizar*⁸² a produção de regimes de verdade apontados na constituição dos processos de subjetivação de vidas surdas a partir dos efeitos dos dispositivos biopolíticos midiáticos sociais sobre a Libras e os sujeitos surdos no contexto neoliberal. Para afunilar e organizar também minhas

⁸² Faz-se necessário definir filosoficamente o conceito ferramenta para a palavra problematização já que será um verbo ativo usado no objetivo de pesquisa. O termo problematizar, ou problematização é encontrado no livro História da sexualidade 2: O uso dos prazeres por Michel Foucault (1984). Foucault (1984), define que a partir dos saberes e poderes constituídos na sociedade, a ação problematizadora “da vida, da linguagem e do trabalho nas práticas discursivas” obedece “determinadas regras ‘epistêmicas’”, e problematiza o comportamento do criminoso, do louco, do anormal, a partir de determinadas práticas discursivas que vão de encontro ao controle produzido pelo poder disciplinar (p. 17-18 – aspas internas do autor). Portanto, Foucault (1984) faz uso da palavra problematizar como ação investigativa de suas pesquisas filosóficas e desse mesmo modo faço uso do conceito-ferramenta na pesquisa atual. A problematização ainda pode ser vista de acordo com Bert (2013), como uma historização que levou a determinados saberes e verdades constituídos na sociedade e que devem ser restituídos em seus modos de validação, vista como um movimento singular e particular do pensamento dos sujeitos. O autor afirma que “não se trata de resolver problemas, mas [...] de instaurar uma distância, [...] no propósito de encontrar problemas ainda presentes. Cada nova problematização decorre para o intelectual de um engajamento no seio de sua própria atualidade” (p.166).

análises, marquei meus objetivos específicos, os quais foram respondidos no decorrer dos meus capítulos teóricos-analíticos: 1) *traçar as ferramentas conceituais da tese que versam em torno dos regimes de verdade, processos de subjetivação e biopolítica como operadores nas formas de vida surdas*; 2) *descrever alguns acontecimentos históricos dos movimentos sociais surdos, e como eles vão constituindo regimes de verdade que implicam em processos de subjetivação de vidas surdas*; 3) *analisar a criação dos regimes de verdade a partir de dispositivos biopolíticos midiáticos e de discursos surdos que marcam efeito nos processos de subjetivação de vidas surdas – tanto de capturas como de contra-condutas*.

A costura destes objetivos visa fundamentar esta tese, que se apresenta com o seguinte enunciado: *o reconhecimento da Libras e a presença dela nas mídias sociais potencializam o direito linguístico e a presença do surdo na sociedade. Ao mesmo tempo em que por ela se produzem três regimes de verdade (normativo-patológico, militante e de consumo) na constituição das subjetividades de vidas surdas em diálogo com a biopolítica*. Ou seja, os surdos passam a fazer parte da biopolítica e produzir conteúdos alinhados à governamentalidade neoliberal. Em determinados momentos, os dispositivos midiáticos promoveram regimes de verdade que assujeitaram os sujeitos por meio da ação da biopolítica e, em outros, culminaram na produção de subjetividades singularidades surdas que escaparam a essa captura. Com isso, afirmamos o processo político de apropriação da Libras e sua normatização social.

Sob a ótica da biopolítica, podemos dizer que as mídias sociais em articulação com a Libras têm possibilitado diferentes ações que estão imbricadas no ‘fazer viver’ das diferenças, no ‘fazer viver’ dos assujeitamentos e, ainda ‘deixado morrer’ as singularidades surdas.

III.III) Mídias sociais? Mas, o que das mídias sociais? O início da caminhada...

As coletas de dados se deram em dois domínios, sendo eles: I) Vídeos em mídias digitais e II) Entrevistas. No que se trata do primeiro domínio, apesar de encontrar diversos conteúdos midiáticos que me causaram caos interno e me geraram desconforto, escolhi quatro materiais que mais me incomodaram, todos disponíveis no *Instagram* e *Youtube*. Passei a pesquisar – principalmente no *Youtube*, vídeos que pudessem atuar, a meu ver, como dispositivos biopolíticos e gerar uma captura do sujeito surdo pela língua de sinais. Para a primeira etapa das coletas desenvolvidas nessa tese, selecionei vídeos a partir de alguns pontos principais: I) a falta de acessibilidade para que o surdo entendesse a informação que

estava sendo divulgada; II) o uso da Libras; III) a representatividade (ou não) de pessoas e/ou comunidade surda; IV) estar em alguma mídia social.

Dado a justificativa de escolha desses materiais que nomeei como sendo folclóricos por tratar superficialmente aspectos de luta da comunidade surda, elegi quatro vídeos disparadores, sendo eles: campanhas publicitárias, propagandas e vídeos que mostrassem a utilização da Libras por artistas (ainda que sem fluência nessa língua). Passo a descrevê-los a seguir:

Figura 8 - Vídeo 1: Propaganda (2018)



Fonte: Retirado na mídia social *Youtube* em 20 de agosto de 2019. Disponível para acesso no link <https://www.youtube.com/watch?v=f6RAFuGMRKU>

Quadro 6 - Descrição do vídeo 1

O vídeo 1 tem duração de exatamente um minuto e trata-se de um comercial desenvolvido pela marca O Boticário no ano de 2018. Teve um total de 4.866.155 visualizações, 4,8 mil curtidas, 1,3 mil pessoas que manifestaram não gostar da propaganda e 467 comentários. Esse conteúdo foi postado no dia 25 de novembro de 2018 no canal da própria marca no *Youtube* que possui 2,2 milhões de seguidores. A descrição deste material no canal é: “A Daniela é professora e tinha um desafio. Ela queria incluir um aluno ‘superespecial’ na apresentação do coral. Vem ver como é...”. Apesar desse vídeo ter sido encontrado na internet, na época também foi possível assisti-lo pela televisão. Na primeira cena, a professora da sala de aula fala em português na modalidade oral “Só fica na sala quem tem ensaio para o coral”.

Após esse momento, a câmera focaliza o menino surdo que guarda seu material e sai da sala de aula sozinho enquanto a docente o olha ir. Ele se senta ao lado de fora da classe, enquanto as crianças ouvintes começam a ensaiar a música *Stand By Me*, composta por de Jonh Lennon. Durante esse momento, a câmera mostra as crianças organizadas fazendo uma capela do início da música e as mãos da mestra coordenando os infantes. Após essa cena, a docente vai até o menino que está sentado em um banco no corredor sozinho e entrega a partitura da canção. Ambos sorriem. Posteriormente, é destacado o aluno ensaiando em sua casa: sentindo as vibrações da música, porém sempre treinando só, sem apoio de nenhum intérprete, professor ou família. Alguns cortes também mostram a mãe do garoto o olhando escondida através da porta, e o vê dançar no ritmo da música pois, em todo momento, o instrumental aparece como plano de fundo. Com o ensaio completo, a cena se dirige ao momento da apresentação, no qual são mostradas a plateia e o palco – vistos da coxia do teatro. Em seguida, os discentes aparecem já postos no cenário em três fileiras, e o menino surdo na primeira de baixo para cima, bem centralizado. Nesse instante, elas cantam a seguinte frase: “*When the nights has come*”, e a câmera esta focalizada no garoto, que faz os sinais em Libras: noite e Sol se pondo. Enquanto cantam a segunda frase, “*and the land is dark*”, a imagem dos pais na plateia aparece rapidamente, e a câmera volta a focar no coral como um todo, pegando apenas o sinal de escuro. Na terceira sentença, “*and the moon is the only light we se*”, o infante é filmado de costas, fazendo o sinal de lua, ver e gostar. Nessa última palavra, a câmera já aponta novamente para o coral como um todo. A filmagem volta para o rosto do garoto, que sorri, e depois o da professora com expressão de orgulho dos alunos. Todos batem palma, mas somente os pais do menino que ‘batem palmas em Libras’. A tomada retorna para o infante e uma amiga que se deita em seu ombro e o abraça orgulhosa. Por fim, aparece a imagem da mãe do aluno surdo dando um presente da marca O Boticário para professora com a mensagem de voz no fundo: “O Natal inspira muitas combinações, chegou a nova linha de perfume Botica 214, um presente como o Boticário nunca fez”. No final da fala da narradora, aparecem três perfumes da linha, rodeados por algumas pinhas, bolas e plantas de Natal. Por último, surge a família do menino surdo reunida com avós, tios, primos e o logotipo da marca. Em seguida, aparece a escrita de “O Boticário” com a mensagem “Acredite na beleza”.

Figura 9 - Vídeo 2: *Influencer Digital* (2019)



Fonte: Retirado do Instagram público da influenciadora em 20 de novembro de 2019. Disponível para acesso no link: <https://www.instagram.com/p/BxlBwUQFak2/?igshid=n3jso7zu74ar>

Quadro 7 - Descrição do vídeo 2

O vídeo acima tem a duração de 17 segundos e está divulgado na plataforma do Instagram. A mulher que aparece no recorte da imagem é uma Influencer Digital e trabalha com a divulgação de marcas, roupas, acessórios e outros produtos relacionados ao consumo feminino. Também faz a divulgação de cursos e palestras. Vale frisar que essa moça tem 5,1 milhões de seguidores no Instagram e postou esse material em seu feed no dia 17 de maio de 2019, com 575.497 visualizações, 47,4 mil curtidas e 1.290 comentários. A Influencer Digital aparece fazendo a datilologia (soletração) da frase “Eu sei falar em Libras”. Ela dá espaços entre as palavras com a palma da mão virada para baixo. É necessário salientar que, no verbo “f-a-l-a-r”, a mulher troca as letras do alfabeto em Libras do F pelo Q, soletrando na verdade “q-a-l-a-r”.

Figura 10 - Vídeo 3: Novela (2019)

Fonte: Retirado da mídia social *Youtube* em 20 de novembro de 2019. Disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=_I01wbsShOw

Quadro 8 - Descrição do vídeo 3

O vídeo três trata-se de uma propaganda de uma novela e foi postado no dia 12 de junho de 2019 e possui a duração de 46 segundos. Ele pode ser encontrado no canal de uma emissora conhecida no país por meio do *Youtube*, que tem 3,2 milhões de seguidores. O conteúdo acima tem 2,1 mil curtidas e apenas 43 pessoas se manifestaram não gostar do recorte apresentado. Esse programa, na época, era divulgado todos os dias de segunda a sexta-feira, das 17h55min às 18h25min. Para esse enredo, foi contratada uma atriz, (ouvinte), que fez o papel de uma menina surda. A transmissão da novela se encerrou de forma repentina no dia 3 de abril de 2020, com 25 capítulos devido à pandemia do Novo Coronavírus.

O vídeo começa com a vinheta da novela escrita “Toda Forma de Amar”, com classificação indicatória de 12 anos. O narrador inicia sua fala dizendo: “César resolve contar para Milena que ela tem uma irmã”. Nesse momento, aparecem duas cenas: na primeira, Milena – que no enredo é surda, surge com seu pai. Depois, um recorte de sua irmã Jaqueline. Na cena do pai e filha, a câmera focaliza na menina, que diz com uma voz oralizada e estereotipada: “Jaqueline?”; e o pai responde, já com filmagem direcionada para ele: “Jaqueline é o nome da sua irmã”. Durante a frase de César, aparece um relance de Jaqueline em outro lugar sorrindo. O homem continua a falar com o foco em suas costas: “E hoje é aniversário dela (câmera volta para o rosto do ator e ele faz somente o sinal em Libras de aniversário) e ela te convidou para a festa (faz o sinal de festa em

Nesse momento, foca-se no rosto da menina, que responde em português e acompanhando com os sinais em Libras: “Quero ir sim”. O pai surpreso diz: “Mesmo Milena? Poxa, que bom, que bom, filha!” (fazendo carinho no rosto da garota, quando câmera fica mais distante focalizando em ambos os personagens). A filmagem volta para a face do ator, que prossegue: “Eu tenho certeza, que a Jaqueline vai ficar muito feliz de te ver” (realiza apenas o sinal de feliz em língua de sinais). Posteriormente ao diálogo, os personagens aparecem na casa de Jaqueline, que abraça a irmã quando a vê. Durante o abraço das duas, o narrador conclui a propaganda dizendo: “Hoje, **, toda forma de amar”.

Figura 11 - Vídeo 4: Ator



Fonte: Retirado da mídia social *Youtube* em 24 de novembro de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PP7aNuYzcIA&t=32s>

Quadro 9 - Descrição do vídeo 4

O último vídeo escolhido tem a duração de 1min38seg. Ele foi encontrado no *Youtube* no canal de um homem surdo que tem 3.690 inscritos, no qual toda a introdução e conclusão dessa produção é feita por ele. Nessa produção, o homem dá sua opinião sobre o vídeo que um ator famoso postou nos *storys* de seu *Instagram* em 2019. Não conseguimos saber quantas visualizações o vídeo do ator teve em sua rede social pelo fato de os *storys* terem um mecanismo diferenciado do feed de notícias: as fotos e vídeos duram apenas 24h e somente os administradores das contas conseguem ter acesso à quantas visualizações tiveram. No entanto, é necessário frisar que o ator tem 19 milhões de seguidores nesta

O vídeo do *Youtube* teve 3013 visualizações, 167 curtidas, apenas uma manifestação contrária e 10 comentários. No que se trata da descrição, o homem surdo introduz e conclui o vídeo inteiramente em Libras, com legenda em português. Seu discurso introdutório é: “Oi, tudo bem? Ouvintes, amigos e família, tudo bem? Eu vim falar com vocês sobre um homem. O ator * aprendeu a transformar a vida de nós surdos. Agora ele vai apresentar, olhem o vídeo”. Posteriormente a essa introdução, é colocado os *stories* com a seguinte frase sinalizada: “Oi, tudo bem? Boa tarde. Meu nome é *, esse é meu sinal em Libras. Não sei aprender Libras. Quero melhorar a língua de sinais. Obrigado, de nada”. No fim, o autor dá uma risada alta. O homem surdo volta a aparecer e conclui: “Gostaram? Eu gostei, porque os famosos estão aprendendo a nossa cultura surda. Inscrevam-se no canal, ativem o sino de notificações, deem likes e compartilhem com a família, amigos e para todo mundo, certo? Muito obrigado, tchau!”.

A coleta de todos os vídeos apresentados foi de extrema importância para que déssemos início à próxima etapa. Isso porque, segundo Camillo (2020, p 32), “a partir da diversa fonte de dados, a análise da materialidade, entendida nesta tese como o conjunto de tudo que foi produzido discursivamente [...] e não discursivamente (modos de ser, agir, assujeitamentos), se deu na triangulação das entrevistas [...]”. A partir desses conteúdos que a meu ver romantizam, folclorizam e comercializam a língua de sinais e diretamente as singularidades de vidas surdas, resolvi fazer entrevistas com alguns participantes surdos para ver se o incomodo que senti também estava entre eles. O processo de entrevista se deu como espaço de diálogo e aparição dos saberes locais de pessoas surdas. Assim, pretendo fazer a triangulação entre a teoria filosófica, as mídias selecionadas e as entrevistas extraídas dos participantes deste estudo.

III.IV) As subjetivações surdas manifestadas: participantes da pesquisa

Trazer esses saberes e discursos surdos assujeitados pelas relações de poder para uma possível insurreição deles era um dos principais componentes para tecer as análises de dados. Gostaria de enxergar os possíveis embates entre os regimes de verdade que poderiam emergir durante o contato com os surdos e, para que esse movimento ocorresse, precisaria trazer vozes de pessoas surdas.

Como participantes da pesquisa, tivemos quatro surdos que foram entrevistados após terem contato com os vídeos apresentados acima, a partir de um roteiro com 10 questões previamente estabelecidas, porém questões flexíveis que iam sendo complementadas a partir dos acontecimentos que iam surgindo em cada encontro-entrevista. Escolhemos uma quantidade reduzida de sujeitos pois, segundo Duarte (2005, p.5) “é possível, entrevistando um número pequeno de pessoas [...] fazer um relato bastante consistente sobre um tema bem definido”.

Com o isolamento social decorrente da pandemia do Novo Coronavírus em 2020, todo o contato foi realizado remotamente com os participantes que eram surdos, falantes da língua de sinais e maiores de 18 anos. Optei em trazer os sujeitos surdos visando à aparição de suas perspectivas e com elas apresentar discursos abordados na sociedade e por vezes tidos como deslegitimados, sem sustentação ou o que poderíamos chamar, segundo Foucault (2018), de saberes sujeitados⁸³. Elegi um participante ativo na comunidade surda⁸⁴ com formação em nível superior de ensino na área de humanas; outro que não fosse tão ativo na comunidade surda e tivesse graduação na área de exatas; e dois com formação em nível médio (um mais ativo na comunidade e outro menos). A ideia era ver como surdos com formação política no campo da surdez distintas, analisavam a presença da Libras em mídias sociais e entender as distintas perspectivas, observando como eles se posicionavam quanto aos conteúdos por ela circulados.

Não temos a pretensão aqui de estabelecer quais discursos são mais valiosos e nem julgar os participantes ativistas da causa surda ou não, uma vez que “todos os envolvidos no processo são importantes como fontes de discursos dos acontecimentos que se quer conhecer: leis, decretos, cotidiano, pessoas. Tudo importa e nada tem maior peso. Uma fala reflete verdades” (MARTINS; LACERDA, 2016, p. 167). Em outras palavras, não se trata de dizer qual regime de verdade é mais verdadeiro que o outro, mas sim mostrar quais os novos regimes de verdade impostos aos surdos também em função da presença da Libras nas mídias sociais. Isso significa que, aderir a um leva a renunciar os outros. Assim, o que precisa estar

⁸³ Esse conceito cunhado pelo filósofo pode ser produzido em acontecimentos históricos que foram modificados por diversas instituições de sequestro, nas quais teve-se como objetivo mascarar historicamente lutas, movimentos, representatividades e saberes insuficientemente elaborados. Foucault (2018, p. 8) afirma que esses são “[...] saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos”, denominado como o saber das pessoas “um saber particular, um saber local, regional, um saber diferencial, incapaz de unanimidade e que deve sua força apenas à contundência que opõe a todos aqueles que o rodeiam”.

⁸⁴ Quando digo “ativos na comunidade surda”, quero me referir aos sujeitos que frequentam associações de surdos e que são militantes nos movimentos políticos por direitos sociais e linguísticos, destacando mais uma vez que não existe um único sujeito surdo, e sim surdos que se subjetivam por matrizes de experiências distintas que os fazem ter esse ou aquele comportamento, essa ou aquela verdade.

claro é: estão aderindo à que e por quê? O que levou a essa adesão? O que leva determinadas comunidades surdas brasileiras a aderir a um regime de verdade desse governo? Dessa forma, podemos pensar nos processos de subjetivação por meio de regimes de verdade em dispositivos midiáticos.

Quadro 10 - Dados dos participantes surdos que realizaram a entrevista

Caracterização dos Participantes (ENTREVISTA)								
Participantes	Sexo	Cidade	Idade	Formação	Aparelho auditivo/Implante coclear	Falante de Libras	Ativo na comunidade Surda	Data da entrevista
P1	Masculino	São Carlos SP	32 anos	Letras/Libras Mestre em Educação	NÃO	SIM	SIM	08/06/2020
P2	Masculino	São Carlos SP	28 anos	Ensino Médio Completo	NÃO	SIM	SIM	15/06/2020
P3	Masculino	Pontal SP	22 anos	Ensino Médio Completo	Implante coclear em uma orelha	SIM	NÃO	17/06/2020
P4	Masculino	Mogi Guaçu SP	35 anos	Engenheiro de Controle e Automação	Implante coclear nas duas orelhas	SIM	NÃO	08/07/2020

Fonte: Desenvolvido pela autora (2021)

III.V) Caminhando mais um pouco para chegar ao (não) fim

Nesta parte apresento como realizamos as entrevistas com os quatro participantes. A coleta de todos os vídeos apresentados foi de extrema importância para que déssemos início a essa etapa. Isso porque, segundo Camillo (2020, p 32), “a partir da diversa fonte de dados, a análise da materialidade, entendida nesta tese como o conjunto de tudo que foi produzido discursivamente [...] e não discursivamente (modos de ser, agir, assujeitamentos), se deu na triangulação das entrevistas [...]”.

A entrevista em profundidade ou semiaberta, segundo Duarte (2005), acontece normalmente individualmente e é uma opção viável quando se trata de analisar aspectos de experiências subjetivas dos participantes. Da Silva (2005) afirma que esse tipo de instrumento busca a expressividade dos participantes – ponto de relevância na pesquisa já que eu, como ouvinte, não tenho experiências surdas para insurgir os regimes de verdade que gostaria de observar. Veiga e Gondim (2001) afirmam que esse tipo de construção possibilita ao

entrevistador ver situações nas quais só conseguirá enxergar pelos olhos de seus participantes. Assim, “a arte do investigador consiste em [...] permitir ao entrevistado falar livremente e com isto, descobrir as tendências espontâneas [...]” (DA SILVA, 2005, p. 2).

O roteiro das entrevistas seguiu o seguinte percurso: questões opinativas sobre o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto vídeo. Posteriormente a esse bloco de perguntas, estruturamos algumas questões relacionadas aos quatro vídeos: o que os conteúdos tinham em comum; se tinham pontos positivos e ou negativos; se auxiliavam na divulgação da comunidade surda; se atrapalhavam etc.

Todas as entrevistas foram feitas em língua de sinais, realizadas a distância pela plataforma *Google Meet* e gravadas pelo aplicativo *Open Broadcaster Studio* (OBS). Em relação a suas durações, a do Participante 1 (P1) levou 1h18min, do P2 1h5min, do P3 1h12min e, por fim, o P4, com 33min10seg. Todas tiveram a participação de uma intérprete de Libras a meu convite, para que pudesse me auxiliar em alguns momentos de possíveis dúvidas sobre compreensão e interpretação do discurso. Para a tradução das entrevistas da Libras para o Português, fiz um movimento entre o apoio da voz do intérprete e minhas leituras sobre os discursos dos participantes.

III.VI) Situando as vozes surdas

De maneira geral, percebeu-se que os discursos dos participantes das entrevistas em Libras sobre as mídias sociais variaram significativamente em suas posições, ora com defesas ora com críticas acerca dos materiais disponibilizados.

P1 narra a positividade das mídias selecionadas porque elas disseminam informações sobre os surdos e a língua de sinais. No entanto, apontou que elas também podem ser prejudiciais pela falta de acessibilidade do conteúdo em geral; pela tentativa de venda da língua de sinais; pelo lugar de fala muitas vezes não ocupado pelo surdo; pela falta de consciência das pessoas ao compreenderem o que é a Libras; pela ausência de representatividade surda, dentre outros pontos levantados por ele. O entrevistado também apontou algumas particularidades que o chamaram atenção, tais como a Libras usada de forma agramatical; a importância da participação dos surdos em determinadas produções midiáticas; a luta do movimento surdo; a divulgação da comunidade surda feita por profissionais capacitados; e o privilégio ouvinte.

Já o P2 particularmente referenciou sua identificação com dois vídeos. Primeiro, com o comercial que divulgava um perfume. Essa identificação reforça a ideia de que as pessoas

surdas desejam estar incluídas na arte de governar neoliberal, voltada ao consumo, ou seja, fazer parte do jogo social em que se veem excluídos pelo uso de uma língua que não é comum às pautas econômicas. O outro vídeo (do ator que faz uma breve fala em Libras) também marca a representatividade da língua de sinais e dos surdos, ainda que o ator não tenha um contato real com pautas desta comunidade. Apontamos nestas duas enunciações o desejo de inclusão à racionalidade neoliberal já que, para jogar o jogo social, a inclusão cidadã nestas ações é fundamental. O participante aponta ainda que ambas as produções midiáticas precisam ser divulgadas para a sociedade pois representam e dão visibilidade à comunidade surda. Entretanto, o participante, se incomodou com o segundo e terceiro vídeo: o segundo, produzido pela Influencer Digital, por utilizar somente datilologia, e o terceiro, por usar uma atriz ouvinte (na novela) para representar uma menina surda. Também descreve que o vídeo referente a novela pode passar a informação equivocada de que todos os surdos são oralizados e fazem leitura labial, o que não condiz com a realidade. Além disso, também salientou a falta de acessibilidade, de representatividade surda nas mídias apresentadas e de intérpretes.

O P3 criticou todos os vídeos e não viu nenhuma vantagem da disseminação desse material. Sobre o primeiro vídeo, salientou a falta de presença do intérprete na sala de aula e, ainda, a ausência de pares concomitantes para a troca linguística; a falta de um professor bilíngue e de comunicação entre o docente e o aluno; e os sinais escassos presentes ao longo da apresentação. Além disso, também destacou a falta de acessibilidade para a leitura da propaganda. Na segunda mídia, evidenciou a falta dos sinais para compor a sentença em Libras e certo preconceito contra a língua de sinais. Assim como os outros, também avaliou a importância da contratação de atores surdos para o elenco de novelas, filmes, teatros e outras produções, também colocando em questão a representatividade surda, e o recorte de cena vazio apresentado na novela, onde a língua de sinais é menos usada do que a língua portuguesa. Outro aspecto importante ressaltado pelo P3, foi a dificuldade de comunicação entre famílias de pais surdos e filhos ouvintes – muito distinta do que é apresentado pela trama.

Por fim, o P4 elogiou os vídeos pois acredita que qualquer produção que auxilie na divulgação da Libras é bem-vinda. Ele não apresentou opiniões adversas aos materiais elencados e complementou que estes devem ser disseminados pois representam a comunidade surda. Essa ‘felicidade’ em se ver ‘representado’ midiaticamente por meio de sua língua pode ser visto como uma arma biopolítica de captura, usada em outras estratégias de colonização de um grupo social. Nas falas do P1, do P2 e do P4 temos a marca do desejo de inclusão de si na racionalidade democrática como espaço de cidadania e como sujeito consumidor de direito.

Nas entrevistas, vimos oscilar a análise sobre os vídeos pelos participantes. Alguns têm um olhar mais crítico para tais materiais; têm uma narrativa analítica diante deles; enxergam algumas possibilidades de melhora; bem como o lado negativo da disseminação deles. Em outros momentos, mencionam a possibilidade de serem instrumentos que divulgam e disseminam a língua de sinais, uma vez que podem ser dispositivos positivos que auxiliam a comunidade surda para uma inserção nas pautas sociais comuns.

Essa oscilação nos mostra as tensões apresentadas na tese, ou seja, que o reconhecimento da Libras e a presença dela nas mídias sociais potencializam o direito linguístico e a presença dos surdos na sociedade. Porém, é necessário pontuar que elas produzem diferentes regimes de verdade na constituição de subjetividades surdas em diálogo com a biopolítica. Nesse sentido, com base nesse contato com os surdos, pude perceber as capturas e resistências em relação aos vídeos que apresentei, criando de fato esses regimes de verdade normativos-patológico, militantes e de consumo que, ao mesmo tempo em que se contrapõem, também acabam sendo complementares.

Em tese percebemos que os surdos são assujeitados pelos regimes de verdades também provocados pelas mídias sociais e vão daí conduzindo suas formas de vida. E isso é o mais caro dos processos de subjetivação: são processos únicos e singulares aos quais obedecemos, mas que também temos a possibilidade de desobedecer (o que vai ao encontro do operador metodológico anarqueológico que escolhi).

A partir dessa longa (e exaustiva) caminhada, de todas as coletas que foram feitas, assim como todos os dados que consegui obter a partir delas, me questiono: como analisar todos esses saberes e as inquietações teóricas que trago ao longo da tese?

III.VII) Caminhando para o fechamento analítico da tese: última e provisória parada

Para fazer o entrelaçamento das análises teóricas desenvolvidas ao longo dos capítulos com os materiais encontrados nas mídias sociais e as falas dos participantes trazidas acima, forjamos três eixos de análise cunhados em regimes de verdade advindos desse agenciamento, sendo eles: 1) o *regime de verdade normativo-patológico*; 2) o *regime de verdade militante*; e 3) o *regime de verdade de consumo*. Para a construção desses regimes que são base para os processos de subjetivação das vidas surdas, também forjamos linhas de força, ou seja, discursos e práticas discursivas que foram sendo cunhadas de forma rizomática, isto é, a partir de diversas linhas molares, moleculares e de fuga.

Assim, no regime de verdade normativo-patológico organizamos algumas linhas, sendo elas: *Linha de força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade; Linha de Força 2 – A construção do sujeito pela educação inclusiva, com pautas hegemônicas; Linha de Força 3 – A construção da defesa de princípios conservadores e fundamentalistas pela comunidade surda.*

No que compete ao regime de verdade militante, num movimento emancipador, marcamos outras quatro linhas de força, sendo elas: *Linha de Força 1) O assujeitamento pela identidade na Libras; Linha de Força 2) As sujeições surdas por uma educação (maior) bilíngue; Linha de Força 3) A objetificação do sujeito no lugar de fala; Linha de Força 4) A defesa da constituição de um privilégio ouvinte.*

No regime de verdade de consumo, construímos mais quatro linhas molares: *Linha de Força 1) A captura neoliberal da comunidade surda: sujeitos que consomem, competem e produzem; Linha de Força 2) A folclorização e romantização na captura das subjetividades de vidas surdas; Linha de Força 3) Acessibilidade na constituição dos direitos sociais e afirmação das existências surdas; Linha de Força 4) Visibilidade social pela Libras.* A partir do exposto, caminharemos agora para as análises de tais eixos.

CAPÍTULO IV. PRODUÇÃO DE REGIMES DE VERDADES E A EMERGÊNCIA DE VIDAS SURDAS NA ATUALIDADE

Nesse capítulo apresentaremos os regimes de verdade que possibilitam, a criação dos discursos surdos atravessados pelos dispositivos biopolíticos midiáticos que se constituem em processos de subjetivação de vidas surdas na atualidade. Para isso, agenciamos nossas ferramentas conceituais, falas dos participantes e dados coletados nas mídias sociais e, para fins organizacionais deste capítulo analítico, nomeamos as mídias apresentadas anteriormente por: 1) propaganda; 2) influencer digital; 3) novela; 4) ator. Forjamos três eixos norteadores de análise que, a nosso ver, se materializam dentro de diferentes construções de territórios surdos que se convergem e se complementam entre si. Escolhemos nomeá-los⁸⁵ como: 1) *Regime de verdade normativo-patológico*; 2) *Regime de verdade militante*; e 3) *Regime de verdade de consumo*.

O conceito de regimes de verdade (FOUCAULT, 2014), também tomou destaque nesse momento pois, na medida em que se tem a língua de sinais presente nas mídias sociais, os surdos começaram a acessar e consumir conteúdos que anteriormente não tinham alcance, construindo regimes de verdade (também) a partir dos dispositivos midiáticos que invadem e se proliferam nos territórios surdos. Em outras palavras, tendo acesso a essas novas possibilidades de aparição e existência, eles conseqüentemente produzem outras narrativas e regimes discursivos que anteriormente não chegavam até a comunidade surda pela falta de acessibilidade comunicativa nos discursos produzidos pela sociedade majoritária. Nas palavras de Marcello (2004, p. 207),

Trata-se de capturar os efeitos de verdade que são produzidos pelos discursos; de capturar, ao lado desses ditos científicos, as outras formas de pensar e dar existência específica ao sujeito. Trata-se de interrogar, portanto, sobre processos de objetivação discursiva e sobre a forma como eles estão ligados a dinâmicas de poder: de poder ligar o indivíduo à sua individualidade, de poder (de)marcar-lhe um estatuto e uma lei de verdade, de poder torná-lo efetivamente sujeito a partir de modos específicos de subjetivação [...]

Todos esses regimes de verdade estão alinhados a um *locus* identitário pela defesa de uma ‘norma’. Essa concepção da identidade impacta no neoliberalismo e na produção de

⁸⁵ Apesar das pautas conservadoras x progressistas e a polarização advinda dessa relação estar cada vez mais acirrada na política brasileira atual, vale a pena salientar que não temos a pretensão de associar os estudos de Michel Foucault às políticas *partidárias*. As nomenclaturas que escolhemos para agrupar os regimes de verdade foram feitas apenas com intuito pedagógico e para que ficasse claro para o leitor sobre o que iremos tratar ao longo dos eixos analíticos, afinal, a partir do momento que tentamos “justificar uma posição político-partidária a partir de sua obra, uma parte dessa mesma obra morre” (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 239).

discursos fundamentalistas tanto a favor da educação inclusiva ou do corpo padrão, como sobre a escola bilíngue; os lugares de fala; os privilégios ouvintes; a romantização e a folclorização dessa população; a visibilidade da língua de sinais, dentre diversos outros aspectos abordados ao longo das análises. No entanto, para Foucault (2004, p. 265), essas criações identitárias podem ser perigosas, afinal, “a identidade é apenas um jogo, apenas um procedimento para favorecer relações, relações sociais” – neste caso, da comunidade surda. Se nos posicionamos a favor da identidade tomamos certa concepção arbórea de construção de subjetividades com pressupostos e essências que fundamentam, produzindo o crescimento em uma única direção: de cima para baixo. Consequentemente, perdem-se os contornos e as linhas marginais possíveis. Nas palavras do filósofo,

[...] se devemos nos posicionar em relação à questão da identidade, temos que partir do fato de que somos seres únicos. Mas as relações que devemos estabelecer conosco mesmos não são relações de identidade, elas devem ser antes relações de diferenciação, de criação, de inovação. É muito chato ser sempre o mesmo. Nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés da identidade que as pessoas encontram seu prazer, mas não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal (FOUCAULT, 2004, p. 265).

Assim, por mais que a identidade exista e estabeleça pautas em comum dentro dos grupos sociais, principalmente os minoritários, não podemos nos deixar (sempre) assujeitar a elas. Caso contrário, estaremos presos a determinados regimes de verdade que privilegiam discursos sob a base de certos ‘fundamentos’. No entanto, nós nos assujeitamos mesmo assim. Mas, o movimento de criação e inovação no qual descreve Foucault (2004), não pode nos deixar paralisar. Nesse sentido, é (também) pelo viés da identidade e de seus possíveis aprisionamentos que analisamos nesta tese os regimes de verdade apresentados acima e os processos de subjetivação de vidas surdas.

Além das discussões pautadas na identidade, outra ferramenta conceitual importante que nos auxiliou na construção desses regimes de verdade nos territórios surdos foram os agenciamentos de produção de linhas de força, isto é, como “flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras” (DELEUZE, 1999, p. 156), diretamente ligadas com as dimensões de poder atingindo todos os espaços do dispositivo (MARCELLO, 2004). Dessa forma, as múltiplas possibilidades de criação de linhas de força se dão numa construção por naturezas distintas e numa relação mútua de dependência, isto é, “são linhas que fixam os jogos de poder e as configurações de saber que nascem do dispositivo, mas que também o condicionam, ou seja, estabelecem estratégicas relações de força, sustentando tipos de saber ao mesmo tempo em que são sustentadas por ele” (MARCELLO, 2004, p. 204). Sendo assim,

temos: linhas molares, ou seja, aquelas duras, inflexíveis, feitas de segmentos bem determinados, baseado em fundamentos específicos a partir de uma construção arbórea do ser; as linhas moleculares, que são aquelas de segmentações mais maleáveis, dispostas a transformações; e as linhas de fuga, que permitem uma ruptura, num movimento de desterritorialização e reterritorialização em novos territórios (DELEUZE; GUATTARI, 1996). Essa constituição, para os autores, não se restringe “a uma única forma de apresentação, de ter duas dimensões distintas e complementares [...] uma dimensão imagética, na qual relaciona com o modelo Árvore e uma dimensão conceitual, na qual se contrapõe ao conceito tradicional de sistema” (SOUZA, 2012, p. 236). Nas palavras de Deleuze e Guattari (1995, p. 10),

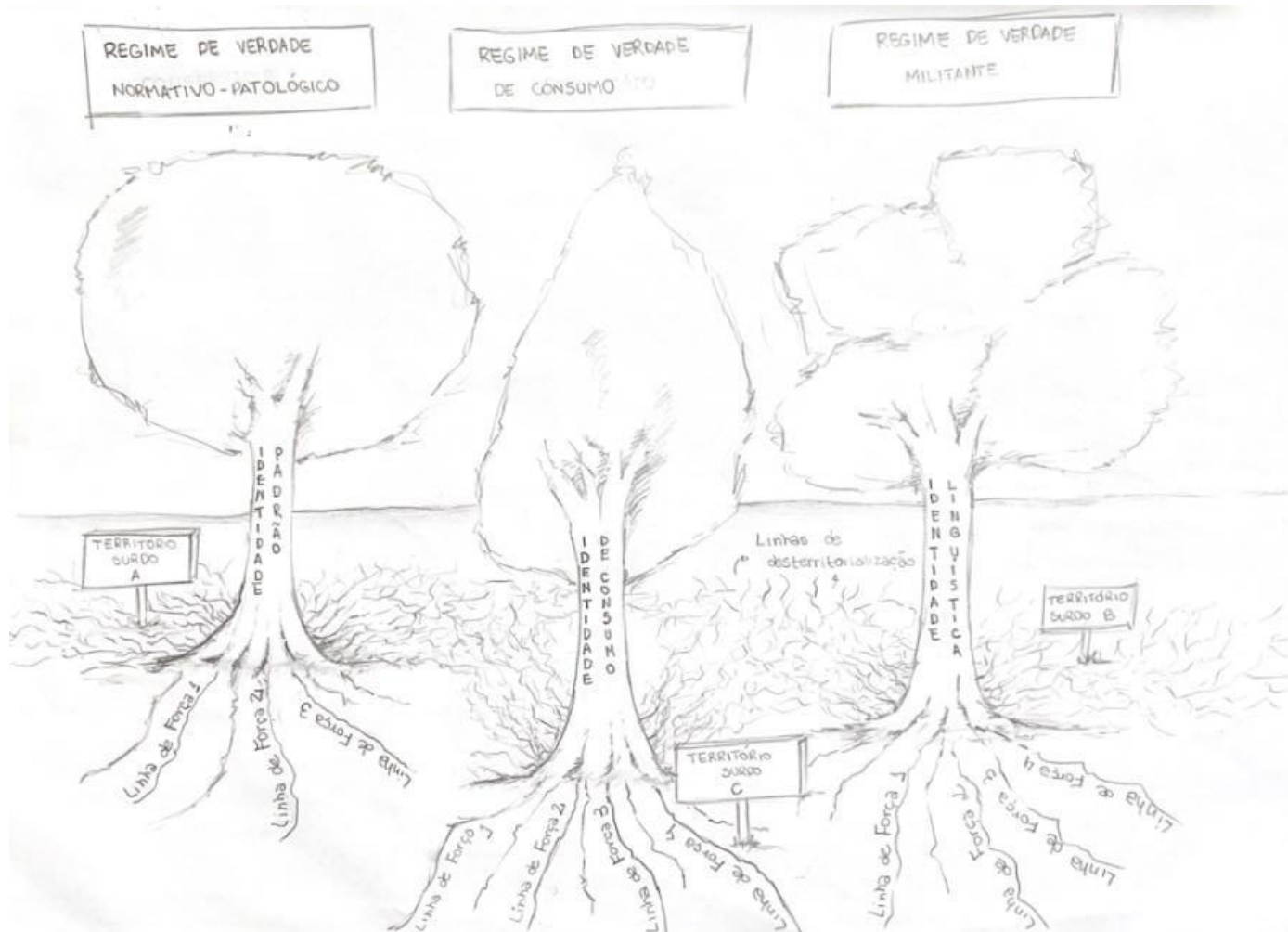
[...] como em qualquer coisa, há linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação [...] acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura.

Assim, no agenciamento entre o regime de verdade normativo-patológico, militante e de consumo, as linhas de fuga foram necessárias, no movimento entre uma desterritorialização e uma reterritorialização em novas construções de territórios surdos, com novas pautas e apropriação de novos discursos. No entanto, mesmo com esse deslocamento, as linhas também se endurecem e se tornam linhas molares. Esses regimes de verdade vão sendo, portanto, construídos a partir de um solo fértil de enrijecimento das linhas de força, e nesse aprisionamento (também) pelas identidades e novas linhas duras, novas normas e novas verdades. Nas palavras de Marcello (2004, p. 204),

como objetos das linhas de força, as diferentes modalidades maternas tornadas visíveis e enunciáveis pela mídia, instauram-se a partir de novas edificações de regimes de verdade [...] modalidades recompõem e são recompostas por modulações nas esferas do poder e do saber, no sentido de solidificar estratégias de intervenção e objetivação, nos e sobre corpos e práticas [...]

Para ilustrar esse cenário e as linhas de força que os compõem, desenvolvemos a ilustração abaixo:

Figura 12 - Regimes de verdade, linhas de força numa construção arbórea e as linhas de desterritorialização rizomáticas



Fonte: desenvolvido pela autora (2022)

O primeiro eixo, ou seja, o *regime de verdade normativo patológico*, foi nomeado *dessa maneira, pois, a partir das* falas dos participantes, pelos dispositivos biopolíticos midiáticos e por alguns acontecimentos atuais nesse território que foram pontos de emergência para as subjetividades de vidas surdas com busca de inserção da comunidade surda em determinadas normas sociais, como por exemplo a norma ouvinte que conserva uma única forma de ser surdo, pela lógica auditiva e os coloca dentro de uma identidade patológica, com o olhar conservador, clínico e de reparo sobre os corpos surdos. Nesse eixo, fizemos a subdivisão de três linhas de força conforme ilustrado na imagem apresentada acima: *Linha de Força 1) A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade’; Linha de Força 2) A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas; Linha de Força 3) O assujeitamento à princípios conservadores e fundamentalistas que chegam à comunidade surda.* Questões como a preservação de um modo de vida baseado em um campo de saber clínico da surdez; as formas de educação e ensino hegemônicos; o negacionismo da vacina; a disseminação de *fake News*; o apoio ao atual governo; e a língua de sinais nas mãos do presidente e da primeira-dama, por exemplo, fazem parte de um regime de verdade que estamos chamando de normativo-patológico. O que ocorre atualmente é a dispersão de discursos fundamentalistas que agora chegam até a comunidade surda também pelas mídias sociais por meio da Libras, e que funcionam, inclusive, para a produção da biopolítica.

Numa desterritorialização (parcial) do regime de verdade normativo-patológico, apresentamos outro regime de verdade, o militante, que assim foi nomeado por se forjar a partir de enunciados emancipadores da comunidade surda ou em outras palavras, movimentos mais progressistas. Tensionamos novos discursos forjados, não mais na linha normativa-patológico e sim em um movimento de contra-conduta a ela, onde os surdos ‘militam’ por direitos sociais principalmente com base na língua de sinais. Também a partir das mídias selecionadas, dos excertos com recortes de falas dos participantes surdos, outras linhas de força o compõem, sendo elas: *Linha de Força 1) O assujeitamento pela identidade na Libras; Linha de Força 2) As sujeições surdas por uma educação (maior) bilíngue; Linha de Força 3) A objetificação do sujeito no lugar de fala; Linha de Força 4) A defesa da constituição de um privilégio ouvinte.* Todas essas linhas que compõe os regimes de verdade são igualmente baseadas na concepção de identidades⁸⁶ surdas entendidas a partir do uso da Libras, que

⁸⁶ A partir dos estudos baseados em Michel Foucault, e ainda indo ao encontro de Bastos (2013), enraizado pela ideia de multiplicidade dos sujeitos se constituindo pelas experiências, a afirmação do discurso da surdez como uma identidade única acaba sendo contrária às discussões aqui apresentadas. Assim, a identidade destacada aqui

reforça o direito de aparição de uma minoria linguística, porém alinhada à diversidade (e não a diferença). O que temos visto nos movimentos surdos presentes nas mídias sociais atualmente é a importância de a comunidade surda adentrar em cenários sociais que anteriormente não estavam presentes.

Por fim, numa triangulação, ou melhor, num agenciamento entre o regime de verdade normativo patológico e militante, problematizamos o *regime de verdade de consumo* e a questão do reconhecimento da Libras, ou seja, sobre ela estar mais visível nas mídias sociais, mais comercializada nos filmes, em vídeos de publicidade, na presença de artistas, dentre outros contextos que potencializam o direito linguístico dos surdos e cria uma inserção da vida surda na lógica comercial e de consumo. Também o dividimos em quatro linhas de força, sendo elas: *Linha de Força 1) A captura neoliberal da comunidade surda: sujeitos que consomem, competem e produzem; Linha de Força 2) A folclorização e romantização das subjetividades e das formas de vidas surdas; Linha de Força 3) Acessibilidade na constituição dos direitos sociais e afirmação das existências surdas; Linha de Força 4) Visibilidade social pela Libras*. Na medida em que a língua começa a aparecer nesses novos espaços, nesse regime de verdade o direito dessas pessoas começa a ser afirmado em outras possibilidades, mesmo que “o preço a se pagar” seja de uma publicização, por vezes romantizada ou ainda folclorizada da pessoa surda e da língua de sinais. Afinal, antes do reconhecimento da língua ser garantido pela Lei 10.436 de 2002 (BRASIL, 2002) essas possibilidades de uso não existiam. Assim, o fato de a Libras estar presente nesses novos contextos sendo pulverizada, acaba, conseqüentemente, potencializando o direito linguístico desses sujeitos e a presença deles na sociedade. Além disso, salienta-se que, nesse recorte analítico, os surdos são incluídos num jogo neoliberal e capitalista, onde também reivindicam seus direitos sobre seu acesso na vida pública e no mercado de trabalho.

Com base nesses três regimes de verdade destacados, fomos construindo díspares composições territoriais que se colocaram como solo fértil para a produção de vidas surdas na atualidade a partir dos dispositivos midiáticos. No entanto, é importante mencionar a possibilidade de linhas de fuga e de diferenças possíveis dentro desses novos territórios. Somos sim assujeitados pelos regimes de verdade que consumimos e nos forjam, afinal, o assujeitamento faz parte do processo pelo qual tornamo-nos sujeitos. No entanto, vale ressaltar que temos momentos de respiro onde conseguimos fazer parte de um grupo sujeito, e

é plural pois, não se pode pensar em um essencialismo da cultura surda como única, ou a identidade como único modo de ser surdo com a intenção de pluralidade de experiências.

construir rupturas a determinadas narrativas sociais. Assim, pela fuga dos regimes de verdade que nos assujeitam, apostamos na presença da diferença como mobilizadora destes escapes.

IV.I) Regime de verdade normativo-patológico: linhas duras de consolidação de territórios surdos

Para darmos início ao regime de verdade normativo-patológico, é necessário compreendermos anteriormente o que é o conservadorismo, principalmente em nosso país e como esse regime de verdade, que tem como base a norma social se constitui. No âmbito do movimento surdo esse regime coloca em pauta a norma do ouvir e se embasa nos discursos conservadores que são base de nossa sociedade.

O conservadorismo consiste em “um discurso que admite a limitação da liberdade em função do que é tradicional” (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 239) e tem sua base em pressupostos fundamentalistas bem demarcados. O fundamentalismo está relacionado às ideias conservadoras e inflexíveis, numa espécie de rejeição a modernidade – sobretudo relacionado à religião. Podemos dizer, com base nos estudos de Michel Foucault, que ele também cria determinados regimes de verdade, ou seja, instâncias e protocolos que determinam quais discursos e práticas são verdadeiros e quais não são. Para isso, são necessários grupos e instituições que reafirmem as verdades fundamentalistas. No entanto, apesar de ter suas raízes na ideologia religiosa, o fundamentalismo hoje (e há muito tempo) também compõe o cenário político do Brasil. Segundo Gallo (2020, s/p) em entrevista concedida para a revista GZH Comportamento, “o papel da democracia é o de fomentar as diferenças, não o de transformar todos em iguais. Com o fundamentalismo religioso, vemos justamente o contrário: a perspectiva é de impor a todos a mesma visão. Se você não se converte, vira inimigo”.

Dessa forma, o conservadorismo baseado no fundamentalismo é entendido aqui como a preservação e imposição de uma identidade majoritária padrão e de uma determinada forma única de condição para a vida. Toda vez que um ou outro conjunto de discursos se enrijece e se torna uma verdade absoluta dentro de um regime de verdade, ele se volta para uma perspectiva conservadora, ainda que traga temáticas alinhadas a ideias mais progressistas, ou seja, traz avanços que posteriormente se colocam como novos fundamentos. Afinal, “à luz de Foucault, não há muita diferença entre o discurso conservador e o progressista” (KOWAGA; SILVA, 2022, p. 247), pois ambos estão pautados em identidades sociais.

Desde a eleição de 2019 até o momento, o conservadorismo está cada vez mais presente no Brasil, seja na sociedade majoritária ou nos grupos minoritários. Essa construção é estabelecida no atual plano de governo e no pensamento que tem se difundido como ‘bolsonarismo’, nos quais as pautas fundamentalistas são bandeiras identitárias de luta: Pátria, Religião e Família. De acordo com Cabello e Martins (2021, p. 3) essa manobra proferida pela personificação de Bolsonaro se forja em “uma conduta envolta de ódio contra as diferenças e reações do livre pensar [...] ventilada com um tom nostálgico de retorno a uma cultura ‘tradicional’ e conservadora” (CABELLO; MARTINS, 2021, p. 3 – aspas das autoras). Nesse sentido, o bolsonarismo se organiza como

um fenômeno político que transcende a própria figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos ‘valores tradicionais’ e assume uma retórica nacionalista e ‘patriótica’, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. Tal visão ganhou bastante força nesta última década em várias partes do mundo, se alimentando da crise da representação e da descrença generalizada na política e nos partidos tradicionais. No Brasil, ela iria encontrar a sua personificação no ex-capitão e em seu estilo de fazer política [...] (FREIXO; PINHEIRO MACHADO, 2019, p. 19 – aspas dos autores).

Os discursos de caráter misógino, machista, homofóbico, racista, capacitista, o desprezo por algumas vidas, o negacionismo científico e toda a construção ‘bolsonarista’, se colocam como linhas discursivas duras. Nas palavras de Ramos (2020, p. 5) “orientado por uma ideologia conservadora, o bolsonarismo antagoniza bandeiras [...] relacionadas aos direitos humanos, em ampla medida consideradas como antagônicas aos ditos valores tradicionais. A tradição confunde-se com a religião, que readquire proeminência no cenário político brasileiro”. Algumas enunciações⁸⁷ proferidas pelo atual presidente como: ‘vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre’ e ‘esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria’ em 2018 quando se referia aos eleitores do PT, ou ainda em relação a pandemia nos anos de 2020, 2021 e 2022 onde Bolsonaro declarou: ‘muitas vítimas tinham alguma comorbidade, então a Covid apenas encurtou a vida delas por alguns dias ou algumas semanas’, ‘eu não sou coveiro’, ‘é só uma gripezinha’ e ‘se tomar a vacina e virar jacaré eu não tenho nada a ver com isso’, vão muito além dessa personificação, das ações e dos discursos isolados do atual presidente. Essas falas acabam sendo base fundante para um regime de verdade normativo que circula, assujeita e gera práticas discursivas manifestadas em mortes físicas, políticas e existenciais. O racismo de estado, ou seja, a justificativa dada pelo estado para aquelas vidas que não merecem viver, age na direção da purificação da raça: mortes de sujeitos com

⁸⁷ Algumas frases proferidas pelo atual presidente do Brasil, tanto ao longo de seu mandato como anteriormente a ele podem ser acessadas no site <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>

comorbidades; mortes na educação básica quando essa é desvalorizada e desqualificada; mortes de mulheres, da comunidade LGBTQIAP+, de negros, enfim, de minorias. Nas palavras de Soares (2021, p. 24) essa eliminação da vida

[...] aparece no bolsonarismo, como tantas outras características do fascismo. A total falta de empatia com os mortos deixou mais clara, no presidente [...] uma violenta atração pela destruição não só da vida, mas também do outro. Do diferente. É alguém que compreende liberdade como a permissão da violência, como a imposição de um [modo] único de ser [...] os afetos do bolsonarismo são fascistas”.

Dentro dessa perspectiva que tem sido mencionada como ‘bolsonarismo’, trago algumas análises para auxiliar a compreensão do que estou chamando de linhas duras e a produção desse conservadorismo da sociedade majoritária e que espraiam nas ações voltadas aos grupos minoritários, principalmente os que tocam a comunidade surda. Quando voltamos a esse território, vemos esses discursos trazidos acima também se consolidando a partir das traduções e interpretações realizadas em Libras disponibilizadas pelo atual governo. Apesar dos participantes surdos dessa pesquisa trazerem a pauta da militância mais presente do que o discurso normativo-patológico, analisamos esse regime de verdade a partir de recortes das mídias selecionadas anteriormente, de alguns discursos trazidos pelos participantes e de acontecimentos vigentes na comunidade surda.

Apresentamos três linhas molares que compõem esse eixo (mas também podem existir outras): *Linha de força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade’*; *Linha de Força 2 – A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas*; *Linha de Força 3 – O assujeitamento à princípios conservadores e fundamentalistas que chegam à comunidade surda*.

IV.I.I) *Linha de Força 1 – A produção do sujeito pela lógica do fundamento da ‘anormalidade’*

Quando pensamos nessa linha de força, isto é, nessa linha molar inflexível que compõe o regime de verdade normativo-patológico, nos redirecionamos à norma e, quando problematizamos a área da surdez x sociedade majoritária, o que se tem como o ‘normal’ é o que compõe a maioria: ouvintes e falantes da língua portuguesa na modalidade oral. Nas palavras de Carvalho e Martins (2016, p. 11) “a partir da formação de um saber clínico e científico sobre a surdez [...] se aplicaram técnicas de disciplinamento por meio de uma normativa, isto é, técnicas visando a produção de um comportamento surdo”, de um assujeitamento de corpos a uma norma construída no seio social.

Os surdos passaram e ainda passam por processos de disciplinarização de seus corpos, para que sejam o máximo possível parecidos com a norma ouvinte. A partir das narrativas históricas que já desenvolvemos nos capítulos teóricos anteriores, vê-se que, com o avanço da medicina e as tecnologias do poder disciplinar e do biopoder, se instalou o campo de saber clínico corretivo. O método oral ganhou espaço e, a partir desse olhar, teve-se a ideia de que a surdez deveria ser reparada, o que fez emergir a percepção de deficiência auditiva no reconhecimento desses sujeitos como dotados de ausência de audição: foco na falta. Witches e Lopes (2016, p. 38) afirmam sobre esse processo de normalização que

[...] a norma define quem é ouvinte e quem é surdo, quem é saudável e quem é doente, quem é eficiente e quem é deficiente. Ao contrário disso, a normalização parte dessas definições para estabelecer qual é a norma e tentar aproximar as atribuições de normalidade consideradas desfavoráveis às atribuições favoráveis. Essa é a lógica que sustenta a tentativa de transformar, até meados do século XX, surdos-mudos em pessoas que, apesar de não ouvirem, fossem capazes de falar e ler lábios. O surdo capaz de falar passa a ser uma evidência do sucesso da normalização.

Nessa noção da surdez vista de uma perspectiva patológica filiada à discursos médicos se estabelece o lugar em que o surdo é projetado: a partir dos decibéis de quanto se ouve ou não ouve, produzindo a verdade de que a surdez é uma deficiência e criando-se uma questão negativa para o sujeito. Dessa forma, para além dos discursos, emergem práticas ou comportamentos atrelados às relações de poder, com a necessidade de que o surdo deva, por exemplo, fazer o uso do implante coclear ou de aparelhos auditivos. Pode-se citar também como forma de uma prática possível, as crianças que vão para a escola e são impostas a exercícios de aprendizado da fala, a orientação para clínicas de reparo, consultas fonoaudiólogas, dentre outros. Como resultado desse processo, pode-se enxergar a relação e a funcionalidade entre os pilares de saber e poder quando os surdos aceitam esse lugar do déficit, da falta, produzindo subjetividades em constante busca pela normalização a partir da manutenção do sujeito pela deficiência. Afinal, segundo Foucault (2014, p. 77) “o ponto de subjetivação está essencialmente na aceitação desse conteúdo e na aceitação de manifestar que se aceita esse conteúdo”.

Assim, o conservadorismo que pretendo apontar nessa primeira linha de força diz respeito à ideia de conservar-se o ‘corpo natural’, o ‘corpo normal’, e ‘o corpo sadio’ na busca de uma identidade majoritária. Há uma essência e procura-se ajustar a pessoa surda ao tradicional, ao desejado e, apesar da pauta da normalização dos corpos surdos já ser exaustivamente debatida em diversas pesquisas (LUNARDI-LAZZARIN, 2005; KLEIN, 2006; REZENDE, 2010; WITCHES, LOPES, 2015; CONCEIÇÃO, 2019), vemos na

contemporaneidade, esse saber adentrando na comunidade surda, sendo reforçado também pelas mídias sociais, colocando-se como uma das possíveis linhas constitutivas desse regime de verdade normativo-patológico. Para ilustrar essa analítica, podemos trazer os discursos dos participantes em relação à terceira mídia (novela) que foi apresentada.

Excerto 1 - Normalização dos corpos surdos

Disparador das falas – A atriz ouvinte que intérprete Milena, uma menina surda, faz o uso do bimodalismo durante sua conversa com o pai, conseguindo fazer a leitura labial, oralizar e manter uma conversa dinâmica entre ambos. Sobre essa questão os participantes salientaram alguns pontos:

P1 – *a filha fica oralizando, aí o pai fica oralizando também, e a menina entende tudo, concorda [...] Perguntas e respostas rápidas, conversa dinâmica, isso acontece na realidade? Por exemplo, eu sou oralizado, falo bem [...] A novela parece que dá um mal exemplo, por que imagina, a sociedade não conhece sobre a pessoa surda, aí assiste a novela e pensa “ah, então isso significa que o surdo consegue fazer leitura labial!”* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020)

P2 - *Porque esse fingimento, dá até a impressão de que todos os surdos são oralizados [...] O mundo pode ver aquilo e pensar que todos os surdos são capazes de oralizar, isso pode até influenciar famílias que tem filhos surdos* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020).

Essa questão da oralização difundida pela novela e levantada pelos próprios participantes conserva a norma da fala oral na sociedade. O recorte da novela sobre o diálogo entre a filha surda e o pai ouvinte retrata o que é apresentado por Guarinello (2013) quando afirma que 95% das crianças surdas nascem em famílias ouvintes. Isso quer dizer também que o entrave linguístico pode ocorrer, afetando a relação entre os infantes e seus responsáveis – ponto não salientado no enredo. Segundo Kelman *et al.* (2011), para o desenvolvimento de um canal afetivo e cognitivo, é necessário que pais e filhos estabeleçam uma comunicação. Assim, segundo as autoras, quando a criança nasce surda, essa interação diminui de forma exorbitante e as crianças acabam tendo uma propensão em serem oralizadas. Todavia, o que aparece na novela é um claro entendimento da menina surda com seu pai, que sinaliza um pouco; porém, ele faz o uso da fala oral na maior parte do tempo, com uma boa comunicação entre ambos, estando fora das vivências surdas com suas famílias, conforme relatou o P1 no excerto acima. Sobre essa questão, o P2 reforça: *“que ela entende a família oralizando facilmente [...]”* (Coleta de dados – entrevista realizada no dia 15/06/2020).

Logo, à luz da teoria de Foucault (2014), percebe-se a presença dos jogos de poder nas micro-relações linguísticas, baseadas em um dispositivo de linguagem que controla as relações existentes. Essas relações apresentam verdades condizentes com os discursos que se baseiam em maneiras de se entender o sujeito dentro de instituições governamentalizadoras como, por exemplo, a família. Não negamos a existência de filhos surdos que possam ter uma boa comunicação com seus pais, mas, quando se trata de um viés que afirma os sujeitos pela concepção da deficiência e com a comunicação baseada na oralidade, ou no bimodalismo⁸⁸ - onde não se tem como veículo linguístico principal a Libras, essa comunicação pode ser prejudicada. Assim, para o estabelecimento da interação, muitos surdos se submetem às práticas orais para que possam se sentir partícipes das relações familiares. Nisso, vemos a ação da ortodoxia da fala e a prática conservadora do corpo normal.

Nesse sentido, quando esse tipo de relação é mostrado na novela e, ainda, representado por uma pessoa ‘surda’ oralizada, afirma-se a busca pelo corpo idealizado na conservação da identidade ouvinte, a qual disciplinariza e normaliza os corpos surdos, e que é instituída por um regime de verdade, ou seja, por um conjunto de acepções que delineiam a busca pelo padrão. Ou ainda, numa concepção de uma forma de saber que circula e reitera um modo conservador de viver no campo da surdez, estando mais próximo das construções que a sociedade impõe como norma. Nas palavras de Cabello e Martins (2021, p. 13), vemos ilustrado “um modo de condução de si, que a aplica em técnicas de disciplinamento em prol do exercício e da construção sobre si mesmo, na inclusão dessas práticas normativas em seus corpos”.

A novela tenta, a partir de uma construção identitária, apresentar um recorte desse público que é surdo, falante da língua de sinais, oralizado e que foi se subjetivando (também) em um regime de verdade normativo-patológico. Porém, como já dito nos capítulos anteriores, não podemos simplesmente reduzir a pluralidade dessa população a apenas aspectos identitários únicos, afinal, as subjetivações surdas são múltiplas e singulares. No entanto, grande parte da população majoritária ouvinte não tem acesso a essa informação, podendo ter a ideia de que todos os surdos são oralizados ou que ela vem de modo natural sem sofrimento psíquico. Sobre essa questão, o P2 salienta que “*é bom para sociedade ver,*

⁸⁸ O bimodalismo se caracteriza como um português sinalizado, ou seja, “tenta se expressar colocando um sinal para cada palavra, na mesma ordem da língua portuguesa; ou misturar a língua oral (fala) e a língua de sinais, tentando usar as duas ao mesmo tempo” (PEREIRA, 2018, p. 2). No entanto, por se tratar de estruturas linguísticas distintas, ele não consegue respeitar as questões gramaticais nem de uma nem de outra língua.

mas depois é ruim porque pode cobrar o surdo uma oralização” (Coleta de dados – entrevista realizada no dia 15/06/2020).

A mídia, ao tentar representar as vidas surdas, auxilia no processo de conservar uma forma padronizada e única do que a norma impõe na sociedade: falar e ouvir. No entanto, segundo as próprias palavras dos participantes, isso não é uma realidade, pois muitos não conseguem ou não passam por esse processo de oralização. Vemos esses sujeitos tentando se encaixar nessas verdades e normas, como afirma o P2 quando este relata um pouco sobre o seu histórico no ambiente escolar *“eu era o único surdo oralizado da minha escola”* (Coleta de dados – entrevista realizada no dia 15/06/2020). Podemos recorrer à Cabello e Martins (2021, p. 9) quando salientam que essa população foi imposta à “normas (ouvintes), centrado na busca por um corpo do qual jamais terão acesso, nem com ortopedias reabilitadoras, da qual muitos foram submetidos e a qual por longo tempo imperou nas práticas educativas”.

Todas essas enunciações que se voltam à patologia da surdez, da ausência, do reparo, e da oralização, criam verdades sobre as formas de subjetivação das vidas surdas. Essas verdades circulam também nas mídias que reforçam esse olhar clínico e a manutenção dos corpos surdos pelo viés da deficiência, sendo um dos efeitos dos regimes de verdade. Nas palavras de Foucault (2014, p. 77) um regime é definido “pela obrigação em que se acham os indivíduos de estabelecer, por si mesmos, uma relação de conhecimento permanente [...] a obrigação em que estão de manifestar essas verdades [...] por atos que tem efeitos”. Essa forma em que a sociedade vai conduzindo os corpos surdos e a maneira que vão se subjetivando baseados (também) nessas verdades, vai para além das mídias sociais: se efetivam e se solidificam nas instituições de sequestro como, por exemplo, a familiar trazida acima e, principalmente, a escolar – que vamos problematizar a partir de agora.

IV.I.II) Linha de força 2 – A construção do sujeito pela educação inclusiva com pautas hegemônicas

A BNCC (2018) assegura que é imprescindível garantir que o cuidar e o educar caminhem juntos para a construção ideal do sujeito infante. Com isso, os ambientes escolares devem disponibilizar experiências possíveis para essa constituição a partir do conhecimento das crianças, de suas bagagens pessoais e familiares, e terem como objetivo a potência da infância, transformando-as em práticas pedagógicas que façam sentido para as pluralidades presentes na escola.

No entanto, as políticas públicas conduzem condutas pela ação da governamentalidade, ao preservar um modo único de ser – neste caso, o modo que a educação deve ser regida. Segundo Abramowitchz, Levcovitz e Rodrigues (2009) as crianças devem ter, a todo momento, a permissão de seus professores para se deslocarem, seja para ir ao banheiro, para ir ao encontro de um colega, ou para acabar uma atividade e ir brincar. Essa relação entre o professor e a criança forja determinadas normas e práticas discursivas impostas “que se constituem em modos e modelos de agir padronizados. Comer de boca fechada, calar-se nas refeições, [...] são ensinamentos inseridos num determinado modelo hegemônico de produção de hábitos e de condutas” (ABRAMOWITCHZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009, p. 2). Esses processos de subjetivação vão se dando a partir de relações de saber-poder que vão sendo construídas entre as famílias e a escola, as quais “amparam na mesma medida que corrigem e moldam os desviantes potenciais. O aparelho disciplinar dociliza e produz o corpo” (ABRAMOWITCHZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009, p. 5) não a partir de uma força bruta, e sim, sobre a positividade do poder, na medida em que ele sempre produz algo – neste caso, corpos educados e dóceis a partir do estabelecimento de uma forma conservadora de educar.

Com o advento da inclusão em 1990, a educação precisou se reorganizar para um novo grupo que chegava nas escolas regulares: as crianças PAEE que começaram a fazer parte desse viés inclusivista ativado pelos princípios norteadores da ‘educação para todos’, instalado em 1994 com os impulsionamentos da Declaração de Salamanca. Porém, apesar de seu atendimento ser regido hoje pela PNEEPEI (2008), nem sempre as especificidades desses sujeitos vêm sendo atendidas e respeitadas. Esse movimento de uma proposta de inclusão engloba dois vieses: uma inclusão radical ou uma educação inclusiva. Nas palavras de Mendes (2006, p. 394) as propostas advogam

[...] a colocação de todos os estudantes, independentemente do grau e tipo de incapacidade, na classe comum da escola próxima à sua residência, e a eliminação total do atual modelo de prestação baseado num contínuo de serviços de apoio de ensino especial. Do outro lado [...] a educação inclusiva, que considera que a melhor colocação seria sempre na classe comum, embora admitindo a possibilidade de serviços de suportes, ou mesmo ambientes diferenciados (tais como classes de recursos, classes especiais parciais ou autocontidas, escolas especiais ou residenciais).

No entanto, uma das grandes questões da inclusão total ou da educação inclusiva, quando voltamos nosso olhar para o alunado surdo, é que as práticas do professor estão voltadas para a maioria ouvinte, (mesmo que essa parcela faça parte do PAEE) e não orientada para a minoria surda (CONCEIÇÃO, 2019). Nesse contexto, podemos trazer a

propaganda publicitária (mídia 1) que conserva esse modo de educação. Apesar de incentivar crianças com e sem deficiência a estarem dentro da sala de aula regular, ela ainda conserva os corpos surdos pela demarcação de sua deficiência, sem a possibilidade de trocas linguísticas e metodologias voltadas para esse público: vê-se, portanto, a ortodoxia do ensino e apagamento das diferenças no âmbito escolar.

Excerto 2 - Conservação de um modo único de práticas educativas

Disparador das falas – Após assistirem a propaganda publicitária na qual retrata um aluno surdo sozinho numa sala de ouvintes, sem o apoio de um intérprete educacional ou ainda um professor bilíngue, os participantes ressaltaram algumas questões:

P1- [...] *o aluno surdo sai da sala, uma sala que deveria ser inclusiva, isso já mostra o dia a dia que o surdo vive* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2 - *o professor ignora aquele aluno surdo, o aluno surdo não teve acesso a esse conteúdo [...] isso já aconteceu comigo na minha escola [...] eu não entendia nada, ficava quieto, eu tentava copiar só o que meus amigos estavam fazendo. Eu me sentia muito mal [...]* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P3 – [...] *por que o menino surdo estava sozinho? Isso não é bom, só tinham ouvintes [...] os alunos ouvintes continuaram lá para aprender a música e isso não ajudou o surdo. Ele teve que aprender tudo sozinho [...]* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020).

Apesar de a propaganda tentar refletir sobre a inclusão escolar no país, ela ainda afirma o alunado surdo sozinho, sem seus pares em sala de aula, reforçando um modelo hegemônico da educação baseado na língua oral e nas metodologias pensadas e voltadas para ouvintes. A propaganda acaba produzindo, nas palavras de Carvalho e Martins (2016, p. 409) “o discurso da inclusão, no entanto, o surdo se torna um incluso-excludente”, isto é, está presente no espaço escolar, como apresenta o comercial, “mas sua língua é destituída de poder, de lugar, de funcionamento” (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 409). O P1 salienta, por exemplo, que a atividade desenvolvida e ilustrada na propaganda, poderia ter sido realizada de uma forma outra: “*as vezes o professor não quer preparar a aula, não pensa no aluno surdo, em oportunidades diferentes, por exemplo, música? Não combina... Não dá para fazer um teatro? Porque o teatro e o surdo combinam, usa o corpo, expressão*” (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020). Segundo Abramowitchz, Levcovitz e Rodrigues (2009, p. 3):

São inúmeras as produções educacionais que descrevem o cotidiano escolar no qual as crianças negras, gordas, pobres e deficientes sofrem processos de exclusão. A escola inclui a todos, no entanto [...] vários trabalhos têm detalhado o funcionamento da maquinaria escolar na produção de um povo, indicando processos de subjetivação da escola que pressupõem [...] a valorização de determinado jeito de ser, brincar, falar e pensar.

Dessa forma, a proposta de ensino das instituições escolares, assim como seus currículos e sua pedagogia, se baseia no governo das vidas por métodos e práticas comuns e igualitários que muitas vezes ‘idealiza’ o outro e o torna objeto de assistência, não favorecendo a equidade de práticas educativas. Isso se coloca na educação de surdos quando se impõe uma gramaticalidade e uma língua falada pela sociedade majoritária “na valorização de uma determinada estética e padrões homogêneos” (ABRAMOWITCHZ; LEVCOVITZ; RODRIGUES, 2009, p. 4). Esse movimento acaba determinando em quais matrizes de experiências os sujeitos devem se subjetivar ou, ainda, em qual língua e em qual tipo de educação. Para exemplificar essa questão, trazemos um recorte da propaganda.

Figura 13 - Aluno surdo saindo da sala de aula



Fonte: Retirado na mídia social *Youtube* em 20 de agosto de 2019. Disponível para acesso no link: <https://www.youtube.com/watch?v=f6RAFuGMRKU>

Podemos ver na imagem acima o aluno surdo saindo da sala de aula após o aviso da professora. Nessa propaganda publicitária, forjam-se maneiras de mostrar que o estudante surdo está sendo incluído, mas pelas próprias normatizações jurídicas vê-se a dificuldade de abertura de um lugar heterotópico que possibilite espaço para a insurgência das diferenças. Falta proposta que os contemple, visando seus processos de subjetivação ativos que acabam sendo assujeitados pela forma de ensino reforçada pela mídia em um modelo de educação conservador. De acordo com Cabello e Martins (2021, p. 12) essa produção traz “como pano

de fundo a reparação do corpo surdo nas práticas normalizadoras da sonoridade. Por essa lógica perpassam a necessária adesão e apropriação da língua nacional [...] na escola, por meio de um sistema [...] normatizado pela língua portuguesa”. Na própria BNCC (2018, p. 40), tem-se, em um dos campos de experiências propostos pelo documento, a seguinte orientação:

Escuta, fala, pensamento e imaginação – [...] é importante promover experiências nas quais as crianças possam **falar e ouvir**, potencializando sua participação na **cultura oral**, pois é na **escuta** de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas [...] e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social (grifos da autora).

Ao fazer uma análise da BNCC no que concerne às orientações para a formação docente e a inclusão de alunos surdos, Ramos e Martins (2018, p. 10) afirmam que “a BNCC, é pensada em uma lógica que prioriza, [...] a Língua Portuguesa (oral e escrita) e os métodos fonológicos de ensino. Além de que a escola é ainda marcada por sérias limitações e grandes dissonâncias em relação à educação bilíngue de surdos”. A partir desta citação, nota-se o quanto ainda é ambíguo a inclusão das crianças surdas e o quanto a sociedade e, neste caso, a educação, são pensadas a partir de um regime de verdade normativo-patológico em que se estabelece e padroniza ‘o ouvir e o falar’ como práticas de acesso a todos, em uma cultura aparentemente monolíngue reforçada pela mídia em questão (CONCEIÇÃO, 2019).

Dessa forma, por mais que a inclusão escolar na perspectiva da educação inclusiva tenha sido idealizada a partir de uma ‘escola para todos’, ela ainda foi pautada e têm normativas e políticas públicas regidas por ouvintes que determinaram o que é melhor para aquela população. Podemos ir ao encontro de Gallo (2009, p. 31) quando este afirma que aqueles que trabalham na área de educação são “dominados pelo desejo de proteger os estudantes [...], mas qual seu preço? A morte do desejo do outro, a morte da liberdade do aluno [...] e tudo isso em nome de um fundamentalismo [...] um fundamentalismo pedagógico”. Para ilustrar essa reflexão proposta pelo autor, voltemos ao exemplo que trouxemos no capítulo II em que foi realizado um recorte da 6ª Assembleia Pública no Senado Federal para implementação do PNE em 2012, com a fala da professora Profa. Rosângela Machado, ouvinte e coordenadora, na época, da Rede Municipal de ensino de Florianópolis:

[...] o ensino de Libras é fundamental para quem opta por esse meio de comunicação, os surdos que estão aqui não representam os surdos de todo o Brasil [...] eu tenho pais, eu tenho alunos que optam pela oralização! E na educação inclusiva a oralização também é um meio de comunicação [...] nós vamos chegar num Brasil, onde a escola vai ser de todos, a escolarização vai ser feita nos espaços

comuns [...] (Sessão Solene sobre as audiências públicas no Senado Federal para instruir o Projeto de Lei nº103/2012, realizadas na Câmara no ano de 2012).

A fala da professora ilustra o modelo de educação inclusiva que ainda é feito e pensado por pessoas ouvintes, reforçando a existência de surdos sozinhos em salas de aula e incentivando essa linha hegemônica de educação que marca o normal e o anormal; o com deficiência e o sem deficiência; a obrigatoriedade do laudo; a normalização do corpo, da língua, e da fala num discurso sobre o outro, sobre o infante, e sobre o aluno surdo. Vou ao encontro de Gallo (2009, p. 27) quando este questiona: “em que medida nossos discursos democratas escondem relações fascistas no cotidiano escolar, [...] sobretudo, com os estudantes? Em que medida estamos sendo fascistas em nossas relações pedagógicas? Em que medida não desejamos a repressão, não reprimimos o desejo do novo [...]?”. É o que nos questionamos quando pensamos no fundamentalismo que adentra e é reforçado também na comunidade surda pela forma como a educação tem sido organizada e pensada no atual governo federal.

IV.I.II) Linhas de Força 3 – O assujeitamento à princípios conservadores e fundamentalistas que chegam à comunidade surda

É também no âmbito da educação que não podemos deixar de salientar mais uma linha dura presente dentro desse regime de verdade: a defesa do conservadorismo não dos ouvintes em relação aos surdos, mas dos surdos para com seus pares – movimento este incitado, dentre diversos fatores, pela conjuntura do atual governo federal. No bojo da busca pela visibilidade, a presença das pessoas surdas em eventos diplomáticos e a nomeação de cargos políticos produziu (também) essa linha molar que propaga princípios fundamentalistas dentro da comunidade surda como mecanismo de proximidade do chefe de estado. E é nessa ‘representatividade’ que parcela dessa população passa a ter uma “*pseudoparticipação* ativa na pauta de um governo que mais confere ações autoritárias e extermínio das diferenças por meio de negligências e afrontas aos movimentos sociais” (CABELLO; MARTINS, 2021, p. 23).

No entanto, apesar da visibilidade que a nomeação de surdos para alguns cargos políticos trouxe, como por exemplo, para a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos na Secretaria de Modalidades Especializadas do MEC, ou ainda, na Secretaria Nacional das Pessoas com Deficiência, na prática educacional poucas mudanças foram de fato implementadas. Nas palavras de Cabello (2021, p. 13) “ao mesmo tempo em que a atual gestão federal traz à tona as discussões da comunidade surda de forma contundente junto ao

MEC, dando inclusive mais visibilidade à Libras, avança contra grupos minoritários ou sobre qualquer pauta progressista”. Foi nesse cenário que criamos essa linha dura, para tentar exemplificar como a proximidade da comunidade surda ao governo federal também construiu discursos repressores nos quais (agora), pela ‘acessibilidade linguística’ promovida pelo governo, os surdos também fazem parte.

Os discursos cunhados pelo atual governo e que ferem múltiplas existências minoritárias começaram a chegar nesse território surdo que foi sendo forjado em linhas duras, pois, existiu essa pulverização da língua agindo como um dispositivo de controle: agora as vidas surdas passaram a ser governadas pela ação do Estado. Nas palavras do P1 “[...] *nas eleições do Bolsonaro, a primeira-dama fazia ‘olha gente eu sei Libras’, e aí o que acontecia? O surdo começava a votar: ‘Ah eu votei no Bolsonaro porque ele sabe Libras’*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Segundo Cabello e Martins (2021, p. 16) o governo federal fez uma manobra, onde passou “a incluir os corpos marginalizados para dentro da lógica governamental”. As pesquisadoras complementam ainda que, nessa conjuntura, “a história dos movimentos sociais surdos fica esmaecida diante de determinadas ações do governo federal, que têm mobilizado e tensionado, afetos e políticas fundamentalistas” (2021, p. 9). Nesse bojo, podemos afirmar que parte do território surdo “na atualidade também está sujeito a reconfigurações (capturas) movimentadas pelos fluxos de linhas duras [...] que compõem o contexto macropolítico vigente” (CABELLO; MARTINS, 2021, p. 7).

Quando retomamos a educação, o retrocesso do governo de Bolsonaro trouxe perdas irreparáveis: o corte de verbas da educação básica, superior e destinada para a pesquisa científica; a falta de direcionamento para a educação (pública principalmente) durante os dois anos de afastamento social; a volta da alfabetização a partir do método fônico visual do ensino de português para surdos (o que afirmou ainda mais o modelo hegemônico educacional); a escola sem partido; a nomeação de Ministros da Educação (que não eram e nunca foram da área); a tentativa de implementação da *Nova Política de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida* (BRASIL, 2020); dentre outras investidas do desmonte, desvalorização e desqualificação⁸⁹ educacional. No entanto, todos esses pontos salientados tiveram o apoio de parcela da comunidade surda que agora se vê ‘representada’ nas pastas governamentais. Nesse sentido, vimos os movimentos surdos saírem de bases mais

⁸⁹ Essas e outras tentativas de desmonte da educação podem ser vistas no site <https://www.cartacapital.com.br/blogs/observatorio-banco-central/entre-cortes-e-retrocessos-a-combalida-educacao-basica-no-governo-bolsonaro/>.

progressistas e se reterritorializarem em pautas conservadoras, na petição da “intervenção do estado nas políticas sociais, apoiando a retomada [...] de um conservadorismo religioso nas relações familiares e também na educação [...]” (CABELLO; MARTINS, 2021, p. 4).

No entanto, apesar de todos esses atentados à educação, Bolsonaro também ganhou eleitores quando a ‘acessibilidade linguística’ foi sendo disponibilizada principalmente nas mídias sociais, mesmo que apontando uma condução assistencialista à atividade interpretativa. Cabello e Martins (2021, p. 3 – aspas das autoras) afirmam que essa manobra de desinformação e assistencialismo produzida “se torna uma política de governo [...] em uma explícita institucionalização das *fake news* – na construção massiva de um pensamento em manada produzido pela não criticidade dos cidadãos”. Nesse cenário, as questões relacionadas à falta de comprometimento do atual presidente foram muito além dos muros das escolas: adentraram populações minoritárias principalmente pela via midiática e atingiram o território surdo. As autoras reiteram ainda que

essa apropriação discursiva veiculada principalmente nas redes sociais [...] produz uma falsa realidade sugerindo que apenas a partir do atual governo, por “boa ação” dessa gestão – que transita entre o religioso e o assistencial – as pautas surdas estão sendo, finalmente, reconhecidas, quando na realidade essa é uma luta muito antiga.

Com base nessa colocação, temos a defesa de que a língua está sendo usada como dispositivo agenciador da biopolítica pois, a partir do momento que se fala a língua de um povo, mais fácil é de governá-lo. Essa construção de uma identidade feita pela língua tem, de certo modo, proliferado uma discussão microfascista, uma reprodução neoliberal de sujeitos em série, e um assujeitamento da língua de sinais também presente e potencializada nas mídias sociais. Nesse caso, a língua tem o poder de oprimir, excluir, homogeneizar, de acordo com as palavras de Guattari e Ronilk (1996, p. 173) “a partir do momento em que você põe um pé dentro da mídia, nessa afirmação social, [...] você está entrando em estruturas que necessariamente te contaminam, que te marcam subjetivamente, que te armam ciladas, que te fazem correr o risco de se deixar arrastar por processos microfascistas”.

As falas fascistas proferidas pelo atual presidente vão além dos discursos: eles auxiliam a construção desse regime de verdade normativo-patológico também produzido com práticas advindas da comunidade surda – as sujeições surdas também estão se dando nesse lugar. Assim, “o fascismo cotidiano parece não ter esmorecido. Ao contrário, parece mais forte e mais entranhado do que nunca em nossas relações” (GALLO, 2009, p. 33). As enunciações promovidas pela lógica fundamentalista, principalmente pulverizados nas mídias sociais com o apoio do atual governo, foram se transformando em práticas discursivas uma

vez que os surdos começaram a proliferar notícias da não vacinação (tal como trazido no II capítulo desta tese, que discute, dentre outros aspectos, o fato de que os surdos começaram a defender uma política que incentivava a volta da segregação escolar). Com isso, muitos votarão novamente em Jair Bolsonaro em 2022. Assim, podemos “ver fundamentalismos de toda ordem – dos religiosos aos ‘pedagógicos’ – uma forma aprimorada de microfascismo, com toda sua potência e em tudo aquilo que nos deixa impotentes” (GALLO, 2009, p. 33).

Nesse contexto, tanto nos movimentos majoritários quanto naqueles produzidos pelos grupos minoritários, os microfascismos podem se consolidar nessa linha dura que constrói o regime de verdade normativo-patológico. Nas palavras de Guattari e Ronilk (1996, p. 236) “se é verdade que o desejo pode se reorientar para a construção de outros territórios, [...] também é verdade que ele pode, ao contrário, se orientar em cada um de nós numa direção microfascista”. Como exemplo, podemos tensionar a propaganda publicitária e as questões trazidas acima sobre a imposição da educação inclusiva que determina um modo único de educação: aquele com alunos surdos e ouvintes em sala de aula. No entanto, será que essa socialização garante o aprendizado efetivo do estudante surdo? As metodologias são adequadas e criadas pensando neste público? A ortodoxia do ensino também está presente não só nos modelos padrões de educação, mas também quando tentamos instituir outro modo como sendo único – mesmo que o preço a se pagar seja as existências de outros alunos que tenham diferentes necessidades educacionais.

Tais temas se relacionam aos estudos de Ribeiro (2017, p. 39), que faz uma análise sobre o feminismo negro quando afirma que “por mais que sujeitos negros sejam reacionários, por exemplo, eles não deixam de sofrer com a opressão racista – o mesmo exemplo vale para outros grupos subalternizados”. Tomando os surdos como um grupo subalternizado na sociedade, por mais que parte dessa população possa apoiar o atual governo, eles ainda não deixam de sofrer com algumas práticas (ou a tentativa delas). Como exemplo disso, podemos citar a tentativa de flexibilização do artigo nº 93 da Lei 8.213/91 que determina que as empresas com cem ou mais funcionários devam preencher de 2% a 5% de seus cargos com pessoas com deficiência (BRASIL, 1991). O PL 6159/2019, que sugeria a mudança e flexibilização dessa Lei⁹⁰, não foi aceito pela Câmara dos deputados. Porém, essa medida poderia prejudicar diretamente a população surda no que se refere ao mercado de trabalho.

⁹⁰A MP905, de 11 de novembro de 2019, “Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências”. O texto original da MP não altera o artigo 93 da Lei 8.213/1991, porém, o texto do substitutivo incluiu diversas modificações por meio de emendas.

Dentro desse regime de verdade foram sendo construídas diversas linhas duras. Para tanto, selecionei delinear três delas para a composição deste território surdo conservador ou território de base fundamentalista. Neste recorte, identificamos alguns rudimentos exemplificados pela manutenção do sujeito pela lógica da anormalidade ou da deficiência, a produção de práticas educativas hegemônicas com pauta na perspectiva ouvinte, e a presença de fundamentalismos produzidos por uma parcela da comunidade surda em defesa da visibilidade da língua de sinais – incitados ainda mais pela atual gestão federal. No entanto, dentro de todas as linhas duras, uma pauta em comum nos chamou a atenção: a questão linguística. Destaca-se que ela acaba agindo como dispositivo biopolítico tanto de captura, como de controle sobre as vidas surdas e, como mostrado, pode se alinhar e ser tecnologia para a construção de um regime de verdade normativo-patológico e pulverizado também em um regime de verdade militante.

IV. II) Regime de verdade militante: a constituição de outros territórios surdos

Na contraposição ao regime de verdade normativo-patológico, temos a solidificação do regime de verdade militante. Para dar início aos discursos e análises que o perpassam, é necessário definir o que entendemos como progressismo e como os territórios surdos são agenciados ao discurso emancipador a partir da militância, normalmente contrários aos movimentos conservadores que, por natureza, alinham-se às pautas identitárias em consonância com a norma-padrão. De forma geral, podemos compreender os discursos de cunho progressista como uma afirmação e a liberdade de que dispomos para ser quem somos, e ter o direito sobre nossos corpos, vidas, existências, educação, política (fatores estes que vão, em teoria, de encontro aos discursos conservadores). Quando olhamos o progressismo com as lentes de Michel Foucault, podemos dizer que “uma política progressista é uma política que reconhece as condições históricas e as regras específicas de uma prática, [...] que define, [...] as possibilidades de transformação” (FOUCAULT, 2010, p. 22). Porém, “a reivindicação progressista do direito de ‘ser o que quiser’ impõe o peso de ser um só. Nesse sentido, é um autoritarismo legitimado pela própria reivindicação do direito de liberdade” (KOWAGA; SILVA, 2022, p. 255).

Mesmo que perpassem por esse discurso libertário, de igual modo aos discursos reacionários eles também acabam sendo impositivos e marcam as obrigações que os sujeitos têm quando vinculados a ele. Nas palavras de Kowaga e Silva (2022, p. 250) “progressismo e conservadorismo têm algo em comum: consideram-se inquestionáveis e, aconteça o que

acontecer, há sempre uma explicação relativizante para o que não corre tão bem no paraíso de sua fé”. Estamos sempre presos aos regimes de verdade e, mesmo quando tentamos nos desvincular de um, nos apegamos a outro, pois somos assujeitados, entre tantas possibilidades, por eles. Tomamos os discursos de cunho revolucionário como a verdade e nos subjetivamos a partir deles. Kowaga e Silva (2022, p. 239) complementam que “toda consciência mais ou menos estabelecida e validada pela obviedade da aceitação do grupo – seja ele qual for – já está aprisionada”. Nessa lógica, podemos nos questionar assim como fez Foucault (2014, p. 12): “a partir do momento em que, numa cultura, há um discurso verdadeiro sobre o sujeito, que experiência o sujeito faz de si mesmo e que relação o sujeito tem a respeito de si mesmo em função dessa existência de fato de um discurso verdadeiro sobre ele?”. Se usarmos as lentes da filosofia da diferença, as mesmas manifestações de cunho libertário nos aprisionam.

As obras de Michel Foucault constroem “um caminho produtivo para a investigação crítica desse tipo de funcionamento discursivo, pois, embora desnude a natureza histórica de verdades tidas como universais, não se deixa apreender por radicalismos” (KOWAGA; SILVA, 2022, p. 240). Afinal, “a obra de Foucault [...] só pode ser apreendida por um espírito livre do identitarismo, das homogeneizações, dos padrões preestabelecidos ou em construção” (KOGAWA, SILVA, 2022, p. 256). Dessa forma, não temos a intenção de julgar qual regime de verdade é melhor, mas sim, apresentar as forças que os constituem e as formas pelas quais eles nos forjam, para então marcar como as mídias sociais e os dispositivos biopolíticos auxiliam nessa captura (tendo como objeto fazer o estudo do impacto dela na população surda). Os autores complementam ainda que “o discurso progressista em sua forma identitarista apaga o sujeito enquanto potencialidade infinita de si nas determinações da história” podendo ser tão estarecedores quanto os discursos retrógrados (2022, p. 244).

Assim, podemos tensionar o identitarismo, as homogeneizações e os padrões estabelecidos quando nos deslocamos para os territórios surdos. A comunidade surda faz uma afirmação em suas existências, entre tantas possibilidades via língua de sinais, que identifica uma pauta de militância aliada ao progressismo quando reivindica um lugar outro de modo de vida dessas pessoas. Porém, apesar do ‘revolucionário’ estar presente nos discursos surdos com a proposta de uma língua outra, uma educação outra, e uma aparição outra contrárias à pauta hegemônica, esses pontos ainda são reivindicados a partir de um lugar identitário onde são criados discursos e verdades enrijecidas. Como exemplo, podemos citar a forma como funcionam a língua, seus falantes e seus processos educacionais, que revelam e estabelecem as formas de se viver, e as práticas discursivas e não discursivas que marcam as verdades

sobre esse território surdo (quem faz parte, como funciona, quem fala, quem não fala, como se vive etc.) que se engendram em um regime de verdade militante.

Na criação do regime de verdade militante, são necessárias linhas duras e práticas sociais que estabelecem o modo de ‘ser surdo’ na sociedade. Cabello (2021, p.56) reconhece que foram necessárias para sua consolidação a presença dessas linhas molares na “tentativa radical e legítima de garantia de justiça e direitos fundamentais”. As linhas desse território vão se constituindo no discurso identitário que, embora contrapondo as subjetividades homogêneas na lógica ouvinte, reivindica a unificação cultural aos surdos que se reconhecem como falantes da Libras e partícipes da comunidade surda. E é sobre essas linhas duras que foram sendo construídas que iremos problematizar a partir de agora.

Com base nas falas dos participantes dessa pesquisa e os dispositivos midiáticos, apontamos alguns recortes que poderiam ser problematizados para a construção desse regime de verdade militante. Assim, organizamos as argumentações a partir de quatro linhas molares, ou seja, linhas duras que possibilitaram esse regime de verdade baseado em discursos linguístico-identitários, sendo elas: *Linha de força 1 - O assujeitamento pela identidade na Libras*; *Linha de força 2 - As sujeições surdas por uma educação (maior) bilíngue*; *Linha de força 3 - A objetificação do sujeito no lugar de fala*; *Linha de força 4 - A defesa da constituição de um privilégio ouvinte*. Todos eles foram discutidos a partir de quatro excertos com recortes das falas dos participantes e nos ajudaram a construir os discursos e as práticas discursivas que alimentam no território surdo militante a constituição deste regime de verdade e, conseqüentemente, as formas de vida e as narrativas surdas.

IV.II.I) Linha de força 1 - O assujeitamento pela identidade na Libras

As normatividades jurídicas sobre a Libras estabelecidas na Lei 10.436 de 2002 e no Decreto 5.626 de 2005 (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005), afirmaram nesse regime militante e nesse território surdo, verdades sobre *como* se fala a língua de sinais, quais são seus padrões de funcionamento nas relações de poder e *quem* são seus falantes, considerando a “*pessoa surda* aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, *manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais*” (BRASIL, 2005, s/p – grifos meus). A Libras se concretiza nesse contexto normativo como a língua surda, uma língua maior⁹¹, a língua que determina a *identidade*

⁹¹ Seguindo a linha de pensamento de Gallo (2002) quando este faz uma contraposição entre educação maior, ou seja, aquela que já tem parâmetros normativos pré-estabelecidos, uma forma de funcionamento; e menor, aquela

surda. Nas próprias palavras dos participantes: “*o surdo precisava ensinar pra ela Libras, o que é, o que é a identidade surda*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020). Quando nos direcionamos para essa questão de identidade, vamos ao encontro de Foucault (2004, p. 265-266 – aspas do autor) quando este afirma que

[...] a identidade se torna o problema mais importante [...], se as pessoas pensam que elas devem ‘desvendar’ sua ‘identidade própria’ e que esta identidade deva tornar-se a lei, o princípio, o código de sua existência, se a questão que se coloca continuamente é: ‘Isso está de acordo com minha identidade?’ [...] não devemos considerar essa identidade como uma regra ética universal [...] é uma identidade que nos limita.

A partir dos estudos foucaultianos, podemos dizer que entendemos a identidade como objetificadora do sujeito, e como aquela que tem potencial para incitar exclusões, padronizações e homogeneizações, isto é, “a identidade obrigatória de cada um é efeito dos instrumentos do poder, e o que este mais teme é: a força e a violência dos grupos” (FOUCAULT, 2004, p. 663). Para além das identidades majoritárias e conservadoras da sociedade sobre o homem heterossexual, branco e, neste caso, ouvinte, criam-se outras identidades num “conjunto de novos agentes produtores de processos de ordenação e separação dos corpos e práticas, engendrando identidades e produzindo o desejo de uma vida viável no interior da norma” (CÉSAR, 2014, p. 99). Observamos essas novas identidades surgirem “constituindo os movimentos e as lutas políticas por direitos individuais e sociais” (CÉSAR, 2014, p. 99). Assim, uma norma vigente é estipulada dentro da comunidade surda sobre quem são os surdos, qual a língua deles, qual a melhor forma de educação, e por quais pautas precisam lutar para constituir esse novo grupo identitário social.

Essa defesa da identidade surda também foi cunhada nos estudos de Perlin (1998; 2003) na construção da Libras como língua a partir das verdades que foram sendo criadas nesse território surdo militante. Segundo a autora, “um surdo que vive dentro de sua comunidade possui outras narrativas para contar a sua diferença e constituir sua identidade [...] a convivência nos movimentos surdos, aproxima a identidade surda” (p. 40, 1998). (a partir da diferença linguística, em contrapartida a outros surdos que não usam a língua de sinais). A pesquisadora pontua também que “os surdos possuem identidade surda. Porém se apresenta de formas diferenciadas, pois está vinculada à linguagem”. Nas palavras de Perlin e Miranda (2003, p. 220 – grifos meus) nas

que vai na contraduta com respiros de resistência e que tenta uma forma outra de aparição. Assim, podemos pensar na Libras como uma língua que já foi menor, mas que hoje juridicamente se constitui com uma língua maior.

[...] narrativas surdas enfatizemos a questão das identidades [...] no sentido daquelas que estejam mais orientadas no sentido de ser. A comunidade surda, assim como a cultura surda, não se constitui em agências de menos valia a parte [...] O que caracteriza essa *herança cultural da comunidade surda é a língua de sinais* [...].

Segundo as autoras, essa construção da identidade surda tem a ver com as relações de poder na sociedade: “identidade, língua de sinais, comunidades surdas, cultura surda, [...] Para esta afirmativa valem os avanços presenciados no ambiente da comunidade surda, ou seja, os avanços nos campos da educação de surdos, bem como [...] os linguísticos [...]” (PERLIN; MIRANDA, 2003, p. 220). Nesse sentido, podemos recorrer a Foucault (2004, p. 36 – aspas do autor) quando, em seus estudos sobre outras existências, se coloca em contraposição aos processos identitários e considera que “[...] tantas coisas em sua linguagem já lhes escaparam: eles não querem mais que lhes escape”. Assim, vinculando-nos aos processos de subjetivação de vidas surdas, entendemos que as sujeições vão sendo construídas pelo delineamento do sujeito e não pela diferença, pois esta não o concebe como movimento comum não identitário.

A questão da identidade surda baseada na linguagem, ou melhor, em uma identidade linguística de *como* se fala e *quem* fala a língua de sinais, pode ser analisada por meio de uma alegoria encontrada nas mídias sociais. Assim, desenvolvemos essa analítica a partir do segundo dispositivo midiático, criado por uma *Influencer Digital* que faz um discurso em Libras utilizando apenas o alfabeto manual. Parece ser ainda necessário frisar que a Libras é uma língua independente das línguas orais, constituída por gramática específica, léxicos, parâmetros formacionais dos sinais, estrutura linguística, dentre outros quesitos. Porém, com uma modalidade distinta do português, ela se funda na especificidade espaço-visual (FERREIRA, 1986; FERNANDES, 1994^a; QUADROS, 1997; KARNOPP, 2011).

A problematização sobre essa mídia se forja quando esse material foi amplamente divulgado, “se distanciando de seu *status* linguístico” (LODI, 2013, p. 5), e dando a impressão de que a Libras é constituída apenas pela gestualidade do alfabeto manual. No entanto, 47 mil pessoas tiveram acesso e deixaram seus *likes* nesse vídeo. Esse caráter instrumental, como correlação à lógica das línguas orais e trazido à Libras (também) por esse dispositivo midiático, continua mantendo a centralidade na língua portuguesa e contribui “mais uma vez, para a manutenção da ideologia linguística dominante” (LODI, 2005, p. 418).

Essa concepção pode ocasionar diferentes interpretações sobre o dispositivo de linguagem e produzir subjetividades surdas em constante busca pela normalidade ouvinte (conservadora). Outra questão seria uma possível conformação de resquícios de visibilidades produzidas por uma sociedade majoritária no pensamento de que, de alguma forma, o vídeo poderia ajudar a comunidade surda em sua disseminação e conhecimento, mesmo que a partir

de um uso básico da língua de sinais. Nesse contexto, o P4 afirma: “[...] *é legal mostrar que ela sabe Libras [...] ela está aprendendo*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).

A biopolítica age também na captura desses corpos surdos trazendo todos para dentro da lógica de um governo quando, mesmo que sejam poucos, os aspectos linguísticos como a datilologia estão presentes. Mas, “ainda sim aparece o apagamento da surdez por intermédio do discurso e da prática” (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 403), ao não possibilitar mais nenhum outro conteúdo produzido em língua de sinais. Dessa forma, o que é apresentado na descrição do conteúdo feito pela *Digital Influencer* é somente um dos aspectos constituintes da Libras: a datilologia, que acabou também sendo realizada de maneira agramatical conforme relatam os participantes:

Excerto 3 - Discussão sobre o alfabeto manual e datilologia

Disparador das falas - Com base na mídia apresentada pela *Influencer Digital*, na qual a mulher faz a datilologia “Eu sei *qalar* em Libras” a tensão sobre esse recorte pode ser colocada sobre alguns pontos. Os participantes abaixo salientaram questões como a não presença dos sinais; a falta de fluência e conhecimento sobre a língua, sua estrutura, gramática; a comunidade surda, dentre outros assuntos relacionados a esse tema.

P1 – *Eu acho um super preconceito [...] falta consciência das pessoas ao usarem a Libras. Por exemplo: conhecer e saber são coisas diferentes. “Ah eu conheço isso”, mas saber? Não sabe. [...] por exemplo a mulher do vídeo que fez datilologia “eu sei Libras” [...] Não é só datilologia e isso me incomoda* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2 - *Libras não é A B C, por exemplo essa moça na casa dela soletrando, eu sei falar em Libras... [...] esses espaços que ela faz entre as palavras, parece algo mecânico, como se ela estivesse escrevendo em uma máquina de escrever [...]* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P3- *Eu fiquei olhando-a soletrando ali, mas ela sabe Libras? [...] ela não sabe nada de Libras. Não estava entendendo-a soletrando, palavras ok ela sabe, mas porque gravou e postou esse vídeo? Isso não é bom não. Precisa saber Libras, ver os sinais, explicar para as pessoas aprenderem [...]* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020).

P4- *[...] ela não sabe Libras. Falta contato com os surdos, contato com a comunidade surda, ter esse contato para ir se apropriando dessa língua, para aí sim postar e divulgar um vídeo que vai apoiar a comunidade. Desse jeito que ela postou, as pessoas podem achar que Libras é mímica, gesto, brincadeira* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).

Esses discursos apresentados pelos participantes em relação ao uso agramatical da língua de sinais só são possíveis pela existência desse regime de verdade militante, afinal, para Foucault (2014), as formas de vida possíveis estão vinculadas a regimes de verdade. Neste caso, os surdos atuam na resistência em relação ao campo de saber clínico, ou seja, aquele que tenta normalizar e disciplinar os corpos surdos ou, ainda, a um regime de verdade normativo-patológico no qual reitera que as línguas são apenas aquelas faladas oralmente. Apesar de que no referente material analisado, a Libras esteja sendo utilizada de forma instrumental, agora esses discursos também estão sendo produzidos nas mídias e trazidos por pessoas com notoriedade social pois, a língua de sinais também perpassa o digital, isto é, envolve o sentimento de se ver presente e representado para além da forma gramatical ou agramatical. Ilustramos nossa colocação acima com o afirmado pelo P4: “*ver uma pessoa muito importante usando a Libras [...] querendo ajudar as pessoas surdas...*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).

Em outras palavras, podemos dizer que esses regimes de verdade só estão sendo consumidos, construídos e produzidos pelos surdos e por criadores de conteúdos porque a Libras está ativa como um dispositivo agenciado aos processos de subjetivação que vão para além da comunidade surda, mas que se dissipam na sociedade majoritária – principalmente nesse contexto midiático. Assim, os participantes só podem questionar a fala da *Influencer Digita*, pois a Libras já faz parte desse campo de saber jurídico que determina *quem* fala e *como* se deve falar. Acerca disso, o P3 se questiona: “*por que ela fica soletrando só? [...] ela precisa colocar os sinais [...]*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020). Nas palavras do P2, “*esses espaços que ela dá entre as palavras, isso não combina mais com a Libras*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020). Essas são algumas das verdades e padronizações linguísticas que foram sendo construídas pela própria comunidade surda que, forjada também em um regime de verdade militante, contestou a liberdade do uso de outra língua, a saber, a língua de sinais. Na ilustração abaixo, podemos perceber os espaços em que a *Influencer* dá entre as palavras e que, segundo o P2, já não é mais tão utilizado na língua de sinais.

Figura 14 - Espaçamento entre as palavras em Libras



Fonte: Retirado do Instagram público da influenciadora em 20 de novembro de 2019. Disponível para acesso no link: <https://www.instagram.com/p/BxlBwUQFak2/?igshid=n3jso7zu74ar>

Essas padronizações apresentadas pelos participantes, mais uma vez se dão pelo reconhecimento normativo da Libras. Toda língua oficial (ou nesse caso reconhecida juridicamente) surgiu com o Estado, facilitando a submissão de seus falantes. No entanto, a Libras não se constitui como uma língua materna dele, e sim do indivíduo na emergência de pequenos movimentos de resistência. Porém, na atualidade, acabaram também sendo circunscritas nas relações de poder, no enrijecimento de linhas de força e na constituição das identidades surdas. Isto é, “ao encadear as linhas de força, dando-lhes sentidos específicos, o saber ajusta-as em séries, faz com que elas venham a convergir e, ao promover esse arranjo, dá-lhes, então, a possibilidade efetiva de funcionar em conjunto” (MARCELLO, 2004, p. 206-207).

Sendo alinhados ao regime de verdade militante, podemos falar que os territórios surdos na marca de quem fala a língua e no aprisionamento que isso também proporciona, parecem estar lutando com as armas da diversidade. É nesse ponto que Foucault (2004, p. 5) tece a crítica de que “devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa” – o que se perde, muitas vezes, na busca pelo seguimento das linhas duras que compõem a identidade, neste caso, a linguística. Assim, quando se institui *quem* fala e se delinea a identidade surda com base em uma língua em comum, numa educação em comum e com pautas políticas em comum, aprisionamos a diferença surda e instituímos a lógica da diversidade pela busca da essência do ‘ser’. Nas próprias palavras do P2, “*o surdo precisava ensinar pra ela [...] o que é a identidade surda, que Libras não é brincadeira*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020). Segundo Gallo (2017, p. 1513)

A diversidade permite remeter ao direito universal, como aglutinador de tudo aquilo que é diverso. [...] Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de não se suportar a alteridade. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro [...] diversidade implica no *dentro*, na interiorização, no pertencimento a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, até que se chegue ao universal. Por isso, a diversidade está diretamente articulada com os jogos de inclusão. É sempre possível organizar grupos, conjuntos que contenham o diverso.

E ao diverso se agencia a identidade. O mundo é da identidade! (Infelizmente) e quando lutamos com essas armas, nos submetemos a elas. Vemos diversos grupos

minoritários se unirem por pautas em comum, o que gera força para os movimentos e garantia de direitos sociais. Porém, em contrapartida, criam-se linhas duras dentro de um regime de verdade militante quando, por exemplo, nos aprisionamos à identidade linguística. Os processos de subjetivação ativos e as possibilidades de seres partícipes de um grupo sujeito, ou seja, aqueles que se esforçam para ter um controle sobre si e suas condutas, se esvaecem na constituição dos grupos sujeitados, isto é, numa “subjetividade alienada a perder de vista a alteridade social” (GUATTARI, 1985, p. 92). Esse grupo surdo assujeitado pela identidade “opera por estruturação, totalização, unificação, substituindo as condições de uma verdadeira ‘enunciação’ coletiva por um agenciamento de enunciados estereotipados” (GUATTARI, 1986, p. 104 – aspas do autor). Enunciados estereotipados, como por exemplo, alguns salientados anteriormente como o falar de uma língua reconhecida juridicamente; operar por regras; controlar as criações subjetivas que se pulverizam, perfuram e adentram para além das mídias sociais e se alastram nas instituições de sequestro.

IV.II.II) Linha de força 2 – As sujeições surdas por uma educação (maior) bilíngue

Na oposição ao regime de verdade normativo-patológico, as linhas de fuga produzidas no movimento de desterritorialização desses territórios surdos forjados em uma identidade pela norma-padrão, foram construindo a militância através de uma identidade linguística e, conseqüentemente se enrijecendo e criando outros elementos de consolidação de suas bases. Assim, além da identidade pela Libras, outra linha dura se firma nesse território surdo militante: a educação bilíngue de surdos na escola, com novos fundamentos.

Essa modalidade de ensino vem sendo amplamente debatida em diversas pesquisas (LODI, 2013; LACERDA; ALBRES; DRAGOS, 2013; CAMPELLO; REZENDE, 2014; THOMA, 2016; LUNARDI-LAZZARIN; GOMES; CAMILLO, 2020) na defesa de escolas bilíngues ou, ainda, de escolas inclusivas com propostas bilíngues, objetivando o desenvolvimento e aquisição de linguagem de crianças surdas. Nascimento (2011, p. 41) afirma que o “objetivo da educação bilíngue para surdos é oferecer-lhes uma situação de aprendizagem dentro de um clima de comunicação efetiva, posto que a língua de sinais permite interação e comunicação entre os interlocutores proporcionando o desenvolvimento dos sujeitos surdos.” Isto é, essa modalidade de ensino se constitui nesse regime de verdade militante contra um ambiente educacional hegemônico e com metodologias voltadas para ouvintes onde se consolida a educação ‘inclusiva’ – aquela canônica que é arrastada na

territorialidade da surdez ‘deficiência’ pela identidade padrão no regime de verdade normativo-patológico.

Assim, com a promulgação do Decreto 5.626/05, passa-se a ter as reivindicações pela implementação da educação bilíngue (por meio também de uma identidade linguística), com a presença de professores bilíngues e instrutores surdos durante a Educação Infantil e Ensino Fundamental I; tradutores e intérpretes de Libras a partir do Ensino Fundamental II; Ensino Médio e Ensino Superior; pares concomitantes para a troca linguística; e o principal: a Libras como língua de instrução e o português como segunda língua na modalidade escrita (BRASIL, 2005). Esses são alguns fundamentos, bases, ou melhor, verdades que se materializam nessa linha de força. Para além dessa normativa, outras também dissertam sobre a educação bilíngue como já trouxemos anteriormente nesta tese: o PNEPEI (BRASIL, 2008); o PNE (BRASIL, 2014); a LBI (BRASIL, 2015); a tentativa de implementação do Decreto 10.502/20 (BRASIL, 2020); e, mais recentemente, a mudança na LDB (BRASIL, 1996), sendo agora a educação bilíngue de surdos uma modalidade de ensino independente da Educação Especial (BRASIL, 2021).

Para chegar ao sistema e à prática de uma educação bilíngue presente dentro do campo de saber socioantropológico e jurídico, foram necessárias muitas lutas assim como já apresentado no segundo capítulo desta tese. Outras enunciações – como as anunciadas acima, tiveram de ser narradas e o discurso científico teve que ser acionado para marcar a importância da língua de sinais no desenvolvimento do surdo desde a infância, assim como fizeram alguns grupos de pesquisa (como o antigo NUPES e o atual GIPES). Nesse contexto, novas verdades foram sendo construídas para a quebra de paradigmas criados sobre as línguas de sinais e a desvalorização deste sistema linguístico. Martins (2008, p. 34), ressalta que “uma língua certamente se solidifica engajada politicamente nas leis, nas ciências, nas linhas que compõem os variados discursos, escritos e falados”.

Porém, por estar prevista num campo de saber acadêmico e, principalmente jurídico, ela também automaticamente conduz e controla corpos sob a ação da governamentalidade, e vai ao encontro do que está previsto nos artigos científicos e nos documentos. A partir dos parâmetros estabelecidos por ambos os campos de como a educação bilíngue de surdos devem ser realizados, problematizamos essa modalidade como uma educação maior⁹² dentro desse

⁹² A educação maior vem de um conceito pensado por Deleuze e Guattari (1977) que discute a questão da literatura menor na obra de Kafka. Assim, segundo os autores, "uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior" (Deleuze e Guattari, 1977, p. 25). Gallo (2002) faz um “deslocamento conceitual” como ferramenta analítica para tensionar a questão de educação menor x educação maior.

regime de verdade militante, apesar de ter sido construída como um modelo de educação outra, ou seja, fora dos padrões hegemônicos inclusivos trazidos no regime de verdade normativo-patológico. Isto é, foram necessárias linhas molares de existência, isto é, linhas duras que conservassem uma outra forma de ensino para que a educação bilíngue de surdos fosse hoje o que ela é: uma educação maior.

A educação maior, segundo Gallo (2002, p. 173), é “aquela dos planos decenais e das políticas públicas de educação, dos parâmetros e das diretrizes, aquela da constituição e da LDB [...] é aquela instituída e que quer instituir-se, fazer-se presente, fazer-se acontecer. A educação maior é aquela dos grandes mapas e projetos”. Apesar de um dia a educação bilíngue de surdos já ter se constituído como uma educação menor, em um “ato [...] de resistência [...] contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; sala de aula como trincheira, [...] produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional” (p. 173), atualmente, apesar de ter passado por uma reorganização e reestruturação se comparada à educação tradicional ou ao modelo inclusivo, a educação bilíngue de surdos está cada vez mais institucionalizada, isto é, existem normas que regem o formato de como ela é e para quem ela é. Nas palavras de Gallo (2002, p. 174) “as políticas, [...] as diretrizes da educação maior estão sempre a nos dizer o que ensinar, como ensinar, para quem ensinar [...]. A educação maior procura construir-se como uma imensa máquina de controle, [...] de subjetivação, de produção de indivíduos em série”. E essa educação maior bilíngue só foi e é possível pela circulação da Libras em políticas públicas, ou seja, em regimes de verdade.

Assim como em todo campo de saber e poder vão sendo forjados verdades, normas e comportamentos, a educação bilíngue vai se constituindo e se enquadrando dentro dos aspectos de um modelo de educação maior. Quando olhamos a educação bilíngue de surdos pelo viés da filosofia da diferença, a partir do momento que ela já está institucionalizada e quando tem uma identidade afirmada, perde o caráter de uma educação menor ou produção pela fuga, mesmo que, na prática, o movimento surdo ainda precise lutar por essa garantia. A educação, nesse quesito, não deveria ser uma máquina de produção do Estado derivada de normativas pré-estabelecidas. Segundo Gallo (2002, p. 175), a educação menor deve sempre buscar os processos de aberturas, as fugas, e as resistências possíveis frente às formas maiores de educação, e impedir “que a educação maior, bem-pensada e bem-planejada, se instaure, se torne concreta. Trata-se de opor resistência, trata-se de produzir diferenças. Desterritorializar”. No entanto o autor afirma também que é necessário cuidado pois, é

Também no âmbito de uma educação menor corremos o risco da reterritorialização, da reconstrução da educação maior. Os atos militantes podem ser cooptados, re-inseridos no contexto da máquina de controle, perdendo seu potencial libertário. Ou, na perspectiva de fazer-se máquina, resultante dos agenciamentos, a educação menor pode despotencializar-se, ao permitir que se tome nova máquina de controle. A permanência do potencial de uma educação menor, a manutenção de seu caráter minoritário está relacionada com sua capacidade de não se render aos mecanismos de controle, é necessário, mais uma vez, resistir (GALLO, 2002, p. 177).

No entanto, por mais que os grupos sujeitos possam tentar resistir às normatizações, a partir do momento que estamos inseridos em políticas públicas, a biopolítica age como tecnologia de poder em nossos corpos e os controlam (apesar de sempre haver possibilidades de fuga). As políticas públicas acabam sendo necessárias para a garantia do direito dessa modalidade de educação e, por isso, questionamo-nos: será que os surdos gostariam que a educação bilíngue voltasse a ser uma educação menor? Nós acreditamos que não, afinal, a luta foi pela garantia e pelo seu reconhecimento jurídico. Segundo o P1, a promulgação dessas normativas se faz de extrema importância pois, *“por causa do movimento surdo [...] a Lei, o Decreto parece que obrigam as pessoas a abrirem os espaços, para que nós surdos conseguíssemos chegar em igualdade com os ouvintes”* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Isso porque se estivéssemos debatendo sobre uma educação menor que estivesse fora dos regimes de verdade, não se trataria “de buscar as grandes políticas que nortearão os atos cotidianos, mas sim de empenhar-se nos atos cotidianos [...] Não interessa à educação menor criar modelos, propor caminhos, impor soluções” (GALLO, 2002, p. 175).

Como alegoria sobre esta discussão, podemos trazer a primeira mídia apresentada sobre uma propaganda publicitária de perfumes desenvolvida por uma grande empresa de cosméticos brasileira, onde houve a tentativa de representação de uma educação que incluísse a diferença surda. No entanto, no recorte apresentado, o aluno surdo aparecia sozinho em uma sala de aula de ouvintes, sem nenhum dos profissionais garantidos anteriormente, sem adaptações de metodologia e sem a circulação da língua de sinais. Pelas verdades firmadas sobre essa educação maior bilíngue de surdos no campo jurídico e alastrado no seio social, os participantes fizeram alguns apontamentos sobre a publicidade em questão.

Excerto 4 - Discussão acerca da educação bilíngue de surdos

Disparador das falas – A partir do contato dos participantes com a mídia 1, isto é, a propaganda publicitária que tenta retratar a inclusão de alunos surdos em salas de aula das escolas regulares, foram salientadas algumas problematizações como o fato de o aluno sozinho em sala de aula, a falta de comunicação e do intérprete de Libras.

P1 - *Eu olho o vídeo e acho que os outros podem pensar “nossa que bonito, que lindo”, mas na verdade, lá no interior da pessoa surda [...]*

não mostra coisas de verdade do surdo. [...] por exemplo o aluno surdo sai da sala, uma sala que deveria ser inclusiva, isso já mostra o dia a dia que o surdo vive. Esse tema é muito complicado e polêmico, precisa discutir, a inclusão está acontecendo de verdade? Por que o menino sai na hora da música, isso é inclusão mesmo? (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020).

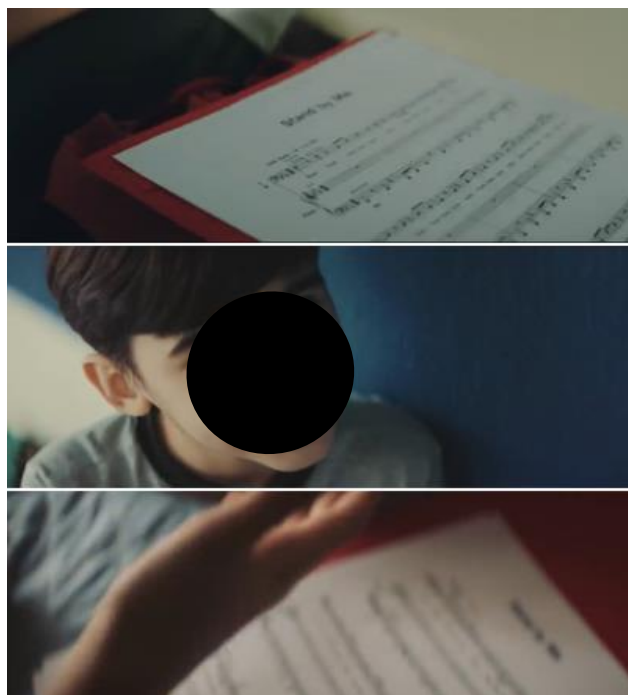
P2 - *Então, o professor avisa que tem uma atividade de música para os ouvintes. E os alunos ouvintes aceitam, mas tinha somente um aluno surdo, então me pareceu que ele se entristece com isso... Saiu sozinho da sala de aula [...]* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P3- *O menino surdo estava sozinho. A professora, ouvinte [...] não tem como conversar com o menino, não tem comunicação. A professora não consegue ajudar o menino. Não é bom, [...] precisa de Libras, junto com a música, treinar junto com o intérprete, para alguém ir ensinando o surdo, é mais fácil* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020).

Os discursos dos participantes acima mostram uma forma de saber e verdades institucionalizadas que circulam por meio e pela língua de sinais, possibilitando que os surdos também estejam inseridos nessa lógica biopolítica. Um dos pontos salientados pelos participantes foi a realidade de alunos surdos sem a presença dos intérpretes educacionais, pares concomitantes para a troca linguística e metodologias voltadas para o ensino da/em Libras – o que vai de encontro às verdades instituídas pela educação bilíngue de surdos. Nas palavras do P3, “o menino surdo estava sozinho. A professora, ouvinte. Não tinha instrutor surdo, não tinha intérprete [...] não tinha como conversar com o menino, não tinha comunicação” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020). Assim, a propaganda promove “o discurso da inclusão, no entanto, o surdo se torna um incluso-excluído”, isto é, está presente de forma alegórica e como uma política de educação inclusiva, pela lógica padrão, no comercial, “mas sua língua é destituída de poder, de lugar, de funcionamento” (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 409). Para ilustrar essa analítica, temos

três recortes abaixo: o primeiro da entrega da partitura ao aluno, o recebimento desse material e, posteriormente, ele ensaiando sozinho em sua casa.

Figura 15 - Partitura da música da propaganda



Fonte: Retirado na mídia social *Youtube* em 20 de agosto de 2019. Disponível para acesso no link <https://www.youtube.com/watch?v=f6RAFuGMRKU>

Assim, pela educação bilíngue já se estabelecer como uma educação maior, os próprios surdos que acompanham os movimentos militantes e fazem parte desse território percebem que na propaganda faltam elementos cruciais para o desenvolvimento da educação bilíngue. Esses discursos de como a educação bilíngue deve ser feita reforçam um regime de verdade militante pois os surdos, ao contrário do que o conservadorismo aponta, lutaram e continuam lutando para uma forma outra de educar que não seja baseada somente na língua oral, mas sim na língua de sinais. No entanto, a identidade surda, construída dentre diversos aspectos, mas em seu principal, o linguístico, está presente. Dessa forma, essa atual modalidade de educação também se materializa como uma produção ‘universal’, mas agora enviesada pela identidade surda na escola e pautada pela língua.

Dessa maneira, sempre que criamos um regime de verdade nos rendemos a esses mecanismos de controle que são forjados concomitantes à captura desses corpos. Em outras palavras, é por meio dos regimes de verdade que construímos nossos processos de subjetivação, uma vez que não há regime de verdade fora da conjuntura biopolítica. No entanto, a Libras – presente nesses contextos midiáticos atuais, na aparição de outras formas

de educação possíveis e com uma grande possibilidade de visibilidade, marca um reconhecimento social da língua que não era salientado antigamente, tal como afirmado pelo P4: *“mostrar para o mundo as pessoas surdas né, essa é a coisa boa, que você está mostrando a Libras para o mundo”* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).

A partir dessas e de outras ações que estão sendo mobilizadas atualmente, a Libras vai cada dia mais se constituindo como língua no âmbito social, pois circula e produz narrativas, regimes de verdade e constituições de subjetividades nos quais os surdos se agenciam à diferentes discursos e onde a língua transita (neste caso na internet e nas mídias sociais). Perante isso, salienta-se que o direito à educação bilíngue se constrói como uma dessas possibilidades, e o que vemos hoje é a importância (apesar de criticada pelos participantes) da comunidade surda adentrar a outros meios e cenários sociais que não estavam presentes anteriormente, como por exemplo, nas propagandas publicitárias.

Porém, por mais que a língua esteja transitando em outros meios, também é necessário reiterarmos a importância do estudo e conhecimento por parte dos produtores de conteúdo, sejam eles televisivos ou no âmbito digital, sobre a perspectiva da comunidade surda acerca da educação que querem para si, qual a realidade que essa comunidade vive ou, ainda, o que é necessário para acessibilidade dos materiais que estão sendo produzidos. As possibilidades de novas aparições retratam a constituição de subjetividades que objetificam os sujeitos pelas práticas discursivas em regimes diferentes, agora.

IV.II.III) Linha de Força 3 – A objetificação do sujeito no lugar de fala

Por se falar na possibilidade de folclorização da comunidade surda como estratégia biopolítica, podemos ir ao encontro da mídia 3, no qual um dos pontos de relevância é a contratação de uma atriz ouvinte para fazer o papel de uma menina surda. O fato da escolha da personagem se tratar de uma representação dos surdos, o espaço midiático acaba privando o contato dos telespectadores com a diferença em si. Assim, a objetificação do sujeito se dá na representação de que qualquer um pode assumi-lo. No entanto, mesmo que essa representação seja folclórica, ela acaba aproximando.

Tendo em vista que temos quase 10 milhões de surdos/pessoas com deficiência auditiva, segundo o último censo do IBGE (BRASIL, 2010), nenhum foi designado para o papel nessa novela. Porém, podemos citar diversos artistas surdos no Brasil, como Renata Rezende, Gustavo Gusmão Ferreira, Edinho Santos ou, ainda, Angela Eiko Okumura.

Resende e Reis (2020, p. 84) afirmam que “os atores devem trabalhar o papel dos personagens surdos, com suas técnicas, seus sentimentos, suas ações; [...] como manifestação da arte surda”, ou das artes surdas, no plural. Além disso, segundo Rosa e Klein (2011, p. 95), as cenas que são interpretadas por eles, “serão mais facilmente absorvidas e compreendidas por outros surdos, e contam experiências com as quais [...] facilmente vão se identificar”, assim como destaca o P1 quando reitera que é “*importante o surdo estar dentro da novela, porque o surdo tem outra experiencia*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Dessa forma, os personagens surdos, a partir de seus processos de subjetivação construídos por uma série de fatores internos e externos, podem complementar e aperfeiçoar o roteiro dando vida a ele e deixando-o mais significativo para a população surda e suas vivências singulares.

Figura 16 - Recorte de cena da atriz ouvinte na interpretação de uma menina surda



Fonte: Fonte: Retirado da mídia social *Youtube* em 8 de outubro de 2022. Disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=_I01wbsShOw

Todavia, a não contratação desses profissionais retratada na imagem acima, bem como a não valorização da relação do surdo com sua língua e as experiências visuais, acabam sendo salientadas com a admissão da atriz ouvinte nessa mídia. Assim, “é preciso pensar seriamente sobre a mensagem que se transmite e se ela, de fato, é capaz de expressar aquilo a que se propõe” (FARIA; SILVA, 2016, p. 70). Nesse caso, na representação de um corpo ouvinte; as reais vivências e existências surdas; a comunicação; as formas de educação possíveis; e as relações familiares passam a ser objetificadas. No entanto, talvez a mensagem construída pela novela não seja o debate sobre as questões de um protagonismo surdo na sociedade, a falta de acessibilidade ou de outras barreiras encontradas pela população surda, mas sim, de capturá-los como possíveis novos telespectadores por meio de um corpo objetificado (ainda com a visão da sociedade majoritária de que a novela é inclusiva e aborda pautas de grupos minoritários e minorizados).

Martins (2008, p. 197) afirma que esses conteúdos têm sido construídos por “ouvintes que não estão circunscritos na cultura surda e nem a entendem como [...] produtora de diferenças – deste modo pensavam na deficiência da surdez e não nas possibilidades das diferenças surdas e de suas produções através da língua de sinais”. Todavia, por mais que essa novela ainda seja pensada por e para ouvintes, ela ainda pode agir como um dispositivo biopolítico, capturando e assujeitando a população surda. Segundo Gallo (2017, p. 82) “o efeito do assujeitamento [...] é uma espécie de ligação com a concepção jurídica do poder que nos faz pensar no modelo de um poder tirânico como oprimindo ou reprimindo sujeitos já constituídos”. Dessa forma, mesmo que alguns aspectos da língua estejam presentes nessa mídia, ainda “prevalece certo apagamento da surdez por intermédio do discurso e da prática da reabilitação do surdo” (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 403), com disciplinarização desse corpo e a oralização muito mais presente durante a cena do que a Libras.

Porém, “é contra esse ato perverso que as lutas surdas, minoritárias frente à representatividade do discurso social ouvinte, devem se engajar e resistir” (MARTINS, 2008, p. 200), afirmando suas singularidades e seus processos de subjetivação ativos. No entanto, muitas vezes essa contraconduta pode se alinhar à construção de uma identidade frente aos modelos majoritários impostos, como já analisado anteriormente. Assim, acaba-se perdendo o ponto crucial na “interrogação de práticas e experiências políticas contemporâneas não identitárias, visando questionar os rumos teóricos e práticos assumidos pelos movimentos sociais” (CÉSAR, 2014, p. 99). Assim, é a partir desse aprisionamento da diferença pela identidade e dessa construção das linhas duras no regime de verdade militante, que analisamos o excerto abaixo com as falas dos participantes sobre essa mesma mídia em questão, na tensão sobre o lugar de fala.

Excerto 5 - Lugar de fala nas mídias sociais

Disparador das falas – A partir do contato com o recorte da novela apresentado aos participantes, forma-se uma tensão sobre o lugar ocupado por ela.

P1- [...] ela “me usa”, usa os surdos. Parece uma roupa surda: “hoje eu vou vestir, usar minha roupa surda, depois eu tiro e volto a ser ouvinte, volto a ouvir minhas músicas”. Eu não tenho essa opção, eu não visto nada, eu sou assim, isso está dentro de mim, para sempre. Eu não tenho a opção de tirar a surdez [...] **é necessário que o surdo comece a discutir essa representatividade, esse lugar de fala [...] essa divulgação precisa ser feita pelos profissionais certos [...] quem pode falar isso? Não é o ouvinte que pode falar isso. [...] nada sobre nós sem nós [...] quer falar sobre o surdo? Precisa falar sobre isso na sociedade, mas não sem nós [...] vou dar um exemplo para você, a criação de um roteiro de uma história que fala sobre negros.**

[...] *vidas negras, favelas. Tem um roteiro, as pessoas escolhem uma pessoa branca para fazer papel de negro, então eu vou pintar essa pessoa de preto. É a mesma coisa uma pessoa branca fazer um papel de uma pessoa negra? Não. É igual o surdo. Por que não contratou uma atriz surda? Isso mostra o preconceito [...] ouvir, fingindo que não está ouvindo* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020). *Não. É igual o surdo. Por que não contratou uma atriz surda? Isso mostra o preconceito [...] ouvir, fingindo que não está ouvindo* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2- [...] *parece que ela só pegou aquilo porque era o papel dela [...] O certo seria contratar um surdo, isso não tem nas novelas [...] contato direto com a pessoa surda, colocar a pessoa surda ali para trabalhar* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P3- *Não. Está errado isso, por exemplo se um ouvinte faz papel de surdo, [...] isso não é certo, não combina fazer esse papel [...] colocar uma atriz ouvinte para fazer papel de surda, isso não* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 17/06/2020).

Concordamos com os discursos tecidos acima sobre a importância da presença dos surdos no roteiro da presente novela. No entanto, quando as falas são baseadas em ‘você não pode porque você não é’ ou ‘você não pode porque não tem a identidade surda’, as argumentações acabam se forjando na diversidade e não na diferença, e acabam sendo pautadas em linhas duras que também compõem esse regime de verdade militante que determina o *lugar de fala* dos surdos. A problematização entorno desse conceito, discutido por Djamila Ribeiro na obra *Feminismos Plurais* e amplamente debatido atualmente, principalmente nas redes sociais, é um tanto quanto polêmico na contemporaneidade. Segundo a autora,

[...] muitas pessoas ligadas a movimentos sociais, em discussões nas redes sociais, já devem ter ouvido a seguinte frase ‘fique quieto, esse não é seu lugar de fala’, ou já deve ter lido textos criticando a teoria sem base alguma com o único intuito de criar polêmica vazia. Não se trata aqui de diminuir a militância feita no mundo virtual, ao contrário, mas de ilustrar o quanto, muitas vezes, há um esvaziamento de conceitos importantes por conta dessa urgência que as redes geram (RIBEIRO, 2017, p. 32).

O conceito de lugar de fala, segundo a autora, não tem uma epistemologia determinada, sendo a origem do termo imprecisa. No entanto, a pesquisadora acredita que seu limiar pode ter sido desenvolvido a partir das problematizações acerca *do feminist stand point*, isto é – ponto de vista feminino, discutido por Collins (1990). A hipótese de Ribeiro (2017) é que, baseado no *feminist stand point*, é possível pensar o lugar de fala. Nessa conjuntura, faz-se necessário refletir não somente sobre experiências individuais, mas sim, compreender o lugar social que tais indivíduos ocupam nas relações de poder e as experiências similares que

podem compartilhar por ter algo em comum. Porém, no estudo de Collins (1990), ter uma pauta ou uma localização coletiva nas relações de poder, nada tem a ver com vivenciar exatamente as mesmas experiências, afinal, a condição individual existe, porém, dentro de um lugar em comum.

Quando deslocamos esse tema para os aspectos atrelados ao campo de saber socioantropológico – no caso a surdez e a Libras, é necessário não confundirmos o lugar de fala com o ‘só quem é pode falar’. Caso contrário, cairemos em uma armadilha de olhar para o outro como um inimigo, ou seja, como aquele que não pode fazer parte de um grupo com uma temática em comum caso não seja surdo, ou não tenha ‘a identidade surda’. Essa afirmação de que ‘você não é, logo você não pode’ ocasiona um enfraquecimento de um movimento e de uma pauta que é também política, educacional e de saúde, afinal, as comunidades surdas são compostas por uma pluralidade de existências, principalmente por pessoas surdas, mas também ouvintes. Sobre o feminismo negro, Ribeiro (2017, p. 37) ressalta que essa visão de, por exemplo, somente o negro poder falar sobre racismo, acaba sendo construída em um viés assistencialista que não faz com que os movimentos sociais se pluralizem na busca de uma sociedade mais igualitária.

A autora destaca ainda que falar a partir de lugares é também “romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer pensem” (RIBEIRO, 2017, p. 47). Vamos ao encontro da pesquisadora quando “entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade” (RIBEIRO, 2017, p. 48)”, sendo necessário não os confundir com o tema da representatividade – os quais são muito bem colocados pelos surdos participantes em relação à novela.

Assim, o que a novela analisada nesse recorte acabou fazendo foi uma tentativa de representação das vidas surdas por uma pessoa ouvinte, o que gerou certo desconforto nos participantes quando estes afirmaram: “eu nunca vou deixar uma pessoa ouvinte me representar, N U N C A em qualquer lugar [...] Então eu olho a novela e penso, isso não me representa, não representa os surdos” (P1, Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Ribeiro (2017) ilustra essa problematização quando afirma que uma travesti negra jamais será representada por um homem branco cis (assim como um surdo jamais será representado por um ouvinte), mas o homem branco cis, a partir do seu lugar, também pode teorizar sobre as questões da realidade de travestis negras, logo “a travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem branco cis” (RIBEIRO, 2017, p. 2017) –

neste caso, o surdo sobre a sua, e o ouvinte sobre a perspectiva dele. No entanto, quando olhamos pelo viés da representatividade, novamente vemos que os jogos de força acabam sendo pautados em ‘caixinhas’ ou identidades: a identidade trans, a identidade negra, a identidade surda, a identidade cis e suas séries de verdades instituídas nos processos de subjetivação que acabam sendo assujeitados por essas construções sociais.

Como ouvinte, posso afirmar que sou uma aliada aos movimentos surdos, o que me permite visitar esse local todos os dias, mas não vivenciá-lo ou representá-lo. Discuto as questões que abarcam as comunidades surdas fazendo parte dela sobre um ponto de vista ouvinte, e por isso (também) trouxe as vozes surdas para me auxiliar em questões e perspectivas que eu não teria, afinal, “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p. 40-41). Assim, não negamos que é necessário em alguns momentos as linhas duras e inflexíveis para a transformação das lutas menores em lutas maiores, que garantiram os direitos sociais dos surdos. Todavia, a partir do momento que ela se torna maior decretamos determinados modos de vida e o que pode se transformar em verdades totalizadoras.

Assim, o aprisionamento pela identidade no regime de verdade militante pode culminar nos lugares de fala como justificativa de silenciamento de outras existências e em discursos conservadores que incitam um modo único de vida numa relação opressiva entre jogos de poder polarizados. Essa questão do lugar de fala, quando não compreendida em seu conceito defendido por Ribeiro (2017), pode acabar estimulando uma ideia binária de surdos *versus* ouvintes ou, ainda, do surdismo *versus* ouvintismo⁹³. Faz-se necessário a aliança desse tema em comum que nos une para não cairmos numa espécie de ortodoxia do lugar de fala:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, p. 48).

Dessa forma, essa linha dura do lugar de fala dos surdos construída por essa população se dá na tentativa de uma contra ação aos discursos ouvintes dominantes e os lugares ocupados na sociedade majoritária. Porém, o lugar de fala (também) constrói esse regime de verdade militante a partir de uma série de discursos, normas, comportamentos,

⁹³ O surdismo e o ouvintismo serão discutidos na próxima linha de força. É necessário salientar que “o termo ‘ouvintismo’ teve sua criação baseada na ideia de colonialismo, o qual, entre algumas definições possíveis, pode ser entendido como uma forma de imposição de uma cultura sobre a outra” (LAGES, 2019, p. 19).

práticas discursivas e instituições – sendo base fundante dos processos de subjetivação. Esses pontos tensionados determinam aqueles que podem ou não falar sobre os surdos, sobre a Libras, sobre a educação bilíngue, sobre a identidade surda, ou ainda, quais pessoas fazem parte dessa comunidade e quais não fazem, tendo o efeito biopolítico de controle sobre as vidas quando, ao invés de libertá-las para a constituição de um grupo sujeito (de aliados em luta), as aprisionam no assujeitamento das verdades estabelecidas, incentivados dentre diversos fatores, pelas mídias sociais e, neste caso, televisivas. Assim, acreditamos que mencionar o tema acerca do lugar de fala se faz importante quando afirma a possibilidade de quebra, resistência, respiros, contracondutas, e linhas de fuga ao discurso hegemônico, para além da normalização, padronização, docilidade dos corpos e o identitarismo social.

IV.II.IV) Linha de Força 4 – A defesa da constituição de um privilégio ouvinte

A partir das discussões sobre o lugar de fala e da falta de protagonismo surdo apresentados na mídia e problematizadas no excerto anterior, entramos na última linha de força que constrói esse regime de verdade militante: o privilégio ouvinte. Escolhemos deixar esse tópico para o final desse eixo pois ele se agencia tanto às discussões relacionadas à identidade surda, a educação e o lugar de fala, assim como nos proporciona a entrada para discutirmos o próximo eixo: o regime de verdade de consumo e o jogo neoliberal em que os surdos também estão incluídos. Destarte, a questão do privilégio também foi pauta das entrevistas e está presente como uma linha dura nesse regime de verdade militante.

Teoricamente, o privilégio ouvinte ainda não tem uma definição específica pois possui pouquíssima literatura na área. Mas, podemos tratá-lo, assim como outros privilégios sociais em que a sociedade majoritária impõe como norma em relação à minoritária: brancos/pretos; cisgêneros/transgêneros; heterossexuais/homossexuais; homens/mulheres e, tensionando a nossa discussão, ouvintes/surdos. Todavia, essas manifestações de existência acabam desenhando contornos de linhas duras em territórios forjados novamente pela identidade. Indo ao encontro das concepções de Foucault (1988, p. 97), vemos esses privilégios entranhados nas sociedades em que agem a governamentalidade neoliberal com a presença do “privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel das correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação”, sendo o privilégio ouvinte uma manifestação das sujeições surdas como efeitos possíveis das relações de poder.

Sendo uma pesquisadora ouvinte, faço das palavras de Ribeiro (2017, p. 48) as minhas quando esta afirma que “o fundamental é que os indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de lócus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados⁹⁴”.

João Gabriel, professor, ator e surdo, desenvolve um vídeo⁹⁵ em seu Instagram pessoal no qual afirma que o privilégio ouvinte se dá no acesso a quaisquer estímulos sonoros sem a necessidade de acessibilidade, uso de legendas ou de intérpretes de Libras. Ainda podemos adicionar que essa problematização também se forja numa normalização dos corpos, onde a norma é ouvir e falar o português na modalidade oral, ainda sobre a perspectiva que vivemos em uma sociedade monolíngue. Nas palavras de Fernandes (2022, p.36), o privilégio ouvinte “se refere em como a sociedade é condicionada a beneficiar os ouvintes simplesmente por ouvir, gerando desigualdades e injustiças”. Quando falamos especificamente sobre a educação, em seu estudo sobre as práticas de ouvintização nas infâncias surdas, Fernandes (2022, p. 36-37) afirma que o privilégio ouvinte pode ser manifestado quando ocorre a

[...] imposição da língua portuguesa como única língua possível de ser utilizada seja na modalidade oral ou escrita, vídeos sem legenda, ditados (inclusive em inglês), pouco ou nenhum uso de metodologia visual (fotos, figuras, esquemas, slides, etc.), livros didáticos em português escrito, alfabetização baseada nas relações letras/som que dependem da audição [...], entre tantas outras formas de exclusão.

Para além da área da educação, podemos citar o privilégio ouvinte na construção de vínculos afetivos com a família que fala uma mesma língua; na compreensão de explicações em consultas médicas, bancos, farmácias e outros contextos sociais que apresentam informações na língua portuguesa; mais acesso à cultura, lazer, dentre diversas outras práticas (vale mencionar que estes são aspectos esses já pautados em políticas públicas como apresentamos anteriormente, mas que nem sempre são colocados em prática). Outro ponto que devemos salientar é o mercado de trabalho: os surdos também querem fazer parte dessa governamentalidade; também querem ocupar vagas de empregos; querem fazer parte da disputa pelo mercado; da tal ‘meritocracia’ posta em falas neoliberais; querem ser *Influencers Digitais*, ganhar dinheiro, seguidores e status. Nesse movimento, reivindicam a questão do privilégio ouvinte agenciados a uma lógica capitalista na medida em que o ouvinte tem o

⁹⁴ O conceito de subalternizados é utilizado mais comumente em estudos culturais com base num referencial teórico e perspectivas marxistas. No entanto, trazemos o conceito e o entendemos como potente para mencionar os grupos minoritários e minorizados trazidos nesta tese.

⁹⁵ O vídeo gravado pelo professor teve grande circulação na comunidade no movimento contra os ‘privilégios ouvintes’. O conteúdo pode ser acessado no link de seu Instagram público: <https://www.instagram.com/reel/Ce7EwViJtEI/> Acesso em 08/10/2022.

privilégio de maiores possibilidades de ascensão na sociedade. Dessa forma, faz-se necessário que grupos majoritários compreendam o lugar que ocupam na sociedade e o quanto o privilégio os constitui e os subjetiva. No entanto, segundo Ribeiro (2017, p. 39) “por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam [...] as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos”. Por isso a necessidade de juridicamente resguardar direitos a esses grupos. Podemos ilustrar essa colocação da autora com as falas dos participantes abaixo:

Excerto 6 - Os privilégios ouvintes em contextos sociais

Disparador das falas – A partir de algumas mídias apresentadas, os participantes salientaram sobre o privilégio que os ouvintes têm na sociedade em relação aos surdos, em diversos contextos, porém mais especificamente sobre a problematização sobre as mídias sociais.

P1 - *O surdo no Instagram vai sinalizar, mas não vai ter a parte da fala oral, só a legenda, mas isso é pouco para as pessoas quererem acompanhar. Agora o ouvinte que fala a Libras e tem mais a língua oral, aí sim parece que une e as pessoas começam a seguir. Por exemplo pensa: ganhar x perder. Por exemplo, o ouvinte **ganha** porque ele fala a língua portuguesa oral, ele tem a mesma cultura da maioria das pessoas, consegue ter diálogo, trocas. O surdo, conversa pela língua de sinais, dissemina informação também por meio de legenda, mas ele **sempre vai perder** não tem áudio, é tudo silencioso, apenas com uma legenda ali embaixo, o ouvinte pensa “estranho” [...] aí as pessoas colocam uma música de fundo ou voz, enfim tem diversas estratégias. Então o ouvinte consegue ganhar porque tem essa parte auditiva e mais a Libras e isso é mais do que os surdos podem oferecer [...] é igual o Youtube, ou o Instagram: “olha ele sabe Libras: Oi, tudo bem? Eu vou curtir!” mas ele não sabe Libras, parece que as pessoas esquecem realmente da pessoa surda [...] tem vários youtubers famosos, a Kitana, Gabriel Isaac, a Flávia, mas eles não têm tanta curtida comparado aos ouvintes que são influencers [...] O ator C.C., lindo falando em Libras... as pessoas vão seguir ele. “Nossa ele aprendeu Libras”, então as pessoas vão querer aprender também, porque o C. C. aprendeu. Mas as pessoas preferem por exemplo aprender com um ator do que com o professor surdo. Ele é famoso, ele é bonito, ele trabalha a anos na televisão... (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020).*

P3 - *Odiei esse vídeo [...] eles não vão ver esse vídeo e ficar felizes e orgulhosos. A mulher com certeza vai, ela tem 5 milhões de seguidores, mas o surdo não (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 17/06/2020).*

As problematizações acerca desse privilégio, ou ainda, sobre a perspectiva de que ‘o ouvinte vai sempre ganhar e o surdo sempre perder’ trazido pelos participantes, se atenuou principalmente nas mídias sociais no ano de 2020, com um vídeo postado por um intérprete

de Libras ouvinte que possui um canal com mais de 200 mil seguidores no *Youtube*, que abarca aulas de Libras⁹⁶ e informações sobre temas relacionados à comunidade surda. O vídeo em questão é intitulado “10 coisas que os surdos odeiam” e gerou uma grande mobilização nas redes por um ouvinte estar, segundo os surdos, ocupando espaços e temas em que eles perdem seus lugares de fala. O material abaixo foi feito em português com a interpretação em Libras em sua lateral – realizada também pelo mesmo profissional.

Figura 17 - Recorte do vídeo “10 coisas que os surdos odeiam”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=i4GmIoaaC7w> Acesso em 26/08/2022

O profissional elenca então, 10 coisas que os surdos supostamente odeiam (na justificativa de que, quando ele iniciou na área, não tinha essas informações e, por essa razão, não quer que seus seguidores também não as tenham). Assim, ele aborda algumas ações que os ouvintes fazem e que os surdos não gostam: falar enquanto sinaliza emitindo sons com a boca, cortar o contato visual durante o diálogo, manter uma conversa em português com o ouvinte enquanto o surdo também está presente, resumir assuntos, enviar áudios no *WhatsApp*, fazer mímicas, gritar, chamar o surdo de mudo e, por fim, pedir para que façam leitura labial. Esses discursos trazidos por este intérprete nas mídias sociais também reforça as verdades que foram sendo construídas dentro desse regime militante sobre a ‘identidade surda’ e as linhas duras forjadas na contraposição da normalização dos corpos. Nessa contraposição a um regime de verdade normativo-patológico que preserva os corpos pelo

⁹⁶ O profissional possui um curso online em uma plataforma digital nomeado como MasterLibras⁹⁶. As informações sobre o curso on-line e os serviços oferecidos pelo intérprete podem ser acessadas no site: www.oportaldalibras.com. A primeira frase da página online é “Milhares de brasileiros estão aprendendo Libras do zero mesmo sem ter contato com os surdos [...] tudo isso sem ter que passar anos estudando Libras”.

delineamento da deficiência, constrói-se outro modo de vida que carrega do mesmo modo o peso de ser um outro – mas um outro que pode minar a construção de

[...] seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência [...] a partir do momento em que os grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhes dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 46).

No entanto, segundo a comunidade surda, por mais que essas verdades trazidas no vídeo acima perpassem os processos de subjetivação de vidas surdas, elas não poderiam ser trazidas por um ouvinte mais uma vez nessa relação de dependência da identidade – assim como traz Guattari e Ronilk (1996) na afirmação acima. A partir desse vídeo, diversos surdos como Rodrigo Custódio, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, tensionaram o material e produziram respostas à publicação do intérprete debatendo esse tema nas redes sociais.

Figura 18 - Paródia elaborada por Rodrigo Custódio em seu Instagram em resposta ao vídeo “10 coisas que os surdos odeiam”



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CDKmGIbJaCf/?igshid=YmMyMTA2M2Y=> Acesso em 29/08/2022

O vídeo acima tem cerca de um minuto e se passa com o professor fazendo dois personagens: o surdo (de camiseta vermelha) e o *influencer* ouvinte (de óculos escuros). O *influencer* oferece café para o surdo, que experimenta e faz uma expressão desagradável. Nesse momento, a representação do *influencer* no conteúdo apresentado corre para gravar o vídeo falando que todos os surdos não gostam de café. Em seguida, o personagem surdo

chega e desmente a história, afirmando que sua expressão de desaprovação era somente pela falta de açúcar. Ele pega o controle, ‘desliga’ o *influencer* e sai de cena. Segundo Mendes e Romualdo (2021, p. 11) o vídeo produzido por Rodrigo constrói “um absurdo, como o suposto ódio de todas as pessoas surdas por café, gerando humor [...] por meio da ironia, que nem todos os surdos odeiam uma única coisa, e que o ódio por café era, na verdade, falta de açúcar”. Assim, a produção do intérprete teve grande repercussão pela questão tanto do privilégio quanto pelo lugar de fala na centralização do ouvinte, e na essencialização da pessoa surda como se fossem objetos de apresentação e representação ouvinte. No entanto, se por um lado devemos sempre problematizar os privilégios que temos na sociedade (nesse caso o ouvinte); por outro, essa discussão também pode acabar novamente na luta dicotômica entre o ouvintismo e o surdismo.

O ouvintismo, segundo Skliar (1998), é “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Sobre isso, Perlin (1998, p. 58) reitera que

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode compreender o ouvintismo sem que este seja entendido como uma configuração do poder ouvinte em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, [...] onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber. Academicamente esta palavra – ouvintismo – designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização.

Já o surdismo, segundo Nora (2016, p. 196) “é um termo usado informalmente, em diferentes contextos da surdez, para fazer referência, por oposição, ao ouvintismo”. É nesse sentido que vou ao encontro de Kogawa e Silva (2022, p. 253) quando estes defendem que os discursos progressistas podem se engendrar em ‘devemos nos unir’. Essa união, segundo os autores, “é uma verdade tão funcional no interior do progressismo quanto utópica. Não há como, no interior mesmo de um grupo, todos pensarem e defenderem os mesmos ideais [...]. Aliás, à luz de Foucault, o caminho para uma postura realmente revolucionária implica certa solidão teórica (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 253). Nesse regime de verdade militante, essa linha do privilégio ouvinte abre a discussão dicotômica, igualmente para uma luta identitária pela diferença linguística. Assim, quando vemos esse tipo de discurso tentando delimitar as diferenças surdas e as assujeitar em determinadas verdades, acabamos vendo um “paradigma da expressão escancarado nas redes sociais, longe de dar vazão à tão sonhada Liberdade de ‘ser o que quisermos’, é mais um espaço para padronizações culturais e formas de controle tão limitadas quanto as de décadas atrás” (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 238 – aspas dos autores).

Em suma, a partir dessas linhas de força apresentadas e cunhadas com base nas mídias sociais selecionadas sobre a identidade pela língua de sinais, a educação maior bilíngue, o lugar de fala e o privilégio ouvinte, podemos dizer que o regime de verdade militante se faz sim necessário para criarmos outras formas de existência, “no entanto, isso é apenas a manifestação prática de uma verdade – ou conjunto de verdades [...] sobre o que o sujeito deve ser na mentalidade progressista” (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 255). Nesse sentido, vamos ao encontro dos autores quando estes afirmam que “à luz de Foucault, [...] o sujeito reduzido à militância impõe um padrão [...] aprisionante de identificação. E isso é singularmente preocupante, já que, [...] o pensamento progressista se apresenta como aberto, disposto a aceitar as diferenças e a incorporar as contradições” (KOGAWA; SILVA, 2022, p. 256). Assim, na tentativa de uma desterritorialização de um território normativo-patológico, se tem a reterritorialização em um território surdista – identitarista – militarista (seria esse tão conservador quanto território ouvintista?). Como compartilho do pensamento de que as verdades são sempre múltiplas e não absolutas, assim como nos mostra Michel Foucault, para finalizar essas discussões, recorro pela última vez aos estudos de Kogawa e Silva (2022) não dando uma resposta fechada às tensões produzidas nesse tópico, mas sim reformulando a pergunta que fizeram em suas problematizações: afinal, do que adianta libertar-se do ‘ouvintismo’ e assujeitar-se a (outro) imperativo identitário?

IV.III) Regime de verdade de consumo: agenciamento entre as linhas duras dos territórios surdos, normativo-patológico e militante

Para além da identidade pela língua, na triangulação, ou melhor, em um agenciamento entre o regime de verdade normativo-patológico e o militante, apresentamos o nosso último eixo analítico: o *regime de verdade de consumo*. Podemos definir essa publicização, num movimento parecido com a análise que Guattari e Ronilk (1996) fazem sobre a contraposição entre as rádios estatais e os rádios livres na França e que ganharam grande peso político por volta da década de 80. Nas palavras dos autores “os meios publicitários, querendo fazer propaganda nas grandes cadeias de rádio, visavam principalmente as populações locais e setoriais, que lhes dariam o retorno desejado” (GUATTARI; RONI, 1996, p. 104).

Quando falamos dessas populações locais, podemos nos voltar à comunidade surda a partir desses materiais que têm sido analisados nesta pesquisa e que estão disponibilizados na internet. Assim, a língua de sinais e, conseqüentemente, os surdos, estão ganhando cada vez

mais espaço e visibilidade, e construindo novos discursos e verdades possíveis. Mas, em contrapartida, se materializam e se aprisionam em um regime de verdade de consumo. Dessa forma, podemos dizer que se já tínhamos contato com o regime de verdade normativo-patológico e o militante – os quais emergem em diferentes contextos sociais nas comunidades surdas, o de consumo se enraíza ainda mais pela presença dessa população e da pulverização de novas pautas que agora circulam nos dispositivos midiáticos e que também culminam em novos processos de subjetivação “através da incorporação massiva [...] da informática, da ciência dos robôs, *através do peso cada vez maior dos equipamentos coletivos e da mídia*” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 26 – grifos meus).

No entanto, para além dos equipamentos coletivos e da mídia, tanto esse como os outros dois eixos que apresentamos aqui e suas linhas de força, estão agenciados a um desejo de consumo: o consumo de bens, de trabalho, de conteúdos midiáticos, de aparição, de representatividade, de formação, e de educação. Pela língua de sinais, hoje a comunidade surda também consome em diferentes contextos sociais em que se filiam os processos de subjetivação capitalística no jogo neoliberal. A Libras, hoje agenciada como um dispositivo biopolítico numa sociedade governamental de segurança, controle e conduta sobre as vidas, produz desejos que se alinham a essa lógica. Assim, se os outros regimes de verdade se embasam em diferentes identidades sociais, podemos dizer que o regime de verdade de consumo, afirmado e pulverizado pelas mídias sociais também está associado e aprisionado por uma identidade de comercialização e por uma identidade de consumo.

Ao comercializar a língua de sinais, ela vai chegando em um discurso maior, em uma língua maior, ganhando adesão nas mãos de quem propaga tanto os discursos militantes, como os conservadores no espaço midiático. Assim, ao mesmo tempo em que temos essa aparição da comunidade produzindo regimes vigentes de verdade como o de consumo, novos processos de subjetivação de vidas surdas se engendram como um potente público consumidor de conteúdos online. Nas palavras de Guattari e Ronilk (1996, p. 34 – grifos meus) “é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, *tecnológicas de mídia*”. Um dos movimentos que vemos atualmente com a publicização da comunidade surda é que, para além das narrativas de defesa da língua, a importância se dá na circulação social em contextos que, anteriormente, a Libras não estava presente, assim como nas mídias sociais e televisivas (o que por um lado pode conceder mais poder e visibilidade para essa língua, e por outro, pode culminar em discursos microfascistas) “de forma agressiva de publicidade para ampliar as próprias lutas” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 117).

No mesmo movimento que desenvolvemos os outros dois regimes de verdade, esse também foi dividido em algumas linhas de força em sua construção, sendo elas: *Linha de Força 1 - A captura neoliberal da comunidade surda: sujeitos que consomem, competem e produzem*; *Linha de Força 2 - A folclorização e romantização das subjetividades e formas de vida surdas*; *Linha de Força 3 - Acessibilidade na constituição dos direitos sociais e afirmação das existências surdas*; e por fim, *Linha de Força 4 - Visibilidade social pela Libras*.

IV.III.I) Linha de Força 1 - A captura neoliberal da comunidade surda: sujeitos que consomem, competem e produzem

Dando continuidade à costura da última linha de força do regime de verdade militante – que discorre sobre o privilégio ouvinte, trazemos esse recorte analítico sobre a racionalidade neoliberal. Mas, por quê? Porque a discussão sobre o privilégio ouvinte também se pauta nas maiores oportunidades de trabalho dessa população; de poderem estar em lugares de protagonismo na sociedade; de consumirem ou produzirem conteúdos na internet – sejam eles materiais ou informativos com mais seguidores, mais inscritos, mais comentários, mais *likes*; de competirem por uma vaga de emprego; de ascenderem socialmente; de estarem dentro das universidades públicas do país com uma base educacional de qualidade; dentre diversas outras pautas que perpassam a lógica neoliberal e consolidam o discurso da meritocracia. Por esses tantos quesitos, o neoliberalismo aqui também se engendra como uma linha dura nesse regime de verdade de consumo na comunidade surda.

Todos querem fazer parte do jogo neoliberal para além das identidades – sejam surdas ou ouvintes, e dos privilégios que as populações majoritárias têm em relação às minoritárias. Aliado a eles, os processos de subjetivação também perpassam essa racionalidade, os discursos, as práticas, as verdades e as formas de conduta que são construídas nessa arte de governar na qual nos assujeitamos. Quem nunca se pegou, por exemplo, com um desejo de consumo? Ou diante de uma cobrança por não estar produzindo o quanto deveria? Ou competindo por uma vaga de emprego, por um lugar social? Quando olhamos para a comunidade surda, Cabello e Martins (2021, p. 15) afirmam que quanto mais submersa nas “práticas de governo, mais os sujeitos se dirigem por si mesmos aos fins do regime neoliberal, promovendo a utilidade necessária pelo/para o Estado e para a adequação ao funcionamento ativo de seus corpos às finalidades de mercado”. Assim, apesar das possibilidades de fuga, somos assujeitados ao neoliberalismo.

A racionalidade neoliberal também se torna solo fértil para o capitalismo, isto é, as subjetividades capitalísticas já trazidas no capítulo I da presente tese se enraízam, sendo as responsáveis pela fabricação de sujeitos em série. Para Guattari e Ronilk (1996, p. 38) o “indivíduo sempre existe, mas apenas enquanto terminal; esse terminal individual se encontra na posição de consumidor de subjetividade”. Assim como nosso foco é o assujeitamento da comunidade surda aos dispositivos biopolíticos midiáticos e essa publicização dos discursos surdos, tais engrenagens precisam de seus seguidores para existir, assim como seus seguidores necessitam dela para uma série de questões estabelecidas nessa sociedade capitalística em redes (digitais, sociais): o reconhecimento, a popularidade, a aceitação, a produção, a competição e o consumo de conteúdo. Cada máquina possui seus agenciamentos aos corpos individuais e coletivos, porém, sempre com um mesmo objetivo: a captura das subjetivações, dos desejos, dos pensamentos, e da submissão ao sistema neoliberal capitalista, afinal, “nesta lógica neoliberal há uma flexibilização das normas, uma vez que o importante é capitalizar as vidas” (COSTA; BRODBECK, 2019, p. 420).

Assim, a partir desse solo neoliberal podemos analisar alguns pontos das criações midiáticas apresentadas anteriormente. Quando voltamos para a mídia 1 (propaganda publicitária), apesar do menino ser surdo – o que de certa forma procurou dar ‘representatividade’ a esse público pelo viés da identidade, a propaganda não mostra acessibilidade em diversos quesitos para que os telespectadores surdos compreendam a informação em sua completude. Todavia, na lógica capitalista em que estamos inseridos, para as próprias empresas que planejam essa publicidade, a principal mensagem que deve ser divulgada é a respeito do produto que está sendo vendido, e isso de certa forma é transmitido a partir das imagens dos perfumes que são apresentados: “há um apelo emocional que permite a capitalização de tudo, a vida passa a ser subsumida” (COSTA; BRODBECK, 2019, p. 421). Pelas lentes desse sistema neoliberal capitalista de vidas, o foco se dá na incorporação das marcas em trazer cada vez mais nichos de consumidores para seus produtos, e isso em si já basta – independentemente de usarem de um público, uma causa, uma luta, ou uma língua para essa captura. Os surdos – se vendo possivelmente representados pelo identitarismo que a língua acarreta, podem se tornar consumidores em potencial da marca, como estratégias de governamento que visa conduzir as condutas surdas dentro do jogo de mercado. Nas palavras de Kraemer e Thoma (2011, p. 90) “no governo da população, neste caso da população surda, coloca-se em funcionamento uma ampla gama de recursos para viabilizar a participação desses sujeitos” nessa lógica de consumo.

Já na segunda mídia, isto é, o material desenvolvido pela *influencer digital*, podemos problematizar sobre o enfraquecimento de pautas importantes trazidas pela comunidade surda. Pela ação da biopolítica, os surdos podem se sentir representados e com a sensação de que a língua de sinais está sendo divulgada – principalmente por pessoas que tem um grande alcance midiático. No entanto, essa inclusão é novamente promovida para que entrem numa lógica neoliberal e sejam colocados dentro das normas desejantes e consumidoras de conteúdo na internet, afinal, “na engrenagem neoliberal, todos são importantes no sentido de que ninguém pode ficar de fora de sua malha de regulação (MACHADO; LUNARDI-LAZZARIN, 2010, p. 25)”. Kraemer e Thoma (2011, p. 5) complementam que “somos todos incitados, seduzidos, convocados a entrar e participar do jogo econômico que nos transforma em indivíduos microempresas” – e a comunidade surda se enquadra nesse movimento. Quando voltamos as mídias sociais, todos os sujeitos têm seus direitos de consumirem conteúdo na internet, sejam eles em quais plataformas forem. A questão é quando o produto está sendo divulgado apenas com a intenção da captura e não com a finalidade de inclusão, visibilidade e acessibilidade linguística. Em outras palavras, podemos dizer, a partir de Carvalho e Martins (2016, p. 394), que “se a língua de sinais não se coloca em posição de possibilidade de enunciar conteúdos, o apagamento da surdez é inevitável, ou melhor, promove-se o silenciamento do surdo”.

Quando nos referimos à quarta mídia, o conteúdo apresentado também tem a potencialidade do ator conseguir mais fama, seguidores e, conseqüentemente, mais consumidores para os produtos que ele divulga em suas redes sociais. Essas estratégias construídas pelos produtores de conteúdo "são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, mas também criar o interesse de cada um para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado" (LOPES, 2009, p. 155). Assim, se os produtores de conteúdos ouvintes estão buscando a ampliação de suas redes de influência, os surdos também sentem o mesmo desejo, assim como afirma o P1 sobre a mídia 4 problematizada: “*esse ator, C.C. podia abrir uma porta para o surdo entrar nesse momento*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Isto é, a comunidade surda também se subjetiva no neoliberalismo, constituindo “nos sujeitos surdos uma conduta potencialmente produtiva e participativa” (KRAEMER; THOMA, 2011, p. 90). Podemos ilustrar essa analítica com as falas dos participantes apresentadas a seguir.

Excerto 7 - Comercialização da Libras

Disparador das falas – Os participantes salientaram alguns pontos em comum sobre os materiais disponibilizados, que perpassavam o ganho dos produtores de conteúdo em cima da comunidade surda e da língua de sinais.

P1- [...] parece que ela quer vender a língua, ganhar dinheiro com isso. [...] você percebe que tem algumas coisas legais, por exemplo, as Lives de música, com os intérpretes, mas, por exemplo, a sociedade, o Instagram, Facebook, Youtuber famoso que tem muitos seguidores, pegam a Libras para mostrar que sabem [...] Também a mulher que fez a datilologia, podia falar “ah eu aprendi com meu professor surdo, ele está me ensinando” mostrar, colocar o nome [...] precisa dessa troca. **Ela quer ganhar? Nós queremos ganhar também.** Hoje em dia parece que ‘eu quero aparecer, quero fama’ (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2- *Eu acho que eles querem likes* [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P3- *No Instagram, esse vídeo aí que a mulher soletra, os ouvintes vão ver aquilo e dar muitos likes para ela [...] como que um vídeo desse tem tantos likes assim?* [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 17/06/2020).

P4- *Eu acho que ela pensa só “Ah aprendi isso daqui, estou orgulhosa, vou gravar e postar no Instagram” [...] Porque agora tem muitas coisas na internet, não tinha né? Na época que eu estudava não tinha. Hoje tem bastante, mostra bastante.* (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 05/07/2020).

Na perspectiva dos participantes, o intuito dos produtores de conteúdo acaba sendo a fabricação de mais consumidores, mais telespectadores, mais seguidores, mais fama, mais alcance, mais *likes*. No entanto, é necessário salientar que todos os criadores das mídias analisadas acima estão imersos em uma racionalidade neoliberal, propagando materiais que podem ser vistos e consumidos, independentemente de quais ‘armas’ precisem para alcançá-los. No caso dos surdos foi pela língua, percebendo o quanto a condição linguística é porta de entrada para o consumo desses materiais. O P1 salienta que essas produções estão sendo forjadas na atualidade “*porque hoje a Libras está na moda [...] a pessoa quer mostrar que sabe Libras pra conseguir curtidas*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/06/2020). Não estamos aqui com a pretensão de colocar as pessoas que propagam esses conteúdos como vilãs/inimigas da comunidade surda, e sim mostrar que todos estamos dentro dessa lógica que não nos deixa escapar e que, além disso, queremos fazer parte e trazer mais possibilidades de ‘seguidores’ de nossos ‘conteúdos’ em rede. A inclusão na lógica

publicizada ganha outra conotação: trazer mais seguidores para acessar ao canal digital ‘vendido’.

Todas essas movimentações, o uso da Libras, os vídeos, e os materiais, fazem parte dessa linha molar que produz também os sujeitos surdos que competem, consomem e produzem. Como alegoria desses novos discursos que compõe o regime de verdade de consumo, podemos salientar os lugares de destaque que os surdos ocuparam esse ano no Rock in Rio que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 02 e 11 de setembro. Em articulação ao regime de verdade militante acerca da representatividade surda, mas contrário aos discursos apresentados sobre a música por um dos participantes, de não fazer parte da cultura surda, Léo Castilho, surdo, educador, *influencer digital*, e agora intérprete de Libras, tomou conta do palco *Sunset* do festival musical.

Figura 19 - Atuação de Léo Castilho como intérprete surdo no Rock in Rio



Fonte: <https://www.librasol.com.br/rock-in-rio-2022-tradutor-de-libras-se-destaca-no-palco-sunset>. Acesso em 15/10/2022

Com a alegoria acima, podemos dizer que o neoliberalismo afeta a produção dos sujeitos e as criações de novos regimes de verdades, como o de consumo. Os surdos, subjetivados pelo e no capitalismo, fabricam outros discursos da relação com a música a partir do momento que também ganham um lugar de destaque, de visibilidade e de protagonismo para interpretá-la. É necessário agora passar a ver os sujeitos surdos como indivíduos de interesse, competitivos, que possam ser empresários de si e concorram no mercado com outros empresários que governem a si mesmos: a individuação ganha no neoliberalismo sua máxima potência. Nesse movimento, Terceiro (2015, p. 43) afirma que “o que está em jogo é

a participação de grupos excluídos, marginalizados e minoritários no ambiente da comunicação e da produção audiovisual”, para que todos entrem nessa lógica neoliberal de competitividade e, principalmente, de consumo.

Quando a língua de sinais parece estar em evidência, fica difícil estar atento às capturas biopolíticas propostas nessa rede de sedução uma vez que é complexo resistir a racionalidade neoliberal, afinal, ela se constitui “para além de uma forma de economia de mercado, mas como forma de vida” (CAMATTI; LUDARNI-LAZZARIN; 2020, p. 774). E por que a identificação com conteúdos em Libras? Acredito que porque toda captura, seja de ouvintes ou surdos, é feita em primeira instância pela língua e demarcada pela identidade que nos aprisiona. Essa representatividade, baseada na concepção do identitarismo, é vendida pelas mídias apresentadas acima e podem ocasionar a fabricação de subjetividades capitalísticas seduzidas por esse tipo de conteúdo, minando as diferenças por meio dos dispositivos biopolíticos midiáticos.

Dessa forma, acabamos fazendo parte desse grupo assujeitado que, muitas vezes, não tem o controle de suas próprias condutas, que não reflete sobre esses pontos, ou que até mesmo reflete, mas não consegue nessas relações de poder ‘nadar contra a maré’. Isso acontece, por exemplo, quando tratamos da indústria da beleza, e como as mulheres acabam sendo, em muitos casos, reféns de uma norma social estabelecida sobre como devemos ser, nos portar, qual o físico, o cabelo, a pele, ou a cor que devemos ter – ou ainda, quais procedimentos estéticos devemos comprar e nos curvar para atingir a jovialidade em ‘chuvas’ de ‘*botox*’ e ‘ácidos hialurônicos’ com a promessa do colágeno eterno. Quando nós mulheres nos vemos fora dessa norma, por mais que tenhamos consciência dessa subjetivação capitalística em que nos encontramos, é difícil contra-conduzir a ela: nós buscamos em nossos corpos fazer parte dessa normalização do padrão.

Em suma, nesse contexto biopolítico dos vídeos apresentados anteriormente, faz-se viver a Libras e pode-se deixar morrer a diferença surda, ou seja, as pluralidades de vidas e a especificidade destes corpos em sua singularidade, pela forma que o identitarismo tem se aliado aos conteúdos produzidos nos dispositivos midiáticos, na medida em que a representatividade surda coloca esse corpo em competitividade de *likes* e o faz ser ‘influenciador’ de vidas. Nas palavras de Carvalho e Martins (2016, p. 409) “não basta o surdo não falar como a população falante e ser silenciado, mas é preciso que ele seja absorvido nesta população até se tornar um surdo invisível socialmente” (CARVALHO; MARTINS, 2016, p. 409). É necessário resistir para que as diferenças e existências surdas não

sejam resumidas ao olhar folclórico da sociedade. Inclusive, é sobre ele que iremos tratar agora.

IV.III.II) Linha de Força 2 – A folclorização e a romantização das subjetividades e das formas de vidas surdas

Numa continuidade da linha de força que retrata os surdos como sujeitos que consomem, competem e produzem, apresentamos o processo de folclorização das subjetividades surdas. A partir da racionalidade neoliberal, há o intuito de trazer os surdos para o jogo de mercado em diversas produções midiáticas – como as que serão aqui analisadas. Tendemos à percepção de que as existências surdas acabam sendo folclorizadas e romantizadas pela forma em que são abordadas e apresentadas para o público. Quando falamos em folclorização, queremos dizer sobre as formas de apresentação das vidas surdas baseadas em essencialismos que as objetificam. Nas palavras de Meneses (2020, p. 5 – aspas do autor) “a folclorização, a morte do belo de que fala Michel de Certeau, o exotismo, o romantismo são variantes da mesma atitude; saborear ou ‘curtir’ a diferença que constitui o Outro, como uma curiosidade, [...] como espetáculo ou ‘show’ surrealista, [...] e mesmo, fantástico”. Nessa linha molar, traremos algumas analíticas e falas dos participantes surdos que mostram, pela lógica da biopolítica, esse apagamento das existências sob um olhar assistencial da comunidade surda, tornando-os como parte de um público que necessita de ajuda, de caridade e da ‘boa vontade’ dos criadores de conteúdo (neste caso), para auxiliar na divulgação de temas relacionados à comunidade surda.

Começando pela mídia 1, como já apresentamos no regime de verdade militante, a educação bilíngue de surdos é regida por algumas normas estabelecidas pelo Decreto 5.626/05, como por exemplo, a presença de instrutores surdos, intérpretes de Libras, professores bilíngues e pares concomitantes para a troca linguística. No entanto, o que aparece na propaganda publicitária é exatamente o contrário: a ausência desses profissionais e o aluno surdo sozinho em sala de aula. Esse cenário é passado de uma forma romântica sobre as existências surdas e o modo de educação que ainda enfrenta diversas barreiras de implementação nas escolas regulares do país. Essa folclorização ocorre a partir da sensação de que, o aluno treinando sozinho em casa e conseguindo realizar a apresentação junto com os outros estudantes, supera suas ‘limitações’ pessoais e educacionais. No entanto, essa encenação, mesmo romantizando o tema educacional, produz certo sentimento de ‘pertencimento’ aos surdos e ‘compaixão’ às pessoas ouvintes, aproximando um novo nicho

consumidor da marca: a população surda que ao se ver na propaganda pelo viés da identidade, a representação, ou melhor, a publicização de sua comunidade e de sua língua. Assim como afirma o P4, “*é uma divulgação para bastante pessoas que veem a televisão saberem que tem muito surdo e pessoas com dificuldades [...] (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).*”

Quando pensamos sobre a mídia 3, a novela ainda é feita para a maioria da população constituída por pessoas ouvintes. Essa objetificação do corpo surdo, a voz da atriz estereotipada, a centralidade do português na modalidade oral ou no bimodalismo e a boa comunicação com a família, são pontos que romantizam as vivências surdas que perpassam por diversas barreiras comunicativas dentro das instituições familiares. A biopolítica, nesse caso, pode se constituir em um “organismo de massificação” (SOUZA; GALLO, 2002), criando generalizações da sociedade majoritária ouvinte ao enxergar os surdos derivados de um campo de saber clínico, gerando uma necessidade reparadora.

No entanto, por mais que os discursos conservadores dos corpos surdos existam, a publicização, mais uma vez pelo viés identitário, se encontra presente com resquícios da língua de sinais presentes. Segundo o P2, “*é bom mostrar, fico feliz porque mostra a Libras, mesmo que seja uma pessoa fingindo, eu gostei [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).*” Aí temos um duplo ganho na racionalidade neoliberal capitalística: os surdos são capturados trazendo mais telespectadores para a novela, e a sociedade majoritariamente ouvinte acompanha parte dessa cultura – porém, em um viés folclórico, não mostrando a realidade de famílias ouvintes com filhos surdos e preservando a fabricação do sujeito pela deficiência sem a concepção das subjetividades surdas a partir dos contornos da diferença.

Quando analisamos a mídia 4 desenvolvida pelo artista, a representação de uma pessoa pública que trabalha na televisão onde os surdos podem ter acesso (mesmo que não tenham acessibilidade), novamente causa a sensação de pertencimento, e de divulgação de informações sobre a comunidade e a língua de sinais, assim como afirma o P4: “*ver uma pessoa muito importante, por exemplo o ator, querendo ajudar as pessoas surdas [...] (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 08/07/2020).*” Mais uma vez pelo viés identitário e assistencial, o participante usa o sinal ‘ajudar os surdos’ trazendo a ideia de que só as pessoas ouvintes podem trazer suas vidas para dentro do contexto de cidadania, ainda que romantize ou retrate a vida surda de forma emblemática. Vemos que, tanto pela língua quanto pelo consumo de conteúdo na internet, os surdos passam a ser vistos nestes espaços e por contextos de fama que antes não eram conquistados – mesmo que o material apresentado seja um dos

únicos que o ator produziu em língua de sinais. Segundo Martins (2008, p. 200), esse tipo de produção “homogeniza e comercializa a cultura oferecendo como produto a ser consumido pelas massas populares”. Temos no vídeo um ouvinte famoso que está aprendendo a sinalizar e um homem surdo tecendo elogios sobre essa divulgação que ele faz da língua.

Figura 20 - Comentário surdo sobre o vídeo do ator



Fonte: Retirado da mídia social *Youtube* em 24 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PP7aNuYzcIA&t=32s>

Sobre a fala do apresentador surdo apresentada na imagem acima, podemos ir ao encontro de De Certeau (2001, p. 146 – aspas do autor) quando este afirma que

Permanecer nessa representação cultural é entrar no jogo de uma sociedade que constitui o cultural como espetáculo e que instaura por toda parte elementos culturais como objetos folclóricos de uma comercialização econômico-política [...] se nos prendermos a uma representação cultural, ficaremos nesse ‘teatro’ que comportará também [...] personagens bretonizantes.

De uma forma geral, a possibilidade de visibilidade, representatividade e reconhecimento pela sociedade majoritária em grandes meios de divulgação, aproxima os surdos a essa romantização, instrumentalização e folclorização que De Certeau (2001) nos aponta (só que na teatralização da língua, da comunidade, e das formas como objetificam esses corpos). Nas palavras de Meneses (2020, p. 5) “a cultura diferente não é tomada a sério, e sim como uma diversão dos espectadores que a consomem”. Assim, ainda que se mostrem em um movimento progressista de militância, e sendo assujeitados por outras verdades que não as de um saber clínico (no regime de verdade de consumo), esses processos de subjetivação afirmados e reforçados pelas mídias sociais perpassam outro ponto em comum: o

desejo de produzir e capturar o outro pela identidade de consumo, ainda que para isso faça uso da estratégia de agenciar o outro sob o ‘olhar da pena’, pela lógica assistencial, da necessidade de ajuda, se vinculando novamente ao bojo tradicional nessa concepção assistencialista sobre a comunidade surda.

Excerto 8 - Assistencialismo e romantização da língua pelo olhar dos participantes

Disparador das falas – A partir do questionamento sobre os quatro vídeos, alguns pontos foram salientados num viés assistencialista de ‘ajuda’ a comunidade surda.

P1 – [...] a divulgação em massa da Libras, do surdo, nas redes sociais, nas novelas, no Instagram, isso ajuda a criar consciência das pessoas [...] essa aparição ajuda na consciência das pessoas, a respeitar mais, a ter mais empatia (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2 - [...] o primeiro eu gostei, mostra a autoestima do surdo melhorando, mostra ele usando Libras [...]. No quarto vídeo, tem o ator que começou a frequentar a comunidade, surda, começou aprender Libras, espero que ele continue [...] mostra um apoio da comunidade surda. Porque todos os atores estão sempre falando o português, ter um que saiba Libras ajuda [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).

P4 - O mais legal é o terceiro, o jeito que mostra, é uma coisa mais legal para mostrar para comunidade surda [...] você consegue ver que o pai está se esforçando, conversando devagar, não sabe o sinal, mas conversa devagar, de frente, abrindo a boca devagar para a filha entender e com sinais para ajudar [...] e no quarto vídeo, uma pessoa que ajuda o surdo, mostrando que sabe conversar em Libras. Eu achei legal [...] porque é uma pessoa que está com vontade de ajudar os surdos. [...] Porque tem muitas pessoas, que não tem vontade de ajudar [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/07/2020).

Como no excerto acima, ainda que os discursos comercializados folclorizem e romantizem a Libras e essa população, os surdos se veem presentes na possibilidade de consumirem esses conteúdos que estão sendo produzidos por pessoas que ‘queiram ajudar a comunidade surda’. Mas, a nosso ver, essa ação repercute em uma lógica capitalista e neoliberal, que também auxilia os processos de folclorização e romantização desse público e potencializa os processos de subjetivação capitalísticos. Nessa conjuntura, Meneses (2020, p. 5) afirma que “parece interessar-se pelo Outro, mas de fato o desrespeita, ao tomá-lo como espetáculo e objeto de consumo”. Dentro desse regime de verdade de consumo, vemos a própria comunidade surda se voltando para um campo de saber normativo-patológico no qual delinea os sujeitos pelas linhas da ‘anormalidade’, conservando o corpo ‘deficiente’ e corpo em falta (como um corpo visto sob a perspectiva da pena, o ‘coitado’) num olhar assistencial

que impera a necessidade de ajuda, objetificando os sujeitos pelas práticas discursivas e fazendo deles algo folclorizado – tal como forjados pela estratégia biopolítica.

Assim, todas essas mídias selecionadas por esse viés assistencialista e pela lógica da biopolítica, têm o potencial de produzir um material folclórico sobre uma comunidade, uma língua e um sentimento de pertencimento do sujeito à sociedade. É fundamental que estejamos atentos sobre a forma com que essa informação está sendo divulgada – principalmente por pessoas com grande influência midiática. Esses tipos de materiais citados só “mantém interna e externamente o mito de nação ‘monolíngue’, tornando, assim, invisíveis suas ‘minorias’ linguísticas e socioculturais [...] Nesse contexto é que se instala o prestígio de determinada norma da língua portuguesa e apagamento das línguas nacionais minoritárias” (CÉSAR; CAVALCANTI, 2007, p. 50 – aspas dos autores).

Esses materiais coletados e analisados nesta tese representam uma forma de saber que circula onde o discurso biopolítico alastrado no seio social possibilita esse tipo de criação de conteúdo. Porém, esses conteúdos apresentados são somente alegorias, isto é, agentes que representam essa produção e a captura de uma subjetividade folclorizada do outro. Nessa lógica, pouco importa quem a está representando ou como tem sido feita essa divulgação. No entanto, na fabricação desses dispositivos midiáticos, alguns pontos cruciais são deixados de lado como, por exemplo, a acessibilidade, a qual iremos discutir a seguir.

IV.III.III) Linha de Força 3 - Acessibilidade na constituição dos direitos sociais e afirmação das existências surdas

Segundo a Lei 10.098 de 2000 (BRASIL, 2000), acessibilidade significa a “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e *meios de comunicação*, por pessoa portadora⁹⁷ de deficiência” (s/p, grifos meus). No entanto, para a implementação da acessibilidade no país, encontramos algumas barreiras como a arquitetônica, a urbanística, a de transporte, edificação e comunicação – sendo esta última “qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa” (BRASIL, 2000, s/p).

Nesse campo de saber jurídico, podemos dizer que outro fator que constrói esse regime de verdade de consumo e se agencia à linha de força de folclorização e romantização

⁹⁷ A nomenclatura utilizada hoje a partir da LBI (BRASIL, 2015) já foi atualizada para pessoa com deficiência.

da comunidade surda se constitui pela petição da acessibilidade, já que a falta dela se faz presente nas mídias acima e vai de encontro a normativa estabelecida. Isto é, apesar dos participantes surdos manifestarem a importância na divulgação de conhecimento sobre a língua e serem capturados por esses dispositivos, outro ponto salientado foi a falta de acessibilidade. Parece-nos que, como tática de agenciamento do outro à lógica da biopolítica, os criadores de conteúdo produzem um material folclórico, usando a Libras como instrumento de ‘engajamento’, mas não oferecem a acessibilidade efetiva para que os protagonistas dessa comunidade entendam todas as informações que estão sendo divulgadas.

Como afirmamos no início desse capítulo, o regime de verdade de consumo está agenciado ao regime de verdade normativo-patológico e militante, e suas linhas se convergem, ou seja, se complementam. Assim, a acessibilidade linguística se faz crucial dentro de um regime de verdade militante dado que ela é um direito social garantido por Lei. No entanto, escolhemos retratar a linha de força de acessibilidade no regime de verdade de consumo, exatamente pela forma como ela tem sido construída nesses dispositivos midiáticos biopolíticos, numa espécie de acessibilidade folclórica ou, no jargão popular, para ‘inglês ver’, onde o importante é a venda do discurso inclusivo, muito mais do que sua implementação de fato. Todavia, reforçamos que “os surdos já estão nas redes. Mesmo com ambientes não adaptados” (COLACIQUE, 2013, p. 48).

Assim, quando voltamos para as mídias aqui analisadas – por exemplo, a primeira, apesar dos surdos entenderem a mensagem principal do comercial sobre a venda do produto, eles não têm acesso a qual música está sendo tocada e em qual língua ela é; ao aviso da professora no início do comercial; à fala da narradora sobre o produto no final; além de que a propaganda não tem janela de Libras⁹⁸, nem legenda⁹⁹ em português, e as câmeras cortam a imagem do menino sinalizando todo o tempo – o que deixa a informação para o surdo incompleta. Por mais que a maioria das novas televisões vendidas hoje no mercado tenham o sistema *Close Caption (CC)*¹⁰⁰, as legendas acabam omitindo conteúdos e falham, sendo

⁹⁸ Segundo a Portaria nº 310 de 28 de junho de 2006, as janelas de Libras são um “espaço delimitado no vídeo onde as informações são interpretadas na Língua Brasileira de Sinais”. Este meio de acesso à informação exige a presença e o desempenho de um profissional que faça a mediação entre os discursos emitidos e os sujeitos que os recebem, de modo a significar o primeiro e tornar sua compreensão possível ao segundo”.

⁹⁹ As legendas são segundo a Portaria nº 310 de junho de 2006, a “transcrição, em língua portuguesa, dos diálogos, efeitos sonoros, sons do ambiente e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência auditiva”.

¹⁰⁰ Segundo Terceiro (2015, p. 41) o *Close Caption* se refere a um sistema de legendagem, onde o “conteúdo midiático difundido pela TV é transcrito na língua pátria, no caso do Brasil para o Português, e transmitido em sinal fechado que, por sua vez, pode ser captado em aparelhos receptores que possuem a opção *closed caption*”. Além disso, Faria e Silva (2016) complementam que as legendas produzidas no CC são fechadas, ou seja, permitem a escolha do telespectador a utilizá-las ou não e ainda são feitas simultaneamente à fala, não

aplicadas de forma atrasada aos eventos ou até rápidas demais – principalmente quando o programa é ao vivo ou se refere a algum comercial. Dito isso, não se garante o entendimento da frase em relação à cena que está sendo transmitida. Além disso, quando pensamos que a língua de sinais é a língua de conforto dos surdos sinalizadores, essa legenda também acaba sendo ineficaz e insuficiente para o entendimento, além do que, muitos surdos podem ter dificuldades com a leitura do português na modalidade escrita e optam pela janela de língua de sinais (TERCEIRO, 2015; FARIA; SILVA, 2016). Segundo Nascimento (2011, p. 71 – aspas do autor)

O decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004 que regulamenta a lei de acessibilidade, 10.098/00, [...] determina a inserção de uma ‘janela com intérprete de LIBRAS’ para o acesso à informação e comunicação considerando o TILSP como o profissional que dará ao telespectador surdo o acesso à informação.

No entanto, com base no recorte feito da propaganda publicitária analisada, Terceiro (2015, p. 40) complementa que “as mídias televisivas não diversificam e não ampliam os métodos capazes de expandir uma acessibilidade plena dos surdos: se contentam, ao ignorar a legislação, com o sistema de legendagem”. O autor afirma que para além do CC – disponível como ferramenta das próprias televisões, é fundamental uma preocupação das mídias, seja televisiva ou digital, em proporcionar essa acessibilidade com tradutores e intérpretes de Libras, principalmente nesse recorte do vídeo apresentado – já que o foco é a ‘inclusão’ do aluno surdo. Nesse sentido, o regime de consumo traz elementos das linhas duras conservadoras, pois retratam e alimentam a ‘norma padrão ao corpo surdo’, mas camuflam e anunciam pautas do regime de verdade militante em linhas fundamentais dele, como a defesa e presença da Libras. Como resultado desse regime, temos a produção da identidade de consumo e o desejo do forjar surdos nas redes digitais, televisivas, na adesão e consumo de marcas que minimamente trazem as discussões da militância desta comunidade. Acerca disso, o P2 reitera que

[...] isso é um direito, isso é identidade. Porque se não tem esse intérprete, fica difícil para o surdo a compreensão, e a acessibilidade nos lugares. A gente precisa continuar lutando, reclamando pelos nossos direitos, para aí sim ter criações efetivas de Leis [...] porque a comunidade surda precisa de acessibilidade em todos os ambientes (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).

Lima (2012, p. 58) salienta ser necessário a “intervenção do Estado através de normas legais com o objetivo de regular as atividades das empresas privadas”, que produzem determinado tipo de conteúdo, garantindo de fato a acessibilidade linguística desse público

possibilitando uma revisão das sentenças – o que pode acabar facilitando possíveis erros na língua e culminar em uma maior dificuldade dos surdos quanto à compreensão das informações que estão sendo transmitidas.

aos materiais midiáticos. No entanto, no atual governo em que vivemos, essa garantia pode estar longe de acontecer, afinal, a única importância da ‘acessibilidade linguística’ é garantir a transmissão das falas do atual presidente, ou seja, a adesão pela captura é baseada na ‘presença’ da Libras. Como já discutimos anteriormente, mesmo com a presença dos intérpretes nos pronunciamentos de Bolsonaro, na prática pouca coisa (ou nada) mudou em relação aos diversos contextos sociais. Assim, “reconhecemos o aumento da visibilidade linguística dos surdos, mas também presenciamos atualmente o uso da comunidade surda como holofote político e, infelizmente, como marca de campanha publicitária ao governo federal” (MARTINS, 2021, p. 4), marcando mais uma vez o regime de verdade de consumo contemporâneo na comunidade surda na produção de novos territórios.

Ainda sobre a publicidade, essa representatividade vendida pela propaganda com base na identidade pela língua e com foco no consumo de conteúdos televisivos e *online*, podem ocasionar uma captura dos sujeitos por dispositivos capitalísticos de subjetivação. Como mencionado, esse desejo em se ver representado midiaticamente por meio de sua língua pode ser também uma arma política de captura usada em estratégias de colonização de um grupo social. Segundo Martins (2021, p. 5) “ver a língua em muitos lugares pode ser uma ótima armadilha por trazer uma falsa sensação de pertencimento aos surdos”. Apesar da positividade trazida pelos participantes da disseminação da língua de sinais na linha de força anterior, elas também podem ser prejudiciais por conta dessa falta de acessibilidade do conteúdo em geral. Isto é, ao apresentar vestígios da língua em partes da propaganda, faz-se dos surdos reféns ao oferecer certa sensação de pertencimento, cumprindo com a agenda neoliberal, mas não ofertando inserção completa do sujeito, ou seja, sem a equidade de participação política e social.

Excerto 9 - A falta de acessibilidades nos dispositivos midiáticos

Disparador das falas – Os participantes da pesquisa, ao mesmo tempo que viram questões positivas nos materiais, principalmente sobre a disseminação da Libras, também os criticaram pela falta de acessibilidade e compreensão das informações.

P1 - *Acessibilidade 0. [...] A acessibilidade para mim é 0. A estrutura que eles colocaram não está correta, isso não é dia a dia do surdo, não é a vivência do surdo* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020).

P2 - *Faltou uma legenda para o entendimento. Isso é um direito [...] acho que falta acessibilidade. Não tem uma Libras fluente para passar as informações [...] parece ser muito básico, não tem uma fluência, não é profissional* (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).

A partir das falas dos participantes, quando observamos as mídias 2, 3 e 4, em nossa concepção, o olhar é o mesmo. Na mídia desenvolvida pela *Influencer Digital* são apresentados fragmentos da língua, como a datilologia. Na 3, apenas alguns sinais da Libras aparecem, sendo a centralidade do diálogo ocorrida na língua portuguesa oral. E, na 4, apesar do ator sinalizar uma frase em Libras, a sentença fica sem sentido pela falta de organização do discurso – como já apresentado anteriormente. Assim, esses dispositivos midiáticos têm algo em comum: o efeito da publicização da língua e da objetificação do corpo surdo, na tentativa de sensibilização dos conteúdos voltados para um público ouvinte que passa a nos ver como eticamente responsáveis com a ‘inclusão’ dos ‘excluídos’. Dessa forma, usam resquícios da língua e não proporcionam a acessibilidade linguística para a compreensão dos surdos, justamente pelo seu maior público não ser surdo, e sim ouvinte. Isto é, todos os materiais aqui analisados publicizam a língua de sinais com foco na sociedade majoritária, que ainda mantém a centralidade de circulação na língua portuguesa. Porém, ao mesmo tempo, abrem espaço para a divulgação de conteúdos ‘politicamente corretos’ na representação de certa ‘vitimização’ das existências surdas. Martins (2021, p. 18) nos oferece uma problematização instigante acerca desse tema, afirmando que o público surdo vem sendo

[...] conduzido como população-fantoches, pois são conduzidos mesmo sem estabelecer ou fazer parte de certa negociação imposta no jogo social pela linguagem. É como se houvesse uma tutela social do que lhes cabe e de como devem viver, incluindo a vestimenta linguística que podem e devem usar: a língua portuguesa em detrimento da língua de sinais que certamente lhes dá um conforto maior; [...] qual língua pode-se ter para si mesmo, e mais, são conduzidos sem direito de acesso aos contratos sociais que circulam nas mídias, já que se dão na língua portuguesa.

Assim, mesmo que os dispositivos midiáticos falhem na questão da acessibilidade, na visão da população majoritária constrói-se a ideia da publicização da língua ou, então, de uma suposta acessibilidade na qual os conteúdos são politicamente corretos. Essa ação, conseqüentemente, atrai mais consumidores, telespectadores e seguidores ouvintes, mas também os surdos que, apesar de não terem uma acessibilidade linguística ideal, tanto pela lógica da identidade surda, como pela identidade de consumo, também são capturados na racionalidade neoliberal. Ou seja, “com isso se configura o aceite ou a conformação dos surdos [...] de se contentar com as migalhas gestuais, os restos de leitura labial, a incompleta interpretação [...] as poucas aparições das informações sociais com janela em Libras (MARTINS, 2021, p. 17). A ideia de que há um trabalho social presente nos dispositivos midiáticos – mote trazido nos discursos em que passam a exigir ações ‘eticamente corretas’, não tem a ver com respeito às diferenças uma vez que, para os participantes, não houve

compreensão ou preocupação real com suas pautas singulares. Nesse contexto, vou ao encontro de Martins (2021, p. 4) quando esta afirma que “a presença da Libras em espaços midiáticos cresceu, mas não vemos nisso alterações em práticas sociais efetivas que garantam o uso desta língua e da acessibilidade aos surdos nos mais variados espaços públicos, como ação de políticas públicas”.

Assim, a comunidade surda continua, pela lógica da folclorização e romantização de suas existências, ao se ver diante da falta de materiais acessíveis nas mídias sociais, acaba vivenciando um enfraquecimento de suas lutas – aquelas que envolvem a produção de conteúdo que leve em conta a sua diferença. Em contraposição a isso, vemos ações isoladas menores, como o projeto #casalibras, que propõe a contação de histórias infantis em Libras no âmbito digital. Segundo Martins (2021, p. 6) mantem-se a exclusão dessa população, das crianças surdas e em mais um contexto social pois, “poucos recebem informações [...] em mídias sociais abertas para entretenimento”. Colacique (2013, p. 49) ainda complementa que “informação é poder. Desinformação implica, portanto, em subalternidade e dominação. Pensar o acesso dos surdos à informação é garantir-lhes o direito à autonomia”. Dessa maneira, para que os surdos façam parte do sistema neoliberal e se tornem sujeitos que consomem, competem e produzem, eles também precisam ter espaço para exercer sua cidadania com base em conteúdos acessíveis¹⁰¹, sejam eles quais forem. A respeito disso, o P2 afirma que “*precisamos evitar essas barreiras, as visões negativas, a falta de acessibilidade. Isso precisa ficar no passado*” (Coleta de dados - entrevista realizada no dia 15/06/2020).

Não estamos negando a importância da Libras presente em diferentes contextos sociais e muito menos a proibição da divulgação desse público, da comunidade ou da língua. No entanto, já que essa população e essa diferença linguística foram sugeridas em todos os materiais acima, concordamos que alguns pontos cruciais como a centralidade na língua de sinais ou, ainda, a legendagem e a janela de tradutores e intérpretes deveriam estar presentes como alternativas possíveis para a compreensão da comunidade surda e as emergências de suas formas de vida. Nas palavras de Colacique (2013, p.43) “quando falamos em [...] acessibilidade para surdos, defendemos a garantia de legendas e/ou descrições para acesso a conteúdo sonoro, e também a tradução em Libras de páginas e conteúdos da Web, visando à apropriação criativa [...] e à navegabilidade interativa e imersiva”.

¹⁰¹ A publicização existente na atualidade certamente é muito maior do que tínhamos anteriormente. A visibilidade da Libras em espaços midiáticos e redes sociais teve uma crescente vertiginosa nos últimos anos, ainda mais por conta da adesão da presidência da república como sujeitos ‘a serem defendidos’, isto é, como grupo de assistência da primeira-dama. No entanto, ainda é necessário problematizarmos sobre essa inclusão proposta na mídia.

É complexo falar de um lugar onde eu, como ouvinte, sempre tive a acessibilidade garantida nos mais diversos contextos sociais. Por isso, mais uma vez, destaco que quis construir essa tese com os surdos para que houvesse sua participação efetiva e a real compreensão da falta de acessibilidade na sociedade majoritária, isto é, “pensarmos a coexistência dos dois lados da linha: ouvintes e surdos, valorizando e respeitando as diferenças, para promoção da inclusão e acessibilidade” (COLACIQUE, 2013, p. 86). No entanto, fazendo parte dessa população majoritária ouvinte, temos a possibilidade de também abriremos novas portas de discussão que coloquem em tensão (neste caso) questões voltadas para as mídias sociais. Assim, se falamos da falta de acessibilidade, acredito que, para encerrar, poderíamos falar da visibilidade (ou será invisibilidade?) que as mídias sociais propõem.

IV.III.IV) Linha de força 4 - Visibilidade social pela Libras

Podemos enxergar essa visibilidade intitulada acima a partir de diversas lentes teóricas. Quando recorremos a Foucault, (1987), podemos ver a visibilidade como uma espécie de armadilha. E por quê? Se pensarmos pela lógica do panóptico, sob uma tecnologia do poder disciplinar, ele se materializa como uma máquina vigilância constante dos sujeitos a partir de três pilares essenciais: “um espaço circular e fechado [...] uma divisão em celas; e [...] uma torre central [...]” em um “princípio de visibilidade permanente” (DANNER, 2017, p. 151). Nas palavras de Foucault (1987, p. 165-166 – grifos meus),

[...] cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela, de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. *É visto, mas não vê*; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma *visibilidade axial*; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma *invisibilidade lateral*. E esta é a garantia da ordem.

Santos (2021, p. 85) complementa ainda sobre o panóptico apresentado que, “como num teatro, [...] cada ator desempenha sozinho seu papel. Sozinho e constantemente visível. O dispositivo panóptico, em suma, produz unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer sem ser visto. É assim, afinal, que a visibilidade se torna uma armadilha”. Quando nos referimos à visibilidade da comunidade surda, ela também pode se materializar numa armadilha dependendo da lente que usamos. Caso problematizarmos a visibilidade a partir do olhar da sociedade para determinado sujeito ou grupo minoritário, saber quem essas pessoas são ou ter conhecimento que a língua de sinais existe, podemos cair num viés perverso pois,

nas palavras de Santos (2021) essa população será reconhecida sem ser realmente vista. Assim, quando mencionamos essa visibilidade, propomos fazer dela “um ato político e voz de resistência” (MARTINS, 2008b, p. 202), ou seja, afirmar o que tem sido realmente feito em relação aos movimentos sociais, políticas públicas e efetuação dos direitos que lhes são garantidos. Como neste recorte analítico o foco são os dispositivos midiáticos e as sujeições surdas, podemos ir ao encontro de Fischer (2013, p. 86 - aspas da autora) quando salienta que a mídia hoje é um espaço de ‘visibilidade de visibilidades’, isto é,

[...] ela e suas práticas de produção e circulação de produtos culturais constituiriam uma espécie de reduplicação das visibilidades de nosso tempo. Da mesma forma, poderíamos dizer que a mídia se faz um espaço de reduplicação dos discursos, dos enunciados de uma época. Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia o reduplicaria, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que ‘deve’ ser visto ou ouvido.

É interessante salientar também que, nesse cenário montado pelo atual governo federal, a visibilidade nas mídias também pode se materializar como uma armadilha pela forma em que se enxerga a comunidade surda: apenas como massa eleitoreira, utilizando principalmente da acessibilidade linguística para passar a sensação de que esse público é visível, quando, na verdade, acaba se tornando invisível. Invisível para além do contexto midiático, isto é, na educação – quando práticas educacionais não são alteradas na sala de aula; quando os surdos não têm acesso à informação na área da saúde; quando não conseguem vagas de trabalho pela falta de acessibilidade; dentre tantos outros quesitos que já foram apresentados. Assim, apesar do governo possibilitar certa visibilidade da comunidade, salientamos o que trouxemos no início dessa linha quando afirmamos que a visibilidade deve ocorrer para além do conhecimento sobre uma população, e sim, salientar as práticas efetivas nas políticas públicas e aparição surda em diversos contextos sociais (inclusive midiático) que façam essa comunidade ser realmente visível. Todavia, enquanto linha dura desse regime, a proliferação e a ampla visibilidade da Libras em espaços midiáticos potencializam o desejo identitário desse regime e a produção de identidades de consumo de conteúdos, marcas, e de saberes.

No entanto, apesar do atual governo sugerir que diversas conquistas se deram em seu mandato, a história da visibilidade pela resistência como movimento menor e de luta da comunidade surda começou décadas atrás. Foram vários os momentos em que os surdos produziram ações de resistência e conseguiram recortes de visibilidades (assim como já trazidos no capítulo II) a partir dos movimentos sociais surdos que se intensificaram na década de 80. Como exemplo, podemos citar a luta pelo reconhecimento da Libras no campo

jurídico; a implementação da educação bilíngue; a aparição na esfera acadêmica; a desconstrução dos saberes clínicos; e a construção dos socioantropológicos; dentre diversos outros que marcaram a trajetória do movimento surdo nos séculos XX e XXI. Todos esses acontecimentos foram produzindo discursos e práticas discursivas que se materializaram no regime de verdade militante já apresentado e foram cruciais para que as ações não ficassem “apenas no plano do ‘ritual e do folclórico’” (MARTINS, 2008b. p. 201 - aspas do autor), e sim, para que esse território surdo que foi se constituindo fosse efetivamente visível e contrário às malhas de um poder centralizador como o de regimes conservadores.

Todavia, concomitantemente à visibilidade social e sob a ótica da biopolítica, a população surda foi adentrando cada vez mais na racionalidade neoliberal. Assim, podemos dizer que um dos pontos do neoliberalismo é também materializado nessa produção de práticas de liberdade que culminam na inclusão daqueles que não estavam inseridos nesse sistema. E esse é o ponto mais perverso da biopolítica, ou seja, esses corpos, ou ainda, essas subjetividades e existências que são excluídas, são adicionadas nesse sistema pelo fato de que, sendo incluídas, também podem ser governadas e trazerem sentimentos de pertencimento, de representatividade, e de *visibilidade*. É nesse sentido (também) que as mortes simbólicas e apagamentos podem acontecer.

Assim como a tecnologia a favor da biopolítica age principalmente nos estados neoliberais com a intenção de trazer todos para dentro dessa massa de produção, competição e consumo, as mídias sociais também agem como dispositivos que capturaram as populações surdas à racionalidade neoliberal, contribuindo para esse jogo entre visibilidade e (in)visibilidade. Na lógica neoliberal, o interessante sim é trazê-los para dentro desse jogo; no entanto, as mídias que foram sendo discutidas ao longo desta tese – no viés de um regime de verdade de consumo, têm usado a comunidade surda com o objetivo de comercialização de suas imagens, marcas e produtos, ocasionando uma visibilidade contraditória, isto é, culminando em um ritual folclórico de suas existências fora da pauta das singularidades. Segundo Santos (2021, p. 88) “a armadilha da visibilidade funciona nesse perigo: ao mesmo tempo que traz para si aqueles que são vigiados, afasta-os daqueles que vigiam, num só golpe”.

Nesse contexto biopolítico dos quatro vídeos apresentados, acreditamos que se faz viver a Libras e a visibilidade surda em mídias sociais e deixa-se morrer a diferença surda pela forma com que esse conteúdo tem sido divulgado. Assim, essa linha de força da visibilidade é potente nesse regime de verdade de consumo. A partir das falas dos participantes trazidas a seguir, podemos perceber que, por mais que vejam as questões

positivas de disseminação de conteúdo e do maior conhecimento das informações sobre a comunidade surda, são capturados nessa lógica ao mesmo tempo que trazem algumas ponderações sobre as mídias em questão e as armadilhas de visibilidade que as acompanham e que nos fazem problematizá-las e analisá-las como dispositivos biopolíticos de captura. Dessa forma, fazem o movimento de contra-ações para que novos conteúdos midiáticos estejam presentes nas redes fora dos moldes dominantes majoritários e marcando suas diferenças e lutando por suas singularidades em espaços de aparições sociais.

Excerto 10 - A visibilidade invisível

Disparador das falas – A partir dos quatro materiais assistidos, apesar dos participantes terem criticado a forma que diversos quesitos foram abordados, todos também trouxeram a importância da propagação dos vídeos para a visibilidade da Libras e da comunidade surda.

P1- *É conhecimento sendo disseminado. A gente vai percebendo que dia a dia essa consciência tem sido melhorada, que a Libras é uma língua, parece que as pessoas estão começando a ter essa consciência. Parece que antigamente não era assim, o surdo era visto como coitadinho, atrasado, prejudicado [...] agora, esse momento de a sociedade olhar a Libras eu acho ótimo. Importante a divulgação, precisa continuar essa disseminação, mas isso precisa ser feito pelas pessoas certas [...] quer falar sobre o surdo? [...] não é só estudar, precisar estar com o surdo, conviver com a comunidade surda [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 08/06/2020).*

P2- *É verdade que agora comecei a reparar que no Instagram, televisão, Facebook, tem intérpretes [...] a comunidade surda entendeu a importância de nos comunicarmos, de nos expressarmos, de ter essa empatia, ter mais conhecimento sobre diferentes áreas. Agora tem as Lives com os intérpretes que podem nos emocionar, vimos a necessidade de saber sobre outros assuntos, sobre o corona vírus, sobre nossa saúde, se não tem essa acessibilidade a gente fica sem entender nada [...] (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 15/06/2020).*

P3- *O reconhecimento da Libras é bom, mas a divulgação precisa ser de uma forma que a Libras seja clara [...] precisa da opinião do surdo nos contextos. Mas ainda falta muito... não sei se isso é bom. Falta outras pessoas famosas, músicos, aprenderem junto com os surdos a Libras. Então esse momento, até sobre as Lives que os surdos estão participando, parece ser bom, mas não sei não... esses cantores, os atores, enfim, precisavam estar perto dos surdos [...] precisa ver antes se está bom, perguntar para um surdo. Precisa escolher as pessoas certas para fazer esses trabalhos de divulgação da Libras, principalmente pessoas surdas (Coleta de dados, Entrevista realizada no dia 17/06/2020).*

Com esses recortes dos discursos dos participantes trazidos acima, podemos perceber as construções subjetivas que ora são assujeitadas pelas produções midiáticas, ora se marcam

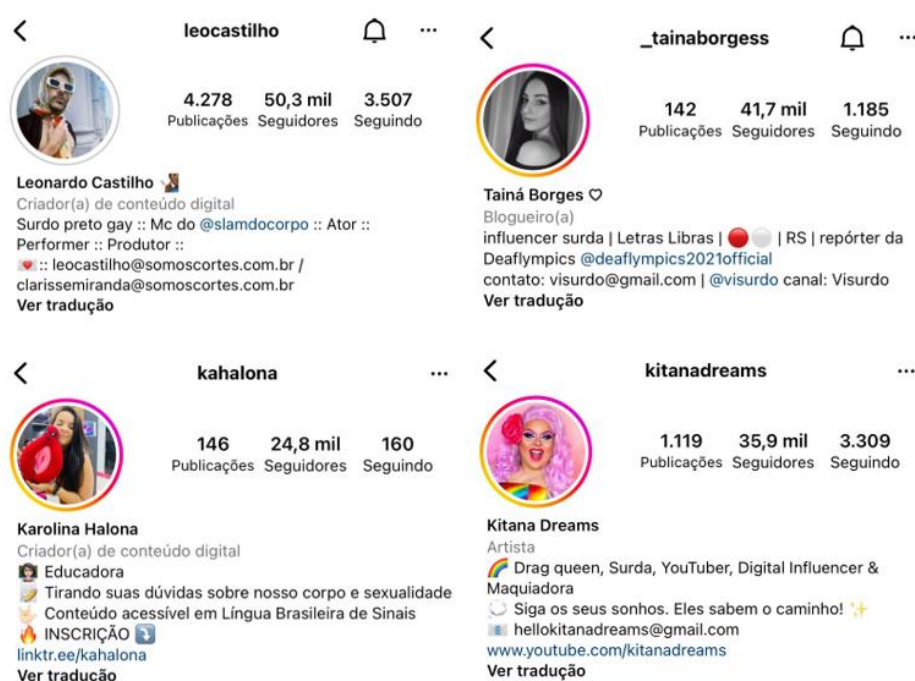
a resistência e potência de outras possibilidades de existir, em lógicas distintas da de base. Apesar de serem, de certo modo, capturados pelo neoliberalismo, os surdos foram produzindo outras formas de expressão de suas vivências, afinal, para Foucault (1995) não existe poder sem resistência. Dessa forma, existem sempre pontas soltas e possibilidades de fuga nas quais podemos, pela ética estética criativa, forjar outras estratégias para que a população majoritária os enxergasse por meio de uma visibilidade nas redes protagonizada pela comunidade surda. Nas palavras de Marcello (2004, p. 208) “visibilidades e enunciabilidades se modificam, se transformam e se tornam domínios de outra natureza”, numa espécie de luta do sujeito consigo mesmo para as produções de si mesmo, isto é, das tecnologias de si.

Assim, como alegorias desses possíveis domínios de si sobre si mesmo, podemos marcar a grande comunidade de seguidores de alguns surdos nas mídias sociais; a participação de surdos em diversas palestras on-line; suas atuações em projetos sociais desenvolvidos no contexto pandêmico; a premiação em eventos artísticos de destaque; assim como suas presenças em *Lives* musicais no incentivo de sua própria acessibilidade linguística, ou então, compondo o grupo de tradutores e intérpretes participantes dessas apresentações. Ou seja, há um movimento novo trazido por esse regime que é a representatividade surda como corpo a ser seguido (nas redes sociais), como produtor de conteúdo e, mais que isso, como agenciador de corpos dispostos a consumir o que eles apresentam em suas redes. Mais do que militar por pautas progressistas, esse regime visa apropriar-se de todos os modos de vida para angariar mais seguidores na garantia do tal ‘engajamento nas redes’.

Sendo assim, a visibilidade midiática da comunidade surda nesse regime pode ser atestada pela rede virtual promovida pelo *Instagram*, onde diversos surdos também encontraram novas profissões como *influencers digitais*, com conteúdos voltados às suas vivências, à língua de sinais, às barreiras linguísticas e culturais que podem ser acessados por surdos e ouvintes etc. Por isso, optam em manter a legenda ou tradução em português para ‘chegar’ à mais públicos. Por se tratar de materiais produzidos e acessíveis tanto para surdos sinalizadores (produzidos originalmente em Libras), quanto para aqueles que são surdos mas não compreendem a Libras, ou por pessoas ouvintes, a presença da legenda em português entra na lógica neoliberal de captura de mais seguidores e consumidores das publicidades apresentadas. Trazemos como representante desse movimento Leonardo Castilho, que é ator, produtor, negro, surdo e gay, e um dos intérpretes do Rock in Rio; Kitana Dreams, *drag queen* surda, *youtuber* e *influencer digital*; Tainá Borges, mulher surda, repórter da

*Deaflympics*¹⁰² e *youtuber*; Karolina Halona, mulher surda, educadora e *influencer digital* sobre sexualidade, dentre outros. É interessante perceber que, assim como esses sujeitos lutam pelas pautas de acessibilidade linguística na sociedade, também permeiam outras resistências minoritárias como o feminismo, a comunidade LGBTQIA+, o movimento negro etc. Essas ações, segundo Guattari e Ronilk (1996, p. 174), podem se vincular às “questões relativas às formações do desejo no campo social [...] sobretudo para a articulação desse plano de realidade com o das lutas que requerem grandes aglutinações”.

Figura 21 - Contra-condutas surdas nas mídias sociais



Fonte: *Instagram* (2022)

Outro ponto importante de visibilidade, publicização e comercialização da língua a partir de uma identidade de consumo, é a inclusão de surdos para compor as equipes de tradutores e intérpretes nas *Lives* musicais durante os anos de 2020 e 2021, assim como na interpretação do Rock in Rio em setembro deste ano. Podemos considera-los como passos importantes para a visibilidade desse público, assim como a possibilidade da ampliação de suas áreas profissionais e sua presença em novos contextos midiáticos e de trabalho. Essas *Lives* acabaram sendo “instrumentos [...] que viabilizaram imensamente a articulação entre os

¹⁰² A Deaflympics, em português, se refere à surdolimpíada foi realizada no entre os dias 1 e 15 de maio de 2022 na cidade de Caxias do Sul (RS). O evento contou com atletas surdos de diversos países que competiram em diferentes modalidades esportivas.

surdos, beneficiando e ampliando suas possibilidades de participação social e da circulação da Libras em vídeos” (CABELLO, 2021, p. 86). Ainda segundo a autora, essas formas de lazer que foram se produzindo a partir da nova configuração pelo isolamento social que o Novo Coronavírus impôs a nós seres humanos

[...] acabou produzindo também outras formas de encontros entre (e com) as pessoas. As transmissões ao vivo (lives) em diferentes plataformas passaram a ser, então, fonte de entretenimento e de organização profissional, mas também ‘lugares para fala’ – [...] retomando a potencialidade do cenário digital para o empoderamento de minorias (CABELLO, 2021, p. 49 – aspas da autora).

Um exemplo a ser citado foi a atuação de Gabriel Isaac na *Live* proferida pela dupla sertaneja Jorge e Mateus, ou ainda, a participação novamente de Leonardo Castilho, que é integrante do grupo de tradução da *Live* da cantora e *Drag Queen*, Gloria Groove.

Figura 22 - Interpretação de surdos nas Lives musicais durante a pandemia



Fonte: Canal do *Youtube* de Jorge e Mateus e Gloria Groove, respectivamente (2020)

Todavia, é necessário salientar que não sabemos a real intenção da colocação de intérpretes e tradutores surdos nas *Lives* musicais durante a pandemia. Pela lógica neoliberal, podemos pensar sobre o intuito do avanço de mais telespectadores e consumidores das apresentações feitas pelos artistas. Outro ponto que também deveria ser pauta de problematizações seria a discussão sobre o tamanho da janela de Libras para a interpretação das produções, pois já existem pesquisas que fazem a análise sobre a normatização das janelas de Libras, de modo que fiquem realmente visíveis ao público surdo e favoráveis às suas demandas (NASCIMENTO, 2020). Contudo, afirmamos que a inclusão de surdos para compor a equipe de tradutores e intérpretes nas *Lives* foi um passo significativo para a visibilidade midiática desse público, fazendo parte dessa linha de força que constrói o regime de verdade de consumo e os inclui na racionalidade neoliberal do presente.

Outro ponto no âmbito midiático que vai construindo essa linha de força da visibilidade são os canais de surdos no *Youtube* com milhares de subscritores. Podemos citar, dentre eles, o canal de Léo Viturino, que ensina diversas questões relacionadas a comunidade surda e LGBTQIAP+; o canal de Andrei e Tainá Borges, que contam a realidade de irmãos surdos em uma família ouvinte e outras situações vivenciadas pelos surdos no cotidiano; ou ainda, Gabriel Isaac, que cria conteúdos sobre a comunidade surda por meio de produções elaboradas e parcerias com outros surdos, intérpretes e ouvintes.

Figura 23 - Canais de Youtubers Surdos



Fonte: *Youtube* (2022)

Em suma, podemos dizer que, todos os aspectos que apresentamos ao longo dessas análises em relação aos dispositivos midiáticos e aos discursos dos participantes tem seus pontos positivos e negativos, momentos de visibilidade e (in)visibilidade. Em certas ocasiões, os processos de subjetivação de vidas surdas se constroem a partir de linhas molares, se deixam dominar por essa onda conservadora e são capturados por dispositivos biopolíticos que proporcionam uma visibilidade invisível, ocasionando assujeitamentos e a construção de subjetividades em massa (regime de verdade normativo-patológico). Em outros, se pautam em linhas também molares na lógica do padrão identitário da diferença linguístico-cultural. Mas, em certa medida, também proliferam resistências e contra-condutas à regimes totalizadores e às identidades fixas pois trazem ações de surdos-negros; surdos-gays; surdos-trans e tantas outras pautas transversais que movem o discurso da ‘identidade surda’ fundante e padrão. Porém, ainda são capturados quando agem na luta pela constituição de um espaço social a favor de novos centros e que vão se alinhando, por vezes, aos movimentos macros na medida em que surgem as narrativas de direitos por reconhecimento (como dito pelo regime de verdade militante). No entanto, ambos os casos podem ser capturados e inseridos na racionalidade neoliberal produzida pelo regime de verdade de consumo.

No entanto, apesar destas linhas de forças apresentadas fazerem parte da criação dos regimes de verdade, institucionalizando verdades, discursos, existências, práticas, normas e comportamentos, há sempre as possibilidades de mudanças e ações desterritorializadoras pelas linhas de fuga, de quebra e de ruptura das linhas duras. É possível existir fragmentos das nossas vidas fora dos regimes de verdade, afinal, como afirma Foucault (1995) não existe poder sem resistência pois devemos lutar “contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e o instrumento: na ordem do saber da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (FOUCAULT, 2000, p. 71 – aspas do autor). Assim, a resistência, a contraconduta aos modelos majoritários padrões e a produção dos dispositivos biopolíticos midiáticos, existem. E são essas fraturas em meio à racionalidade neoliberal que tentaremos esboçar agora pois, as diferenças e as linhas de fuga não são passíveis de um *delineamento* e, caso consigamos delineá-las, já perdemos a produção da singularidade. Dessa forma, finalizo esse longo percurso analítico afirmando que “a diferença é processo de subjetivação: ensina modos de ser e de agir” (MARCELLO, 2004, p. 205), de viver e de sonhar e, principalmente, de existir.

CAPÍTULO V. CONSIDERAÇÕES FINAIS – AS FUGAS! AH! ELAS EXISTEM – A DESTERRITORIALIZAÇÃO DE SABERES SURDOS PELA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Enfim chegamos nesse lugar, ou seria um não lugar? A possibilidade do fim dessas problematizações e o início de tantas outras. Para esse desfecho trouxemos o fechamento das análises dos regimes de verdade sedimentados nos territórios surdos e balizados pela identidade. Entretanto, marcamos a ação pulsante de linhas de fugas, o começo de outros agenciamentos e, embora estejamos presos em regimes de verdade, destacamos o processo de desterritorialização sabendo que dele podem se produzir reterritorializações em outros campos, onde os sujeitos “se veem constrangidos a obedecer decisões; decisões que emanam de uma autoridade coletiva no âmbito de unidades territoriais” (FOUCAULT, 2014, p. 90), assim como foi mostrado nos movimentos dos territórios surdos ao longo de toda a tese.

Fomos costurando os acontecimentos que os perpassaram, as conquistas, a condução das condutas da comunidade surda pela ação da governamentalidade, a reterritorialização dos territórios surdos na desterritorialização dos territórios PCDs, as lutas, as resistências, as fugas, e as capturas pela tecnologia de poder da biopolítica. Fomos tecendo de ponto em ponto a comunidade surda nas relações entre saber e poder e as formas que as constituem ora baseados em algumas linhas molares, rígidas; ora baseados em outras linhas moleculares e flexíveis. Ou ainda, em linhas de fuga – aquelas que escapam e se direcionam para um lugar outro, mas que podem ser capturadas. Nas palavras de Marcello (2004, p. 210) são as linhas “que produzem novas configurações de saber-poder-subjetividade e, por isso, podem suscitar e antecipar um dispositivo futuro”.

Dispositivos futuros que, na época da pulverização dos movimentos sociais surdos na década de 80, não tinham tanta força, mas que vieram cada vez mais potentes a partir do século XXI. E quais seriam as forças atuais na contemporaneidade para a produção de novos territórios? Apresentamos os dispositivos midiáticos sociais como espaços amplos de produção de subjetividades pela pulverização de suas linhas de forças e destacamos como eles tem se materializado como solo fértil para a construção dos regimes de verdade que nos subjetivam e que assujeitam (também) a população surda. Como alegoria já apresentada, podemos citar a forma como o atual governo federal tem usado as mídias para essa captura biopolítica dos corpos – não somente surdos, mas também os ouvintes, na disseminação de *fake news* pelas redes, que utilizaram a comunidade surda como massa eleitoreira a partir da acessibilidade linguística. Assim, com base nas mídias sociais e no efeito delas nas relações

de saber-poder, fomos construindo os regimes de verdade que foram apresentados: normativo-patológico, militante e de consumo.

Nesse processo, costuramos, num longo bordado, os processos de subjetivação das vidas surdas na contemporaneidade que, em determinados momentos, foram assujeitadas pelas verdades, discursos, práticas discursivas, normas e comportamentos de um regime de verdade normativo-patológico, baseado numa identidade alocada pela norma-padrão, e que em outros movimentos resistiram, contra-conduziram, criaram formas outras possíveis de existência, e também se alinharam às novas padronizações, instituindo verdades vigentes para os modos de vida surda em um regime de verdade militante, na construção de outra identidade: a linguístico-cultural. Por fim, também vimos à produção de um regime de verdade de consumo, que se agencia tanto ao regime de verdade normativo-patológico quanto ao militante, isto é, a população surda entra também em uma racionalidade neoliberal e suas lógicas de funcionamento e subjetivação são embasadas em uma identidade de consumo, de comercialização da língua e de seus corpos.

Mostramos que todos esses regimes de verdade perpassam os processos de subjetivação de vidas surdas na contemporaneidade, e fizemos essa análise baseada em alguns dispositivos midiáticos selecionados. No entanto, o que trouxemos foi apenas um recorte pois temos inúmeras possibilidades, segundo os vídeos apresentados, de analisar outros movimentos de capturas em mídias distintas, outras formas de entender os assujeitamentos, as comunidades surdas, e as criações de identidades. Apesar de compreendermos que as identidades criadas a partir das linhas de força de cada regime aprisionam as existências, é necessário salientarmos que, do mesmo modo, temos o entendimento que a rigidez desses territórios é necessária “[...] para a sobrevivência de existências historicamente violentadas [...] e para a reivindicação da garantia de seus direitos de sobrevivência/existência dignas, mas que precisam ser, [...] desfeitos [...] quando suas reivindicações são atendidas” (CABELLO, 2021, p. 185).

Percebemos que, independentemente de as comunidades surdas brasileiras serem populações minoritárias, todas são capturadas, estão presas à regimes de verdade, às identidades, e se afirmam em uma identidade linguística. Pareceu-nos que a Libras se colocou como meio de resistência à norma padrão, mas também como aquela que agiu na materialização de pautas da comunidade surda atuando como um dispositivo de captura extremamente potente e difícil de se escapar. O resultado da triangulação entre os eixos pode ser percebido pela língua de sinais agindo como dispositivo para a biopolítica, uma vez que se constitui como sendo a instância da comercialização que atua no desejo de consumo e no

assujeitamento surdo da arte de governar neoliberal. Ou seja, a biopolítica produz o desejo em vidas que se alinham ao consumo adentrando essa lógica nos territórios surdos.

Quando produções midiáticas são criadas com pautas que envolvem a língua de sinais e a surdez, por mais que os participantes tenham críticas para fazer, encontram nos afetos do uso de sua língua e nos conteúdos apresentados, pontos positivos para a disseminação dele à comunidade surda e conseqüentemente veem positivamente a presença da Libras a partir desses dispositivos. Porém, “ao trabalharmos com o conceito de ‘dispositivo’, não estaremos lidando com uma estrutura fechada, organizada, cujos elementos em jogo estão previamente dados, mas, antes, com aquilo que é da ordem do imprevisível, da ordem da criação: o acontecimento” (MARCELLO, 2004, p. 211 – aspas da autora).

Se os dispositivos têm a força de criação, podemos perceber, a partir dos regimes de verdade problematizados, a potência da mídia em nos capturar. Entretanto, podemos ver nela, também, a potência da resistência! Afinal, “todo dispositivo se define por sua condição de novidade e criatividade” (DELEUZE, 1999, p. 159). E é nesse (não) lugar de resistência, de fuga, e na condição de existência de um grupo sujeito, isto é, aquele que tenta administrar as técnicas de si, as condutas, a ética e estética do ser, que iremos focar agora. Queremos propor o fechamento da tese afirmando os processos de subjetivação de vidas surdas “ligados a configurações de poder e designados a produzir modos de subjetivação específicos, mas também, e exatamente por isso, formas singulares de resistência e de fuga” (MARCELLO, 2004, p. 211). Ainda segundo Marcello (2004, p. 209), “a resistência não irá se definir como ruptura total das formas de subjetivação propostas por regimes de saber-poder. Pelo contrário, é pelas linhas de subjetivação que se delineiam novas configurações desses regimes e, junto a isso, novas formas de produção de sujeitos”.

As resistências e fugas na afirmação da diferença (e não da diversidade) pelo grupo sujeito são aquelas que rompem e produzem um lugar outro que não seja pautado nas tantas identidades e que nos aprisiona. Eles são os processos de subjetivação ativos, as singularidades, ou seja, as saídas e fugas da identidade para novos espaços sem o interesse pela sedimentação em outro lugar. Afinal, se instituímos o regime de verdade e os discursos que os constroem, conseqüentemente matamos as diferenças. Nas palavras de Marcello (2004, p. 205) “a diferença produz e é fruto de relações de poder [...] trata-se de administrar essas modalidades que estão fora do padrão (e produzi-las como fora do padrão), de modo que elas possam ser faladas, [...] inquiridas na sua diferença [...] e fazer com que isso se torne objeto de saber”.

No entanto, somos constituídos por regimes de verdade e assujeitados por eles, por isso, não somos diferença o tempo todo. Mas, não precisamos estar igualmente todo o tempo aprisionados pois, a anarqueologia, isto é, a desobediência aos regimes de verdade que nos constitui, está presente quando eu vejo ‘respiros’ e produções variadas que não estão discutindo identidade, comercialização e nem em posições mais progressistas e nem mais conservadoras. Elas encontram-se em um intermeio, num lugar não nominalizado e, possivelmente, em um grupo sujeito. São essas rupturas e essas linhas de fuga que “permitem aos indivíduos, por conta própria ou com a ajuda de outros, certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, [...] condutas ou qualquer forma de ser, obtendo assim uma transformação de si mesmos” (FOUCAULT, 1990, p. 48).

Quando tomamos as existências surdas, nos questionamos: de que modo podemos romper com a biopolítica para que essa população tenha controle sobre os próprios corpos e as condutas de suas condutas? As comunidades surdas, pela e através da língua de sinais, também podem produzir ações voltadas à diferença – aquelas insurgentes que criam uma possibilidade outra. Diferença pela e na diferença, ou seja, aquilo que é potência para a multiplicidade. A vida surda, ainda que essa potência esteja sendo construída em uma lógica maior, é significativa para a constituição desse movimento como um fluxo outro que escapa às normalizações e normatizações. Afinal, “a problemática micropolítica não se situa no nível de representação, mas no nível de produção de subjetividade. Ela se refere aos modos de expressão que passam não só pela linguagem, mas também por níveis semióticos heterogêneos” (GUATTARI; RONILK, 1996, p. 36). Sobre a ótica de De Certeau (1995, p. 214) ainda podemos complementar que a vida surda “cria ou recusa condições de possibilidades. Interditada ou permite: torna possível ou impossível. É sob esse viés que ela se apresenta aqui, no sentido de que a ação cultural choca-se com as interdições silenciosamente postas pelos poderes”.

Nesse sentido, é necessário que os surdos continuem lutando pela “reivindicação, pela sobrevivência, com a criação de fronteiras subjetivas estabelecidas como estratégias de resistência às formas dominantes de saber e poder [...]” (CABELLO, 2021, p. 56) por meio das linhas de fuga. No entanto, é necessário também estarmos atentos a elas, pois, “ninguém pode dizer por onde passará a linha de fuga” (DELEUZE, 1997, p. 29). Podemos fugir de um território obscuro e construir um tão obscuro quanto e, nessa lógica, podemos pensar nas linhas de fuga como uma possibilidade que requer cuidado (para que não sejam novamente capturadas, enraízem e instituem outros modos únicos de se viver).

Todas as linhas que mostramos anteriormente e que construíram os regimes de verdade foram sendo forjadas de uma maneira arbórea, isto é, numa constituição verticalizada de produção do ser. Porém, apontamos a força da diferença a partir de processos de subjetivação rizomáticos, “feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 31). Assim, os processos de subjetivação se espriariam, cresceriam em diversos sentidos, tamanhos e formas na “tentativa de produzir modos de subjetivação originais” (GUATTARI; RONLIK, 1996, p. 54).

É crucial, pela ótica da anarqueologia, desobedecer! São necessárias forças criativas nas mídias sociais que quebrem ou que vão de encontro à racionalidade neoliberal. Vejo particularmente o projeto #casalibras (já descrito anteriormente), como um potente instrumento das diferenças: apesar de estar dentro do jogo neoliberal, ele oferece materiais gratuitos e voltados para o público infantil surdo que tanto é excluído em suas formas de educar, ou seja, atua na contra-conduta de uma lógica, ainda que esteja imerso ao jogo produtivista e a lógica neoliberal. Engloba uma pluralidade de processos de subjetivação para além das identidades fechadas; disponibiliza acesso livre à criação e à Libras para além da identidade linguística. Esse e outros projetos que vemos e que buscam incentivar e protagonizar as diferenças (chamando outras existências em suas composições) vão sendo construídos a partir das linhas de desterritorialização em um (não) lugar que não esteja fixo, nem em um território nem em outro.

Para (não) finalizar, não sei nem se a finalização completa seria possível pois, até o fim da minha existência a presente tese criará, espero que não raízes, mas rizomas dentro de mim, de possíveis desdobramentos de onde posso ir. E mais, para onde posso ir sendo aliada à comunidade surda no mundo da pesquisa e das práticas que reiteram as diferenças. Como a tese de doutorado se fez num processo de longos (quase) quatro anos, entrei como uma pesquisadora e saí como outra, ou seja, como aquela que quer marcar a multiplicidade das vidas surdas de uma forma outra; que tenta pensar sobre ela para além das prisões identitárias – mesmo entendendo a importância delas na construção desses territórios que sedimentam direitos sociais e dispositivos de reivindicação da existência surda contrários ao jogo da maioria, marcado principalmente pela possibilidade de aparição pela Libras. Assim, concluo essa escrita com o mesmo pedido que Foucault (1995, p. 21) fez em sua obra *Arqueologia do saber*: “não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”.

Pós-facio

“Apesar de você, amanhã há de ser, outro dia” (Chico Buarque).

REFERÊNCIAS

- I ENCONTRO NACIONAL DE ENTIDADES DE PESSOAS DEFICIENTES. 1980. Brasília: [s.e.].
- ALBRES, N. A. 2005. **História da língua brasileira de sinais em Campo Grande** – MS. Petrópolis: Arara Azul.
- ABRAMOWITCHZ, A; LEVCOVITZ, D; RODRIGUES, T.C. Infâncias em Educação Infantil. **Pro-Posições**. Campinas, v. 20, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072009000300012> Acesso em: 21 set. 2022
- AGAMBEM, G. O quê é um dispositivo? *In*: HONESKO, V. N. (Trad.). **O quê é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos. 2009, p. 25-51.
- ALMEIDA, B. C. Poder e verdade a partir de Michel Foucault. **Revista Ítaca**, 2019.
- ALMEIDA, L. R. de. *et al.* Mas ele tem laudo! Implicações do Decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para a educação inclusiva. **Psicologia da Educação**, v. 50, n. 2, p. 127-131, 2020.
- ALMEIDA, R. B. de; SILVA, E. P.; TEOTÔNIO, L. F. As abordagens educacionais: consequências da metodologia fônica na educação de surdos. **Id on Line Ver. Mult. Psic.**, v. 15, n. 57, p. 203-214, out. 2021.
- ALLIEZ, É. **Deleuze Filosofia Virtual**. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1996.
- AVELINO, N. Governamentalidade e anarqueologia em Michel Foucault. **RBCS**, v. 25, n. 74, p. 139-195, 2010.
- AVELINO, N. Foucault e a anarqueologia dos saberes. *In*: FOUCAULT, M. **Do governo dos vivos – excertos**. Tradução e organização de Nildo Avelino. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé/CCS, 2011.
- BARBOSA, M. “Isso a imprensa não mostra”. *In*: BARBOSA, M. (org.). **Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- BARROS, J. R. **Poder Pastoral e cuidado de si em Foucault**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020, 100 p.
- BATISTA, B.N. O que foucault tem a nos dizer sobre métodos investigativos em educação? *In*: **SABERES**. Natal RN, v. 19, n. 2, p. 155-173, ago. 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HYuZnYhQMP4J:https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download/14389/10677/+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>
- BERT, J.F. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 8.213/1991**, de 24 de julho de 1991. Lei cotas para Deficientes e Pessoas com Deficiência dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências a contratação de portadores de necessidades especiais.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF, dez, 1996.

BRASIL. **Lei 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Dezembro, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. 2005.

BRASIL. **Portaria nº 310**, de 28 de junho de 2006. Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006>. Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, de 7 de janeiro de 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192

BRASIL. **Ciências Sem Fronteiras**. 2011. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em: 17 mai. 2022

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. Ed. Brasília, 2014. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/20204/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf?sequence=8

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Presidência da República, Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Decreto/D9765.htm. Acessado em 17 mai. 2021

BRASIL. **Decreto nº 10.502**, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, 2020.

BRASIL, **Lei nº14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. 2021

BRITO, F. B. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais**. Tese de Doutorado em Educação Especial. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2013.

BRITO, F.B. Percursos históricos da luta político-ideológica dos surdos brasileiros por direitos sociais, linguísticos e educacionais. **The Specialist**. v. 40, n. 3, p. 1-23, 2016a.

BRITO, F. B. O movimento surdo no Brasil: a busca por direitos. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, p. 766-769, 2016b.

CABELLO, J. **Desenvolvimento de objetos de aprendizagem para alfabetização de crianças surdas**: novas tecnologias e práticas pedagógicas. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2015.

CABELLO, J. Resistências surdas: pensando a partir do tema da redação do ENEM 2017. *In*: LINS, H. A. M.; VALELONGO, P. R. G. **Minorias, direitos e educação**: caminhos propositivos em tempos difíceis. Campinas, SP: FE/UNICAMP, p. 97-115, 2018.

CABELLO, J. **Cartografia das (re)territorializações no movimento social surdo no Brasil atual**: (des)caminhos para as pedagogias surdas como devir. 2021. 249f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CABELLO, J. MARTINS, V. R. O. Marcas históricas do movimento ativista surdo em articulação ao pensamento prático de Paulo Freire e Michel Foucault. **Pro-Posições**, Campinas, v. 32, 2021.

CAMATTI, L.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. A premência do diagnóstico precoce da surdez e seus efeitos no campo conceitual da educação de surdos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, n. 4. out-dez, 2020.

CAMILLO, C.R.M. **A escola regular contemporânea e os modos de ser aluno surdo/deficiente auditivo: processos de subjetivação e experiências escolares**. 2020. 195 f. Tese – Departamento de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

CAMPELLO, A.R.; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de luta do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, 2014.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. 270 p.

CARMO, C. M. do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 201-223, ago. 2016.

CARVALHO, A. F. **História e Subjetividade no Pensamento de Michel Foucault**. 2007. 242 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, A. F.; CAMARGO, A.C. Guattari e a topografia da máquina escolar. *In: ETD*, v. 17, n.1: Campinas/SP, 2015.

CARVALHO, A.F.; MARTINS, V. R. O. Anúnciação e Insurreição da diferença surda: contra-ações na biopolítica da educação bilíngue. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 391-415, mai./ago, 2016.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CASTELANO, F. R. A noção de direitos lingüísticos e sua garantia no Brasil: entre a democracia e o fascismo. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 42, p. 33 – 56, jul/dez 2018.

CÉSAR, A.; CAVALCANTI, M. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. *In: CAVALCANTI, M.C; BORTONI-RICARDO, S.M. (Orgs.). Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2007.

CÉSAR, M. R. A. A crítica da identidade nos movimentos feminista, lgbt: Michel Foucault e as ressonâncias na educação. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 17, n. 2, p. 97-104, 2014.

CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*, v. 13, n. 12, p. 58-74, jan./jun., 2011.

COLACIQUE, R. **Acessibilidade para surdos, na cibercultura: os cotidianos nas redes e na educação superior online**. 2013. 166 f. Dissertação – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Polittics of Empowerment**. 1990.

CONCEIÇÃO, B. S. **Educação Bilíngue de Surdos: A pedagogia tem contribuído com essa formação?** 2017. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

CONCEIÇÃO, B.S. **Práticas Discursivas sobre a surdez e a Educação Infantil: diálogo com familiares**. 2019. 160 f. Dissertação – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

COSTA, P. R.; BRODBECK, R. A Surdez no contexto Neoliberal. *In: BAGGIO, V. (Org.). Vozes da Educação: Uma partilha de educadores e educadoras que refletem sobre suas vivências cotidianas em diferentes espaços pedagógicos*. 2 ed., Veranópolis: Diálogo Freiriano, v. 6, p. 409-418, 2019.

COSTA, L. B.; AMORIM, A. S. L. Uma introdução à teoria das linhas para a cartografia. **Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau v. 14, n. 3, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204115>. Acesso em: 17/06/2021.

COUTO, C. G. Novas eleições críticas? **Em Debate**, vol. 6, p. 17-24, 2014.

SILVA, A. L. da. Ensaio sobre saúde coletiva: Entrevista em Profundidade como técnica de pesquisa qualitativa em saúde coletiva. **Saúde Coletiva**, v. 2, n.7, p. 71, 2005.

DE CERTEAU, M. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995b. v. 1. 128 p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 2, ed. 34, Rio de Janeiro, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 3, ed. 34, Rio de Janeiro, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. vol. 5, ed. 34, Rio de Janeiro, 1997.

DELEUZE, G. Que és un dispositivo? *In*: BALIBAR, E. *et al.* **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Ed. 34. São Paulo, 2010.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In* J. Duarte & A. Barros (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas. 2005.

FARIA, N. G.; SILVA, D. C. Legendas e janelas: questão de acessibilidade. **Revista Sinalizar**, v. 1, n. 1., p. 65-77, jan./jun. 2016.

FELIPE, T.A. **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro: Feneis. 1993.

FELIPE, T. A. Por uma proposta de Educação Bilíngue. **Espaço**, p. 75-94, 1990.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). **As comunidades surdas reivindicam seus direitos linguísticos**. Rio de Janeiro, 1993.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS (FENEIS). **Nota de Apoio e Esclarecimento sobre o Decreto da Política Nacional de Educação Especial**. Belo Horizonte, 2020.

FERREIRA, L. Integração Social do Surdo. **Trabalhos em linguística aplicada**, n. 7, p. 13-22, 1986.

FERNANDES, E. Parecer Solicitado pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo sobre a Língua de Sinais Usada nos Centros Urbanos do Brasil. **Revista Integração**, v. 5, n. 13, p. 18-21. Brasília. 1994a.

FERNANDES, E. Bilinguismo e Educação: interferências da língua de sinais no desempenho da língua portuguesa e causas educacionais. **Revista Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES**, v. 3, n. 4, p. 54-57, 1994b.

FISCHER, R. M. B. Foucault. In: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 123-151, 2013.

FOUCAULT, M. **História da Loucura**. Trad. de José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Copyright, 1972.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Trad. de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. n. 15, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. de Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. de M. T. da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Tecnologias del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990.

FOUCAULT, M. **Dits ét écrits**. v. 4, Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Archivio Foucault*. Vol. 3. **Estetica dell'esistenza, etica, politica**. A cura di Alessandro Pandolfi. Milano, Feltrinelli, 1994, pp. 137-144. Tradução portuguesa de Selvino José Assmann. Fpolis, setembro de 2000.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda, 2002a.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002b.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 5, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos IV** (Estratégia, poder-Saber). Rio de Janeiro (RJ), Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **O Governo de Si e dos Outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico; as heterotopias**. Tradução de Salma Tannus Muchail. n. 1, São Paulo: Edições, 2013.

FOUCAULT, M. **O governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, S. Em torno de uma educação menor. **Educação & Realidade**, v. 27, n. 2, 2002.

GALLO, S. **Deleuze e a Educação**. Digitalização: João Serraglio Ilha de Santa Catarina, outono de 2007. Disponível em: https://www.ufjf.br/grupar/files/2014/09/deleuze_e_a_educacao_parte_um.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

GALLO, S. A vila: microfascismos, fundamentalismo e educação. In: GALLO, S. VEIGANETO, A. **Fundamentalismo & Educação – A Vila**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 17- 36, 2009.

GALLO, S. Em torno de uma educação menor: variáveis e variações. In: BRITO, M. R. de; GALLO, S. **Filosofias da diferença e educação**. São Paulo: Livraria da Física, 2016a.

GALLO, S. Biopolítica e Subjetividade: Resistência? **Educar em Revista**, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez., 2017a.

GALLO, S. **De la anarqueologia como operador metodológico**. In: GALLO, S. Formas e expresiones metodológicas en el último Foucault. Tunja: Editorial, 326 p., 2017b.

GALLO, S. Da anarqueologia à anarqueologia: um palimpsesto metodológico em Foucault. In: **Michel Foucault – da produção de verdades ao governo da vida**. São Paulo: Intermeios, p. 285-311, 2019.

GALLO, S. **O fundamentalismo religioso ameaça à democracia brasileira**. [Entrevista concedida a GZH Comportamento] Marcelo Gonzatto. GZH Comportamento, s/p., dez, 2020.

GALLO, S. Um duplo contágio, ou contágios múltiplos: do governo pelo vírus e de lutas de resistência. In: GALLO, S. **O mundo pós-pandemia**, Intermezzo, 2021.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 83 p.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOMES, N. Intelectuais negros e a produção de conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUARINELLO, A.C. *et al.* **Reflexões sobre as interações linguísticas entre familiares ouvintes-filhos surdos**. Paraná, 2013.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular:** pulsações políticas do desejo. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas:** cartografias do desejo. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, F. **Lignes de fuite:** pour un autre monde de possibles. La Tours d'Aigues: L'aube, 2011a.

GUATTARI, F. **L'inconscient machinique:** essais de schizo-analyse. Paris: Éd. Recherche, 2011b.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7. 2009.

HANSEN, J. R.; FERREIRA, M. A. S. Da polarização à busca pelo equilíbrio: as relações entre Internet e participação política. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 9, n. 1, 2018.

HERNER, M. T. Territorio, Desterritorialización y reterritorialización: um aborje teórico desde la perspectiva de Deleuze y Guattari. **Huellas**, n. 13, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. São Paulo, Rio de Janeiro: 2010.

JUNG, A. P. Movimentos sociais no protagonismo político: a comunidade surda brasileira e sua luta por reconhecimento e efetivação de direitos. **Porsinal**. Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

KARNOPP, L. **Aquisição de locações na Língua Brasileira de Sinais**. Letras de Hoje. Porto Alegre: v. 36, n. 3, p. 383-390, set. 2011.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e217170, 2019.

KELMAN, C.A., *et al.* Surdez e família: facetas das relações parentais no cotidiano comunicativo bilíngue. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 17, n. 33, p. 349-365, maio/ago. 2011.

KLEIN, M. Diversidade e igualdade de oportunidades: estratégias de normalização nos movimentos sociais surdos. **Movimentos Sociais e Educação**, n. 3, p. 1-16, 2006.

KOGAWA, J.; SILVA, D. A arqueogenealogia como crítica a instrumentalização do pensamento: breve análise de três verdades do discurso progressista. **Policromias – Revista do discurso**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 237 – 259, jan.-abr. 2022.

KRAEMER, G. M.; THOMA, A. da S. Inclusão escolar dos sujeitos surdos: uma estratégia de governamento que contribui para o funcionamento de uma racionalidade econômica neoliberal. **Ines Espaço**, n. 36, p. 85-98, 2011.

LACERDA, C. B. F. de.; ALBRES, N. A.; DRAGO, S. L. dos S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educação e pesquisa**, v. 39, p. 65-80, 2013.

LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos; MARTINS, V. R. O. **Escola e Diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 65-78.

LAGE, A. L. S.; BEGROW, D. V.; OLIVEIRA, E. C. Método Fônico e Medicalização: pela heterogeneidade dos surdos e da educação. **Movimento – Revista de Educação**, v. 7, p. 79-105, 2020.

LAGES, M. A. X. Surdismo versus Ouvintismo: praticas colonizadoras veladas pelo discurso. *In*: SOUZA, M. G.; LIRA, T. R. (Orgs). **Literatura e Cultura: ensaios críticos** v. 1, p. 15-24, 2019.

LANNA JÚNIOR, M.C.M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. 2010.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Tradução. Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LARRAURI, M. **Anarqueología** – Foucault y la verdad como campo de batalla. Madrid: Enclave de Libros, 2018.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e Educação. *In*: SILVA, t. (Org). **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, p. 35-86, 1994.

LIMA, V. Políticas de mídia e cidadania. *In*: SOARES, M. C.; NAPOLITANO, C. J.; ROTHBERG, D.; VICENTE, M. (Orgs). **Mídia e Cidadania**. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, p. 57-68, 2012.

LOCKMANN, K. Assistência Social, Biopolítica e governamentalidade neoliberal. **Textura**, n. 28, p. 33-48, mai./ago., 2013.

LODI, A. C. B. Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.39, n.1, p.49-63, jan./mar. 2013.

LOPES, M. C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 2, p. 153-169, 2009.

LOPES, M. C. **Surdez e educação**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. Subjetividade docente, Inclusão e gênero. **Educ. Soc.** Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-867, jul/set, 2012.

LOPES, L.B. **Emergência dos Estudos Surdos em Educação no Brasil**. 2017. 103 f. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LUNARDI, M. L. **A produção da anormalidade surda nos discursos da educação especial**. 2003. 200 f. Tese – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

LUNARDI-LAZZARIN. Surdez: tratar de incluir, tratar de normalizar. **Revista Educação Especial**, n. 26, p. 1-8, 2005.

LUNARDI-LAZZARIN, M. L.; GOMES, A. P. G.; CAMILLO, A.R.M. Experiências escolares, aprendizagem e cultura: produção do sujeito surdo no cenário da escola contemporânea. **Revista Educação Especial**. v. 33, 2020.

LUZ, R. D. Cenas surdas: os surdos terão lugar no mundo. São Paulo: **Parábola**, 2013.

MACHADO, F. C.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. Formar, tolerar, incluir: tríade de governo dos professores surdos. **Cadernos de Educação**: Pelotas, v. 36, p. 19-44, mai./ago., 2010.

MARANHÃO, E. M. de.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake News acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Revista Eletrônica Correlatio**, v. 17, n. 2, dez. p. 66-90, 2018.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, 2004.

MARTINS, V. R. O. A invenção da surdez na escuta de Michel Foucault. *In*: MARTINS, V. R. O. **Educação de Surdos no Paradoxo da Inclusão com Intérprete de Língua de Sinais: Relações de Poder e (re)criações do sujeito**. 2005. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Psicologia Educacional, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008a.

MARTINS, V. R. de O. Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior. **Cadernos do CEOM**, n. 28, p. 191-206, 2008b.

MARTINS, V. R. de O.; MARTINS, L.; LACERDA, C. B. F. de. Diálogos entre teoria, saberes e experiências docentes numa proposta de educação bilíngue. *In*: GOMES, G. N. C.; NASCIMENTO, J. N. M. N. de. **Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos**. Fortaleza: SEDUC, 2011. p. 27-44

MARTINS, V. R. O.; LACERDA, C.B.F. de. Educação Inclusiva Bilíngue para surdos: problematizações acerca das políticas nacionais linguísticas. **Ver. Educ. Puc. Camp**; Campinas, v, 21, n. 2, p. 163-178, maio/ago., 2016.

MARTINS, V. R. O.; DINIZ, S. L. L. M. **Libras no Contexto Educacional**. 2017.

MARTINS, V. R. O. *et al.* Atenção bilíngue virtual para crianças surdas em meio a pandemia do “coronavírus” – COVID 19. **CIET EnPED**, 2020.

MARTINS, V. R. O.; TORRES, R. C. Aspectos culturais para a educação de crianças surdas: #casalibras em ação. **Espaço**, n. 56, p. 177-202, jul-dez, 2021.

MARTINS, V. R. O. Sobrevida da infância surda numa sociedade centrada na língua oral: O caso covid-19 e a viralização da Libras. **Childhood & Philosophy**, v. 17, p. 1-26, 2021.

MATOS, M. A. P. **Biopolítica e Educação: Desafios da Inclusão Escolar das Pessoas com Deficiência no Neoliberalismo**. 2019. 74p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**, n. 1, 2018.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. s/1, v. 11, n. 33, set/dez. 2006.

MENDES, A. P. S.; ROMUALDO, E. C. Disputa por lugar de fala e privilégio ouvinte em texto verbo-visual em mídia social. **XIV Seminário Nacional de Literatura, História e Memórias e V Congresso Internacional de Pesquisas em Letras no Contexto Latino-Americano**. 2021.

MENESES, P. Etnocentrismo e relativismo cultural: algumas reflexões. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2020.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 7, n. 2, p. 295-305. 2006.
<https://nbnresolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101789>. Acesso em: 31 mai. 2021.

MORAIS, M. P. **Trajetórias de resistência em escolas municipais com propostas de educação bilíngue inclusiva para surdos**. 218. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

MOREY, M. La cuestión del método – prólogo a Tecnologías del yo. In: **Escritos sobre Foucault**. Madrid: Sexto Piso, p. 309-334, 2014.

NASCIMENTO, J. B. M. N. de. Construindo uma escola bilíngue para surdos. In: GOMES, G. N. C.; NASCIMENTO, J. N. M. N. de. **Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos**. Fortaleza: SEDUC, p. 27-44, 2011.

NASCIMENTO, M. V. B. *et al.* Tradução e Interpretação do Português – Libras na rede Informa-SUS-UFSCar: direito à informação para surdos em tempos de Covid-19. **Cadernos de Tradução**, n. especial, p. 61-82, 2020.

NORA, A. B. **"Igual ao biscoito recheado, aquele meio a meio, meio surda, meio ouvinte"**: línguas, identidades e representações em um curso superior bilíngue (LIBRAS/Língua Portuguesa). Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, São Paulo, 2016.

NUNES, S. da S.; SAIA, A.L.; SILVA, L.J.; MIMESSI, S.D. Surdez e Educação: Escolas inclusivas e/ou bilíngues? **Psicologia Escolar e Educacional. Maringá**, v. 19, n. 3, set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150193892> Acesso em: 25 jun. 2021.

PAGNI, P. A.; A emergência do discurso da inclusão na biopolítica: uma problematização em busca de um olhar mais radical. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 68, jan-mar., 2017.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 23-45, 2012.

PEREIRA, M. L. L. Oficina de Tradução/Interpretação Lp-Libras/Libras- Lp. **Revista GPES**. v. 1, n. 1. 2018.

PERLIN, G. MIRANDA, W. Surdos: o narrar e a política. **Ponto de Vista**, n. 5, p. 217-226, 2003.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org). **A surdez – um olhar sob as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PICHLER, P.; FOSSÁ, M. I. Biopoder e biopolítica na práxis da comunicação comunitária no ciberespaço. **Extraprensa** (USP), n. 16, p. 105-112, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. Dias de futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In*: PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (orgs). **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

QUADROS, R. M. de. **Aspectos da sintaxe e da aquisição da Língua Brasileira de Sinais**. Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 125-146, dez. 1997.

RAMOS, A. de S.; MARTINS, V. R. de O. Análise documental acerca da alfabetização e do letramento de alunos surdos nos anos iniciais. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 1, n. 1, jan./jun. 2018.

RAMOS, G. A. Bolsonarismo, Conservadorismo e direitos humanos: analisando o papel da ideologia política como condicionante ao pleno exercício dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 1-12, 2020.

RESENDE, L. S. **Tradução teatral: produzindo em Libras no teatro surdo**. 2019. 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) — Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2019.

RESENDE, L. S.; REIS, M. da G. M. dos. Teatro surdo brasileiro: considerações sobre a elaboração da dramaturgia sinalizada em Libras. **Revista Espaço**, n. 54, p. 79-92, jul-dez, 2020.

REZENDE, P. L. F. **Implante Coclear na constituição dos sujeitos surdos**. 2010. 164 f. Tese – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROCHA, L.R.M. da; MENDES, E.G.; LACERDA, C. B. F. de. Políticas de Educação Especial em disputa: uma análise do Decreto 10.502/2020. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 1-18, 2021.

ROSA, F. S.; KLEIN, M. O que sinalizam os professores surdos sobre literatura surda em livros digitais. *In*: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Eds.). **Cultura Surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Porto Alegre: Editora da ULBRA, p. 91-112, 2011.

ROSS, T. C. S. **A BNCC e os processos de alfabetização de surdos: aproximações ou distanciamentos do projeto de inclusão?** 2021. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2021.

SADER, E. (org.). **O Brasil que queremos**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

SANTANA, B. P. S.; SILVA, E. G. da. Os regimes de verdade nas sentenças criminais. **Direito & Práxis**, v. 6, n. 11, p. 194-225, 2015.

SANTAROSA, L. M. C. (Org.). **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.

SANTOS, G. L. S. “**A visibilidade é uma armadilha**”: vigilância e práticas do visível em Michel Foucault. 2021, 102 f. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SARAIVA, K.; LOPES, M. C. Educação, Inclusão e Reclusão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 1, p. 14-33, jan-jun 2011.

SARGENTINI, V. M. O. Ecos da arqueogenealogia de Michel Foucault na análise da imagem: retratos do homem político na mídia. *In*: PIOVEZZANI, C.; CURSCINO, L.; SARGENTINI, V. M. **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. V. São Carlos: EdUFSCar, 2014, 207 p.

SERPA, V.; VIRGÍNIA, C.; CAVALCANTE, S. Assistência Social Pública Brasileira: uma política da autonomia – um dispositivo biopolítico. **Subjetividades**, v. 15 n. 3, p. 428-437, 2015.

SENA JÚNIOR, C. Z. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. **Cadernos do GPOSSHE On-Line**, v. 3, n.1, p. 21-49, 2019.

SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOARES, J. L. **A nova direita, bolsonarismo e tendências neofacistas no Brasil**. Emblemas, 2021.

SOUZA, R. M. **Que palavra que te falta? Linguística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez**. São Paulo, Martins Fontes. 1998.

SOUZA, R. M. de; GALLO, S. Língua e cultura no plural – pela resistência à folclorização do outro. *In*: COSTA, L. M. da (Org.). **Anais do Seminário Nacional de Pedagogia Surda**. Vitória: UFES, Centro de Educação, 2007.

SOUZA, M. M. P. de. Duas abordagens educacionais e um sujeito em discussão. *In*: GOMES, G. N. C.; NASCIMENTO, J. N. M. N. de. **Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos**. Fortaleza: SEDUC, p. 27-44, 2011.

SOUZA, R. M. Rizoma deleuze-guattariano: representação, conceito e algumas aproximações com a educação. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, p. 234-259, mai./out., 2012.

SOUZA, W.G. de.; LIRA, V. C. A.; SILVA, F. V. de. O biopoder em tempos de coronavírus: o duelo de verdades em materialidades discursivas nas mídias sociais digitais. **Miguilim**, v. 9, n. 3, p. 297-318, set./dez. 2020.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TERCEIRO, F. M. L. Políticas de Inclusão Bilíngue na televisão: a importância do intérprete de Libras em detrimento do uso de legendas para a acessibilidade televisiva – um estudo exploratório. **Revista Florestan**, v. 1, p. 39-46, 2015.

THOMA, A.S.; KLEIN, M. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, v. 36, p. 107-131. Pelotas. 2010.

THOMA, Adriana da Silva. Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas Surdos: discursos e estratégias de governo. **Educação & Realidade**, v. 41, p. 755-775, 2016.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing público. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VEIGA-NETO, A; LOPES, M.C. Inclusão e governamentalidade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 947-963, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1528100.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VENQUIARUTI, M. *et. al.* Uma hermenêutica sobre a implementação da nova política nacional de educação especial equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida. **XXI Encontro Nacional de Educação (ENACED) e I Seminário Internacional de Estudos e Pesquisas em Educação (SIEPEC)**, n. 1, 2020.

VIANA, C.; NORONHA, J. E. O retrocesso da garantia de direitos de um Brasil em crise política: a educação pública para infância. In: VASQUEZ, M.; OSPINA, M.C.; GARCÍA, M.I. (Orgs). **Juventudes e infâncias em el escenario latino-americano y caribenho actual**. CLACSO; Manizales: Universidad de Manizales. Centro de Estudios Avanzados em Niñez Y Juventud; Bogotá: CINDE – Fundación Centro Internacional de Educación y Desarrollo Humano, 2018.

VILHALVA, S. Educação de Surdos: direitos linguísticos ameaçados. In: GOMES, G. N. C.; NASCIMENTO, J. N. M. N. de. **Experiências exitosas em educação bilíngue para surdos**. Fortaleza: SEDUC, 2011. p. 27-44.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBT+s no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

WITCHES, P.H.; LOPES, M.C. Surdez como matriz de experiência. **Revista Espaço**. Rio de Janeiro, s/v, n. 43, jan/jul. 2015.

ANEXOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES DA SURDEZ: DIÁLOGO COM FAMILIARES SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Pesquisador: BIANCA SALLES CONCEICAO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 80453917.2.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.504.295

Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa do tipo descritiva como objetivo de analisar os discursos trazidos por pais e responsáveis de alunos surdos inseridos na Educação Infantil. A presente pesquisa ocorrerá nos municípios do interior do Estado de São Paulo e terá como participantes os pais e responsáveis pelas crianças matriculadas nas escolas da rede pública na Educação Infantil entre o período de 2012 a 2017.

Para a configuração do grupo a ser analisado a pesquisa terá uma pré-seleção dos participantes em associações de surdos. O percurso metodológico para a pesquisa contará com a localização dos participantes do perfil, realização de entrevista semiestruturada com os participantes, transcrição e análise dos dados. Desta forma, pretende-se problematizar os motivos pelos quais esses pais e/ou responsáveis optaram pela matrícula das crianças surdas em determinado modelo escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo principal: Analisar os discursos trazidos por pais/ responsáveis de alunos surdos inseridos na Educação Infantil e nele observar marcas de representações da surdez apontando as relações de saber/poder na construção de verdades sobre o ensino dessa etapa de ensino de surdos.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.504.295

Objetivos Secundários: Reconhecer aspectos que levam a representações clínicas e socioantropológicas sobre a surdez e as práticas escolares: reconhecer as relações de saber e poder no campo da surdez; Analisar por meio dos discursos de pais o percurso que levaram a escolha de um modelo de instrução escolar para filhos surdos, verificando se levam em conta a presença da língua de sinais nesse espaço.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos os proponentes descrevem o desconforto dos participantes e os possíveis constrangimentos, como lembrar de situações relacionadas ao descobrimento de diagnóstico de surdez de seus filhos, perguntas de como foi para família essa descoberta e um possível luto diante da visão da deficiência. Para amenizar essas possibilidades os autores propõe algumas medidas, como: escolha do dia, horário e local de sua preferência; a pesquisadora irá de encontro ao participante, sem qualquer ônus ao participante; interrupção das observações sempre que necessário e/ou solicitado e também a possibilidade de não responder, os prejuízos serão assumidos pelos pesquisadores.

Segundo os proponentes, essa pesquisa tem grande relevância para os estudos na área da surdez pois, ao avaliar a educação infantil em que essas crianças estão inseridas e a escolha dessas por seus pais e responsáveis, pode-se identificar os discursos em relação a surdez predominantes na sociedade e ainda como se dá o desenvolvimento da criança em sua aquisição de linguagem e de mundo no ambiente escolar, assim, propondo questionamentos e favorecerão o desenvolvimento linguístico e integral dos sujeitos surdos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa proposta tem relevância social e respeita os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução CNS 466/2012 e suas complementares.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram anexados os seguintes termos de apresentação obrigatória:

- Folha de rosto
- Termo de consentimento
- Projeto completo
- Informações básicas do projeto
- Autorização da Associação dos Surdos de São Carlos, para obtenção dos dados

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235	CEP: 13.565-905
Bairro: JARDIM GUANABARA	
UF: SP	Município: SAO CARLOS
Telefone: (18)3351-9883	E-mail: cephumanos@ufscar.br



UFSCAR - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS



Continuação do Parecer: 2.504.295

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta boa compreensão dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa, esclarece o conteúdo da entrevista e da necessidade de gravação, se atentando aos cuidados para preservação do sigilo e anonimato.

Recomendações:

Sugiro realizar uma revisão do TCLE pois o mesmo, apesar de adequado, em algumas partes se mostra confuso, de difícil compreensão por questões gramaticais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1019199.pdf	09/01/2018 19:29:50		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Associacao_Surdos.pdf	09/01/2018 19:29:17	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	09/01/2018 19:24:04	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2446210.pdf	09/01/2018 19:20:29	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/01/2018 19:16:42	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Final_.pdf	09/11/2017 23:56:42	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	09/11/2017 23:33:41	BIANCA SALLES CONCEICAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.585-905

UF: SP

Município: SAO CARLOS

Telefone: (16)3351-9883

E-mail: cephumanos@ufscar.br

APÊNDICES

I) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA SURDOS(AS)
PARTICIPANTES DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

(Resolução CNS 510/16)

Eu, Bianca Salles Conceição, sob orientação da Prof. ^a Dr.^a Vanessa Regina de Oliveira Martins, docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, vinculada ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, convidamos-lhe a participar da pesquisa intitulada **BIOPOLÍTICA E DISPOSITIVOS DE FOLCLORIZAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: A (IN)VISIBILIDADE DAS SUBJETIVIDADES SURDAS**. O objetivo do presente estudo é problematizar as relações de saber/poder na sociedade atual, como tais teias constituem a biopolítica ocasionando uma (in)visibilidade a respeito da surdez e da Libras de modo a produzir uma folclorização da língua de sinais e dos sujeitos surdos.

Você foi selecionado (a) por ser surdo, ser usuário da Língua Brasileira de Sinais, frequentar a associação de surdos, ser maior de 18 anos e fazer parte da comunidade surda. O estudo envolve a realização de entrevista semiestruturada, que será feita individualmente. Você assistirá seis vídeos coletados na internet pela pesquisadora através de mídias sociais com pessoas utilizando a Língua Brasileira de Sinais. Posteriormente responderá dez questões do roteiro de entrevista que são relacionadas a temas apresentados nos vídeos, sobre o momento atual da visibilidade surda, sob as questões midiáticas em relação a Libras e a sociedade ouvinte em contraponto a diferença da surdez. A pesquisadora realizará todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o estudo. A realização da entrevista semiestruturada será realizada presencialmente em data e local a ser combinado juntamente ao participante, afim de garantir melhor conforto, segurança e discrição.

Solicito sua autorização para gravação em vídeo das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão primeiramente traduzidas do Português para a Libras e posteriormente transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional

experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas nos encontros dos grupos será realizada na íntegra pela pesquisadora. Somente a pesquisadora e o profissional experiente terão acesso a essas filmagens.

Os riscos relacionados a essa pesquisa podem envolver para os participantes, desconforto emocional, dificuldade ou constrangimento ao tratar de determinados itens presentes na entrevista. Em caso de desconforto dos participantes, estes poderão interromper sua participação a qualquer momento, podendo ser reagendada em outra ocasião, assim como, poderão desistir de participar, sem prejuízos para ambas as partes. Além disso, caso o participante decida desistir da pesquisa, as partes que poderão já ter sido coletadas não serão utilizadas para respeitar a privacidade do participante.

Vale ressaltar que, para eliminar ou reduzir os riscos, garantiremos que: as respostas são confidenciais, ou seja, não será em nenhum momento da pesquisa exposto, nome, cidade e nenhum outro dado pessoal dos participantes, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Os indivíduos receberão esclarecimento prévio sobre a pesquisa; a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, ou ainda ser pausada quantas vezes o participante julgar necessário; caso o participante precise de tradução para Libras deste TCLE, este será realizado; o participante também tem direito de não querer responder alguma questão que julgar constrangedora. Além disso, também será proposto assistência psicológica, se necessária, com psicóloga bilíngue que atenda na Língua Brasileira de Sinais de conhecimento prévio da pesquisadora ou outra que o participante conhecer e preferir; haverá privacidade para responder as questões da entrevista; haverá garantia de sigilo; e a situação de vulnerabilidade, quando houver, será considerada.

Se, durante a aplicação dos instrumentos, algum participante sofrer qualquer tipo de desconforto ou inconveniente, a pesquisa poderá ser interrompida com o mesmo, se assim desejar. Nesses casos, a pesquisadora solicitará a autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações, visando o bem-estar de todos os participantes. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Sua participação é voluntária e não acarretará custos para participar da pesquisa, sendo de responsabilidade/ônus completo do pesquisador. Assim como, não terá compensações financeiras por ser participante. Todas as despesas com o transporte, alimentação, ou outros, decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta. **Você terá direito a**

indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo aos envolvidos na pesquisa.

Destacamos a importância de sua participação nessa pesquisa, por valiosamente auxiliar-nos na obtenção de elementos imprescindíveis que poderão contribuir, com as reflexões e discussões acadêmico-científicas que visem a visibilidade surda tanto na sociedade quanto na criação de políticas públicas que deem representatividade a comunidade assim como a seus direitos. Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo(s) telefone(s), em chamada de vídeo que será realizada em Libras, por mensagem de texto ou ainda pelos e-mails que constam em nossas assinaturas do presente termo.

Bianca Salles Conceição

Doutoranda Educação Especial

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Rodovia Washington Luís, km 235 - São Carlos - SP –

BR - CEP: 13565-905

Profª Drª Vanessa Regina de Oliveira Martins

Orientadora de Doutorado

Centro de Educação e Ciências Humanas

Departamento de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Rodovia Washington Luis, km 235 - São Carlos - SP –

BR - CEP: 13565-905

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8028. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Local e data _____

Nome do participante da pesquisa _____

Número e tipo do documento de identificação _____

Assinatura do sujeito da pesquisa

II) ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Pesquisadora: Bianca Salles Conceição

Orientadora: Vanessa Regina de Oliveira Martins

- 1) Sobre o vídeo 1: você entendeu a propaganda na íntegra? Você sabe em qual idioma era a música? Você entendeu os sinais do menino?
- 2) Sobre o vídeo 2: você acha que a moça sabe Libras? Você acha a divulgação desse vídeo relevante para a comunidade surda? Por quê?
- 3) Sobre os vídeos 3 e 4: qual sua opinião sobre pessoas ouvintes fazerem papel de pessoas surdas? Você acha que existe acessibilidade para entendimento do surdo? Se sente representado pela atriz?
- 4) Sobre os vídeos 5 e 6: os dois primeiros homens do vídeo tem um discurso parecido sobre a aparição da Língua de sinais. Você concorda? Sim, não, por quê?
- 5) O que você vê em comum entre esses vídeos?
- 6) Você acha que essa visibilidade proposta nos vídeos acarreta uma representatividade da Libras e do surdo positiva ou negativa para a comunidade surda? Por quê?
- 7) Você enxerga pontos positivos nos vídeos? Se sim, quais?
- 8) O que você pensa sobre o momento atual e a visibilidade/ difusão da Libras pela sociedade?
- 9) Esse tipo de vídeo contribui para o olhar da sociedade sobre a surdez como diferença linguística? Se sim, de que modo?
- 10) Esse tipo de informação divulgada, na visibilidade da Libras auxilia a comunidade surda no que diz respeito a políticas públicas e direitos dos surdos? Por quê?